

UFRJ
BIBLIOTECA
IPPUR

Convênio Finep - IPPUR- UFRJ

Linha de pesquisa:

**MODERNIDADE, COMUNICAÇÃO E CULTURA: A NOVA FACE
DO PODER METROPOLITANO**

(RELATÓRIO PARCIAL)

volume I Textos
(1995)

Equipe :

Coordenação: Ana clara torres Ribeiro - Prof.^a IPPUR/UFRJ

Catia Antônia da Silva - Mestre pelo IPPUR/UFRJ

Regina Celi Pereira - Mestre pelo IPPUR/UFRJ

Henrique da Siveira Souza - Mestrando do IPPUR/UFRJ

Rita de Cassia da silva- Bolsista aperfeiçoamento CNPq.

Angelo Antônio da Motta Duarte - Bolsista de iniciação científica CNPq. - UFRJ.

Luis Otávio Pires Farias - Bolsista de iniciação científica CNPq. Sr₂ - UFRJ.

Marcelo de Souza - Bolsista de iniciação científica CNPq. Sr₂ - UFRJ

Ana Claudia Vieira P Alves de Jesus - Bolsista de iniciação científica CNPq - UFRJ.

Em colaboração: Hermani de Moraes Vieira Mestrando do IGEO /UFRJ

ÍNDICE DOS TEXTOS:

PARTE I - REFLEXÃO DA ESCALA METROPOLITANA.

Texto : "Em defesa da reflexão na escala metropolitana: Ângulos do diálogo entre a Sociologia e a Geografia".

Autores: Ana Clara Torres Ribeiro.
Cátia Antonia da Silva.
Hermani de Moraes Vieira.

Texto : "Reprodução social e involução intra-metropolitana no Brasil".

Autores: Ana Clara Torres Ribeiro.
Cátia Antonia da Silva.
Hermani de Moraes Vieira.

PARTE II - NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E VIDA METROPOLITANA.

Texto : "Imaginação e metrópole: As ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e de São Paulo".

Autor: Ana Clara Torres Ribeiro.

Texto : "Turismo: Uma prática entre a crise e a inovação na Metrópole do Rio de Janeiro".

Autores: Ana Clara Torres Ribeiro.
Cátia Antonia da Silva.
Hermani de Moraes Vieira.
Rita de Cassia da Silva.

Texto : " 'City Marketing': A nova face da gestão da cidade no final de século".

Autores: Ana Clara Torres Ribeiro.
Fernanda Sanches Garcia.

Texto : "Modernidade e risco nas metrópoles brasileiras".

Autor: Ana Clara Torres Ribeiro.

Texto : "Técnicas na modernização da cultura e da pedagogia: O filme em vídeo e o desenho em quadrinhos".

Autores: Cátia Antonia da Silva.
Rita de Cassia da Silva.

Texto : "Comunicação, Saúde e Ambiente: notícia de uma pesquisa no Medio Vale do Paraíba (RJ)".

Autores : Ana Clara Torres Ribeiro.
Regina Celi Pereira

PARTE III - REORGANIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA.

Texto : **"Saúde e comunicação: Faces contemporâneas da gestão da sociedade"**.

Autores: Ana Clara Torres Ribeiro.
Henrique da Silveira Souza.

Texto : **"Novas articulações entre o público e o privado no setor saúde"**.

Autor: Luís Otávio Pires Farias.

PARTE IV - REFLEXÃO SOBRE CULTURA, HISTÓRIA E CONJUNTURA POLÍTICA.

Texto : **O significado conjuntural do planejamento: Ações e interesses"**.

Autor: Ana Clara Torres Ribeiro.

Texto : **"Instituições culturais no século XIX: Imagem urbana do Rio de Janeiro no período monárquico"**.

Autor: Rita de Cassia da Silva.

Texto : **"O imigrante e a urbanização do Rio de Janeiro no século XIX e início do século XX"**.

Autor: Rita de Cassia da Silva.

PARTE I - REFLEXÃO DA ESCALA METROPOLITANA.

**EM DEFESA DA REFLEXÃO NA ESCALA METROPOLITANA: ÂNGULOS DO
DIÁLOGO ENTRE A SOCIOLOGIA E A GEOGRAFIA**

**SUPPORTING A REFLECTION IN THE METROPOLITAN SCALE: DIALOGUE
ANGLES BETWEEN SOCIOLOGY AND GEOGRAPHY**

Ana Clara Torres Ribeiro - Socióloga, Doutora e Prof. Adj.
do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
(IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Pesquisadora CNPq.

Cátia Antonia da Silva - Geógrafa, Mestra e Pesquisadora do
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
(IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Hermani de Moraes Vieira - Geógrafo, Mestrando do
Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio
de Janeiro.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Cidade Universitária - Prédio da Reitoria, 5º Andar, Sala 543
Ilha do Fundão, Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 021-590-1191 Fax: 021-230-4046

RESUMO

O texto tem por objetivo explicitar a especificidade da questão metropolitana brasileira quando refletida com base no intercâmbio entre sociologia e geografia. Esta explicitação é procurada porque considera-se que a vida metropolitana, no país, constitui um dos principais desafios contemporâneos ao planejamento democrático. Por outro lado, acredita-se também que a reflexão da escala metropolitana propicie a compreensão de obstáculos que tendem a atingir a concretização de projetos de democratização administrativa. Foram utilizados, no artigo, dados relativos à concentração da pobreza nas áreas metropolitanas e à especificidade do seu mercado de trabalho. Além destes dados o texto encontra apoio em informação do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir da recuperação reflexiva realizada, o artigo propõe que a análise da escala metropolitana possa estimular a emergência de novos ideários para o planejamento, inscritos na articulação entre espaços locais e supra-locais. Considera-se que tais ideários sejam especialmente relevantes na atual conjuntura, quando expande-se a adesão a projetos de teor neo-liberal.

ABSTRACT

This article aims at expressing the particularity of the Brazilian metropolitan question when reflected on the basis of the interchanging between sociology and geography. This explanation is being sought because it is believed that the metropolitan life, in our country, constitutes one of the main current challenges to the democratic planning. On the other hand, it is also believed that this reflection in the metropolitan scale helps the comprehension of obstacles which tends to burden the execution of administrative democratization projects. In this article, data concerning the concentration of poverty in the metropolitan areas and the particularity of their job market were used. Moreover, the article is also supported by information provided by SUS (Single System of Health). Based on this reflexive exercise realized, the article proposes that the analysis of the metropolitan scale can stimulate the emergency of a new body of ideas for planning, manifested in the articulation between the places and the outer world. It is considered that these ideas would be especially relevant in the current situation, when the adherence to neoliberal-based projects is expanding.

Palavras-chave: Regiões Metropolitanas; Estudos Interdisciplinares; Descentralização Administrativa.

Key words: Metropolitan Areas; Interdisciplinary Studies; Administrative Decentralization.

1 - A REFLEXÃO DAS METRÓPOLES: MUTAÇÕES PARADIGMÁTICAS

“Foi assim quando ele entrou na rua, encontrou o lugar onde as duas esquinas se cruzavam e, por fim, virou-se para ver se o Tempo estava ali”.

Thomas Wolfe - O menino perdido e outros contos

Questão mutante, talvez esta seja a afirmação mais correta quando refletimos sobre as atuais linhas de análise da vida metropolitana. Tal afirmação ainda ganha em correção caso o nosso pensamento se concentre nos campos interdisciplinares de pesquisa. A mutação temática no tratamento dos espaços metropolitanos é de fato expressiva de novos diálogos, em curso, entre as disciplinas do social. Diálogos por vezes experimentais e, ainda em outros casos, realizados com base em uma já longa história de trocas. Para nós interessa, neste texto, recuperar alguns caminhos percorridos pela interlocução entre a sociologia e a geografia. E, sobretudo, nos move a intenção de exercitar, um pouco, a potencialidade analítica oferecida por esta interlocução quando confrontada com os desafios apresentados pela saúde coletiva nas áreas metropolitanas brasileiras.

A temática específica da saúde coletiva emerge, no campo interdisciplinar aqui considerado, transmutada naquelas outras temáticas que movem a problematização da realidade sócio-espacial do país em cada uma das disciplinas e, ainda, em suas interfaces. Seriam exemplos: a questão contemporânea da reorganização da esfera pública, as atuais mudanças no próprio papel do Estado e, ainda, as alterações culturais e institucionais subjacentes ao nível econômico e cultural em que ocorre, hoje, a reprodução da sociedade. Na análise deste nível surgem, de forma privilegiada, referências à anomia, à perda de valores nas relações sociais e ao crescimento da violência nos contextos urbanos.

Entretanto, as rápidas referências temáticas realizadas não devem ocultar o fato de que o diálogo interdisciplinar instaura-se, efetivamente, com base em profundas questões de ordem epistemológica e, com especial ênfase, a partir de visões de mundo e ideários compartilhados. Assim, similitudes temáticas não seriam suficientes, ao nosso ver, para indicar a ocorrência de um real trabalho interdisciplinar, isto é, para que fronteiras disciplinares sejam pelo menos tendencialmente superadas. Além disto, seria impossível não reconhecer que interferem nos campos disciplinares considerados, e em suas trocas conceituais, várias concepções da vida coletiva que hoje disputam a adesão social para as suas propostas de interpretação do presente e do futuro.

Afinal, vivemos um momento de intensa revisão em referências culturais e ideológicas e, assim, as disciplinas do social não poderiam permanecer imunes aos termos mais gerais e tensos desta revisão. Tal impossibilidade estaria relacionada ao fato, cada vez mais reconhecido, de que nestas disciplinas as mudanças conjunturais em percepções coletivas, nos projetos sociais, traduzem-se em novos ângulos de observação da realidade social (Weber, 1991; Löwy, 1987). Aliás, a intensidade adquirida pelo ritmo da mudança em representações do presente e do futuro, nos denominados modelos de desenvolvimento, também poderia colaborar na explicação da atual intensidade das trocas observadas entre as ciências sociais e, destas, com as denominadas ciências exatas (Capra, 1993).

Existiriam, assim, elos intensos entre: alterações em perspectivas socialmente compartilhadas para a vida coletiva, críticas às formas usuais de construção dos campos científicos e buscas interdisciplinares de conhecimento. Nesta direção, os atuais recortes analíticos da problemática metropolitana parecem indicar a tendência ao recuo em associações lineares das questões urbanas à problematização do desenvolvimento (Nun, 1992) ou, ainda, naquelas leituras da vida metropolitana que privilegiaram, unilateralmente, determinantes estruturais da realidade social. Seriam exemplos, os estudos que, na procura da radicalidade crítica, colaboraram para que fossem omitidas relevantes diferenças culturais e políticas entre contextos da vida social (Giddens, 1989).

A preocupação contemporânea com o espaço, tantas vezes apreendido através dos contextos imediatos das relações sociais, guardaria correspondência, ao nosso ver, com a relevância atualmente percebida na esfera local da vida coletiva, no ambiente social cotidiano. Neste sentido, poderia ser afirmado que, com freqüência, a positividade atribuída a este ambiente decorreria da percepção de que a proximidade tornaria possível o controle sobre recursos necessários à vida coletiva; sendo exercido, tal controle, por formas tradicionais (ou novas) de organização social. A valorização desta esfera, mais próxima e imediata da vida social, do “lugar”, constituiria a resposta socialmente possível à aceleração dos processos de mudança técnica nas esferas da produção e da reprodução, associados à denominada globalização da economia (Santos et al, 1994; Santos, 1994).

Por outro lado, as atuais mudanças em paradigmas produtivos também estariam associadas a novas formas de administração das firmas e ao controle, mais intenso, dos contextos sociais. Este controle se articularia ao monitoramento das necessidades sociais, capaz de orientar ajustes constantes da produção e na oferta de serviços e, assim, agilizar e garantir a realização mais ágil e segura do capital (Kurz, 1993; Tavares, 1991; Ribeiro, 1993 e

1994). Além disto, o reconhecido interesse contemporâneo pela esfera local da vida coletiva também corresponderia à crescente percepção dos desafios que hoje atingem o real funcionamento e, portanto, a legitimidade das grandes instituições articuladas à modernização econômica e social: o Estado, os sindicatos e os partidos políticos.

Estes desafios estariam associados ao chamado colapso da modernização (Buarque, 1991), desde que se compreenda o seu sentido histórico profundo de processo gerador de expectativas de integração social. Tal colapso, articulado a obstáculos que atingem a formulação de projetos coletivos, acentuaria os riscos de fragmentação social e política e, assim, de enfraquecimento da institucionalidade democrática (Lechner, 1990). Este diagnóstico encontra-se subjacente não apenas à valorização contemporânea da esfera local; mas, ainda, ao reconhecimento do valor político dos movimentos sociais. Também este diagnóstico apoiaria a positividade atribuída a experiências de descentralização administrativa, capazes de oferecer referências sociais seguras ao desempenho mais eficiente das políticas públicas e de estimular a participação social em sua formulação e execução.

A rápida apresentação anterior de elementos explicativos da atual ênfase teórica e empírica na vida local, também permite, de forma complementar, a apreensão de fatores que dificultariam a análise atualizada de totalidades mais abrangentes, como é o caso das regiões metropolitanas. De fato, seria necessário dizer, de forma clara, que as metrópoles, como objeto sistemático de reflexão, perderam centralidade ao longo dos anos 80, acompanhando a dissolução dos aparelhos de planejamento do período autoritário. Este afastamento da problemática metropolitana também acompanha tendências internacionais, vinculadas à falta de perspectivas para o planejamento em geral.

Entretanto, julgamos ser indispensável a preservação de leituras preocupadas com a apreensão, mais íntegra, das totalidades metropolitanas. Pensamos, mesmo, que tais leituras sejam indispensáveis ao desvendamento de formas democráticas de planejamento e de integração social em escalas mais amplas (Ribeiro, 1989). Por outro lado, o nível de concentração de recursos e população, atingido pela sociedade brasileira nas últimas décadas, transforma as metrópoles em espaços privilegiados para a reflexão do futuro do país e, ainda, para a observação das potencialidades e limites dos projetos de descentralização administrativa.

No Quadro 1 pode ser vislumbrada a dimensão sócio-econômica da problemática metropolitana brasileira; mesmo considerando que, neste quadro, não encontra-se refletido o real desenho da rede urbana hoje. Seriam reconhecíveis, atualmente, outras configurações

espaciais com fisionomia metropolitana, disputando funções e recursos com as metrópoles mais antigas - regionais e nacionais (nota I).

QUADRO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE E VARIAÇÃO RELATIVA, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS - 1980/1991

REGIÕES METROPOLITANAS	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA ENTRE 1980 E 1991 %
	1980	1991	
BELEM	999.165	1.332.723	33,38
FORTALEZA	1.580.074	2.303.645	45,79
RECIFE	2.347.146	2.871.261	22,33
SALVADOR	1.766.614	2.493.224	41,13
BELO HORIZONTE	2.609.583	3.431.755	31,51
RIO DE JANEIRO	8.772.265	9.796.498	11,68
SÃO PAULO	12.588.725	15.416.616	22,46
CURITIBA	1.440.626	1.998.807	38,75
PORTO ALEGRE	2.285.140	302.029	32,42
TOTAL	34.389.338	42.670.358	24,00

FONTE: JARDIM et al, 1994

2 - CRISE DAS METRÓPOLES E AFIRMAÇÃO DE NOVAS ESPACIALIDADES

Talvez possa ser afirmado que, ao nível internacional, os principais desafios teóricos, dos anos mais recentes, emergiram em torno das novas funções das grandes áreas urbanas - das atividades econômicas e técnicas das denominadas "cidades mundiais" - ou em torno dos crescentes processos de exclusão social ali observados. Esta estrutura temática nos conduz, com maior facilidade, seja para a análise da globalização seja para amplas leituras da atual crise de valores nas sociedades contemporâneas ou, ainda, para o reconhecimento de novos atores na cena urbano-metropolitana.

No Brasil, essas temáticas têm atraído, também, parte relevante da produção científica mais recente, instaurando significativos novos pontos de interlocução entre as Ciências Sociais. Entretanto, imaginamos que a temática da saúde coletiva, quando assumida de forma íntegra nos campos de interlocução entre a sociologia e a geografia, obrigue a um cuidadoso processo de avaliação da eventual validade ainda preservada por velhas questões, expressivas dos desafios sociais condensados nas áreas urbano-metropolitanas do país. Nesta direção,

propomos que as metrópoles sejam refletidas através de articulações entre já tradicionais e renovadas orientações analíticas.

São exemplos dessas articulações, aquelas leituras que consideram as metrópoles como: reais epicentros da ação social e política; extraordinárias condensações de trabalho morto; espaços do tratamento coletivo das necessidades sociais (Lojkine, 1981) e, contraditoriamente, de manifestação exacerbada das diferenças individuais (hábitos e valores) (Simmel, 1976); locais da invenção, da criatividade e, simultaneamente, de máxima imposição de padrões homogeneizantes de consumo (Silva, 1994); plataformas de inovação técnico-administrativa e de absorção de excedentes a várias escalas (Harvey, 1980).

O recurso a qualquer uma dessas leituras pressupõe que o olhar analítico valorize um plano específico de fenômenos econômicos, sociais e culturais que, por sua abrangência e força, interfere em realidades locais. Este plano, por sua textura e grau de condensação, também refrataria a absorção, pelos lugares, de influências regionais, nacionais e internacionais. Esta configuração de fenômenos, reconhecidamente metropolitanos, constitui um conjunto de qualidades particulares, que não se confundiriam com qualquer tipo de somatório de localidades. É esta totalidade que pode estar mais ou menos presente naquelas configurações urbanas que orientações, adotadas pelo planejamento, consideram metrópoles. São os termos desta concepção que os limites analíticos existentes na adoção acrítica da listagem de metrópoles reconhecidas pela racionalidade do planejamento autoritário dos anos 70 não consideraram. Limites cuja superação não poderemos ensaiar no presente texto.

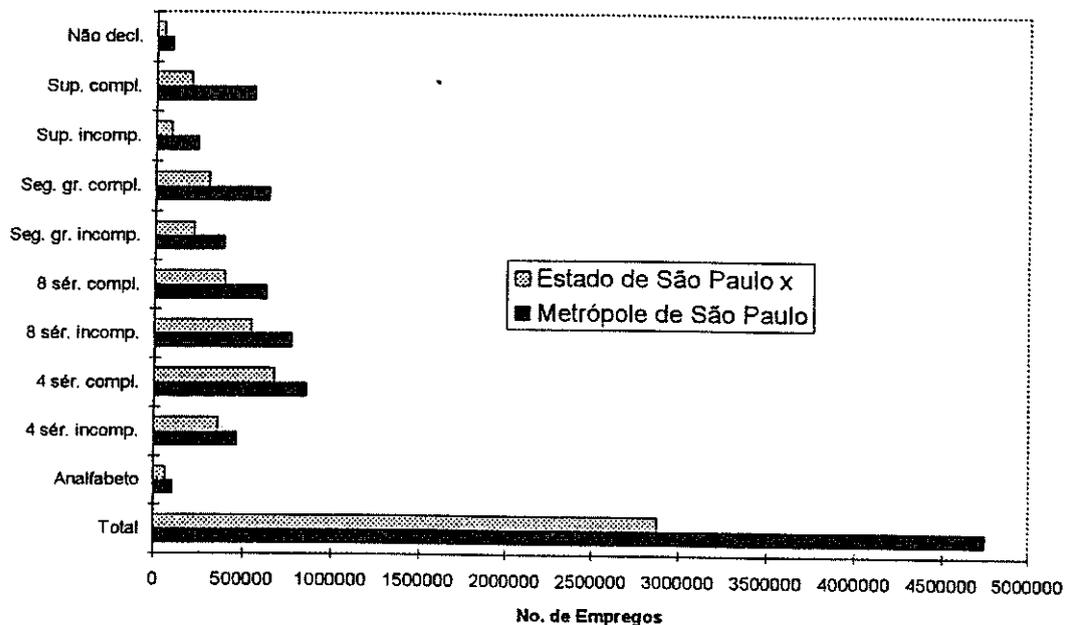
A valorização da totalidade metropolitana não significaria, para nós, qualquer tipo de imposição, aos lugares cotidianos da vida social, de uma lógica racionalizadora de necessidades e anseios (Kosik, 1976). Pensamos, ao contrário, na existência de fatos de articulação que se imporiam aos indivíduos, grupos e classes sociais e, portanto, aos seus lugares. Tais fatos podem (ou não) viabilizar estratégias de sobrevivência ou a conquista de mecanismos de ascensão social. Milton Santos (1994) nos indicaria, nesta direção, que a metrópole é o espaço da velocidade e da realização privilegiada dos desígnios das corporações. Porém, este espaço também seria, para o autor, o locus dos homens segregados, da lentidão, das margens de recursos. permanente e diariamente capturados para a sua manutenção.

Essa configuração espacial - mais ou menos presente nas metrópoles reconhecidas pelo planejamento autoritário - desafiaria a nossa capacidade coletiva de desvendamento de projetos dirigidos à integração social. Frutos históricos de antigas e novas modernizações da sociedade brasileira, os espaços metropolitanos emergem, hoje, sob o impacto: da crise social e

cultural, da reestruturação da economia e, ainda, de mudanças institucionais que tem significado recuos concretos nas políticas sociais. Ocorrem, atualmente, alterações substantivas em papéis metropolitanos, vinculadas à ascensão econômica de outros espaços urbanos. Estas mudanças seriam responsáveis - junto com processos de alteração da base produtiva e de reorganização da esfera pública - pela saída de atividades dos contextos metropolitanos e, mesmo, pela possível tensa involução destes contextos (Santos, 1990).

Os Gráficos 1 e 2 ilustram - para contextos metropolitanos radicalmente distintos (São Paulo e Fortaleza) - a face seletiva das metrópoles, o seu poder particular de retenção e a simultânea afirmação das oportunidades sociais. Nestes gráficos, emerge a importância ainda retida pelo mercado de trabalho metropolitano e, também, a sua diferente estrutura face aos respectivos Estados. Num país cuja dinâmica capitalista é historicamente parcial e subordinada às principais economias mundiais, as metrópoles tenderam a reter os impulsos da modernização, ou seja, os recursos privados e públicos que qualificam o emprego, ainda que esta qualificação ocorra de forma extremamente seletiva e socialmente excludente.

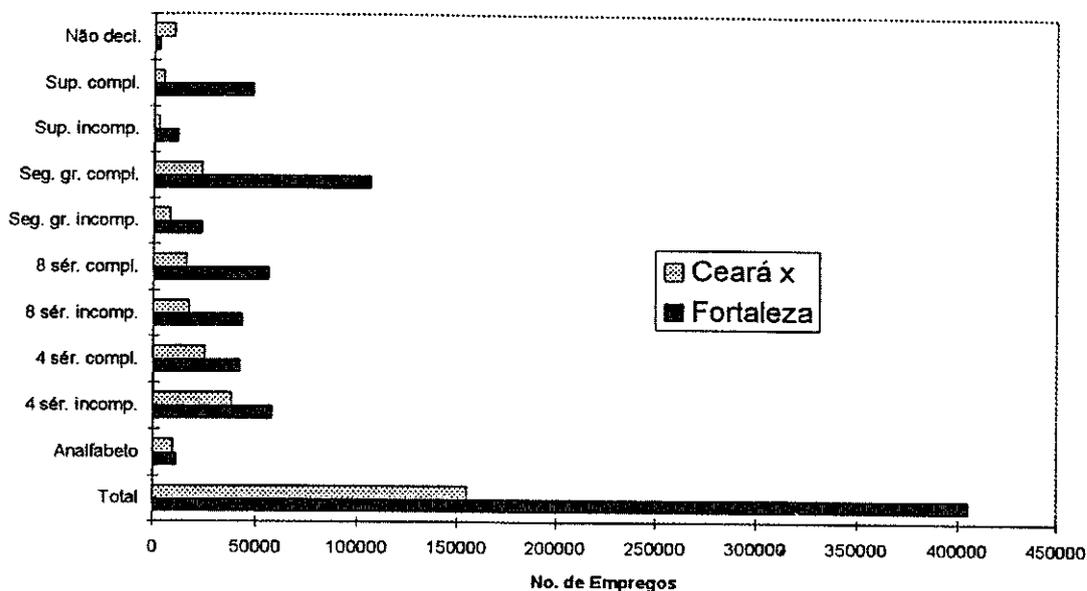
GRÁFICO 1 - Número de Empregos em 31/12 segundo Grau de Instrução, na Metrôpole de São Paulo e no Estado de São Paulo - 1991*



Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS, 1991

* Os dados para o Estado de São de Paulo excluem a Metrôpole de São Paulo

GRÁFICO 2 - Número de Empregos em 31/12 segundo Grau de Instrução, na Metrôpole de Fortaleza e no Estado do Ceará - 1991*



Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS, 1991

* Os dados para o Estado do Ceará excluem a Metrôpole de Fortaleza

3 - INVOLUÇÃO METROPOLITANA E EXCLUSÃO SOCIAL

Sendo as metrópoles espacialidades expressivas da modernização tendem a atrair novos impulsos modernizadores, extensivos às suas áreas de influência. Neste sentido, comandam a modernização e succionam os seus bons e maus resultados; atraindo para si a segregação social articulada, de forma contraditória, aos projetos modernos. Os déficits de incorporação social, portados por estes projetos, tenderão a se refletir, assim, na escala intra-metropolitana. Tais déficits serão responsáveis pela reprodução, em contextos eivados de signos da modernidade, de formas tradicionais de exercício do poder e de rígidas hierarquias sociais (Nascimento e Barreira, 1993). Estes processos estarão também na raiz da histórica luta, desenvolvida diariamente pelos setores populares, pelo alcance de condições urbanas de vida: acesso à habitação e a equipamentos e serviços.

Convém alertar para o fato, entretanto, que o Brasil passou por mudanças econômicas e demográficas profundas nas últimas décadas. O mercado nacional de bens e serviços consolidou-se a partir da modernização conservadora dos anos 70, sendo alteradas a estrutura e as funções exercidas pela rede urbana do país. Observa-se, a partir destes processos, a queda das taxas de crescimento da população em geral e, particularmente, o descenso do ritmo de crescimento das metrópoles. Assim, estes espaços perderam parte de sua capacidade de expressão dos movimentos estruturadores da formação social brasileira, o que não impede que tenham preservado alta capacidade de condensação de processos econômicos, culturais e políticos.

As perdas relativas de dinamismo metropolitano - pela série, antes referida, de processos combinados - manifesta-se de forma desigual em cada contexto. Afinal, estas perdas ocorrem sobre um patamar já adquirido de centralidade econômica e política que varia caso a caso, a partir do significado histórico regional e nacional de cada espaço. Este nível diferencial de centralidade explicaria diferenças na densidade sócio-cultural da vida metropolitana, assim como, na própria dimensão adquirida pelo marco construído. Tais características diferenciais encontram-se relacionadas, ainda, ao nível de amadurecimento das contradições sociais no espaço intra-metropolitano e, portanto, à presença, mais ou menos determinante, de agentes econômicos modernos com suas correlatas formas de uso da terra urbana (Souza, 1994).

A condensação intensa de tempos históricos que constrói a vida metropolitana ocorre, portanto, num quadro de profundas desigualdades regionais. Isto implica em que, hoje, as grandes cidades brasileiras apresentem paisagens sociais com níveis desiguais de precariedade

(Santos, 1988). Nestas paisagens, encontram-se inscritas diferentes possibilidades de conquista de formas mais justas de desenvolvimento urbano e planejamento e, também, diferentes possibilidades de ajuste às modernas disputas, entre cidades, por funções vinculadas ao denominado, por Milton Santos (1994), meio técnico-científico informacional: atividades de comando da economia e da cultura (Cordeiro, 1994).

Desta maneira, à falta relativa de dinamismo econômico - que deixa as suas marcas no território e na sociedade metropolitanos - somam-se os influxos, mais amplos, advindos da própria seletividade social e espacial que caracteriza a atual frente moderna de atividades, altamente especializada e concentradora das oportunidades de emprego e renda (Ribeiro et al, 1995). Frente esta exigente, inclusive, com relação aos seus pressupostos materiais e culturais (Tomelin, 1988). Nos anos 90, porém, índices extremamente elevados de pobreza e miséria conduzem a uma leitura das metrópoles brasileiras muito distante de qualquer euforia modernizante. Nos mapas, ao final do artigo, pode ser rapidamente reconhecida parte significativa dos resultados sociais da urbanização brasileira e, particularmente, alguns efeitos sociais das conjunturas econômicas recentes.

Na extraordinária dimensão atingida pela metrópole de São Paulo, desenhava-se, no início desta década, o perfil da desigualdade sócio-econômica e da segregação espacial. O olhar dirigido às periferias metropolitanas reconhece a elevada presença de famílias indigentes, a não ser em alguns pequenos Municípios serranos. Por outro lado, mesmo o Município-núcleo e aqueles que concentraram a industrialização de ponta do país ainda apresentam índices, ainda que relativamente baixos, de pobreza e miséria. Quando o olhar se desloca, entretanto, para a representação da indigência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a pauperização como marca da vida metropolitana torna-se extraordinariamente aguda, atingindo em profundidade aqueles Municípios que abrigaram, historicamente, a classe trabalhadora e, ainda, as periferias metropolitanas mais distantes.

Mesmo as metrópoles do Sul não encontram-se preservadas dos efeitos sociais de limites históricos à integração social. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, o Município-núcleo - locus de significativas experiências de planejamento democrático - encontra-se envolvido por extensas condensações de pobreza e precariedade social. Este quadro surge, em nível ainda mais elevado, na Região Metropolitana de Curitiba. De fato, a ausência de uma visão mais plena da escala metropolitana da vida coletiva tende a incentivar uma ágil adesão acrítica ao marketing acionado por determinados governos locais, como exemplificaria o caso de Curitiba (Ribeiro e Garcia, 1995). A externalização das questões sociais mais agudas - a

periferização das carências urbanas - constitui uma das faces mais nítidas da urbanização brasileira. Trata-se da permanente instabilidade que marca a pobreza urbana no país, resistente aos projetos de racionalização das contradições sócio-espaciais periodicamente ensaiados pelo poder público.

A sucessão de impactos econômicos e sociais negativos sobre a vida urbana brasileira manifesta-se, abertamente, nas condições de vida hoje existentes nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza e Recife. Nos mapas, os Municípios-núcleos já apresentam de 20 a 25% de famílias indigentes, estando conectados numa malha urbana que retém índices de miséria sistematicamente superiores a 30%. Estes quadros sócio-espaciais ilustram os obstáculos que atingem aquelas inovações administrativas, hoje cada vez mais frequentes, que desconhecem a real dimensão da questão urbana no país. Aliás, como já dito, acreditamos que a ausência de um olhar instruído pela escala das necessidades sociais prejudique, gravemente, o desvendamento de caminhos para a ação compromissada com a redução da desigualdade.

4 - CONTEXTOS METROPOLITANOS E PRÁTICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No mesmo período em que a crise econômica atingiu os seus níveis mais elevados são alcançadas, pela sociedade brasileira, condições políticas mais favoráveis à manifestação de projetos que visavam o resgate da dívida social do período autoritário. Entre estes projetos encontram-se alguns daqueles que apostaram na face potencialmente progressista da administração descentralizada, revitalizadora de canais institucionalizados de interlocução entre movimentos sociais e administrações locais compromissadas com a melhoria das políticas de atendimento à população.

Assim, nos anos 80 manifestaram-se anseios de mudança, mais ou menos bem sucedidos, no perfil da administração das políticas sociais (Melo, 1993). É nesta direção que pode ser compreendida a experiência, em curso, de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). No caso deste Sistema, parece se reproduzir a simbiose entre falta de recursos e avanços políticos que caracterizaria a transição política brasileira. Talvez pudéssemos ainda afirmar que, nesta implantação, ainda ocorreria a tensão, também característica da redemocratização, entre o desvendamento de novos formatos administrativos e o avanço de interesses privados altamente dinâmicos para novas áreas de atividade. Exemplificaríamos o último processo, as modernas formas privadas de prestação de serviços na área da saúde, a denominada medicina de grupo (Médici, 1991).

A administração descentralizada não se constituiria, desta maneira, em defesa segura contra novas pressões privatizantes dos recursos públicos. Ao contrário, a hipótese descentralizadora contém, de forma clara, a dupla possibilidade de ampliação da esfera pública ou de sua radical redução, em consonância com a diretriz política neo-liberal. Neste sentido, poderia ser dito que os espaços metropolitanos do país emergem, na atual conjuntura econômica e política, como totalidades desafiadoras à completa consecução de qualquer um destes projetos de administração do futuro do país. Na face da defesa dos interesses públicos, existem os obstáculos ao controle das práticas excludentes do mercado e, na face dos interesses privados, a pressão social advinda dos patamares atingidos pelas necessidades sociais. Além destas forças contraditórias, seria necessário fazer referência, aqui, à atualmente denunciada corrupção em rotinas de funcionamento do SUS (nota 2).

A análise, preocupada com os espaços metropolitanos, procura apreendê-los como produtos históricos de racionalidades parciais e contraditórias. Assim, a proposta de gestão

descentralizada dos serviços de saúde afirma-se como uma destas racionalidades entre outras altamente competitivas com a sua desejada concretização, como exemplificaria a lógica em rede da medicina privada. Portanto, novos desafios atingiriam, hoje, os projetos de gestão descentralizada dos serviços e equipamentos de interesse coletivo; advindos, tais desafios, da crescente articulação supra-local de agentes econômicos. Afinal, é a agilidade na manipulação de recursos existentes em diversas escalas - propiciada, inclusive, pelo acesso às novas tecnologias de informação e comunicação - que caracterizaria a prática de agentes hegemônicos da economia e da política. Entretanto, esta possibilidade só se realiza, assim pensamos, quando é atingido o controle sobre a escala mais abrangente dos pressupostos de cada atividade.

Para os agentes sociais e políticos efetivamente limitados - em suas perspectivas de vida e ação - à escala local, a defesa dos seus interesses depende, cada vez mais, da conquista estratégica do apoio de outras instituições: igrejas, partidos políticos, movimentos sociais com institucionalidade ampla, assessorias técnicas. Tal apoio é necessário à equivalência dos recursos, acionados pelas diversas forças sociais, nas arenas políticas locais (Scherer - Warren, 1994; Randolph et al, 1993). Afinal, é o jogo político destas forças que historiciza a política pública de forma imediata e diária. Neste sentido, basta observarmos o quadro 2, que apresenta os Municípios brasileiros com gestão semi-plena (nota 3) do SUS em 1995, para apreendermos a pequena efetividade alcançada pela descentralização administrativa do setor saúde no país, e com especial importância para nós, nas metrópoles.

QUADRO 2 - MUNICÍPIOS BRASILEIROS PARTICIPANTES DA GESTÃO SEMI-
PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - EM JULHO DE 1995

MUNICÍPIO DE GESTÃO SEMI- PLENA	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA - UF -	MUNICÍPIO QUE FAZ PARTE DA REGIÃO METRO- POLITANA
Alfena	MG	não
Angra dos Reis	RJ	não
Assis	SP	não
Barbacena	MG	não
Belo Horizonte	MG	SIM
Betim	MG	SIM
Blumenau	SC	não
Brumadinho	MG	SIM
Cuiabá	MT	não
Diadema	SP	SIM
Divinópolis	MG	não
Iracema	CE	não
Itaguaí	RJ	SIM
Itapiuna	CE	não
Itu	SP	não
Jaraguá do Sul	SC	não
Joinville	SC	não
Jundiaí	SP	não
Mauá	SP	SIM
Nanhuque	MG	não
Natal	RN	não
Niterói	RJ	SIM
Nova Lima	MG	SIM
Olinda	PE	SIM
Parnambi	RS	não
Petrolina	PE	não
Quixadá	CE	não
Recife	PE	SIM
Resende	RJ	não
Santa Rosa	RS	não
Santos	SP	não
São Caetano do Sul	SP	SIM
São José dos Campos	SP	não
São Vicente	SP	não
Sertãozinho	SP	não
Sete Lagoas	MG	não
Vespasiano	MG	SIM
Volta Redonda	RS	não
Votarantim	SP	não
TOTAL	39	12

Fonte: Elaborado a partir de informações do Ministério da Saúde, SÍNTESE, DATASUS, 1995.

Trata-se evidentemente, em cada contexto local, da manifestação de desiguais vontades políticas e de graus diversos de amadurecimento das forças sociais. Mas trata-se também, ao nosso ver, do cenário construído - em diferentes escalas - pela competição, ou pela complementaridade administrativa, entre níveis de governo. Além destes processos, deveríamos acrescentar que o aparelho público reflete, de forma mais ou menos mediatizada, a pressão exercida pelos interesses privados na definição das políticas setoriais. Nas metrópoles, a conjugação destes processos deixou as suas marcas na materialidade, nas práticas sociais e em ideários políticos.

A concretização de políticas que visem a descentralização administrativa não encontra-se absolutamente imune à influência exercida pela conjugação histórica desses processos na escala dos lugares e na escala metropolitana. A hipótese contrária implicaria em que, em nome da descentralização, estivesse de fato em curso uma nova forma centralizada - desejada mais eficiente - de gestão de recursos. Como subsídio à reflexão aqui proposta, examinemos os dados do Quadro 3 - Estabelecimentos de saúde por área geográfica e esfera administrativa. Nestes dados, emerge, com clareza, a importância da rede privada de saúde nas regiões metropolitanas brasileiras e, sobretudo, em seus Municípios-sede. De fato, em todos os casos observados ocorre o fenômeno da concentração metropolitana da iniciativa privada; sendo reproduzido, para a dinâmica do setor saúde, o processo histórico de concentração de investimentos e de população nestes espaços.

QUADRO 3 - Estabelecimentos de saúde por área geográfica e esfera administrativa

	RIO DE JANEIRO		SÃO PAULO		MINAS GERAIS		BAHIA		CEARÁ		PERNAMBUCO		PARÁ		R. G. DO SUL		PARANÁ		
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	
Estado																			
Total	3750	100	8777	100	5992	100	3080	100	2192	100	1977	100	1331	100	3955	100	3769	100	
Federal	78	2,08	46	0,54	78	1,3	116	3,77	104	4,74	86	4,35	145	10,89	83	2,10	19	0,50	
Estadual	93	2,48	584	6,65	340	5,67	1265	41,07	345	15,74	391	19,78	299	22,46	688	17,40	69	1,83	
Municipal	1206	32,16	2630	29,96	3040	50,73	724	23,51	954	43,52	786	39,76	513	38,54	1054	26,65	2017	53,52	
Privada	2373	63,28	5517	62,86	2534	42,29	975	31,66	789	31,66	714	36,12	374	28,1	2130	53,86	1664	44,15	
Reg. Metrop.																			
Total	2360	100	3423	100	1000	100	465	100	584	100	641	100	258	100	921	100	615	100	
Federal	63	2,67	18	0,53	13	1,3	7	1,51	25	1,505	16	2,496	9	3,49	25	2,71	5	0,81	
Estadual	87	3,69	279	8,15	32	3,2	103	22,15	24	22,15	85	13,26	33	12,79	137	14,88	22	3,58	
Municipal	389	16,48	596	17,41	328	32,8	84	18,06	146	18,06	164	25,59	21	8,14	153	16,61	187	30,41	
Privada	1821	77,16	2530	73,91	627	62,7	271	58,28	389	58,28	376	58,66	195	75,58	606	65,80	401	65,20	
Mun. Sede																			
Total	1375	100	2057	100	654	100	356	100	467	100	390	100	251	100	443	100	445	100	
Federal	46	3,35	13	0,63	9	1,38	7	1,97	18	3,85	13	3,33	9	3,59	13	2,93	5	1,12	
Estadual	63	4,58	237	11,52	22	3,36	95	26,69	21	4,5	59	15,13	32	12,75	64	14,45	14	3,15	
Municipal	97	7,05	185	8,99	123	18,81	15	4,21	63	13,49	37	9,49	17	6,77	16	3,61	74	16,63	
Privada	1169	85,02	1622	78,85	500	76,45	239	67,13	365	78,16	281	72,05	193	76,89	350	79,01	352	79,10	

Fonte: FIBGE, Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária, 1995

Portanto, descentralizar as ações de saúde, nas metrópoles brasileiras, significa em amplo sentido transferir, para a administração local, relações com a iniciativa privada, cujas formas de organização e desempenho, como antes referido, modificaram-se intensamente na última década. Nestas relações, a inexistência de alternativas provavelmente implica em desafios políticos concretos, de difícil enfrentamento. Sinalizaria a necessidade desta reflexão analítica a constatação, que os dados também estimulam, de que a maior atuação da iniciativa privada nas regiões metropolitanas e nos Municípios-núcleo ocorre na razão inversa da presença relativa de equipamentos públicos.

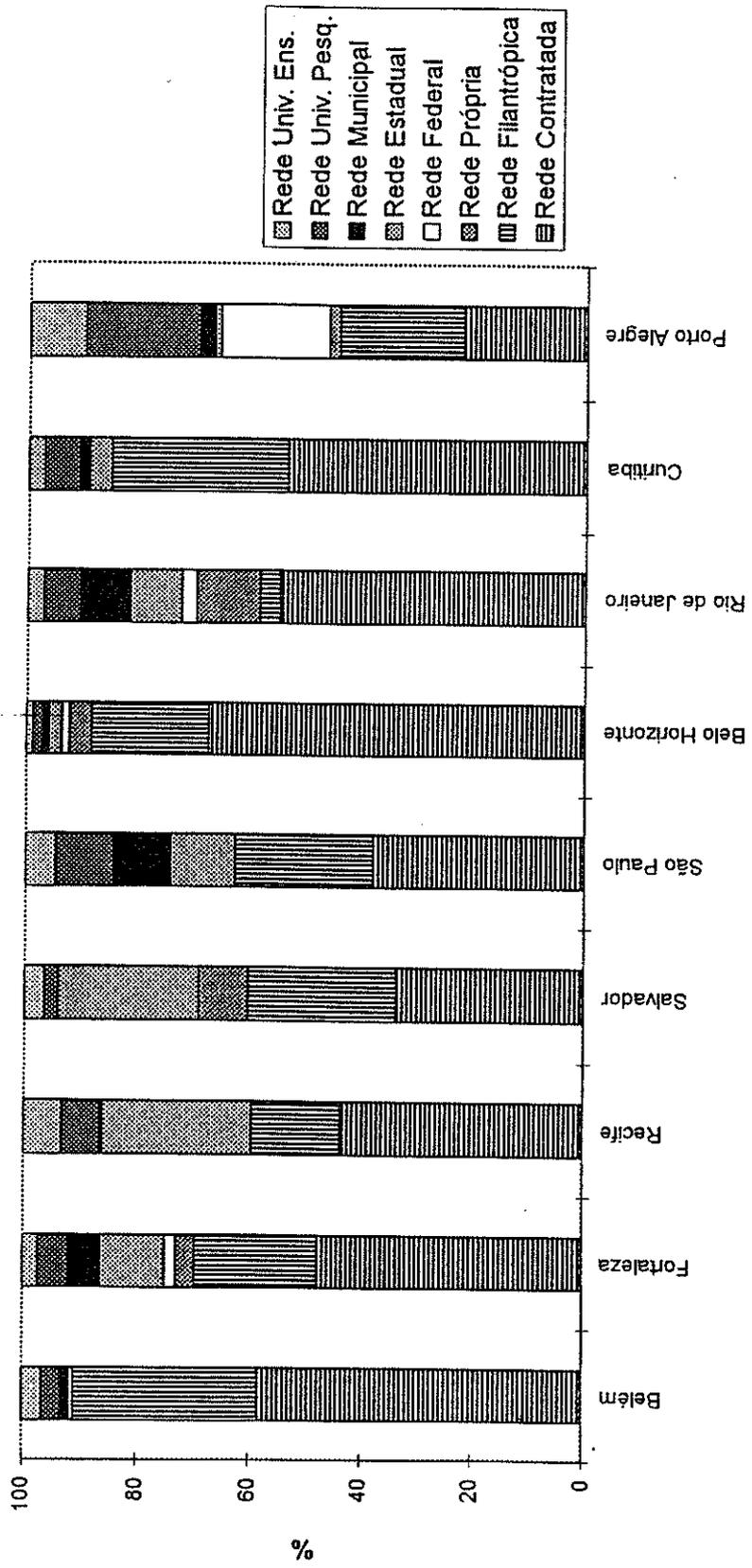
Entretanto, este fato não acontece com igual intensidade para todos os casos observados. Por exemplo, fica clara, no Quadro 3, a importância preservada pela rede estadual de saúde no Rio Grande do Sul e na Bahia, assim como, pela rede municipal em Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Ceará. A partir destes dados, acreditamos ser particularmente interessante a releitura do quadro, antes apresentado, relativo à gestão semi-plena do SUS. Neste quadro, além de alguns Municípios das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, os poucos casos de gestão semi-plena em áreas metropolitanas brasileiras ocorrem, com maior relevância, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e, em plano inferior, de Recife.

O caso da saúde, como transparece dos dados recolhidos, nos estimularia indagar sobre o real nível de preservação, pelas metrópoles brasileiras, do seu histórico papel difusor de inovações. Este papel parece estar hoje pouco mantido quando a observação dirige-se às inovações administrativas nas políticas públicas. Evidentemente, isto não implicaria afirmar que a função de difundir inovações em hábitos, comportamentos e em formas de realização dos negócios não se mantenha, intensamente, como um dos atributos distintivos dos espaços metropolitanos. Porém, contrarrestado por processos de involução que agudizam a crise social e, pela simultânea agilidade econômico-financeira adquirida pela iniciativa privada; agilidade que tem contribuído para alterar, no país, critérios de eficiência e eficácia.

Este duplo movimento provavelmente é responsável pela retenção do ritmo de implantação daquelas iniciativas que, se efetivamente bem realizadas, podem significar aumento de responsabilidade, dos governos, no enfrentamento abrangente das questões sociais. De forma complementar às reflexões realizadas até o momento, o Gráfico 3

mostraria, para as regiões metropolitanas brasileiras, a importância alcançada pela rede privada de saúde no desempenho do SUS, em 1991. Com exceção da Região Metropolitana de Porto Alegre, a rede conveniada concentrava, intensamente, as internações realizadas através do Sistema; seguida da rede filantrópica, de complexa delimitação. Esta situação reforçaria a idéia, antes levantada, de que a implantação de inovações administrativas na área da saúde coletiva, em espaços metropolitanos, implica no controle da ação realizada por agentes privados, sendo aqui acentuada a sua atual agilidade econômico-financeira.

GRÁFICO 3 - Internações Hospitalares nas Regiões Metropolitanas Brasileiras segundo Rede de Atendimento - 1991 (%)



Fonte: Ministério da Saúde, SÍNTESE, DATASUS, 1995

Este controle dependeria, para nós, da recriação de um espaço público propício à plena re-politização das questões sociais. Difícil de ser vislumbrada, para as áreas metropolitanas, quando a leitura destas áreas encontra-se restrita às tendências na economia, como indicariam aqueles estudos, antes citados, preocupados exclusivamente com a técnica, desenraizada das relações sociais. É este tipo de leitura que tenderia a formular um Estado que se limita a ser o estimulador de investimentos na economia, sem conceber - de imediato - as condições políticas de retorno, destes investimentos, à sociedade. Nesta orientação, restariam, para as metrópoles, as expectativas em torno de iniciativas locais, o que equalizaria os desafios enfrentados pelos Municípios metropolitanos aqueles de qualquer outro tipo de esfera local da vida coletiva.

Pensamos que este tipo de leitura tende a ignorar as comunalidades da vida metropolitana e o caráter em geral progressista de sua vida política, especialmente relevante na história do país. É assim que, nos espaços metropolitanos, o tratamento do local implicará sempre no supra-local, e talvez este seja um veio especialmente relevante para que os atores, deste espaço, recuperem a sua capacidade propositiva, já que este é um concreto desafio da Nação. Capacidade a ser reposta não apenas ao nível das atividades econômicas e das modas efêmeras; mas, também, ao nível das inovações político-administrativas. Imaginamos que seriam caminhos promissores a serem explorados nesta direção: a subordinação dos interesses privados ao seu debate no espaço público; o reconhecimento da relevância política da clientela, baseada em recursos públicos, dos serviços privados; defesa da prestação direta de serviços como mecanismo relevante de controle dos serviços privados e como lugar institucional de defesa de valores éticos; as formas compartilhadas de atendimento de saúde por vários Municípios metropolitanos.

Notas:

(1)- Faissol (1994) esclarece que além das nove regiões metropolitanas, existiam também grandes aglomerações urbanas que congregavam, em 1980, grande volume de população. Estas aglomerações urbanas constituem-se em capitais regionais, articuladas a municípios limítrofes. Entre elas: São Luis, Teresina, Natal, João Pessoa, Vitória, Aracajú, Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Santos e Florianópolis. O autor cita ainda as seguintes conurbações: Barra Mansa e Volta Redonda, Juazeiro e Petrolina, Criciúma e Tubarão. Faissol também ressalta que estas aglomerações tinham em média 30% de sua população

ganhando até 1 salário mínimo em 1980, sendo que a maior parte - cerca de 41,7% - encontrava-se na faixa entre 1 a 3 salários mínimos.

(2) - A proposta defendida pelo Ministro Adib Jatene de criação da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), destinada ao levantamento de recursos para a política nacional de saúde, tem estimulado a multiplicação de críticas e denúncias ao funcionamento do SUS. São exemplos, as seguintes matérias do Jornal do Brasil: "SUS terá novo inquérito" (5/9/95); "Novas fraudes na saúde desmentem Jatene" (10/9/95).

(3) - em consonância com as diretrizes da Norma Operacional Básica - SUS 01/1993, do Ministério da Saúde, a condição de gestão semi-plena significa que:

"a Secretaria Municipal de Saúde assume a completa responsabilidade sobre a gestão da prestação de serviços: planejamento, cadastramento, contratação, controle e pagamento de prestadores ambulatoriais e hospitalares, públicos e privados; assume o gerenciamento de toda a rede pública existente no município, exceto unidades hospitalares de referência sob gestão estadual; assume a execução e controle das ações básicas de saúde, nutrição e educação, de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária e de saúde do trabalhador no seu território, conforme definido na Comissão Bipartite; recebe mensalmente o total dos recursos financeiros para custeio correspondentes aos tetos ambulatorial e hospitalar estabelecidos." (p.59)

Referências bibliográficas

- BUARQUE, C. - 1991 - O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CAPRA, F. - 1993 - O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente, trad. Álvaro Cabral, São Paulo, Ed. Cultrix.
- CORDEIRO, H. K. - 1994 - "A "cidade mundial" de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano" In Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Francisco Capuano Scarlato e Monica Arroyo (org.)- O novo mapa do mundo: fim de século e globalização, São Paulo, HUCITEC / ANPUR.
- FAISSOL, S. - 1994 - Espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro, Rio de Janeiro, IBGE.
- GIDDENS, A. - 1989 - A constituição da sociedade, trad. Álvaro Cabral. São Paulo, Martins Fontes.
- HARVEY, D. - 1980 - A justiça social e a cidade, trad. Armando Corrêa da Silva, São Paulo, Ed. HUCITEC.
- JARDIM, A. P., LOPES, M.B.A., GARCEZ, A.R.P., MONTEIRO, V.S. - 1994 - "Aspectos da metropolização brasileira: comentários sobre os resultados

- preliminares do Censo Demográfico de 1991". Cadernos de Geociências, IBGE, DGC, N.11.
- KOSIK, K. - 1976 - Dialética do concreto, trad. Célia Neves e Alderico Toríbio, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KURZ, R. - 1993 - O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial, trad. Karen Elsbete Barbosa. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2a ed.
- LECHNER, N. - 1990 - "A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia latino-americana". Lua Nova, São Paulo, N.21.
- LOJKINE, J. - 1981 - O estado capitalista e a questão urbana, trad. Estela dos Santos Abreu, São Paulo, Martins Fontes.
- LÖWY, M. - 1987 - As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento, trad. Juarez Guimarães, Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Busca Vida.
- MEDICI, A.C. - 1991 - A medicina de grupo no Brasil, Brasília, OPAS.
- MELO, M.A.B.C. - 1993 - "Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na nova república". Dados, Vol. 36, N.1.
- NASCIMENTO, E.P. e BARREIRA, I.A. (org.) - 1993 - Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem, Rio de Janeiro, Notrya / Fortaleza, SUDENE e Univ. Fed. do Ceará.
- NUN, J. - 1992 - "A democracia e a modernização trinta anos depois". Lua Nova, São Paulo, n.27.
- RANDOLPH, R., SILVEIRA, C., MENEGAT, E. - 1993 - "Modificações no modelo de regulação econômica e social. As ONGs" In Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (org.) - Novas e velhas legitimidades na reestruturação do território, Salvador, ANPUR/UFBA.
- RIBEIRO, A.C.T. - 1989 - "Pouvoir des metropoles et conjoncture politique" In Jean Revel - Mouroz (coord.) Pouvoir local, regionalismes, decentralisation: enjeux territoriaux et territorialité en Amérique Latine, Paris, IHEAL, Collection Travaux et Mémoires, n.47.
-
- 1993 - "Mutações na sociedade brasileira: seletividade em atualizações técnicas da cultura" In Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Francisco Capuano Scarlato, Monica Arroyo (org.) - O novo mapa do mundo: fim de século e globalização, São Paulo, HUCITEC / ANPUR.

- _____ - 1994 - "Crise urbana e novas imagens do trabalho: recortes analíticos do pequeno empresário". *Paper* apresentado ao XVIII Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambú (MG), novembro.
- RIBEIRO, A.C.T. e GARCIA, F.S. - 1995 - " "City marketing": a nova face da gestão da cidade no final do século". Texto proposto ao XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, outubro.
- RIBEIRO, A.C.T., SILVA, C.A., VIEIRA, H.M., SILVA, R.C. - 1995 - "Turismo: uma prática entre a crise e a inovação na metrópole do Rio de Janeiro". Texto apresentado ao Seminário internacional Sol e Território, Depto de Geografia/USP, julho.
- SANTOS, M. - 1988 - *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*, São Paulo, Ed. HUCITEC.
- _____ - 1990 - "A metrópole: modernização, involução e segmentação" In Lícia Valladares e Edmond Preteceille (org.) - *Reestruturação urbana: tendências e desafios*, São Paulo, Nobel / IUPERJ.
- _____ - 1994 - *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico - científico informacional*, São Paulo, Ed. HUCITEC.
- SANTOS, M., SOUZA, M.A., SILVEIRA, M.L.(org.) - 1994 - *Território: globalização e fragmentação*, São Paulo, Ed. HUCITEC / ANPUR.
- SCHERER-WARREN, I. - 1994 - "Organizações não governamentais na América Latina: seu papel na sociedade civil". São Paulo em Perspectiva, Vol.8, N.3.
- SILVA, C.A. - 1994 - *Novas relações entre espaço e cultura: filmes em videocassete e vida urbana. Tese de Mestrado*, IPPUR / UFRJ.
- SIMMEL, G. - 1976 - "A metrópole e a vida mental" In Gilberto Velho (org.) - *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SOUZA, M. A. A. - 1994 - *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*, HUCITEC / EDUSP (Col. Estudos urbanos, 8).
- TAVARES, H. - 1991 - "Inovações tecnológicas e suas implicações territoriais" In Rosélia Piquet e Ana Clara Torres Ribeiro (orgs.) - *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor e Fundação Universitária José Bonifácio.
- TOMELIN, M. - 1988 - *O quaternário: seu espaço e poder*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

WEBER, M. - 1991 - Sobre a teoria das ciências sociais, trad. Rubens Eduardo Frias.
São Paulo, Ed. Moraes.

Fontes:

FIBGE - 1991 - Censo demográfico, Rio de Janeiro,

_____ - 1995 - Pesquisa de assistência médico-sanitária - 1992, Rio de Janeiro.

IPEA - 1993 - Mapa da fome II: informações sobre indigência por unidade da
federação, Rio de Janeiro

JARDIM, A. P. et al - 1994 - Aspectos da metropolização brasileira: comentários sobre
os resultados preliminares do censo demográfico - 1991, In Cadernos de
Geociências - IBGE, Rio de Janeiro, n. 11, p.67-86

Ministério da Saúde - Norma Operacional Básica - SUS 01/1993

_____ - 1995 - SÍNTESE, DATASUS: Municípios brasileiros
participantes da gestão semi-plena do Sistema Único de Saúde, Rio de Janeiro.

_____ - 1995 - SÍNTESE, DATASUS: Internações nas regiões
metropolitanas brasileiras segundo rede de atendimento em 1991, Rio de Janeiro.

Ministério do Trabalho - 1994 - RAIS: Relação anual de indicadores sociais - 1991,
Brasília

Simpósio Internacional "Mundos Urbano y Rural en America Latina"
Museo Nacional de Etnologia - Osaka - 4 - 7 de dezembro de 1995

REPRODUÇÃO SOCIAL E INVOLUÇÃO INTRA-METROPOLITANA NO BRASIL

Ana Clara Torres Ribeiro - Socióloga, Doutora e Prof. Adj
do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
(IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pesquisadora CNPq

Cátia Antonia da Silva - Geógrafa, Mestra e Pesquisadora do
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
(IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Hermani de Moraes Vieira - Geógrafo, Mestrando do
Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio
de Janeiro

(I) - Introdução: desafios da urbanização brasileira

“As classes sociais não “são diferentes” na América Latina. O que é diferente é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social”
(Florestan Fernandes - Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina).

Os maiores desafios da urbanização brasileira encontram-se condensados em suas metrópoles, mesmo que as carências sociais possam ser reconhecidas, praticamente, na totalidade da rede urbana. De fato, as metrópoles do país constituem cenários privilegiados para a observação crítica de desigualdades econômicas e culturais e, também, para que sejam reconhecidos os limites que pautaram, historicamente, as políticas públicas. Constituem, assim, concentrações de riqueza e pobreza que denunciam a reprodução de desigualdades sociais e regionais, em conjunturas políticas diversas, e a dinâmica subalterna do capitalismo brasileiro no cenário internacional.

A ênfase nos espaços metropolitanos se justifica, ainda, pelos contingentes demográficos que concentram (34.389.338, em 1980, e 42.670.358, em 1991) (ver Tabela, apresentada a seguir) e pelo fato de que constituem campos densos de oportunidades e exclusões sociais que não poderão vir a ser secundarizados no futuro da sociedade brasileira. Afinal, estes espaços são fruto de extraordinários esforços coletivos - de segmentos e grupos sociais, famílias e indivíduos.- e da concentração estratégica de recursos públicos. Por outro lado, as nove regiões metropolitanas reconhecidas pelo planejamento dos anos 70, e ainda consideradas usualmente pelas estatísticas oficiais, exemplificam a problemática urbana enfrentada noutras cidades, hoje também sujeitas a processos de metropolização em decorrência da nova territorialidade da dinâmica econômica do país (Jardim, 1990).

Um olhar mais atento para as regiões metropolitanas brasileiras permitirá o reconhecimento imediato de uma realidade heterogênea. Heterogeneidade com origem,

sem dúvida, nos papéis históricos exercidos por cada um dos contextos considerados e, também, decorrente da sua diferencial capacidade de atrair atividades hegemônicas e de comandar o desenvolvimento regional e nacional (Santos, 1978). É esta heterogeneidade que permite, ainda, o reconhecimento das diferentes faces assumidas pelos vínculos entre crise social e crise urbana no Brasil. Neste sentido, as metrópoles da área core do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) já demonstram, nos dados censitários de 1991, um certo nível de esgotamento de sua anterior atratividade. Esta tendência ocorre, principalmente, na metrópole do Rio de Janeiro, caso exemplar de concentração urbana sujeita a perdas históricas de funções econômicas e políticas nas últimas décadas.

Esta perda relativa de atratividade das metrópoles da área core significa, em sua face positiva, a afirmação de uma ampla rede urbana capaz de filtrar a pressão migratória antes exercida sobre estes contextos. Significa, também, os efeitos imediatos, na dinâmica demográfica, da queda abrupta da fecundidade observada nas últimas décadas; queda esta cujos custos sociais nem sempre são salientados pelas leituras mais eufóricas da modernização cultural do país (Ribeiro e Ribeiro, 1992). Entretanto, a redução do crescimento das principais cidades brasileiras parece significar, ainda, a manifestação de outra tendência mais grave, ou seja, a de que a pobreza tenda a se concentrar, ainda mais, em metrópoles regionais já parcialmente preteridas por anteriores processos de modernização da economia brasileira. Poderíamos interpretar, desta forma, o forte crescimento demográfico, verificado no período 1980 - 1991, nas metrópoles de Fortaleza, Belém e Salvador.

A dinâmica demográfica das regiões metropolitanas do Sul do Brasil - Porto Alegre e Curitiba - parece apontar para a incorporação, destes contextos, em processo similar de concentração da pobreza nas metrópoles regionais. Este processo tende a romper um certo equilíbrio econômico - demográfico antes reconhecido nestas cidades, decorrente do comando que exercem sobre realidades regionais relativamente privilegiadas. É esta tendência mais recente, de concentração da pobreza, que amplia as diferenças observadas, nas metrópoles regionais, entre Município-núcleo e Municípios - periféricos, impedindo que experiências consideradas positivas do planejamento urbano, em curso nos seus núcleos, possam ser indicativas de um seguro enfrentamento de urgentes questões sociais em ampliação na escala metropolitana (Menegat, 1995).

POPULAÇÃO RESIDENTE E VARIAÇÃO RELATIVA,
SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS - 1980 / 1991

REGIÕES METROPOLITANAS	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIAÇÃO RELATIVA %
	1980	1991	
BELÉM	999.165	1.332.723	33,38
FORTALEZA	1.580.074	2.303.645	45,79
RECIFE	2.347.146	2.871.261	22,33
SALVADOR	1.766.614	3.493.224	41,13
BELO HORIZONTE	2.609.583	3.431.755	31,51
RIO DE JANEIRO	8.772.265	9.796.498	11,68
SÃO PAULO	12.588.725	15.416.616	22,46
CURITIBA	1.440.626	1.998.807	38,75
PORTO ALEGRE	2.285.140	3.026.029	32,42
TOTAL	34.389.338	42.670.358	24,00

FONTE: JARDIM et al, 1994

(II) - valorização da análise da escala metropolitana

Em decorrência das tendências históricas da urbanização brasileira e das suas consequências sociais, antes rapidamente referidas, este texto coloca-se num plano analítico que atribui centralidade à reflexão da escala metropolitana. O nível de concentração demográfica distingue a problemática urbana, do país, da observada noutras sociedades capitalistas periféricas (Martine, 1995; Santos, 1993). Entretanto, a preservação da escala metropolitana de análise ocorre num período em que tem sido estimulado, com maior ênfase, o estudo da vida local e dos fenômenos associados à globalização. A nossa defesa da escala metropolitana de reflexão decorre da relevância que atribuímos à compreensão da dinâmica social, face às questões diretamente políticas, que hoje estimulam a reflexão do denominado poder local, ou, ainda, as questões econômicas, que voltam-se para a análise dos circuitos da economia mundial.

Trata-se, portanto, da ênfase num olhar analítico que interroga as qualidades sociais do fato metropolitano no Brasil, indagando sobre a sua instável natureza de fato social total (Simmel, 1976). Neste sentido, procuramos apreender o fenômeno metropolitano por sua capacidade de alterar, em profundidade, pautas culturais e comportamentos na escala do país e, ainda, de impor, ao nível intra-metropolitano, interações sociais específicas, formas de sociabilidade e de concretização das relações entre classes e segmentos de classe. Desta forma, para nós, o fenômeno metropolitano e as suas instáveis qualidades deveriam ser permanentemente considerados na análise de diretrizes para as políticas públicas e o planejamento econômico do país.

Assim, subordinamos as nossas indagações econômicas e políticas às qualidades sociais da metropolização. Este tipo de proposta tem por base uma determinada linha de interpretação da história urbana, segundo a qual o seu ritmo e extensão territorial teriam produzido profunda alteração na composição e na dinâmica das classes sociais. Tal alteração decorreria do desenraizamento sócio-cultural de amplos contingentes populacionais e de sua concentração em precários contextos urbanos, onde eram mais densos os pressupostos materiais da acumulação capitalista (Oliveira, 1982; Kowarick, 1975).

Desenraizamento sócio-cultural e precariedade das condições de reprodução social explicariam o deficit de urbanidade que ainda caracteriza a urbanização brasileira e a própria instabilidade da vida urbana. Neste sentido, poderia ser afirmado que o ritmo da urbanização não teria sido acompanhado por ganhos consistentes em urbanidade, aqui compreendida pela existência de regras seguras nas relações sociais cotidianas e direitos sociais garantidos (Ribeiro, 1995). São estas características da urbanização brasileira que apoiam as nossas indagações sobre a natureza do fato metropolitano como fato social total, isto é, capaz de propiciar uma interpretação consistente de traços marcantes da sociedade brasileira e de orientar a análise crítica das condições da vida coletiva..

Na face da sociedade abrangente, teríamos os traços de uma sociedade que mescla formas arcaicas de reprodução das relações sociais - hoje denunciadas pelas lutas sociais no campo, expressivas da exclusão de trabalhadores de terras mantidas improdutivas e do trabalho escravo - e uma significativa capacidade de adaptação às tendências mundiais de ponta, como exemplifica a absorção de inovações tecnológicas nas formas modernas de

consumo e na administração de alguns setores da economia (Santos, 1994; Pereira, 1995). Modernidade que se manifesta, ainda, na rápida difusão territorial de redes de serviços transnacionais - orientadas pela flexibilidade e pela terceirização - responsáveis por mudanças na concepção do trabalho e do consumo (Ribeiro, 1994; Tavares, 1993).

Na face dos contextos urbanos, desenraizamento e precariedade de condições de vida implicam em exclusão social com relação a equipamentos e serviços urbanos (Rocha, 1994) e, cada vez mais, em violência (Soares et al, 1993). Implicam, também, na manutenção de práticas políticas que reproduzem formas clientelíticas tradicionais de exercício do poder (Nascimento e Barreira, 1993). Porém, estas marcas da urbanização brasileira não tem impedido, mais uma vez, a significativa e ágil adequação, de parte da sociedade urbana, a pautas culturais modernas e individualistas e, a manifestação de comportamentos decorrentes da globalização da cultura (Ianni, 1992; Silva, 1994). Ao contrário, estas pautas surgem, com clareza, em alterações comportamentais estimuladas pelo marketing econômico e político e em transformações na paisagem urbana (shopping centers, condomínios fechados, arquitetura com características pós-modernas, redes de serviços).

São estas características opostas e contraditórias do processo de urbanização que se apresentam, de forma aguda, nos espaços metropolitanos, onde se condensam os limites à integração social apresentados por anteriores processos de modernização econômica e social (Maricato, 1995). Porém, não caberia mais, no presente momento, a retomada de orientações analíticas dualistas, estimuladoras do desconhecimento de vínculos, historicamente construídos, entre os setores hegemônicos e marginalizados da economia e da sociedade urbanas. Orientações contra as quais se colocou Milton Santos em seu livro *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (1979). É, aliás, também contra a possível retomada destas orientações, estimulada pela atual agudização dos processos de exclusão social, que postulamos a necessidade de preservação da escala metropolitana de observação e análise, já que esta permite a apreensão da tensa interação entre incluídos e excluídos e das suas consequências materiais e sócio-culturais.

Além disto, frente à irreversibilidade do nível de urbanização já atingido pela sociedade brasileira, e os custos sociais envolvidos em seu alcance, torna-se

indispensável a identificação de formas de intervenção e projetos que propiciem a melhor distribuição social dos recursos acumulados em determinados pontos do território, a retenção de cisões culturais agudas e da radicalização de conflitos que não tenham a possibilidade de se transformar em ganhos, institucionalmente significativos, de urbanidade. Esta busca torna-se especialmente significativa frente a tendências contemporâneas à maior seletividade social e espacial dos processos de modernização, como exemplificariam a valorização unilateral dos Municípios - núcleo das regiões metropolitanas e a adequação, de partes restritas de sua materialidade, ao exercício de funções mundiais (Cordeiro, 1993).

Neste sentido, a recuperação que fizemos de alguns traços da urbanização brasileira impõe a sua observação atenta nas conjunturais econômico-políticas e em cada contexto metropolitano, já que estes apresentam não apenas profundas desigualdades históricas que implicam em desafios desiguais para o futuro; mas, também, diferentes possibilidades de enfrentamento das questões sociais mais relevantes.

(III)- Evolução e involução metropolitanas

De fato, tendências apresentadas pela vida coletiva nas metrópoles brasileiras a partir dos anos 80, apontam para o agravamento da crise social. Este agravamento pode ser observado através do retrocesso, em curso, em níveis já atingidos pela denominada cooperação urbana, ou seja, pela socialização de condições materiais de vida: infra-estrutura e serviços (Lojkine, 1981). Retrocesso que significa, concretamente, recuos na presença do Estado na gestão da vida urbana (Melo, 1993) e perdas na dinâmica integradora do mercado de trabalho - salário e geração de renda (Sabóia, 1994). Acreditamos, neste sentido, que o uso articulado das noções de urbanidade, dirigida às questões da sociabilidade e ao tratamento institucional das relações sociais nos contextos metropolitanos, e cooperação urbana, voltada para ação do Estado e as condições

materiais de vida, propicie a reflexão crítica dos desafios sociais apresentados, hoje, pelas metrópoles brasileiras.

Julgamos ainda, com a orientação de Milton Santos (1990), que estes movimentos de retrocesso relativo, observáveis na escala das áreas metropolitanas brasileiras, possam expressar os efeitos imediatos da denominada involução metropolitana. Conceito, proposto por este autor, para indicar a tendência ao esgotamento da centralização e da concentração históricas, de atividades econômicas e de comando político, nos contextos urbano-metropolitanos do país. Este esgotamento poderia ser indicado através da crescente relevância, adquirida por cidades de porte médio, no processo de industrialização e no desempenho de funções associadas à modernização da agricultura. O perfil da rede urbana brasileira, expressivo de alterações na composição das classes sociais, refletiria tendências à emergência de ilhas de riqueza em cidades médias de Estados favorecidos por processos pretéritos de modernização (Davidovich, 1993).

Assim, a reflexão atualizada das áreas metropolitanas precisaria contemplar não apenas os deficits de urbanidade e os recuos na cooperação urbana; mas, também, a atual perda de elos entre as condições gerais da produção capitalista, anteriormente concentradas nos espaços metropolitanos, e as novas estruturas produtivas, em parte independentizadas, destas condições, por mudanças nas formas de produzir e por facilidades propiciadas pela difusão do meio técnico-científico e informacional (Santos, 1994).

Por outro lado, estes mesmos processos refazem funções metropolitanas, agora mais diretamente associadas à gestão econômico - financeira tanto de atividade produtivas quanto do consumo, o que se traduz, conforme referência já feita, em mudanças na paisagem metropolitana e em novas cisões sócio-espaciais. De fato, a noção de involução metropolitana tem plenamente esclarecidos os seus pressupostos, para a análise atualizada da urbanização brasileira, quando recordarmos os vínculos históricos entre projetos de modernização da economia e da sociedade e, expectativas de resolução das desigualdades sociais concentradas nas metrópoles. Sem dúvida, a sociedade brasileira conviveu, por um longo período, com expectativas e promessas de uma segura evolução urbana, geradas pelo ideário de uma moderna sociedade urbano-industrial.

Estas expectativas sociais, articuladas a esperanças de mobilidade social ascendente, tem sofrido a oposição da ausência de modelos claros de desenvolvimento e de mudanças provocadas pela reorganização da economia que apontam para os riscos sociais presentes na atual perda de atratividade dos principais espaços metropolitanos do país (Gonçalves, 1995). Afinal, foram estas promessas e expectativas, articuladas aos projetos de desenvolvimento da economia, que estimularam também, até recentemente, a defesa de políticas de desenvolvimento urbano, orientadoras de reivindicações sociais e de investimentos públicos . Reivindicações e investimentos dirigidos ao compartilhamento de infra-estruturas e serviços, à articulação funcional de objetos com origens históricas distintas, à complementariedade de atividades econômicas e sociais e à emergência de uma sociabilidade expressiva da integração social.

(IV)- Evolução e involução intra-metropolitanas

Assim, na face intra-metropolitana, a disputa por novos papéis hegemônicos implicaria em redistribuição sócio-espacial das oportunidades econômicas - num novo perfil de segmentações internas às classes sociais -, articulada à radicalização de anteriores processos de segregação espacial. Neste sentido, encontraríamos, na escala intra-metropolitana, tendências mais fortes à guetificação e à gentrificação e, ainda, à quebra de tradicionais relações entre desiguais, associadas ao mercado informal de trabalho. A involução intra-metropolitana se expressaria, desta maneira, não apenas através da subordinação de antigos setores hegemônicos da economia às novas condições da eficiência e da eficácia capitalistas - impostas pelas relações externas de mercado mantidas pelo país - mas, sobretudo, através da possível redução de tradicionais possibilidades de sobrevivência dos pobres.

Nesta direção, Milton Santos já havia proposto, em clássicas análises da urbanização (1978a), que as metrópoles abrigariam a pobreza, sem contínuas explosões sociais, por permitirem, em seus marcos construídos extremamente estendidos, a

existência de segmentações internas do mercado de trabalho, propícias à instalação de mecanismos subalternos de geração de renda. Entretanto, a nova espacialidade intrametropolitana, com origem na reestruturação da economia e na crise social, indica a manifestação de crescentes limites neste papel historicamente desempenhado pelas metrópoles do país. Limites que decorreriam da articulação entre os seguintes processos: empobrecimento generalizado, reduzindo a importância do mercado consumidor representado pelos pobres urbanos e a sua disputa pelas formas hegemônicas de produção e comercialização; apropriação, por segmentos médios, de parte das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos pobres (moradia em favelas bem localizadas e participação no mercado informal de trabalho); domínio exercido pelos circuitos ilegais (droga, contrabando, jogo, prostituição) sobre o lugar e as formas de organização das camadas populares urbanas (Souza, 1995).

Por outro lado, as novas condições hegemônicas da produção, financeiras e culturais, privilegiam a existência de determinadas externalidades que são o resultado da crescente intersecção entre políticas urbanas, novas tecnologias de informação e comunicação e pautas comportamentais altamente competitivas e individualistas. Estas externalidades, em contextos submetidos ao processo de involução metropolitana, estimulam a concentração sócio-espacial dos investimentos públicos, exarcebando a distância, em termos de amenidades e ritmo da vida social, entre as denominadas, ainda por Milton Santos (1994), áreas luminosas e sombrias das grandes cidades e, assim, entre os homens rápidos e lentos das metrópoles brasileiras.

Trata-se da possibilidade de que seja ampliada a histórica desigualdade social que marca a urbanização do país, na medida em que o acesso a infra-estruturas básicas já não garante a integração social à totalidade das condições necessárias à vida urbana. Afinal, esta vida encontra-se cada vez mais sujeita a impulsos produzidos pela técnica; impulsos que hoje penetram o tecido social e o ritmo da vida diária recriando desigualdades decorrentes do capital cultural de classes e frações de classe e de sua diferencial adequação às novas frentes de atividade econômica (Finquelievich et al, 1988). Estas tendências contribuíram para produzir afastamentos entre modos e estilos de vida, explorados pelo marketing econômico e político, e, portanto, no acesso aos recursos públicos.

Tendências que manifestam-se em crescentes barreiras econômicas e físicas à circulação urbana, pelo custo e baixa qualidade do transporte coletivo, o uso privado de áreas públicas e o fechamento de segmentos da malha urbana pelas estratégias de segurança privada e de valorização imobiliária. A articulação destes processos, que indicamos - aplicando à escala metropolitana a orientação analítica de Milton Santos - através da noção de involução intra-metropolitana, redundam em pressões sociais sobre as políticas públicas, de difícil resolução num período marcado por estratégias de reorganização do Estado. Estratégias que tem questionado o seu histórico papel de responsável direto pelo fornecimento de serviços e equipamentos urbanos (Cordeiro, 1995).

Na verdade, este questionamento tem significado a existência de projetos políticos que visam repassar, para a iniciativa privada, tarefas públicas tradicionais. Numa conjuntura de involução metropolitana, a aceitação destes projetos pode implicar na insatisfação definitiva de históricas carências de amplas parcelas da população metropolitana. Aliás, o atendimento destas carências, por mãos privadas, provavelmente dependeria, novamente, da interferência do Estado no financiamento dos seus custos. Este envolvimento do aparelho de governo, a longo prazo, não justificaria o seu recuo, de responsabilidades com o bem-estar coletivo, por razões orçamentárias imediatas.

No cenário metropolitano, a desestabilização de expectativas sociais se traduz, a partir da última década, na crescente transitoriedade que marca a adesão social a projetos coletivos e a formas de protesto e provavelmente, também, na rápida difusão de novas formas de religiosidade . Este nível de instabilidade penetra, profundamente, nas relações sociais cotidianas e nos espaços institucionais tradicionais, sem ser capaz de gerar, por enquanto, um conjunto consistente de propostas de integração social na escala metropolitana. A conquista destes projetos significaria, ao nosso ver, a defesa sistemática de elos institucionalizados entre lugares e segmentos sociais, concentradores dos recursos urbanos, e as camadas sociais excluídas.

(V) - Velhas e novas formas de segregação sócio-espacial

A já longa história de segregações sócio-espaciais desenhada na paisagem das metrópoles brasileiras apresenta, hoje, profundas resistências a projetos dirigidos à equidade de condições de vida e à ampliação da justiça social. A presença da pobreza, nas cidades brasileiras, se fez à revelia de amplas políticas de abrigo que considerassem o real nível das carências sociais, ou seja, à margem dos códigos urbanos. Assim, a paisagem metropolitana contém os resultados de prolongadas lutas sociais - mais ou menos visíveis - pela permanência, dos setores populares, nas grandes cidades do país: ocupações de terra, favelas, auto-construção em loteamentos periféricos e irregulares. Este quadro de profundas desigualdades sociais se consolidou, portanto, à revelia das diretrizes traçadas para a política urbana e, assim, a partir da resistência social a ideais urbanísticos e às formas dominantes de uso do solo urbano.

É este quadro de desigualdades resultante da urbanização de base pobre, como nos diria Francisco de Oliveira (1972), que tende a reduzir as intervenções governamentais a um processo, no máximo, de aceitação da presença popular, via acesso a algumas redes de infra-estrutura e reconhecimento jurídico das ocupações de terra. Esta diretriz, mais efetiva naqueles municípios metropolitanos governados por partidos progressistas, é, sem dúvida, socialmente superior a outras orientações que procuraram resolver a questão urbana através, por exemplo, do deslocamento de favelados para conjuntos habitacionais localizados em periferias desequipadas e distantes. Entretanto, as políticas de acomodação e aceitação, dados os limites econômicos em que ocorrem, tendem a não garantir o alcance, pelos segmentos populares, de condições seguras de vida urbana; e, mais, a não permitir a conquista de formas plenas de cooperação urbana que superem oposições sociais profundas e preconceitos.

Porém, esta leitura da vida metropolitana precisaria ser relativizada pelas múltiplas formas de organização social e política dos setores populares urbanos no Brasil e pela constatação da existência diária de redes de solidariedade e apoio mútuo que

permitem a preservação de formas positivas de sociabilidade, nem sempre reconhecidas pelo pensamento crítico. Este quadro urbano conformado, historicamente, por desigualdades e lutas sociais, reivindicações coletivas, solidariedade e mecanismos parciais de integração social abriga, a partir dos anos 80, os efeitos sociais da crise econômica e das políticas de ajuste implementadas pelo governo federal.. Estes efeitos podem ser reconhecidos nos mapas apresentados a seguir.

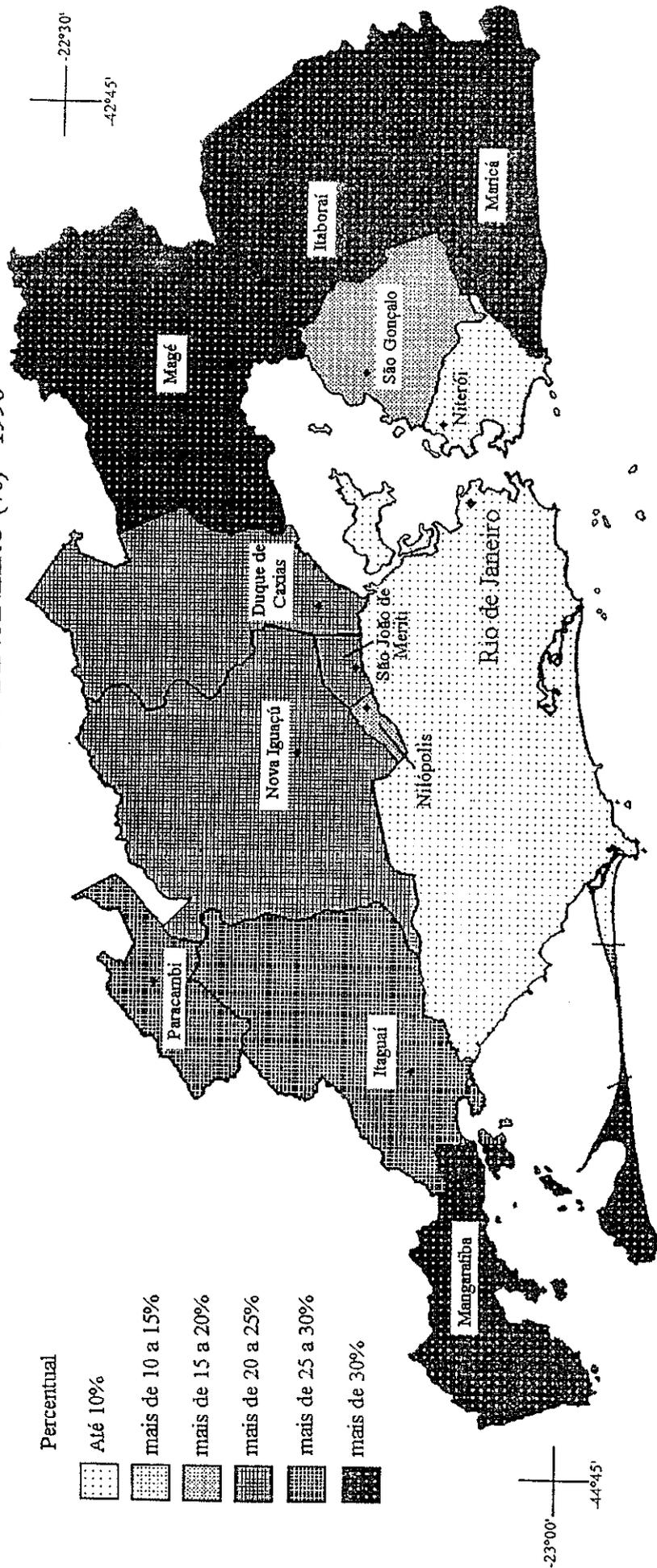
A distribuição espacial e a concentração relativa de famílias indigentes na cidade do Rio de Janeiro demonstram a pressão social, de fato existente, sobre as periferias metropolitanas e, em decorrência, sobre algumas das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos setores populares urbanos. Hoje, esta pressão atinge, com maior intensidade, aqueles Municípios de relativa baixa densidade demográfica, e onde são preservados usos estendidos da terra urbana, do que aqueles Municípios que historicamente abrigaram a classe trabalhadora urbana, isto é, os denominados Municípios dormitório. Acreditamos que esta tendência possa significar o esgotamento de formas subalternas de sobrevivência no espaço metropolitano e, também, obstáculos crescentes na incorporação ao, denominado por Milton Santos (1979), circuito inferior da economia urbana.

No mapa referido à cidade de São Paulo é possível observar a menor pressão exercida, pelo processo de empobrecimento da sociedade brasileira, sobre o Município núcleo e a sua periferia mais próxima, onde se localizaram - nas últimas décadas - os setores industriais de ponta da economia. Assim, a concentração da extrema pobreza tende a ocorrer nos limites da área metropolitana, onde seria menos intensa a disputa social pelas condições materiais da vida urbana e, portanto, também menos presentes as oportunidades de integração social concentradas pela metrópole. Este mapa indicaria a possível preservação, nesta metrópole, de áreas estendidas de cooperação urbana, o que impediria que o processo de involução metropolitana a que se encontra sujeita (Santos, 1990a) manifeste-se, imediatamente, como processo de involução intra - metropolitana. Há, de fato, a possibilidade de que este último processo seja externalizado para outras regiões metropolitanas, na medida em que a metrópole paulista reconcentre, nacionalmente, os novos pressupostos econômicos e técnicos da acumulação capitalista (Ribeiro, 1988; Pereira, 1995).

Para as metrópoles regionais, a observação dos desafios sociais que as atinge, atualmente, pode ser realizada através dos exemplos oferecidos pelas Regiões Metropolitanas de Salvador e Porto Alegre - expressivas das desigualdades regionais produzidas pela modernização econômica do país - cujos mapas da distribuição espacial de famílias indigentes também são apresentados a seguir. O crescimento demográfico de Salvador, citado na primeira parte deste texto, tem a sua face social denunciada quando verificamos que, mesmo no Município-núcleo, a indigência atingia, no início dos anos 90, mais de 15% dos domicílios. Entretanto, este quadro de pobreza urbana é rapidamente agravado nos Municípios limítrofes ao núcleo metropolitano, onde a concentração da indigência alcança de 25 a 30% dos domicílios. Mais uma vez, com relação à vida social nesta cidade, é possível reconhecer a agudização da pobreza nos Municípios mais distantes, sendo demonstrada a segregação social daqueles espaços intra-metropolitanos que permitem a reprodução de estratégias de sobrevivência tradicionalmente acionadas pelos setores populares urbanos.

Os impulsos modernizadores, reconhecidos em Salvador nas últimas décadas, ocorrem num cenário urbano condensador da pobreza e, também, possivelmente sujeito a processos de involução pela vitalidade econômica de algumas áreas do interior do Estado, impulsionadas pela modernização da agricultura (Souza, 1990). Por outro lado, a articulação única, de tendências nacionais ao agravamento da crise urbana à modernização regional socialmente excludente, faz da metrópole de Porto Alegre um cenário onde o Município-núcleo e as áreas mais industrializadas da metrópole (por exemplo: Novo Hamburgo) contrastam com Municípios limítrofes concentradores da indigência. É este cenário de contrastes crescentes que respalda, atualmente, políticas segregacionistas da pobreza desenvolvidas por alguns Municípios industrializados de áreas metropolitanas brasileiras, como as denunciadas pela geógrafa Fanny Davidovich (1993).

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE FAMÍLIAS INDIGENTES
 FACE A DOMICÍLIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (%) - 1990*



FONTE: Famílias - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)

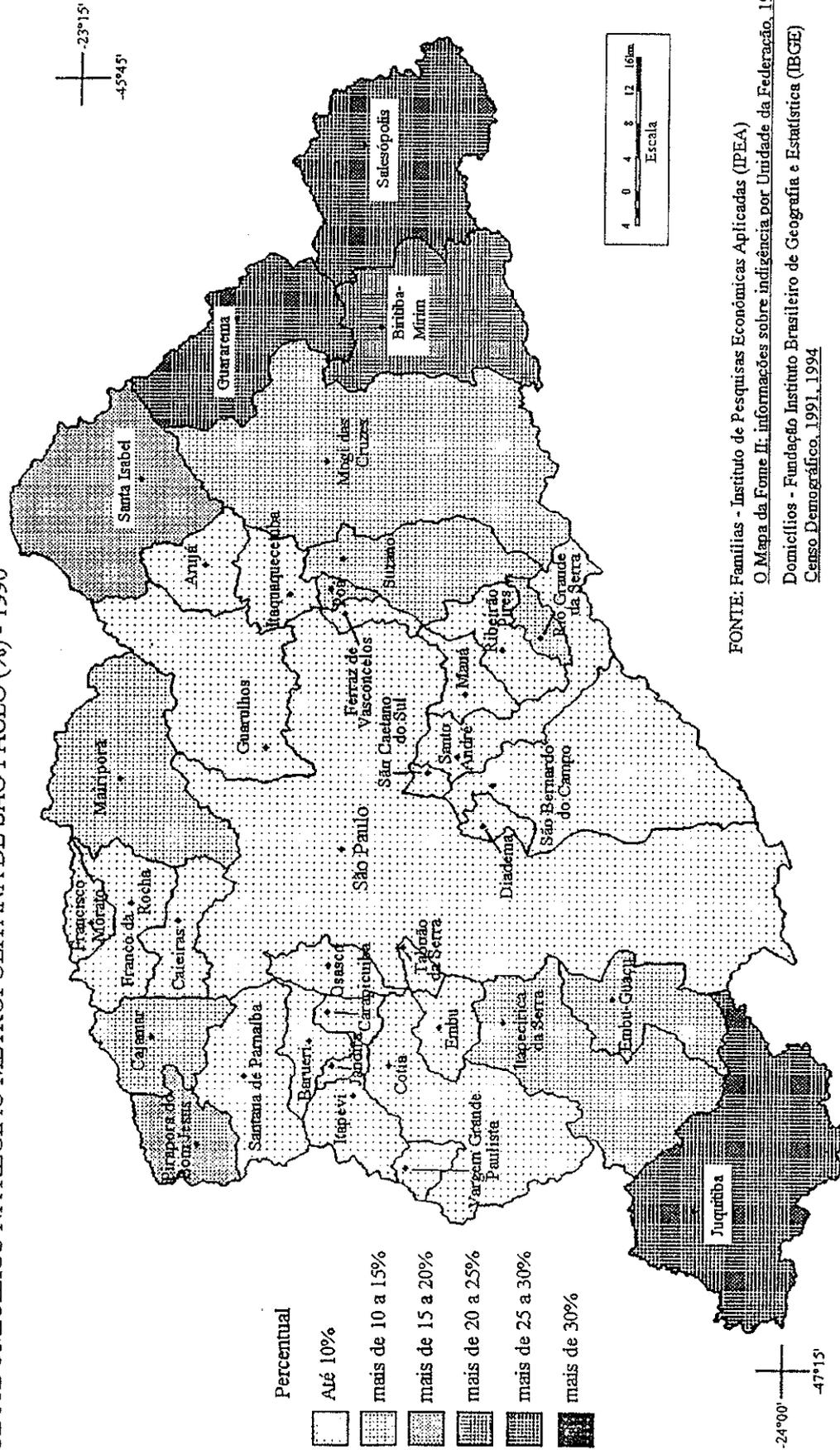
O Mapa da Fome II: informações sobre indigência por Unidade da Federação, 1993

Domicílios - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Censo Demográfico, 1991, 1994

(*) Famílias cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor da cesta básica de alimentos que atendam os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE FAMÍLIAS INDIGENTES
FACE A DOMÍLIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (%) - 1990*



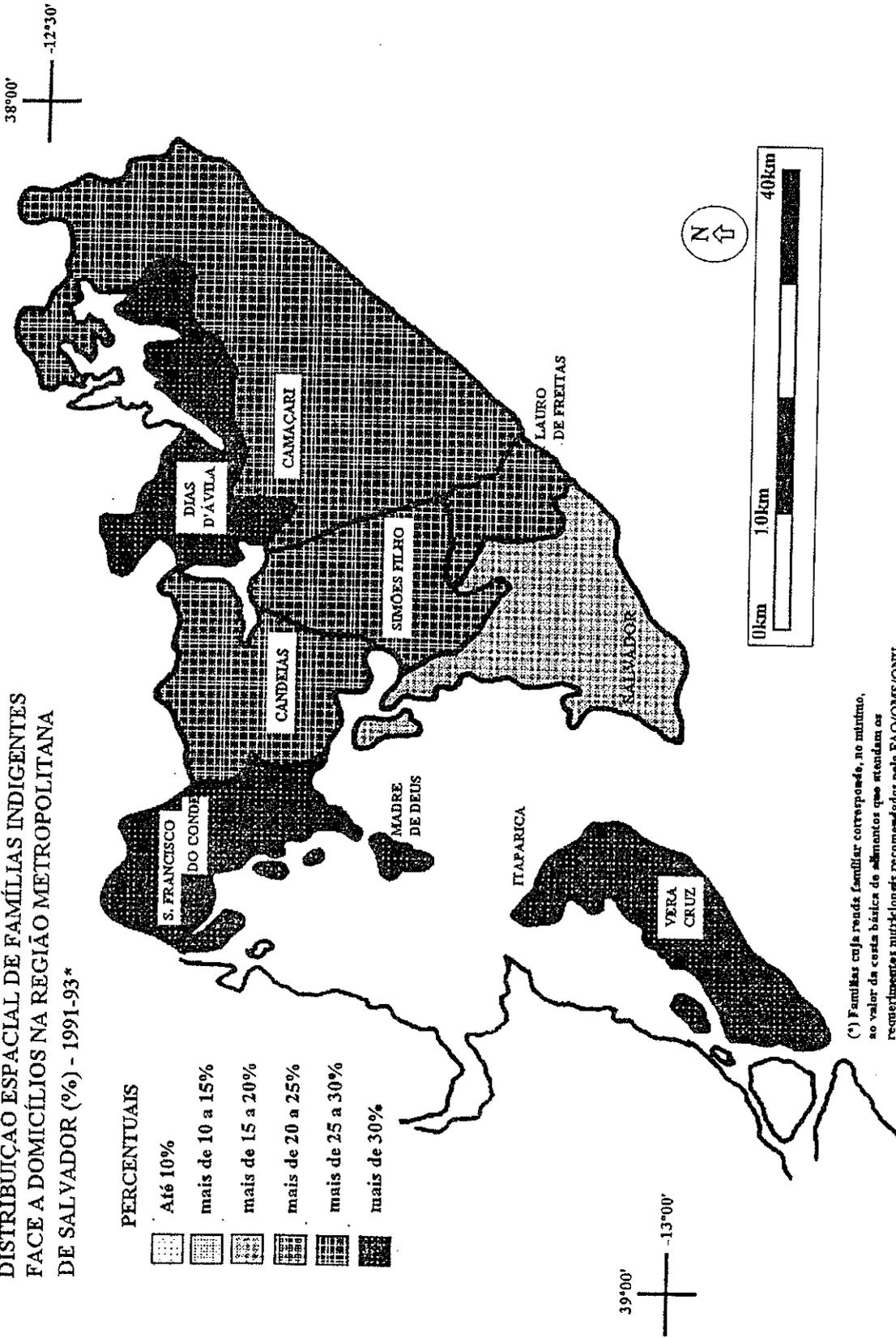
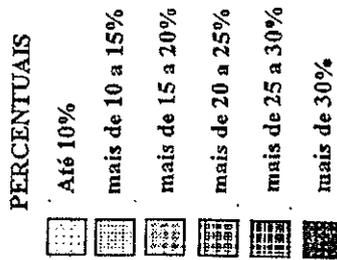
FONTE: Famílias - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)

O Mapa da Fome II: informações sobre indigência por Unidade da Federação, 1993

Domicílios - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Censo Demográfico, 1991, 1994

(*) Famílias cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor da cesta básica de alimentos que atendam os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE FAMÍLIAS INDIGENTES
FACE A DOMICÍLIOS NA REGIÃO METROPOLITANA
DE SALVADOR (%) - 1991-93***

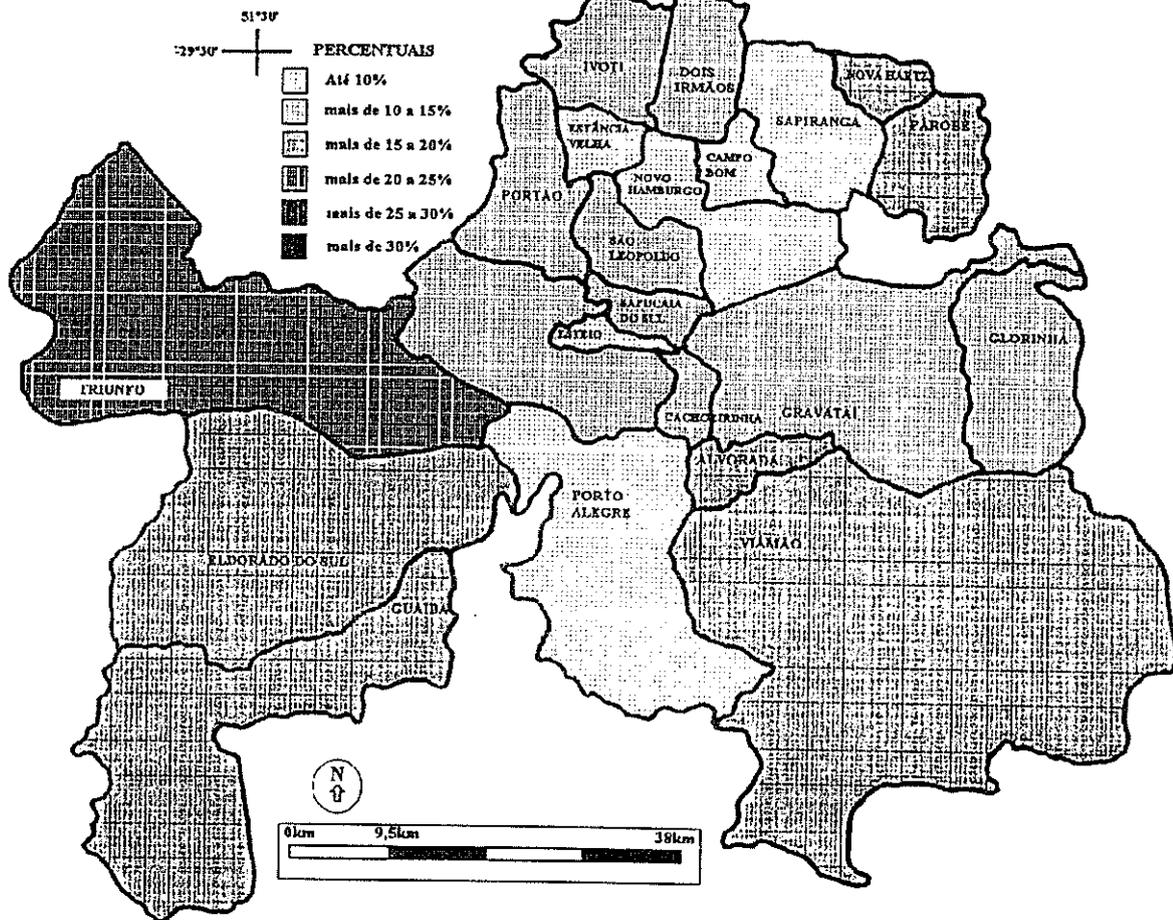


(*) Famílias cujas rendas familiares correspondem, no mínimo, ao valor da cesta básica de alimentos que atendam os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU

FONTE: Famílias - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)
O Mapa da Fome II - Informações sobre Indigência por UF, 1993
Domicílios - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Censo Demográfico, 1991, 1994

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE FAMÍLIAS INDIGENTES
FACE A DOMICÍLIOS NA REGIÃO METROPOLITANA
DE PORTO ALEGRE (%) - 1991-93***

(*) Famílias cuja renda familiar corresponde, no mínimo, ao valor da cesta básica de alimentos que atendam os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU



FONTE: Famílias - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)
O Mapa da Fome II: informações sobre indigência por UF, 1993
Domicílios - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Censo Demográfico, 1991, 1994

30°30'
51°00'

(VI)- Instabilidade da reprodução social

O atual nível de pobreza, concentrado nas metrópoles brasileiras, reflete-se em todos os ângulos da reprodução social: aumento da violência, crises institucionais, tendência à mercantilização das relações sociais, esgotamento de estratégias subalternas de sobrevivência e desestabilização das políticas públicas. Estes processos combinados manifestam-se, conforme já dito, com intensidades diversas a cada lugar, em correspondência com os movimentos de involução metropolitana, face à reorganização territorial da economia na escala nacional, e de involução intra-metropolitana. Neste sentido, os mapas até aqui apresentados permitiram reconhecer a atual distribuição espacial e a concentração relativa das formas mais agudas de pobreza urbana. Porém, estas representações não nos permitem indicar, com segurança, a dinâmica social subjacente a este retrato atualizado da urbanização brasileira.

Assim, escolhemos aprofundar a reflexão de tendências através da valorização analítica das faixas etárias mais jovens da população metropolitana em estado de indigência. Informação que se encontrava disponível a partir de estudos governamentais dirigidos à infância e à adolescência e por nós utilizada nos mapas apresentados abaixo. Procuramos, com esta escolha, examinar o processo de reprodução social na pobreza e sua diferente espacialidade face aqueles processos, vistos anteriormente, de sedimentação da exclusão social. Acreditamos, assim, que a diferente distribuição espacial dos menores entre 0 e 6 anos, em situação de indigência, indique a distribuição espacial de famílias também mais jovens, propiciando o exame de tendências da reprodução social. São, aliás, estas tendências que permitem uma observação, mais clara, de diferenças entre as metrópoles do país. Enfatizaremos estas diferenças através da observação das duas principais cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro.

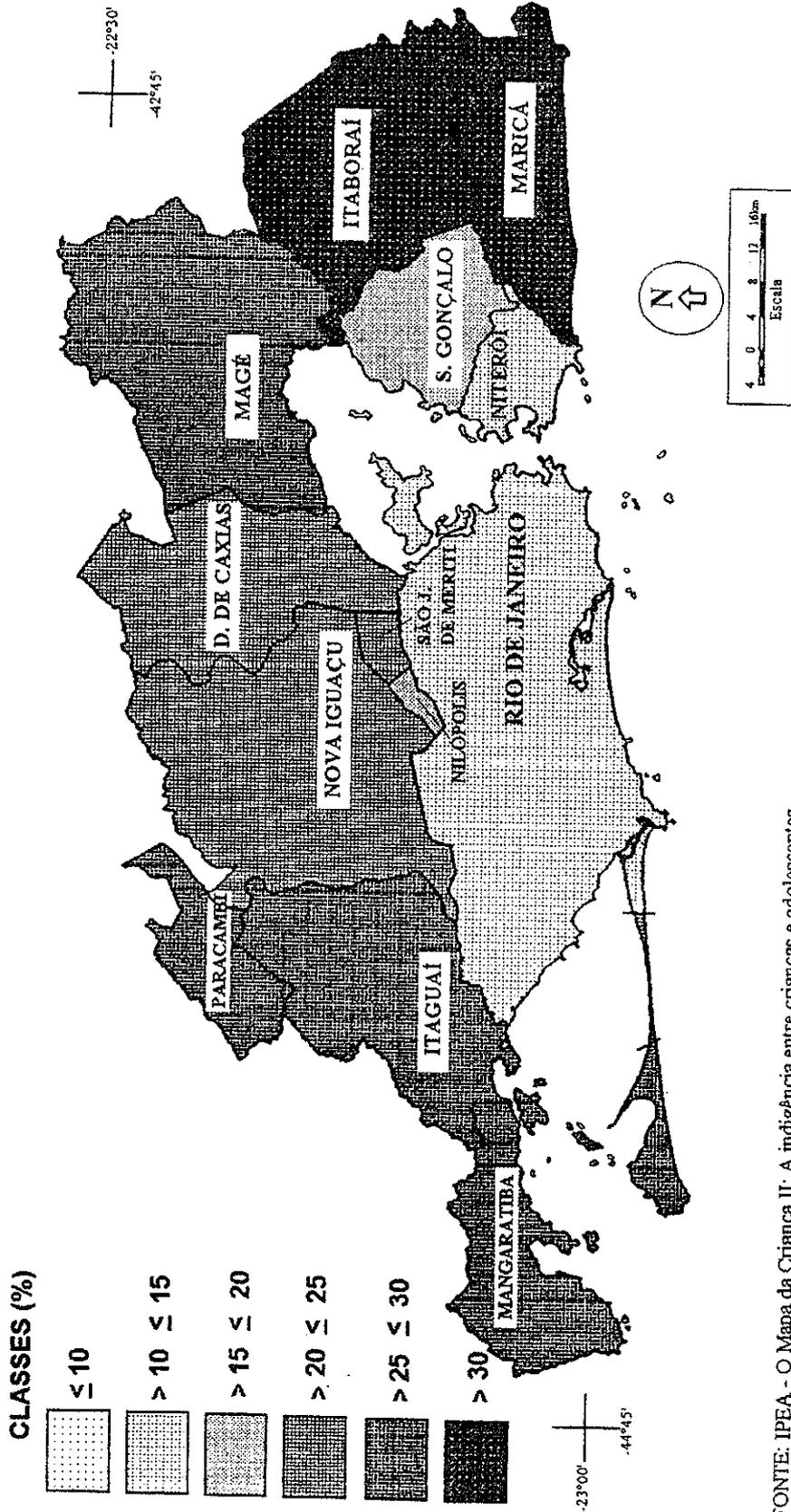
A leitura do mapa relativo à Região Metropolitana do Rio de Janeiro permite reconhecer, em grandes linhas, a manifestação dos mesmos processos de periferização da miséria já antes constatados. Entretanto, ocorrem diferenças entre os dois mapas desta metrópole que merecem ser salientadas. Assim, a distribuição espacial da infância

indigente é nitidamente mais homogênea, na escala metropolitana, do que a incidência de famílias indigentes na totalidade dos domicílios de cada Município. Esta maior homogeneidade pode indicar a queda geral do nível de reprodução social na metrópole, em curso inclusive em seu Município-núcleo. Porém, além deste fato, acreditamos que assinala o significativo fechamento, para as famílias mais jovens, daqueles espaços que abrigaram, historicamente, as classes populares urbanas.

Portanto, estaríamos frente a processos indicativos da desestabilização sócio-espacial da pobreza urbana. Tais processos encontram expressão na nova visibilidade adquirida pela miséria no núcleo metropolitano. Visibilidade relacionada, inclusive, com o aumento dos conflitos sociais cotidianos, fartamente noticiados pela mídia. A comparação deste mapa com aquele elaborado para a metrópole de São Paulo demonstra a diferente espacialidade das classes sociais nestas duas cidades. Além de um ritmo mais lento de reprodução da pobreza extrema - perceptível quando é comparado o mapa da primeira infância com o das famílias indigentes - verifica-se, em São Paulo, a preservação do limiar de pobreza, antes observado, para o Município-núcleo e seus Municípios limítrofes.

Neste sentido, a involução intra-metropolitana tenderia a atingir, com maior intensidade, o Rio de Janeiro, em suas duas faces mais diretamente relacionadas à reprodução social: aumento da segregação espacial e simultânea homogeneização do processo de empobrecimento. Constatou-se, desta forma, que a queda do crescimento demográfico desta metrópole, verificado nas últimas décadas, não guardou correspondência com a melhoria das condições de vida de sua população. São estas diferenças e similitudes, inter e intra-metropolitanas, que desafiam o futuro da sociedade brasileira e a definição política de estratégias consistentes de integração social. Acreditamos que estas estratégias devam contemplar as potencialidades econômicas de cada lugar e, sobretudo, reter a atual tendência à secundarização, nas políticas públicas, da escala metropolitana da vida coletiva.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE MENORES ENTRE 0 E 6 ANOS INDIGENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1990 (%)



FONTE: IPEA - O Mapa da Criança II: A indigência entre crianças e adolescentes. Doc. de Política, no. 20, Nov/1993

Referências bibliográficas:

- CORDEIRO, H.K. - 1993- "A "cidade mundial" de São Paulo e o complexo corporativo"
In Milton Santos et al (orgs) - O novo mapa do mundo: fim de século e globali-
zação, São Paulo, Ed.HUCITEC / ANPUR.
- CORDEIRO, B.S. - 1995 - Gestão democrática da cidade e saneamento: o foco no
processo decisório do setor. Tese de Mestrado apresentada ao IPPUR / UFRJ.
- DAVIDOVICH, F. - 1993 - "Redutos de classe média: uma interpretação acerca da urba-
nização no Brasil". Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano VII, N.3.
- FINQUELIEVICH, S. et al - 1988 - Nuevas tecnologías en la ciudad: información y
comunicación en la cotidianidad, Buenos Aires, Centro Editor America Latina.
- GONÇALVES, M.F.(org.) - 1995 - O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspec-
tivas. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- IANNI, O. - 1992 - A sociedade global, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- JARDIM, A. - 1990 - "Migração e metropolização no Centro - Oeste" In Ana Clara Torres
Ribeiro e Denise Pinheiro Machado (org.) - Metropolização e rede urbana:
perspectivas dos anos 90, Rio de Janeiro, Ed.IPPUR / UFRJ.
- JARDIM, A. et al - 1994 - "Aspectos da metropolização brasileira: comentários sobre os
resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991". Cadernos de
Geociências, IBGE, DGC, N.11.
- KOWARICK, L. - 1975 - Capitalismo e marginalidade na América Latina, Rio de Janeiro,
Paz e Terra.
- LOJKINE, J. - 1981 - O Estado capitalista e a questão urbana, São Paulo, Martins Fontes.
- MARICATO, E. - 1995 - Habitação e as políticas fundiária, urbana e ambiental: diagnós-
tico e recomendações. Rio de Janeiro, II Seminário Nacional Preparatório para a
Habitat II.
- MARTINE, G. - 1995 - "A trajetória da urbanização brasileira: especificidades e
implicações".Seminário Processo Brasileiro de Urbanização:diagnóstico global,
Belo Horizonte, março. Preparatório da participação brasileira na Habitat II.
- MELO, M.A.B.C. - 1993 - "Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a refor-
ma das políticas sociais na Nova República". Dados, Vol.36, N.1.

- MENEGAT, E. - 1995 - Coragem de Mudar: fios condutores da participação popular na gestão urbana de Porto Alegre. Tese de Mestrado apresentada ao IPPUR / UFRJ.
- NASCIMENTO, E.P. e BARREIRA, I.A. - 1993 - Brasil Urbano: cenários da ordem e da desordem. Rio de Janeiro, Notrya; Fortaleza, SUDENE / Universidade Federal do Ceará.
- OLIVEIRA, F. - 1982 - " O Estado e o urbano no Brasil ". Espaço & Debates, N.6, jun / set.
- RIBEIRO, A.C.T. - 1988 - Rio - metrópole: a produção social da imagem urbana. Tese de Doutorado apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.
- 1994 - " Crise urbana e novas imagens do trabalho: recortes analíticos do pequeno empresário". XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú (MG), novembro.
- 1995 - " Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas ". Seminário Processo Brasileiro de Urbanização: diagnóstico global, Belo Horizonte, março. Preparatório da participação brasileira na Habitat II.
- RIBEIRO, I. e RIBEIRO, A.C.T. - 1992 - "La familia en el Brasil: desafios de una modernidad incompleta" In Carlos Galli e Luis Scherz (org.) - America Latina y la Doctrina Social de la Iglesia (Dialogo latinoamericano - alemán), Buenos Aires, Ediciones Paulinas.
- ROCHA, S. - 1994 - " Renda e pobreza nas cidades brasileiras" In Luiz César de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior (org.) - Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SABÓIA, J. - 1994 - "Tendências do mercado de trabalho metropolitano: (des)assalariamento da mão-de-obra e precarização das relações de trabalho" In Luiz César de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Júnior (org.) - Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SANTOS, M. - 1978 - O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo, São Paulo, Ed. HUCITEC
- 1978a- Pobreza urbana, São Paulo, Ed.HUCITEC / Recife, MDU - UFPE / Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana.
- 1979 - O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

- 1990 - "Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo" In Ana Clara Torres Ribeiro e Denise Pinheiro Machado (org.)- Metropo-
lização e rede urbana: perspectivas dos anos 90.

- 1990a - Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo, São
Paulo, Ed.Nobel / Secretaria de Estado da Cultura.

- 1993 - A urbanização brasileira, São Paulo, Ed. HUCITEC.

- 1994 - Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico - científico
e informacional, São Paulo, Ed. HUCITEC.

SILVA, C.A. - 1994 - Novas relações entre espaço e cultura: filmes em videocassete e
vida urbana. Tese de Mestrado apresentada ao IPPUR / UFRJ.

SIMMEL, G. - 1976 - "A metrópole e a vida mental" In Gilberto Velho (org.) - O
Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

SOARES, L.E. et al - 1993 - Criminalidade urbana e violência: o Rio de Janeiro no
cenário internacional. Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa / Instituto de Estudos
da Religião (ISER).

SOUZA, A.M.G. - 1990 - Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição
espacial em Salvador - 1946 / 1989. Tese de Mestrado defendida junto ao IPPUR/
UFRJ.

SOUZA, M.J.L. de - 1995 - "O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a
dialética entre "ordem" e "desordem" ", mimeo.

TAVARES, H.M. - 1993 - "Complexos de alta tecnologia e reestruturação do espaço".
Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano VII, N.1..

***PARTE II - NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO E VIDA METROPOLITANA.***

Seminário Cidade e Imaginação
Promoção do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade
Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro 16 a 18 de novembro de 1994

IMAGINAÇÃO E METRÓPOLE:
as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e de São Paulo

Ana Clara Torres Ribeiro

Prof. Adj do Instituto de Pesquisa e Planejamento
Urbano e Regional (IPPUR) - UFRJ
Pesquisadora CNPq

. Introdução: ângulos reflexivos

. Mito, paradigma e imaginário

. Ofertas paradigmáticas

. Imaginação, imaginário e crise

Introdução: ângulos reflexivos

“Além disso, sabemos, talvez melhor que nossos predecessores, que toda impressão é ao menos em parte subjetiva, e que nos reencontramos em toda parte em face de nós mesmos”.

(Marguerite Yourcenar - A volta da prisão)

Na elaboração deste texto assumimos, com o maior nível de liberdade possível, a nossa própria imaginação: imagens heterogêneas (oriundas de diversas linguagens), representações não lineares da vida coletiva, memórias diversas, bagagens analíticas, informações soltas e, por vezes, fragmentárias. Imaginação, aliás, que não apenas a nós pertence, já que construída a partir de orientações identitárias cujas matrizes históricas e culturais são extensamente compartilhadas na sociedade brasileira. Assim, a análise aqui pretendida pouco se descolaria da experiência, do cotidiano vivenciado, a não ser naqueles momentos em que recorre a pontos de apóio no pensamento social voltado para a análise da urbanização brasileira e para mudanças, bem amplas, na sociedade e na economia.

Além desse apóio, o texto encontra nortes (bússolas) seguras em autores - como Roland Barthes, Henri Léfèbvre, Edgar Morin - que, ao romperem fronteiras disciplinares, dignificaram a reflexão do banal, do senso comum, daqueles valores e anseios que povoam e movimentam o imaginário de uma época e de um lugar. Estes autores procuraram flexibilizar a hierarquia temática produzida, tantas vezes de forma arbitrária, pela academia. A partir da sua bela e anti-ortodoxa contribuição, o automóvel, o boxe, as estrelas de Hollywood passaram a frequentar as pautas temáticas das Ciências Sociais, possibilitando a ampliação de nossa leitura das sociedades contemporâneas.

Compreendemos, assim, que a imaginação pode ser apreendida como fenômeno coletivo, pleno de emoção e razão, e inscrito para além de qualquer esforço disciplinar isolado (Castoriadis, 1982). Nela, a vida social encontraria alimento diário e motivos para a esperança e a frustração. Neste sentido, seria difícil não reconhecermos que o fenômeno urbano, no Brasil, habita múltiplos ideários de abrangência diversa e, portanto, múltiplas formas de imaginar / representar a experiência coletiva: formulações do

nacionalismo (não necessariamente conservadoras, como nos indicaria Norbert Elias, 1991), propostas religiosas e práticas profissionais (as do arquiteto e urbanista, do planejador urbano, do jornalista, de profissionais da imagem, sociólogos, antropólogos, músicos, escritores e poetas) (Mannheim, 1974). Porém, habita, sobretudo, a cotidianidade vivida por crescentes segmentos e grupos sociais, urbanos ou não.

O imaginário construído junto à expansão da urbanização brasileira, também se constituiria como matéria prima de variadas práticas institucionais e discursos que elaborariam a ideação da vida urbana, sobretudo daquela vida que se desenvolve nos espaços metropolitanos do país. Talvez pudéssemos afirmar que tais discursos e práticas são, em geral, altamente dissonantes e contraditórios. Trata-se de um conjunto de iniciativas e estratégias desenvolvidas, de forma privilegiada, na esfera da política e, também, em processos voltados à administração da cultura. Estes últimos processos significariam, a partir dos anos 70, a intervenção incisiva, em bagagens culturais e memórias, de novas redes técnicas de comunicação. E significariam, também, a existência de vínculos, cada vez mais ativos, entre cultura e economia, como demonstram o marketing e a promoção cultural de lugares e atividades culturais (Ribeiro, 1988; 1991).

O imaginário transformado em objeto de práticas específicas alimentaria, segundo Roland Barthes (1982), a construção dos mitos modernos, produtos de uma linguagem que reelabora e re-significa a linguagem corrente, ou seja, o senso comum eivado de conhecimentos; mas, também, de esterótipos e simplificações pragmáticas, expressivas das interações sociais cotidianas (Heller, 1972). Entretanto, a elaboração de mitos, que selecionam parcelas da realidade social e recodificam a experiência coletiva, não implicaria numa completa submissão do imaginário, da imaginação, a formas de manipulação e controle. É esta a postura, de esperança, daqueles que recusariam categorias descritivas da realidade social contemporânea do tipo: sociedade de consumo ou sociedade de massas (Léfèbvre, 1984).

Sem negarem as pressões do consumismo e da massificação cultural, processos de extrema relevância na caracterização da realidade contemporânea, as análises que nos orientam na reflexão do imaginário (da imaginação) defendem a sua potencial resistência às manipulações e aos reducionismos de origem utilitarista ou mercadológica. Assim, ao lado das formas de apropriação e uso das representações coletivas - substância espiritual

dos mitos modernos - ocorreriam atualizações de remetimentos culturais profundos (Ribeiro e Ribeiro, 1994) e resistências sociais com longa inscrição transgeracional. Desta maneira, a imaginação manteria um substrato verdadeiro que sedimentaria identidades sociais e a compreensão socialmente possível da vida urbana.

Acúmulos de vivência e de práticas profundamente desiguais articulam-se em representações da vida metropolitana, por vezes também bastante homogêneas, ou melhor, homogeneizadoras do imaginário social. Verdade e mitificação participariam, concretamente, de sínteses culturais (imagens - síntese) da vida coletiva (Ribeiro, 1988). Tais imagens - síntese conformariam crenças e saberes, instruindo aqueles que, envolvidos com o marketing moderno e a mídia, procuram articular a atividades econômicas e sociais, determinados elementos de consensos discursivos sobre a vida em espaços metropolitanos: Rio - capital cultural, São Paulo - a cidade que não pode parar, etc. Naturalmente, a fixação destas imagens-síntese decorreria de seu uso insistente e múltiplo e, ainda, da centralidade detida, pelas metrópoles citadas, na história do país.

Além disto, acreditamos que a própria dimensão demográfica e espacial das metrópoles estimularia a elaboração de sínteses discursivas, ou seja, de imagens redutoras da complexidade, sendo este um campo de disputas a ser reconhecido e ampliado. Este estímulo teria origem na necessidade coletiva de orientações culturais que qualifiquem (valorem) a experiência vivida em contextos complexos. Trata-se da produção simbólica (imagética) de remetimentos identitários espaço-culturais, utilizados tanto em frequentes jogos sociais - como exemplificaria a famosa disputa São Paulo x Rio de Janeiro - quanto na luta pela fixação do discurso hegemônico sobre o lugar. Luta esta que, por vezes, manipula elementos de bases identitárias profundas em processos de confronto ideológico pela conquista do poder econômico ou político.

Nessa última configuração possível, o discurso que se deseja crítico constroi, frequentemente, referências que articulam as imagens-síntese a uma vocação naturalizada do lugar, do tipo: o Rio de Janeiro já não é mais..., São Paulo contraria o seu destino...etc. As forças acionadoras deste padrão discursivo em geral se situam como portadoras de projetos de redenção do lugar, disputando claramente a posição de defensoras da identidade e do futuro coletivos. A existência destes processos discursivos comprovaria a histórica construção imaginária da totalidade metropolitana. A inscrição sócio - espacial,

desta ordem de fatos culturais e ideológicos, não obedeceria a fronteiras rígidas. Ao contrário, ocorreriam aproximações e rejeições sociais às imagens- síntese do lugar da vida coletiva. Tais movimentos de ajuste em representações coletivas teriam origem, ao nosso ver, na reelaboração permanente da experiência social e, também, em processos identitários sobrepostos e tensos com relação aqueles estimulados pelas imagens-síntese mais usuais..

Exemplificariam, tais processos, as referências preconceituosas ao habitante, do Rio, que não apresente o comportamento considerado adequado ao “autêntico” nativo; não manifestando, assim, os esperados traços culturais do “espírito do lugar”. Outro exemplo poderia ser obtido mediante citação de estereótipos contra o habitante da periferia metropolitana ou com relação aos imigrantes nordestinos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estas observações permitiriam dizer que quanto mais as sínteses discursivas increvem-se nos mitos modernos maior seria o risco de que o seu uso aconteça na operacionalização de classificações excludentes ou controladoras de comportamentos sociais. As imagens-síntese perderiam, assim, o seu caráter rico e plástico, alimentado por uma real multiplicidade de práticas culturais e experiências coletivas.

Essas últimas observações indicariam que os usos estereotipados de elementos do imaginário social podem estar vinculados a mecanismos de controle da sociedade e de valorização desigual de segmentos da vida coletiva. Mais uma vez, no entanto, pensamos que as apropriações controladoras do imaginário social mantem uma relação tensa com a história do lugar, com a vida cotidiana e com o senso comum. Nesta direção, julgamos que uma rápida reflexão comparativa das duas metrópoles - mesmo que de alto risco para o analista - poderia permitir a constatação de que algumas das imagens-síntese, destas metrópoles, correspondem, de fato, a profundas e divergentes experiências históricas concretas.

Mito, paradigma e imaginário

Voltemos um pouco no tempo, em busca de lembranças e referências: século XIX, início do século XX. As faces urbanas, das duas futuras metrópoles, ainda encontram-se talvez indefinidas, sem uma imagética clara, ou seja, estruturadora de referências socialmente generalizadas e com alto nível de compartilhamento social. É claro que, aqui, não estamos pensando na lenta construção histórica do espaço e da sociabilidade; mas, sim, em representações da vida coletiva que incluíram a seleção de elementos materiais - naturais, sociais ou arquitetônicos - para sua fixação e difusão (Lynch, 1982). Exemplificariam, a referida seleção, algumas centralidades como as detidas, em diversas épocas, pela avenida Rio Branco, o edifício Martinelli, a praia de Copacabana, o viaduto do Chá, Ipanema, a Praça da República, apenas para lembrarmos, alternadamente, alguns elementos (símbolos) das duas maiores experiências urbanas brasileiras.

Tais elementos ou símbolos pouco recordariam, a princípio, os processos surdos e violentos que transformaram, ao longo do presente século, esses marcos urbanos em metrópoles nacionais, isto é, em poderosas áreas de comando da urbanização brasileira; disputando, entre si, bases do processo de industrialização (a hegemonia econômica) e a direção da vida política e cultural do país. Assim, os mitos - referidos às duas cidades - tenderiam a se afirmar no bojo de amplos processos de alteração econômica e política. Desta maneira, dificilmente poderiam permanecer isentos dos atributos ideológicos destes processos.

Estranho resultado histórico que viria a oferecer, à sociedade brasileira, além de uma concorrência eivada de investimentos simbólicos, verdadeiros paradigmas orientadores da vida (vivência) coletiva em contextos urbanos. Tais paradigmas se alimentariam de mitos e códigos comportamentais: a capacidade de trabalho do paulista e a vivacidade bem humorada do carioca. Por outro lado, sua ágil difusão talvez possa ser compreendida a partir da própria velocidade da urbanização brasileira. Afinal, as denominadas "luzes da cidade" precisam iluminar palcos que ofereçam amostras de um futuro a ser desejado ou perseguido. Ainda poderia ser dito que, provavelmente, afirma-se

a face paradigmática das metrópoles, refletidas neste texto, na medida em que se tornam mais intensos os próprios vínculos econômicos que constroem a rede urbana brasileira, como resultado do alcance nacional do mercado de bens e serviços e, mais, dos anseios de consumo que acompanharam este alcance.

É interessante propor, em contra-ponto às afirmações anteriores, que a face paradigmática adquirida pelas duas metrópoles poderia corresponder a traços mais profundos da história do país neste século. Investimentos racionalizadores da vida coletiva acompanharam, sem dúvida, a modernização da sociedade brasileira, estando intrinsecamente articulados à urbanização e à industrialização. Estes investimentos estiveram presentes na construção do Estado Republicano e, ainda, na crescente ênfase na técnica e na ciência em práticas da administração moderna, da burocracia atualizada e ativa.

Desta maneira, elementos desses investimentos racionalizadores da vida urbana poderiam nos ajudar a compor o quebra-cabeças histórico que viria a oferecer, à sociedade brasileira, o convívio, neste século, com dois paradigmas quase perfeitos para a vida urbana. Perfeitos, é claro, não pelo que ofereceriam em termos de condições materiais e culturais para a vida coletiva; mas, sim, em sua construção lógica, racionalizadora de múltiplas lógicas-em-uso profissionais (Kaplan, 1969). Estes paradigmas seriam ao mesmo tempo concorrentes e complementares, apoiando projetos para o futuro urbano (desejado moderno) para o país.

Desejado pelo menos até meados dos anos 60 e 70, quando tornaram-se mais incisivas as críticas - portadas por interesses e forças sociais e políticas diversas - à dimensão e à qualidade da urbanização brasileira. Nestas críticas, ocorreria, por um lado, o recurso à imagem - síntese de caos urbano, com amplo potencial de denotação das difíceis condições materiais de vida nas grandes cidades brasileiras. E, de outro, o acionamento de categorias que buscariam sintetizar e denunciar processos de segregação espacial e social de amplos segmentos da população metropolitana, tais como marginalização e espoliação (Kowarick . 1980).

A construção dessas novas representações da urbanização brasileira - também veiculadas por diversas práticas profissionais - viria a romper, pelo menos em parte, a influência paradigmática até então exercida por São Paulo e Rio de Janeiro, principais

alvos do pensamento crítico por sua representatividade e, inclusive, concentração relativa de instituições de planejamento, acadêmicas e movimentos sociais. De fato, a imagem da crise - e o seu imaginário, como nos informaria Valdemar Ferreira de Araújo Filho (1993) - conviveria, de forma crescente, com as faces paradigmáticas e míticas das duas metrópoles, pressionando a sua relativa veracidade e, portanto, a própria qualidade das metáforas da vida coletiva estimuladas por sua existência.

Neste processo de ruptura talvez pudessem ser reconhecidos, ainda, efeitos culturais do nível concreto de urbanização alcançado pelo país, principalmente a partir dos anos 70. Afinal, neste período, a sociedade brasileira enfrentaria a experiência direta da vida urbana numa escala extremamente abrangente. Surgiriam, a partir do intenso espraimento da urbanização e da própria precariedade das condições de vida, novos contextos de referência alimentadores do imaginário urbano do país. Esta multiplicação de contextos de referência seria propiciada, inclusive, pela extensão da rede de comunicações. Passariam a ser referências frequentes: metrópoles mundiais, cidades médias (como Florianópolis e Curitiba) (Garcia, 1994), paraísos ecológicos. Estes contextos possibilitariam a rápida comparação, de seus ângulos positivos, com as crescentes dificuldades enfrentadas na experiência metropolitana cotidiana, cujos aspectos mais duros e dolorosos também constituem matéria prima de parte significativa do trabalho diário da mídia.

Assim, seriam confrontados - com base em novos elementos constitutivos do imaginário urbano - mitos e paradigmas históricos e lentamente construídos por múltiplas práticas culturais e sócio-políticas. Porém, este confronto não produziria, necessariamente, a sua completa superação. Mitos e paradigmas (explicativos da experiência coletiva) não são necessariamente alcançáveis pela crítica da realidade imediata, como demonstraria estudo que realizamos da preservação, ao final da década de 80, de imagens-síntese extremamente positivas do Rio de Janeiro (Ribeiro, 1988). As fórmulas discursivas, acionadas neste processo de preservação de imagens-síntese, poderiam ser exemplificadas na solução "apesar de....", presente em frases do tipo: o Rio continua lindo apesar de..., São Paulo inicia mais um árduo dia de trabalho apesar de...,etc.

Afinal, o imaginário urbano mescla-se a identidades e anseios sociais e, portanto, a trajetórias e objetivos de vida. A face positiva da experiência metropolitana tocava em

sentimentos sociais profundos, resistindo à sua plena absorção num diagnóstico liengar de crise e caos. Por outro lado, esta face positiva também costuma ser utilizada como parâmetro da avaliação, realizada pela sociedade, da administração pública. Esta inscrição política pode permitir que mitos e paradigmas sejam preservados enquanto as características negativas da vida urbana ganham um aparente caráter conjuntural e, muitas vezes, limitado a esta ou aquela personalidade pública. Além disto, a face positiva dos espaços metropolitanos também encontra guarita em estratégias de convencimento e marketing desenvolvidas por grandes empresas. De fato, nos anos 80 e 90, a positividade mantida pelas duas metrópoles precisaria ser defendida sobretudo pela aguda competição, entre cidades, na manutenção e expansão dos investimentos privados, como exemplificariam os casos de Curitiba, estudado por Fernanda Sanchez Garcia (1994), e de Belo Horizonte.

Ofertas paradigmáticas

Consideramos ofertas, neste texto, as potencialidade simbólicas e culturais oferecidas pelos contextos metropolitanos analisados e, ainda, o seu crescente controle racional ao longo do século. A face racionalista destas ofertas surgiria, conforme referência anterior, na possibilidade de considerarmos os paradigmas, oferecidos pelas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, quase expressões perfeitas de uma modelagem mecânica e de uma modelagem orgânica das relações espaço - sociedade. No primeiro caso, a metrópole tenderia a ser lida como produto do trabalho incessante do homem e, no segundo, como benção divina, onde quase irresistíveis remetimentos à primeira natureza (montanhas, praias) ganhariam extraordinária centralidade.

Estariamos, portanto, diante de uma espécie de conformação simbólica, historicamente produzida, cuja característica nuclear seria, no caso da metrópole paulista, a anulação do ambiente e das diferenças de classe e, no caso do Rio, a anulação da cultura e do trabalho? Se esta linha de raciocínio possui algum nível de coerência, os mitos portariam, como virtualidade, elementos que facilitariam o ocultamento da complexidade da vida social e da história do país. Além disto, tais mitos trariam, em si, potenciais usos

ideológicos que, como afirmamos antes, não constituiriam a totalidade de suas conotações possíveis. Afinal, como nos diria Milton Santos (1994), os "homens lentos" da metrópole também são portadores de saber, reconhecendo, no cotidiano, os significados contraditórios da vida urbana.

Entretanto, como exemplo de manifestação ideológica articulada ao imaginário urbano do país, citaríamos a decantação histórica do ideário construído em torno da capacidade de trabalho do imigrante de origem estrangeira em São Paulo, potencialmente associável às tão faladas qualidades desbravadoras da alma bandeirante . Aliás, esta construção imaginária da identidade paulista emergiria, com clareza, na monumentalidade urbana (Cf Rodovia dos Imigrantes; Rodovia dos Trabalhadores e, ainda, a gigantesca estátua de Borba Gato). Construção que tenderia a anular a rica trajetória das lutas sociais em São Paulo, vinculada indelevelmente à história da industrialização e da consolidação do mercado de trabalho capitalista no país.

Esse ideário possibilitaria a omissão, ainda, de diferenças entre burguesia e classe operária, distribuindo a todos as mesmas qualidades positivas de dedicação, seriedade e envolvimento com o trabalho. Por outro lado, esta linha de apropriação ideológica do imaginário estaria provavelmente vinculada, ainda, à hierarquização - inferiorizante - de outros contingentes da classe trabalhadora; sendo a estes recusado, com tanta frequência, o pleno reconhecimento da sua participação na construção da materialidade e da vida coletiva.

Outra linha de manifestação ideológica alimentada pelo imaginário urbano, desta vez referida ao Rio de Janeiro, poderia ser reconhecida em atributos da identidade carioca: opção pelo lazer, pelo prazer (associado à sensualidade), pelo não-trabalho, pela "viração" circunstancial. Até onde esta produção de idéias não estaria articulada ao preconceito racial e à resistência, de setores dominantes, à histórica e criativa presença popular no centro da metrópole? Por outro lado, se esta reflexão guardar algum nível de coerência surgiria, como uma possibilidade real, a histórica contaminação do imaginário da política e do aparelho de govêrno, do país, por elementos desta construção ideológica; em decorrência, é claro, do próprio papel político exercido pela metrópole até 1960.

À Corte - denominação agora reservada para o poder em Brasília - caberia o usufruto da riqueza, por outros produzida, o luxo e o esbanjamento. Memória e orientações

para o futuro mesclam-se, provavelmente, no imaginário referido à metropole e aos comportamentos sociais. Poderíamos recordar, aqui, as longas associações de idéias entre poder e corrupção, poder e incompetência, poder e paternalismo. Tais associações constituiriam memórias profundas não contrarrestadas, com facilidade, por elementos naturalizantes presentes em mitos, representações, imagens-síntese referidos ao Rio de Janeiro. Surgiriam, destes múltiplos acervos, possibilidades de anulação da história social da cidade, da forte presença operária e popular em sua constituição e, também, de seus sucessivos - e nada lineares - papéis de liderança da política nacional.

Assim, chegaríamos ao curioso resultado, na produção do imaginário da urbanização brasileira, de uma matriz cultural e simbólica bifurcada. Como se nós tivéssemos herdado uma espécie de orientação durkheiminiana cindida e com sinais trocados. Esclareçamos um pouco esta afirmação: numa das linhas de desdobramento desta matriz, teríamos uma modelagem mecânica associada a São Paulo, posicionada como exemplo de modernização, para a sociedade brasileira, e dirigida ao futuro. E, na outra, uma modelagem orgânica associada ao Rio de Janeiro, naturalizante e prazerosa e, a princípio, articulável ao passado. Brinquemos, um pouco, com palavras e imagens:

São Paulo

Rio de Janeiro

economia	política
produção	consumo
produto	natureza
ordem	desordem
máquina	corpo
tempo controlado	tempo livre
ritmo	ginga
realização	prazer
eficiência	esperteza
negócio	viração
dedicação	sorte
esforço	gôzo

seriedade	alegria
empenho	folga

Podríamos continuar elencando outros atributos referidos a amplos campos de representações sociais e potencialmente associáveis a imagens-síntese da vida nas duas experiências metropolitanas: masculino x feminino; colonização x negritude; cálculo x irracionalidade. Entretanto, a brincadeira aqui proposta nem sempre deveria, ao nosso ver, ser acompanhada por rápidos e fáceis sorrisos, conforme demonstrou Ivete Ribeiro (1987) ao sintetizar a matriz valórica brasileira referida à família. De fato, acreditamos que o desvendamento de componentes do imaginário urbano brasileiro, portador de antigos sentimentos e memórias, poderia ser reconhecido no marketing que, a partir dos anos 80, esteve presente em disputas econômicas e políticas que marcaram a redemocratização do país. Rejeições e afetos convivem em cada uma destas estruturas paradigmáticas: elogios, críticas e descobertas. Por que não?

Imaginação, imaginário e crise

A imaginação move-se; recordando, em defesa das hipóteses levantadas neste texto, a perda, pelo Rio, da hegemonia do processo de industrialização ainda nas primeiras décadas deste século. As marcas da modernização podem ter sido descoladas, lentamente, deste espaço. O que é considerado velho, numa sociedade vista geralmente como dirigida ao futuro, deveria, segundo alguns, ser superado. Esta construção ideológica provavelmente contribuiria para a fixação de representações extendidas do lazer, do desregramento e do oportunismo como marcas generalizadas do comportamento coletivo na cidade e, ainda por contaminação de idéias, da política e da esfera pública.

Em sentido inverso, na contrapartida paradigmática paulista, o universo das iniciativas privadas possuiria evidente centralidade, contribuindo para ocultar, junto com o apagamento relativo do ambiente e das contradições de classe, a concentração dos investimentos públicos que possibilitou, historicamente, a afirmação da metrópole no

cenário nacional e mundial. A materialidade urbana, nesta manipulação mítica, seria fruto exclusivo do fazer de seus habitantes e não também do poder exercido, por grupos privados, em circuitos econômicos e políticos. Esta leitura talvez possa contribuir para a compreensão do processo cultural que acompanhou a modernização brasileira, articulável ao exemplo oferecido, idealmente, pela metrópole de São Paulo.

Na construção idealizada da modernização, apareceria como sendo sempre possível a inclusão de novos contingentes populacionais e, sobretudo, como sendo, tal inclusão, exclusivamente dependente de esforços individuais e familiares. Quanto desta estrutura mítica ainda não atua na produção da indiferença social, reconhecida em pesquisas de opinião pública, com relação ao desrespeito aos direitos humanos na metrópole? Afinal, se a integração à sociedade depende mais de empenho do que da socialização de oportunidades, a marginalização poderia ser lida, pelo menos em parte, como voluntária. É pelas consequências sociais de sínteses com esta que atribuímos alta relevância à reflexão sobre o imaginário urbano, o senso comum e as imagens-síntese da vida coletiva. Trata-se de um território de investimentos simbólicos que necessitaria ser permanentemente disputado, permitindo a construção social e culturalmente compartilhada da memória e do futuro. Nesta disputa jogaria um papel central a conquista da real democracia nos meios de comunicação de massas (Egler, 1991).

A partir da década de 60, a face negativa da modernização, o seu poder de exclusão social e cultural, estabeleceria crescentemente um contra-ponto pesado com as faces positivas reconhecidas na experiência urbana brasileira, sobretudo a oferecida por suas grandes cidades. Porém, em anos mais recentes, a sombra negativa, já perceptível a partir deste período, atingiria, com maior profundidade e extensão as expectativas sociais com relação aos processos de urbanização e modernização. Não se trata, aqui, apenas de uma problemática nacional. Ao contrário, seria difícil não reconhecermos esta sombra no imaginário urbano que nos é transmitido por uma pletera de produtos culturais: histórias em quadrinho, desenhos animados, livros, filmes. O futuro da humanidade, encerrada nos espaços metropolitanos, ganha leituras indicativas de perdas sociais e culturais. Estas perdas se manifestariam, com especial força, em representações da incomunicabilidade entre grupos sociais e na impossibilidade de controle, pela sociedade, dos efeitos perversos da ciência e da técnica.

Nos anos 80, esse novo imaginário encontraria ressonância, com grande probabilidade, em elementos da crise que atinge a economia e a sociedade brasileiras. Mimetismos, paralelismos e escolhas exemplares no fardo material oferecido pela vida nas duas principais metrópoles do país permitiriam ágeis associações de idéias e imagens. Não é difícil apostar na falta de comunicação e no desastre técnico quando efetivamente aumenta a tensão social, o desemprego, a criminalidade e, em decorrência, a insegurança coletiva. No bojo deste processo, identidades sociais até então construídas com base em traços afirmativos começariam a ser atingidas, com mais facilidade, por representações de violência e de impossibilidade de um futuro efetivamente coletivo.

Aliás, a modernização sem projeto social e politicamente compartilhado e claro reforçaria esta possibilidade de espraiamento de um imaginário de perdas, dúvidas e, por vezes, terror. É claro que, com estas palavras, não desejamos minimizar, de nenhuma forma, o real agravamento do quadro social metropolitano; mas, apenas afirmar que este quadro se faz acompanhar de representações coletivas, de mutações no imaginário que não podem ser exclusivamente compreendidas apenas a partir dos dados imediatos da vida metropolitana. Afinal, novas imagens - síntese, que acentuam a violência nas metrópoles brasileiras, encontram condições favoráveis à sua difusão em imagens prontas de violência referidas a outras realidades urbanas e, mais, projetadas com insistência para o futuro.

Tais imagens são construídas, com frequência, a partir de atributos de uma sociedade de agressões generalizadas e irrecorríveis e com base na multiplicação, sem fim, de mecanismos de controle da experiência humana. Quantos elementos, deste novo imaginário em rápida difusão, não encontrariam fácil inscrição, por exemplo, no paradigma mecanicista de São Paulo?. Além do afastamento da centralidade do trabalho na construção valórica da modernização - característica generalizada de mudanças, em curso, nas sociedades contemporâneas (Kurtz, 1993) - a possibilidade desta inscrição imagética ocorreria pela exarcebação atual do imaginário negativo da técnica, de seu potencial de anulação da liberdade. Por outro lado, no que se refere ao paradigma organicista do Rio, a naturalização das relações sociais que o constroi estimularia, talvez, a extensão de imagens associadas a uma sociedade sem cultura e, logo, sem comunicação.

Apesar do teor pessimista que marca passagens deste texto, não gostaríamos de terminá-lo neste tom. Recordemos algumas de nossas afirmações iniciais em que declarávamos a nossa adesão às propostas daqueles que identificam a plasticidade e a resistência do imaginário. Assim, ao lado de seus aspectos sombrios contemporâneos, que tantas vezes retém propostas de alteração da cotidianidade, poderíamos também lembrar a construção múltipla e incontrolável das idéias coletivas, inclusive no que concerne à crítica da vida social. As apropriações mitificadoras e ideológicas teriam assim limites postos pelo próprio cotidiano, pelas práticas diárias e pela esperança indispensável às novas gerações. Desta maneira, o esgotamento de aspectos positivos fáceis das duas metrópoles poderá vir a colaborar também - quem sabe? - para que ocorra um desvendamento mais rápido dos usos ideológicos, para fins políticos ou mercantis, da construção coletiva e histórica do imaginário urbano brasileiro. Quantos esforços, lutas e vivências ainda precisariam ser resgatados e transformados em imagens-síntese compartilhadas...

Bibliografia:

ARAUJO FILHO, V. F. - 1993 - Política e ideologia na crise econômica do Rio de Janeiro. Tese de Mestrado, IPPUR / UFRJ.

BARTHES, R. - 1982 - Mitologias, São Paulo, Ed. DIFEL.

CASTORIADIS, C. - 1982 - A instituição imaginária da sociedade, trad. Guy Reynaud, rev. técnica Luis Roberto Salinas Fortes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a ed.

EGLER, T.C. - 1991 - "A imagem do Rio". Texto apresentado ao Colóquio Grandes metrópoles da África e da América Latina (equipamentos urbanos e práticas culturais), Toulouse.

ELIAS, N. - 1991 - A condição humana, trad. Manuel Loureiro, rev. literária e técnica Rafael Gomes Filipe, Lisboa, DIFEL / Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A.

GARCIA, F.S. - 1993 - Curitiba, imagem e mito: reflexão acerca da construção de uma imagem hegemônica. Tese de Mestrado. IPPUR / UFRJ.

-1994 - Curitiba anos 90: cultura e política na produção da imagem da cidade. Caixambú, XVIII Encontro Anual da ANPOCS.

HELLER, A. - 1972 - O cotidiano e a história, Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra.

KAPLAN, A. - 1969 - A conduta na pesquisa (metodologia para as ciências do comportamento), São Paulo, Ed. Herder / Editora da Universidade de São Paulo.

KOWARICK, L. - 1980 - Espoliação urbana, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KURTZ, R. - 1993 - O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial, trad. Karen Elsabe Barbosa, São Paulo / Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

LÉFÈBVRE, H. - 1979 - Sociologia de Marx, trad. Carlos Roberto Alves Dias, Rio de Janeiro, Ed. Forense - Universitária.

- 1983 - La revolucion urbana, Madri, Alianza Editorial, 4a ed.

- 1984 - La vida cotidiana en el mundo moderno, Madri, Alianza Editorial S.A., 3a ed.

LYNCH, K. - 1982 - A imagem da cidade, São Paulo, Livr. Martins Fontes.

MANNHEIM, K. - 1974 - Sociologia da cultura, trad. de Roberto Gambini, São Paulo, Perspectiva / Editora da Universidade de São Paulo.

MORIN, E. - 1989 - As estrelas: mito e sedução no cinema, trad. Luciano Trigo, Rio de Janeiro, José Olympio.

RIBEIRO, A.C.T. - 1988 - Rio - metrópole: a produção social da imagem urbana. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

- 1991 - O espetáculo urbano no Rio de Janeiro: comunicação e promoção cultural. Colóquio Internacional Grandes Metrôpoles da África e da América Latina, Toulouse, novembro.

- 1994 - "Metrópole e fragmentação: novos rumos na análise da modernização" In Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza e Maria Laura Silveira (org.) Território: globalização e fragmentação, São Paulo, Ed.HUCITEC/ANPUR.

RIBEIRO, I. (org.) - 1987 - Sociedade brasileira contemporânea: família e valores, São Paulo, Edições Loyola.

RIBEIRO, I e RIBEIRO, A.C.T. - 1994 - Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise, Rio de Janeiro, Centro João XXIII / São Paulo, Ed. Loyola.

SANTOS, M. - 1994 - "Metrópole: a força dos fracos é seu tempo lento" In Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico - científico informacional, São Paulo, HUCITEC.

TURISMO: UMA PRÁTICA ENTRE A CRISE E A INOVAÇÃO NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

Ana Clara Torres Ribeiro

Prof. Adj. do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e Pesquisadora CNPq

Cátia Antonia da Silva

Mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ

Hermani de Moraes Vieira

Mestrando em Geografia, UFRJ

Rita de Cássia da Silva

Historiadora e Pesquisadora do IPPUR/UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

Cidade Universitária - Prédio da Reitoria, 5º Andar, Sala 543

Ilha do Fundão, Rio de Janeiro - RJ

Telefone: 021-590-1191 Fax: 021-230-4046

Resumo

Estímulos ao turismo ocorrem de forma cada vez mais articulada ao planejamento das metrópoles, correspondendo a processos que, em nome da modernidade, selecionam locais, estéticas e práticas econômicas e sociais. Assim, o turismo transforma-se em justificativa e meta da intervenção pública, legitimando interesses e envolvendo segmentos sócio-espaciais da vida metropolitana em reais "pacotes" de inovação. Tais intervenções contrastam, violentamente, com a gravidade da crise social que marca o cotidiano; deixando dúvidas com relação ao caráter salvacionista que tipifica o discurso construtor da expectativa de expansão do turismo.

Desta forma, na organização interna das metrópoles, os processos de modernização implementam renovados estilos e contextos através da instalação de novos espaços de consumo - shopping centers e polos de negócios. Estes espaços diferem do restante da cidade. recebem vultuosos investimentos públicos e privados, que são orientados por políticas que, em nome do turismo, satisfazem a inúmeros outros interesses privados. São políticas econômicas e/ou urbanísticas segregadoras de parcelas da cidade e da população

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1995

Prezados Membros da Comissão Científica do Congresso
Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo,

Devido a uma desatenção esta folha de resumo não foi enviada ontem juntamente com o trabalho e o disquete. Entretanto, este resumo já se encontra em formato digital (tur_resu.doc) no disquete citado. Lamentamos a falha e contamos com vossa compreensão.

Cordialmente,

Hermani M. Vieira
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Cidade Universitária - Prédio da Reitoria, 5º Andar, Sala 543
Ilha do Fundão, Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 021-590-1191 Fax: 021-230-4046

TURISMO: UMA PRÁTICA ENTRE A CRISE E A INOVAÇÃO NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

Ana Clara Torres Ribeiro*
Cátia Antonia da Silva**
Hermani de Moraes Vieira***
Rita de Cássia da Silva****

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Cidade Universitária - Prédio da Reitoria, 5º Andar, Sala 543
Ilha do Fundão, Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 021-590-1191 Fax: 021-230-4046

(I) Introdução

O turismo tem adquirido centralidade crescente nas disputas internacionais, entre regiões e lugares. Nestas disputas, fica clara a relevância da informação como arma estratégica e, em consequência, da mídia como arena (Sodré, 1992). Talvez esta atividade seja, de fato, uma das mais expressivas dos processos contemporâneos de globalização da economia. Afinal, não seria esta a atividade dos fluxos, da transitoriedade, da pelo menos aparente hegemonia do tempo sobre o espaço e a sociedade? Marcada por tempos planejados, ritmos vitais estudados, agilização de circuitos, ou seja, construída em torno de serviços que propiciam a máxima apropriação de recursos disponíveis num determinado lugar no menor tempo possível e, ainda, com segurança e prazer?

A meta da administração bem sucedida do tempo - e a sua venda na forma de "produto" - tende a reconhecer, como obstáculos, as barreiras e rugosidades presentes em espaços historicamente construídos e, também, as surpresas ou imprevistos que a vida social espontânea apresenta. Menos resistência e menos acasos - um conceito estendido de "segurança" ou confiabilidade, como nos diria Giddens (1990) - eis alguns traços da atividade que encontram tradução prática em intervenções no tecido material e sociocultural dos lugares.

Entretanto, de forma pelo menos aparentemente contraditória, são os recursos naturais e históricos e as características marcantes da vida social dos lugares, a sua paisagem (Santos, 1988), que constituem, no nível mais imediato da aparência, a "razão de ser" do próprio turismo - a sua oferta primeira e o objetivo dos consumidores de serviços especializados. Esta leitura da atividade, entretanto, não deve estimular a omissão do fato de que existem processos expressivos da venda da "qualidade" dos próprios serviços, ou ainda, da tradução racionalmente planejada (e tantas vezes estereotipada) de hábitos e comportamentos locais.

Na face das empresas, o turismo emerge como administração de vínculos entre pessoas e objetos, ou seja, aos administradores dos fluxos (por exemplo: companhias de transporte e agências de viagem) somam-se os administradores das funções desempenhadas por

*Prof. Adj. do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e Pesquisadora
CNPq - E-mail: anaclara@novell.ippur.ufrj.br

** Mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ - E-mail: catua@novell.ippur.ufrj.br

*** Mestrando em Geografia, UFRJ - E-mail: hermani@nce.ufrj.br

**** Historiadora e Pesquisadora do IPPUR/UFRJ - rita@novell.ippur.ufrj.br

determinados objetos (por exemplo: rede hoteleira) e, ainda, os programadores / promotores de atividades que congregam os agentes anteriores.

Os programadores contemporâneos - mediadores entre atividades econômicas - podem identificar-se, na face dos objetos urbanos e recursos naturais, com o perfil de um novo tipo de planejador do território preocupado com a atratividade dos lugares (Garcia, 1994) e, na face da cultura, com todas as especialidades profissionais presentes na denominada promoção cultural (Ribeiro, 1991). Aliás, é o caráter intrinsecamente mediador do próprio turismo que explicaria, ao nosso ver, a sua centralidade num mundo em que as práticas econômicas dominantes buscam flexibilidade e terceirização. Essas são, de fato, tendências novas com alta possibilidade de adaptação a características da atividade, por sua capacidade de deslocamento para contextos mais propícios; de admitir recomposições de estruturas administrativas e avanços técnicos e, ainda, envolver outros agentes econômicos em atividades encadeadas e complementares. Afinal, o uso transitório de equipamentos e serviços necessita ser permanentemente recriado seja através da atração de novos consumidores para a mesma estrutura de oferta ou, alternativamente, da venda de inovações aos mesmos contingentes.

Algumas das características intrínsecas do turismo, claramente articuláveis aos movimentos contemporâneos da economia, explicariam a sua presença, cada vez mais frequente, em discursos do planejamento e em propostas administrativas emitidas por forças situadas em posições divergentes do espectro político. Assim, poderia ser dito que algumas das características profundamente contemporâneas do complexo de práticas econômicas aqui refletido acentuariam os riscos de sua naturalização, isto é, de sua aceitação generalizada como prática evidente em si mesma e, portanto, não sujeita a questionamentos, sobretudo numa metrópole com a história e a fisionomia do Rio de Janeiro.

A naturalização dificulta o alcance de uma periodização analiticamente significativa da atividade, capaz de fornecer parâmetros claros para a compreensão dos interesses que constroem historicamente o setor, as suas mutações internas e os seus efeitos materiais e socioculturais. Neste sentido, acreditamos, mesmo sem ser possível ainda discernir a temporalidade de cada variável envolvida no processo (Santos, 1985) que o turismo teve a sua presença econômica e cultural intensamente transformada nas últimas décadas. Trata-se de um conjunto de alterações que envolveria desde inovações tecnológicas na gestão dos serviços e nas formas de comunicação até mudanças na órbita financeira e em linguagens acionadas, como recurso, por agentes posicionados em diversos pontos do campo de ações, crescentemente internacionalizado, que contrói o setor (Sanchez, 1993).¹

Tais mudanças necessariamente trazem conseqüências para as sociedades locais, já que significam pressão por alterações na materialidade e em comportamentos sociais correlatas à presença de novos agentes (e seus interesses) na disputa por recursos e, portanto, na definição de investimentos e projetos. Exemplos da intensidade da mudança em curso poderiam ser encontrados no envolvimento do setor financeiro com o desempenho da atividade; na conexão do turismo com formas contemporâneas de fazer e divulgar a cultura e, ainda, em elos entre

¹ No tocante a fontes sobre a atividade turística no Brasil e no mundo existe um descompasso entre a documentação homologada (no caso, as estatísticas da EMBRATUR e da OMT) de fácil acesso e aquela jornalística (P.ex., ver artigo da Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios, Abr/95, nº 75, pp. 22-31, citando como fonte a WTTC - World Travel & Tourism Council). Diante dos trilhões de dólares, dos milhões de empregos gerados e das perspectivas de expansão de mercado desta última e dos números bem mais comeditos da anterior, gostamos de acreditar que o turismo acompanha o desenvolvimento dos serviços de informação e comunicação e tem grande relevância no mundo contemporâneo. Apesar da vulnerabilidade de suas estatísticas.

turismo e as novas estruturas de administração do consumo (por exemplo: shoppings e as iniciativas que articulam parques de lazer e rede hoteleira) (Marcondes Filho, 1986).

Nessa perspectiva, os impactos do turismo não seriam compreensíveis através de uma ótica exclusivamente quantitativa, como tantas vezes sugerida pelas estatísticas do setor. Ao contrário, trata-se de um conjunto de mudanças também qualitativas, de novos condicionamentos da sociedade, da economia e do território (Harvey, 1992). Assim, sugerimos que vínculos entre mudanças quantitativas e qualitativas poderiam ser reconhecidos através do acionamento dos seguintes eixos de reflexão:

- a) a presença acentuada do turismo influenciaria a auto-percepção dos habitantes, já que as imagens de uso externo também são de uso interno, espelhando - de forma seletiva (Ribeiro, 1993) - características consideradas positivas da materialidade historicamente construída e da cultura. Neste sentido, o setor, ao assumir, com apoio da mídia, a representação ainda que difusa e não outorgada do olhar externo, adquiriria relevância, por interferência direta de seus agentes ou como referência generalizada, em jogos de poder da sociedade local;
- b) ao formular e difundir representações da vida local, o setor assumiria - até em nome de um segmento basicamente não discursivo como o conformado pelos próprios turistas, amálgama econômico e social de difícil decomposição analítica - um significativo papel de avaliador das condições locais de vida, contribuindo para valorizar ou desvalorizar partes da materialidade, segmentos sociais, comportamentos e hábitos (Ortiz, 1983);
- c) essa forma específica de poder, nas suas características contemporâneas, interferiria em hierarquias socioculturais (Mannheim, 1974) e no valor atribuído a elementos da paisagem; dispondo o setor, para a concretização desta influência, de um elenco em ampliação de recursos técnicos (Silva, 1994), onde se destaca a produção de imagens - visuais e discursivas - fortemente difundidas pela mídia. Ao nosso ver, o exercício desta forma de poder se concretizaria, com maior ou menor grau de violência no âmbito da sociedade local, em função da distância econômica entre os fluxos externos e o nível de vida da população e, também, em função da intensidade das rupturas e segmentações socioculturais internas ao lugar;
- d) o último eixo sugeriria, ainda, a possibilidade de que ocorram comunalidades - e, portanto, mais uma vez, estímulos mútuos - entre as faces interna e externa de representações e práticas sociais. Deste ângulo, a análise poderia considerar homologias entre as ofertas de bens e serviços dirigidas a consumidores externos e a segmentos da sociedade local, que compartilhariam, com os primeiros, aspectos do mesmo estilo de vida (Bourdieu, 1983). Para estes segmentos, o espelho externo deixaria de ser o "outro" genérico, avaliador de recursos materiais e sociais do lugar, para se constituir em base de um processo de identificação e de compartilhamento de valores e de hábitos de consumo.

Esses eixos de reflexão, que tiveram por objetivo apoiar o distanciamento analítico necessário à compreensão do setor, subsidiaram a análise do caso do Rio de Janeiro apresentada a seguir.

(II) Turismo: Projetos e Práticas no Rio de Janeiro

Apesar dos índices de evolução desta atividade (ver Gráfico 1), em escala mundial, turismo ainda pode ser avaliado como um fenômeno minoritário (Soneiro, 1991). Os cerca 450 milhões de turistas estimados pela OMT (Organização Mundial do Turismo), em 1990, constituem apenas 1/5 da população mundial e, contudo, estão concentrados nas regiões m

ricas e desenvolvidas do planeta. Nos redimindo daquela imagem do turismo ligada aos paraísos tropicais das Américas e do Pacífico, Soneiro (op.cit.) reflete que

“O mapa dos focos e fluxos turísticos em escala mundial /.../ reproduz com toda fidelidade o dos desequilíbrios socioeconômicos inter-regionais: se alguns países subdesenvolvidos constituem espaços não poucos apreciáveis para o lazer dos países ricos, os focos emissores do turismo internacional concernem exclusivamente a estes últimos; como em tantas outras atividades socioeconômicas, a relação entre estes e aqueles está marcada também aqui pelo signo da dependência e da colonização.” (p.15)

Ao verificarmos o quadro das dez maiores receitas e despesas nacionais realizadas com o turismo, em 1990, segundo a OMT, percebemos que o grosso dos fluxos turísticos internacionais e das receitas (ver Gráfico 2) se realiza dentro do âmbito do G7 (Grupo dos Sete integrado pelos EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Canadá) e alguns países da Europa Ocidental (Espanha, Áustria, Suíça, Suécia e Holanda). Naquele ano, apenas o México (décimo entre as maiores receitas) destacava-se dentro de um quadro que só contempla economias do mundo desenvolvido. Assim, a relação entre desenvolvimento econômico e turismo refaz o mapa do mundo, dividido em **subdesenvolvido** (onde o nível de pobreza - subconsumo - trava em muito a atividade turística); em **desenvolvimento** (onde a expansão da indústria, dos serviços e, principalmente, a absorção de idéias inovadoras do exterior vêm permitindo o crescimento da atividade) e **desenvolvido** (onde o superconsumo pode incluir a necessidade de cultura e de lazer e o turismo se encontra consolidado) (Soneiro,p.cit.).

Mesmo entre aqueles países do mundo desenvolvido, uma análise atualizada do turismo incluiria a reflexão dos seus elos com a crise do capitalismo. Afinal, o desenvolvimento de uma cidade ou de um país não se baseia mais na existência, por exemplo, de um parque industrial calcado em bens de produção e bens de consumo.

Neste contexto e afirmando-se sobre a crise, o turismo é visto como constituindo uma saída para o crescimento econômico por favorecer a apropriação de recursos, o gerenciamento de intenções e ações de diversos setores da sociedade e da economia. Passando então a receber investimentos públicos vultuosos e projetos.

A prática do turismo, como referência de desenvolvimento e riqueza para o Rio de Janeiro, tem sido adotada como ideário sem críticas e assumida como um projeto a ser definitivamente implementado. Este ideário-projeto se afirma e reafirma com base em processos históricos e fatos concretos advindos de um longo movimento e modernização da cidade, traduzido em reformas que a desenharam segundo um padrão de cidade turística-mundial. Tais reformas implementaram longas vias, urbanizaram praias, criaram formas de uso de maços (Corcovado, Pão-de-Açúcar) e instalaram complexos culturais. Constituíram, assim, ao mesmo tempo, o espaço de circulação do turista e de moradia e circulação das classes privilegiadas, segregando parcelas da cidade e da população (ver Mapa 1 no fim do texto).

O discurso-ideário de vocação natural da cidade para o turismo e a cultura encontra justificativa na própria magnitude dos fluxos externos e na movimentação nacional e internacional nos terminais de trânsito, principalmente quando o Rio de Janeiro é comparado às outras unidades da federação (ver Quadros 1 e 2). A cidade do Rio de Janeiro atrai o maior

fluxo de estrangeiros ao país, estando, ainda, muito bem posicionada, comparativamente, no que se refere aos fluxos internos.²

GRÁFICO 1 Índices de Evolução do Turismo no Brasil e no Mundo

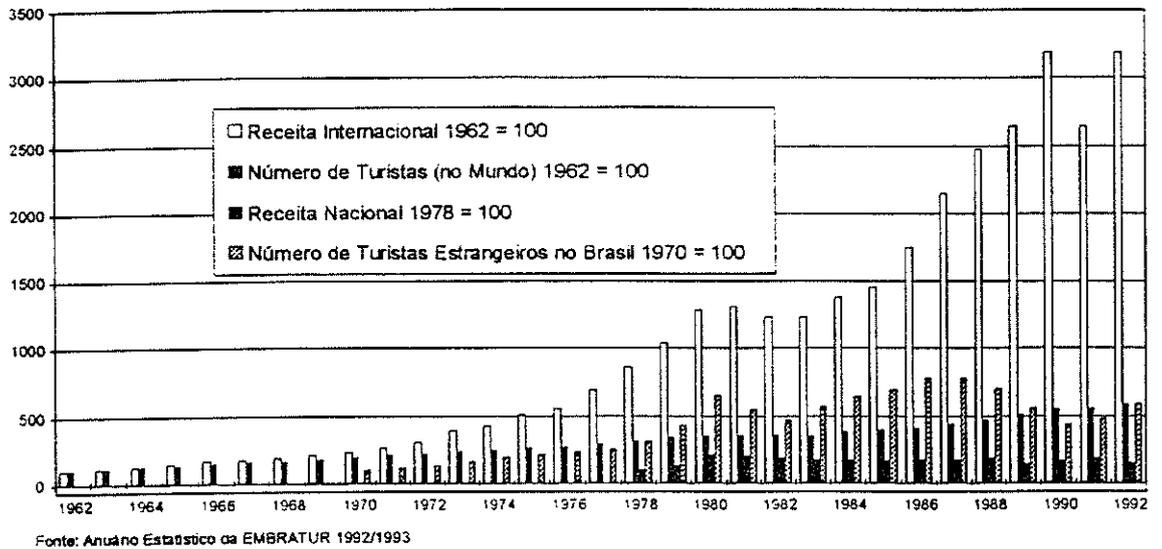
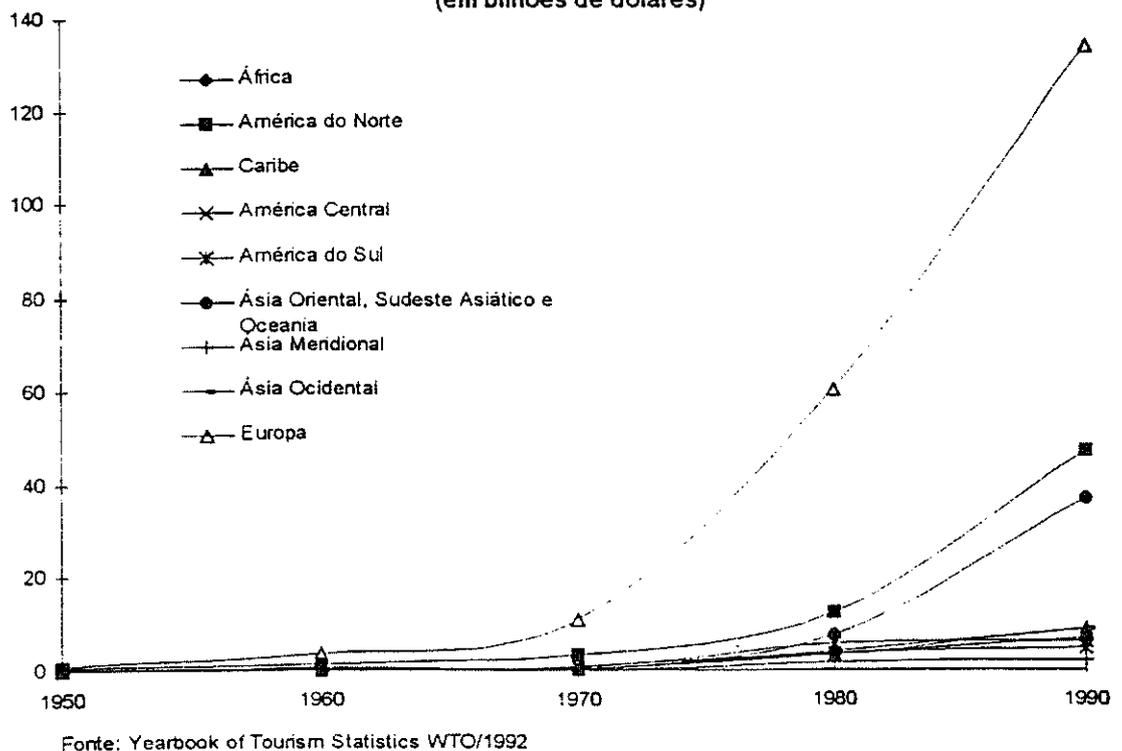


GRÁFICO 2

Receitas do Turismo Internacional 1950-1990
(em bilhões de dólares)



² Em termos de renda para a cidade, o turista gasta em média, por dia, cerca de 97,33 dólares - superior ao gasto médio no país que é de 67 dólares. Este dispêndio ocorre num tempo de permanência bem inferior em

QUADRO 1**TURISMO INTERNO - MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS,
POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO - NÚMEROS TOTAIS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE**

UF	No. de Aeroportos	1985	1986	1991	1992
ACRE	2	92.998	112.592	119.378	157.270
ALAGOAS	1	287.627	394.320	455.297	387.307
AMAPÁ	1	110.226	117.951	202.411	157.626
AMAZONAS	3	782.624	1.058.165	1.131.269	825.287
BAHIA	2	1.272.723	1.633.782	1.726.581	1.402.280
CEARÁ	2	706.921	1.164.691	939.435	752.717
DISTRITO FEDERAL	1	1.942.104	2.485.808	2.417.176	1.981.333
ESPIRITO SANTO	1	280.598	383.340	504.003	390.264
FERN. DE NORONHA	1	9.685	12.081	17.424	12.210
GOIÁS	1	227.321	299.988	446.067	310.090
MARANHÃO	2	256.847	335.530	333.959	261.088
MATO GROSSO	1	266.916	353.567	336.912	249.766
MATO GROSSO DO SUL	2	216.885	260.999	280.559	205.078
MINAS GERAIS	2	1.078.362	1.260.892	1.148.759	797.178
PARÁ	6	881.455	1.128.866	1.124.494	864.770
PARAIBA	2	81.873	122.788	187.577	145.794
PARANÁ	3	1.083.406	1.144.956	1.577.596	1.307
PERNAMBUCO	2	1.030.518	1.392.406	1.387.425	1.167.289
PIAUI	1	116.648	154.043	182.492	131.291
RIO DE JANEIRO	2	7.289.647	5.963.938	5.048.377	4.093.721
RIO GRANDE DO NORTE	1	201.698	293.145	434.944	334.927
RIO GRANDE DO SUL	2	1.027.438	1.188.573	1.338.929	1.142.547
RONDONIA	1	159.171	200.456	179.352	128.426
RORAIMA	1	63.357	91.111	112.882	81.268
SANTA. CATARINA	3	320.198	421.612	608.334	508.628
SÃO PAULO	5	4.132.750	6.835.184	6.995.418	5.817.418
SERGIPE	1	157.286	201.989	255.156	196.085
TOCANTINS	1	-	-	23.105	10.249
TOTAL	53	24.076.642	29.012.773	29.515.311	23.820.458

Fonte: EMBRATUR - Anuário Estatístico 1987, Anuário Estatístico 1992/93.

QUADRO 2**ENTRADA DE TURISTAS ESTRANGEIROS, SEGUNDO TOTAIS DE 1985, 1986, 1991, 1992.**

	1985	1986	1991	1992
BRASIL	1.735.982	1.934.091	1.192.216	1.474.864
AMAZONAS	21.655	15.619	11.811	12.558
BAHIA	18.495	21.872	22.342	29.126
DISTRITO FEDERAL	2.631	1.847	927	2.135
MATO GROSSO DO SUL	54.568	65.735	28.081	26.892
PARÁ	20.078	20.710	18.284	8.497
PARANÁ	229.960	244.646	127.450	143.145
PERNAMBUCO	31.703	27.390	35.713	36.300
RIO GRANDE DO SUL	455.146	606.688	304.375	394.799
RIO DE JANEIRO	620.509	623.676	408.080	481.983
SÃO PAULO	239.127	266.644	186.706	251.608
OUTROS ESTADOS	42.110	39.264	48.447	37.821

Fonte: EMBRATUR - Anuário Estatístico 1987, Anuário Estatístico 1992/93.

relação à média nacional (Rio de Janeiro em cerca de 7,66 dias; Brasil, em cerca de 13,06 dias) (EMBRATUR - Demanda Turística Internacional, 1993)

Por outro lado, os dados dos quadros 1 e 2 apresentam que tem havido uma queda geral na dinâmica do turismo interno e externo, tanto no Brasil, como no Rio de Janeiro - observando-se as informações de 1991/92 para 1985/86. Mas contradizendo a tendência geral do turismo no Rio de Janeiro, neste período o número de hotéis aumentou consideravelmente: de 248 empresas exploradoras dos meios de hospedagem, em 1989, para 291, em 1992, diante de uma dinâmica nacional bastante estabilizada (EMBRATUR - Anuário Estatístico 1992/93).

Esse aumento relativamente acentuado dos investimentos turísticos no Estado pode significar a extensão da atividade a diversos municípios, tais como os das regiões litorânea e serrana. Porém, o município-sede do Rio de Janeiro mantém a sua centralidade, sobretudo nas práticas e projetos que contam com recursos públicos.

Na cidade do Rio de Janeiro, os bairros de maior recepção de turistas (da Zona Sul, Barra da Tijuca e Centro) possuem hotéis de alto luxo - cinco estrelas e apart-hotéis - que expressam os empreendimentos nestas áreas, bem como a articulação de interesses hoteleiros aos do poder público e agentes culturais: exposições, feiras, congressos de negócios, científicos, religiosos, etc.

A administração e agenciamento de projetos e fluxos cria atrativos turísticos que se tornam o "produto" dos elos econômicos criados em torno do setor. Dos motivos de viagem destacam-se o lazer e os negócios (encontros, feiras e exposições nacionais e internacionais de mercadorias, modelos e técnicas e idéias para articulação econômica entre grupos de diversas localizações). Ambos atuam como agilizadores de fluxos e recursos.

A orientação do fluxo é prática desenvolvida por agências de viagens e por agências promotoras de eventos. Em 1993, por exemplo, a maior parte do turismo receptivo no Rio de Janeiro foi organizada por agências - cerca de 54,1% - enquanto que, no país como um todo, a organização por agências é de 35% em média (EMBRATUR - Demanda Turística Internacional, 1993).

(III) Turismo entre Inovação e Crise

O turismo nas áreas metropolitanas expressa e reflete um conjunto de processos permanentes de modernização. São inovações em objetos, técnicas, agenciamentos e refuncionalização de espaços que se realizam pela prática de agentes públicos e privados.

O planejamento do turismo, neste sentido, realiza-se por meio de ações diretas (as políticas para o turismo) e de forma indireta (políticas urbanas e econômicas mais abrangentes). Assim, a inovação na criação de shoppings-center e sua articulação com as áreas de lazer e entretenimento esteticamente inovadas e, ainda, a sua proximidade aos espaços e centros culturais (salas para exposições, feiras, congressos) configuram novos objetos que refuncionalizam o território onde estão localizados (ver Tabela 1).

TABELA 1

RIO DE JANEIRO E INOVAÇÃO - MODERNIZAÇÃO REALIZADA E EM REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS

OBJETOS URBANOS DE INOVAÇÃO	AGENTE	ÁREA	CARACTERÍSTICA
POLO TEXTIL RIO - FABRICANTES DE MALHAS E TECIDOS	PRIVADO	RIO COMPRIDO (MAIO DE 1994)	EM IMPLANTAÇÃO
POLO DE NEGÓCIO E TURISMO	PÚBLICO (PREFEITURA DO RIO / SMDE)	PRAÇA MAUA	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO CULTURAL TURÍSTICO E TEATRO
AMPLIAÇÃO DO BARRA SHOPPING (CIDADE BARRA SHOPPING); TRANSPORTE DE TURISMO DE HELICÓPTERO (BARRA SHOPPING)	PRIVADO	BARRA	3 Km DE VITRINES COM DAS GRIFFES MAIS SOFISTICADAS; US\$ 5 MILHÕES EM EXPANSÃO
CONDOMÍNIO VILLA BORGHESE	PRIVADO (IMOBILIÁRIA)	BARRA	CENTRAL TELEFÔNICA E CENTRAL DE VÍDEO
NOVOS SHOPPINGS OFF-PRICE (PREÇOS DE FÁBRICA)	PRIVADO	PENHA	OCUPADO POR ESCRITÓRIOS, SEGURADORAS, ESCOLA TÉCNICA E EXPOSIÇÃO PARA PEQUENAS INDÚSTRIAS; VENDAS BARATAS
RIO OFF-PRICE	PRIVADO	BOTAFOGO	
TELEPORTO DO RIO DE JANEIRO	PÚBLICO (PREFEITURA, EMBRATEL E TELEBRÁS)	BAIRRO DA CIDADE NOVA	ESTABELECIMENTO DE CENTRO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, COM USO DE TECNOLOGIAS MODERNAS; REDE INTERNACIONAL DE FLUXO DE NEGÓCIOS
PLANO ESTRATEGICO PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO	PREFEITURA E OUTROS CONSORCIADOS PÚBLICOS E PRIVADOS	CIDADE DO RIO DE JANEIRO	BUSCA DEFINIR PLANOS ECONÔMICOS E CULTURAIS ESPECÍFICOS E PRIORITÁRIOS
RIO SUL-SHOPPING CENTER	PRIVADO	ZONA SUL (BOTAFOGO)	EXPANSÃO DE ATIVIDADES

REFORMA URBANÍSTICA DA LAGOA RODRIGUES DE FREITAS	PÚBLICO	ZONA SUL	OBJETIVA CRIAR QUIOSQUES DE ALIMENTAÇÃO; EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA; QUADRAS ESPORTIVAS; SANITÁRIOS; QUIOSQUES DE INGRESSO DE PEDALINHO; PLAYGROUND; EMBARQUE DE PEDALINHO; QUIOSQUES COM BIBLIOTECAS
PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA	PÚBLICO	REDE HIDROGRAFICA DA BAÍA DE GUANABARA	RENOVAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DE USO FLUVIAL
REFORMA URBANÍSTICA DA CINELÂNDIA	PÚBLICO	CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	RENOVAÇÃO DA PRAÇA, COM IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO "RIO ANTIGO"
SHOPPING NOVA AMÉRICA	PRIVADO	ZONA NORTE (DEL CASTILHO)	SHOPPING DE LOJAS DE FÁBRICA EM IMPLANTAÇÃO
SHOPPING GRANDE RIO	PRIVADO	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI	EM IMPLANTAÇÃO
NOV. SHOPPING	PRIVADO	MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU	EM IMPLANTAÇÃO
IGUAÇU TOP SHOPPING	PRIVADO	NOVA IGUAÇU	EM IMPLANTAÇÃO
SHOPPING IGUATEMI RIO	PRIVADO	BAIRRO DA TIJUCA	EM IMPLANTAÇÃO
REFORMA DO BAIRRO DE IPANEMA	PÚBLICO	ZONA SUL	REFORMA DE PRAÇAS
SHOPPING CENTER BARRA SQUARE	PRIVADO	BARRA DA TIJUCA	EXPANSÃO DE ATIVIDADES

Fonte: JORNAL DO BRASIL, O GLOBO E O DIA - Anos de 1994 e Jan/Fev/Mar de 1995.

Elaborado por Cátia Antonia da Silva, a partir de material da pesquisa NOVAS TECNOLOGIAS NO ESPAÇO METROPOLITANO: A QUESTÃO DA SAÚDE E DO TRABALHO (IPPUR/UFRJ; FINEP e CNPq)

Parcelas da cidade do Rio de Janeiro (Barra da Tijuca, Botafogo, Copacabana, Lagoa e Centro) já desde muito tempo são receptoras de grandes investimentos públicos e privados, de políticas culturais e turísticas e de moradias das classes de alta e média rendas. Estes espaços mantêm-se no processo de modernização e de instalação de objetos e redes técnicas e sociais que preservam e alteram a imagem social da metrópole do Rio de Janeiro frente ao contexto nacional e internacional.

Por outro lado, os shoppings, os polos de negócio, juntamente com a presença de agentes organizadores de feiras e exposições mercantis, expressam outra dimensão do turismo: uma articulação com o mundo dos negócios. Estes constituem elos entre outras formas de

articulação, expressam interesses e ideários vinculados, diretamente, à imagem da cidade como centro cultural e ^{esses} interesses econômicos nacionais e estrangeiros, na busca de novos mercados. Essas articulações de cunho político interagem com interesses e ideários permissores da venda da imagem do Rio de Janeiro como centro cultural. São novos formatos de agenciamento entre esferas da vida coletiva.³

A busca de reconstituição da metrópole, como centro cultural, é um projeto/ideário também da esfera pública. O **Teleporto** se constitui num projeto orientado pela Prefeitura, TELERJ e EMBRATEL que buscam tornar a cidade um locus de inovação de tecnologias de informação e comunicação, atraindo investimentos para a cidade e o Estado. Isto pressupõe a articulação entre turismo e negócios no que se refere à necessidade de criação de ambientes transitórios para a difusão e consolidação de ideais. O **Plano Estratégico do Rio de Janeiro** é ^{em articulação com a Prefeitura} outra busca da Prefeitura, articulada a mais de 50 empresas privadas e públicas ligadas às mais diversas atividades (indo do turismo até entidades de saúde privada), ~~que~~ parece ter como meta geral investir em políticas econômicas dirigidas a diversas áreas do setor terciário metropolitano, aonde inclui-se também o turismo.

Os incentivos ao turismo ocorrem de forma cada vez mais articulada ao planejamento das metrópoles, correspondendo a processos que, em nome da modernidade, selecionam locais, estéticas e práticas socioeconômicas. Desta forma, o turismo transforma-se em justificativa e meta da intervenção pública, entretanto tais intervenções contrastam, violentamente, com a gravidade da crise social que marca o cotidiano.

A crise social na metrópole e no município do Rio de Janeiro agrava-se de forma desmedida e a crise na saúde, a violência, o desemprego, a pobreza, a fome e a miséria se tornam crescentemente visíveis em todos os meios de comunicação (rádio, TV, jornais). Neste sentido, foi montado, a partir de arquivos de jornais o quadro seguinte (Quadro 3), com os principais temas relacionados com a crise.

Pobreza, fome e miséria vêm aumentando na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os resultados sociais da década de 80 aparecem na acentuada perda de qualidade de vida. A proporção de pobres na sua população aumentou de 27,2%, em 1980, para 32,2%, em 1990, sendo necessário alertar, neste momento, para o nível extremamente baixo deste cálculo - 1/4 do salário mínimo para renda individual (Ribeiro, 1994a)

A miséria encontra-se em termos absolutos em municípios que abrigam historicamente a classe trabalhadora. Este nível de concentração explica a sua visibilidade no Rio de Janeiro e, ainda, a agudização dos conflitos sociais na cidade. Além do município-núcleo, encontra-se inscrita sobretudo nos populosos municípios da Baixada Fluminense (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti) e no município de São Gonçalo. Áreas estas historicamente conformadas pela segregação espacial da pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Outro indicador da crise social na Metrópole do Rio de Janeiro é a violência. O tráfico de drogas é em grande parte responsável pela morte de jovens, em sua maioria as vítimas da violência moram em áreas pobres como Bangu, Madureira, Ramos, Santa Cruz e Anchieta. O tráfico de drogas tem encontrado nas favelas do Rio as condições propícias à sua dominação e as novas formas de controle exercidas sobre o lugar de moradia dos pobres ampliam, agudamente, a discriminação e a violência a que a pobreza se encontra submetida (ver Mapa 2 no fim do texto).

³ Basta ver, por exemplo, a criação do Clube da Cultura, em 1994. Entidade constituída por 52 instituições públicas e privadas ligadas à atividade da produção e promoção da cultura (Agenda do Clube da Cultura, 1994)

QUADRO 3

A CRISE SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1994

Tema : Estado de Saúde da População	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão de doenças como leptospirose, meningite, tuberculose e hanseníase na Baixada Fluminense. Falta de saneamento básico é a principal causa do aumento das doenças. - Crise institucional : Fechamento dos Hospitais da Baixada por falta de médicos, equipamentos e verbas. - Falta de verbas para conclusão dos hospitais da Baixada (Saracuruna, Queimados e Hospital da Posse) - Falta de atendimento básico à população doente, falta de limpeza - O Hospital Geral de Duque de Caxias é "campeão na falta de higiene".
Tema : Violência	<ul style="list-style-type: none"> - O tráfico de drogas é em grande parte responsável pela morte de jovens, no Rio de Janeiro. - As regiões que concentraram, em 1992, o maior número relativo das vítimas de homicídio doloso por ordem decrescente foram : Bangu, Madureira, Ramos, Anchieta, Santa Cruz, Pavuna, Campo Grande, Jacarepaguá, Vila Isabel e Irajá. * Boa parte das vítimas são homens de cor preta e parda e que moram em área pobre na seguinte ordem: Bangu, Madureira, Ramos, Santa Cruz e Anchieta. * O perfil das vítimas difere : São brancos com mais de 35 e pretos entre 18 e 24 anos, em ambos os casos apenas 10% são mulheres. - A violência causa o isolamento social e cria na população um medo indeterminado. - O tráfico de drogas corrompe as intuições encarregadas de reprimi-lo. - O Exército ocupa as principais estradas e favelas do Rio de Janeiro
Tema : Emprego- Desemprego	<ul style="list-style-type: none"> - O perfil do mercado de trabalho carioca não absorve negros e mulheres. - A queda do poder aquisitivo da classe média lança mais cedo o jovem no mercado de trabalho, levando à valorização do curso técnico na busca do primeiro emprego. - Aumento do número de subempregados - Camelôs ocupam as principais ruas comerciais do Rio de Janeiro. - Constante conflito entre policiais e camelôs faz o comércio fechar suas portas no Rio de Janeiro. - Crescimento econômico não gera emprego. As novas tecnologias tiram postos de trabalho e o Estado é incapaz de arcar com uma política eficiente de seguro-desemprego. - Torna-se sério o problema da geração de emprego. - Segunda campanha de Herbert de Souza, "Campanha Nacional do Emprego", buscando regularizar a documentação de trabalhadores, a campanha estuda a possibilidade de formação de cooperativas para costureiras, fabricação de tijolos e correio mirim comunitário.
Tema: Pobreza, Fome e Miséria.	<ul style="list-style-type: none"> - A Baixada Fluminense é considerada como tesouro eleitoral sobre a miséria. São quase dois milhões de eleitores à espera de saneamento, casa, emprego, saúde e comida. - Os filhos do salário mínimo passam fome. * Queda brutal do salário mínimo e crise na área de saúde são consideradas fatores geradores da desnutrição infantil. * As famílias que vivem abaixo da linha de pobreza em grande parte são chefiadas por mulheres. - Sociólogo Hebert de Souza realiza campanha contra fome. - Está cada vez mais presente em ruas, praças e favelas de nossa cidade a realidade dos menores abandonados.

Fonte: Jornal do Brasil; O GLOBO; O DIA. Arquivo da pesquisa NOVAS TECNOLOGIAS NO ESPAÇO METROPOLITANO: A QUESTÃO DA SAÚDE E DO TRABALHO (IPPUR/UFRJ; FINEP e CNPq)

Elaborado por Rita de Cássia Silva

O desemprego também reflete a crise social na Metrópole com os subempregados - camelôs - ocupando as principais ruas comerciais do Rio de Janeiro.

As tradicionais estratégias de sobrevivência do pobre urbano têm suportado, cada vez com maior intensidade, confrontos e/ou subordinações ao universo da criminalidade, como demonstram os conflitos entre segmentos do comércio ambulante no Rio de Janeiro e as denúncias de gerenciamento, por policiais corruptos, do trabalho e do furto realizados por menores de (e na) rua (Ribeiro, op. cit).

Para finalizarmos os indicadores da crise social na Região Metropolitana do Rio Janeiro, temos a crise dos serviços de saúde que vem afetando, de maneira brutal, a população que precisa de atendimento médico público.

Na Baixada Fluminense, boa parte da população está à margem dos serviços de saúde tendo como efeito imediato o aumento de doenças como leptospirose, tuberculose, dengue, hanseníase e a falta de saneamento básico é a principal causa da expansão dessas doenças.

(IV) Modernidade, Contexto e Estilo de Vida

As contrastantes situações sociais tratadas nos itens anteriores resistem a análises lineares da realidade econômica e sócio-cultural da cidade do Rio de Janeiro, isto é, análises que não admitem incertezas ou a observação de fenômenos com significados contraditórios; expressivos simultaneamente, por exemplo, de processos de homogeneização, diferenciação ou integração e exclusão.

A operação do turismo ocorre através de práticas mediadoras entre recursos; sendo cada vez mais difícil, em decorrência da agilização atual da comunicação, a existência de agentes isolados no setor, mesmo daqueles dedicados ao denominado turismo ecológico (Monken, 1995). A operação mediadora do turismo é claramente favorecida pelo método técnico-científico, já que este se constitui na materialidade expressiva e alavancadora da racionalização contemporânea da economia e da sociedade - aquela materialidade, como nos ensina Milton Santos (1994), com maior conteúdo de ciência.

Neste sentido, trabalhamos a hipótese de que tenderia a ocorrer um processo crescente de "artificialismo" (de administração tecnicamente orientada) na atividade e, em consequência, no lazer e no usufruto do tempo livre. Este fato tornaria o turismo uma prática mais agilmente associável aos lugares e comportamentos sociais já submetidos aos impulsos e orientações racionalizadores da modernidade, assumida como diretriz de planejamento ou projeto. Existiriam, assim, novas comunhões de interesse, novas frentes de articulação no mundo dos "negócios", vinculando segmentos até recentemente distantes da economia e da política.

Os elementos coerentemente organizados do meio técnico-científico, e da vida coletiva a ele articulada, seriam encontráveis em amplos territórios dos países centrais, assim como, seus pressupostos culturais e técnicos (Bourdieu, 1989) em numerosos segmentos e grupos sociais. Nos países capitalistas periféricos, especialmente nas suas metrópoles, tais pressupostos surgiriam em "ilhas" sócio-espaciais: aeroportos, shoppings, redes de serviços, hotelaria, pontos de acesso ao sistema bancário-financeiro e à comunicação, espaços culturais de design cosmopolita.

A distribuição espacialmente desigual da técnica e da informação e, sobretudo, a sua extensão socialmente seletiva, expressariam elos concretos entre crise e inovação na metrópole do Rio de Janeiro. No caso específico desta metrópole, dificilmente poderia ser dito - como tantas vezes se faz - que do cerne contraditório da crise emergiram os elementos de sua superação. Esta leitura, para os processos vividos nesta metrópole, pressuporia a afirmação de um projeto de modernidade - ou melhor, de modernização - que considerasse a totalidade do marco construído, o que não parece pautar a mudança em curso.

Os elos entre crise e inovação são, de fato, mais complexos; podendo ser reconhecidos na criação de novas barreiras socioespaciais e em novas diferenças inter e intra classes. Em termos de hábitos de consumo, comportamentos, ou mesmo, estilo de vida. Propomos, assim, que a face da vida urbana expressiva da inovação (objetos e práticas) seja compreendida

sua relação dialética - contraditória e tensa - com a face mantida da crise, na qual ainda encontram-se preservados elementos para seu aprofundamento e/ou superação (Santos, 1994)

Neste sentido, sugerimos, através dos quadros seguintes (Quadros 4 e 5), qualidade que permitiriam a pesquisa de oposições entre crise e inovação, através do contraste entre contexto e lugar e entre estilo e modo de vida. Nossa intenção é, evidentemente, de distinguir para compreender (Ribeiro, 1994b). Trata-se, assim, de uma operação analítica que não pretende sugerir que seja ignorado o fato de que os denominados "contextos" - termo que reservamos para os espaços administrados - podem vir a se transformar nos lugares historicamente constituídos, de parcelas das futuras gerações ou, de forma complementar, que a codificação de práticas de consumo - para cuja indicação reservamos o termo estilo de vida - não contenha elementos efetivos do modo de vida de segmentos da população metropolitana em sua crescente identificação com outros lugares e culturas.

QUADRO 4 - MODO E ESTILO DE VIDA

MODO DE VIDA	ESTILO DE VIDA
Essência - estética e moral	Aparência - isolamento da estética
Festa, Ritual	Espetáculo
Processo / Conteúdo	Forma
Socialização	Sociabilidade
Espontaneidade	Organização
Descontrole	Controle
Subjetividade	Objetivação
Cultura	Informação
Concretude, Compromisso	Abstração (Dinheiro)
Temporalidade arritmica	Temporalidade provocada
Multidão	Público
Produção	Consumo
Emoção	Desejo
Desordem	Ordem
Incerteza	Segurança
Contaminação	Limpeza
Pluriclassismo	Monoclassismo (setores médios)
Contradição	Harmonia
Necessidade / Carência	Necessidade / Utilidade
Confiança - relações humanas	Confiabilidade-produto
Historicidade	Desenraizamento

QUADRO 5 - LUGAR E CONTEXTO

LUGAR	CONTEXTO
Pertencimento	Cenário
Cultura cotidiana	Meio técnico-científico
Virtualidade / Acaso	Determinação
Produto	Conceito de produto
Identidade	Identificação
Obra	Produto
Heterogeneidade	Padronização
Essência	Simulacro
Concorrência aberta	Concorrência oculta
Barreiras visíveis e invisíveis	Barreiras invisíveis
Estabilização	Circulação
Experiência sensível de múltiplas escalas	Controle sobre múltiplas escalas
Senso Comum	Intelectualização e Ciência Aplicada
Propriedade e Apropriação	Propriedade
Vida	Negócio
Controle primário	Vigilância
Abertura	Enclausuramento

As características da administração contemporânea das necessidades sociais, em cujo cerne encontra-se inserido o turismo, são portadoras de mudanças profundas - porém, social e espacialmente delimitadas - no tecido urbano. A compreensão destas características exige um novo tipo de exame das virtualidades do lugar, no qual sejam observadas não apenas segmentações socioculturais mas, também, a retenção de eventuais projetos alternativos (Léfèbvre, 1969). Nesta direção, a naturalização que encobre o turismo tende a dificultar, concretamente, a percepção de seus vínculos com práticas econômicas que, ao interferirem em bagagens culturais e espaços historicamente construídos, colaboram para "artificializar" a vida coletiva, isto é, torná-la objeto de ações estudadas que tocam no cerne de hábitos e em formas tradicionais de uso e apropriação da materialidade urbana.

Referências bibliográficas:

AGENDA DO CLUBE DA CULTURA, Rio de Janeiro, 1994.

BORDIEU, P. - 1983 - "Gostos de classe e estilos de vida" In Renato Ortiz (org.) Pierre Bordieu: sociologia, São Paulo, Ática.

_____ - 1989 - O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz, Lisboa, DIFEL. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil S.A.

CALVINO, I. - 1990 - Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas. Trad. Ivo Barroso, São Paulo, Companhia das Letras.

CASTRO, R. - 1994 - Saudades do Século 20. São Paulo, Companhia das Letras.

EMBRATUR - Anuário Estatístico 1987.

_____ - Anuário Estatístico 1992/93.

_____ - Demanda Turística Internacional 1993.

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1991.

GARCIA, F.E.S. - 1994 - "Curitiba anos 90: cultura e política na produção da imagem da cidade". Texto apresentado no XVIII Encontro Anual da ANPOCS.

GIDDENS, A. - 1990 - The consequences of modernity. Stanford, Stanford University Press.

HARVEY, D. - 1992 - A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo, Ed. Loyola.

IPLANRIO - Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1992/93.

LÉFEBVRE, H. - 1969 - O direito à cidade. Trad. T.C. Neto, São Paulo, Ed. Documentos.

MANNHEIM, K. - 1974 - Sociologia da Cultura. Trad. Roberto Gambini, São Paulo, Perspectiva / EDUSP.

MARCONDES FILHO, C. - 1986 - Quem manipula quem?: poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil. Petrópolis. Ed. Vozes.

MONKEN, M. - 1995 - A noção de lugar no estudo da Ilha Grande / RJ. Tese de Mestrado, IPPUR/UFRJ.

ORTIZ, R. (org.) - 1983 - Pierre Bourdieu: sociologia. Trad. Paula Montero e Alicia Auzmendi, São Paulo, Ática.

RIBEIRO, A.C.T. - 1991 - "O espetáculo urbano no Rio de Janeiro". Texto apresentado ao colóquio internacional Grandes Metrôpoles da África e da América Latina, Toulouse, Universidade de Toulouse Le Mirail.

_____ - 1993 - "Mutações na sociedade brasileira: seletividade em atualizações técnicas da cultura" In Milton Santos, Maria Adélia da Souza, Francisco Capuano Scarlato e Monica Arroyo (org.) - O novo mapa do Mundo: fim de século e globalização. São Paulo, HUCITEC-ANPUR.

_____ - 1994a - "Metrôpoles brasileiras: limites à integração social no Rio de Janeiro e em São Paulo". Texto elaborado para o Programa "Volunteer Contributions to Social Integration at the Grassroots" (United Nations Volunteers / United Nations Research Institute for Social Development), preparativo da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social.

_____ - 1994b - "Contextos, imagens e futuro, a gestão das necessidades". Texto apresentado ao Encontro Internacional Lugar, Formação Social, Mundo, ANPEGE/USP.

SANCHEZ, J-E. - 1993 - "Metropolização e modernidade" In Milton Santos, Maria Adélia da Souza, Francisco Capuano Scarlato e Monica Arroyo (orgs.) - O novo mapa do mundo: fim de século e globalização. São Paulo, HUCITEC-ANPUR.

SANTOS, M. - 1985 - Espaço e método. São Paulo, Nobel, Col.Espaços

_____ - 1988 - Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo, HUCITEC.

_____ - 1994 - Técnica, espaço, tempo - globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, HUCITEC.

SILVA, C.A. - 1994 - Novas relações entre espaço e cultura: filmes em videocassete e vida urbana. Tese de Mestrado, IPPUR/UFRJ.

SODRÉ, M. - 1992 - O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídias. São Paulo, Cortez Editora.

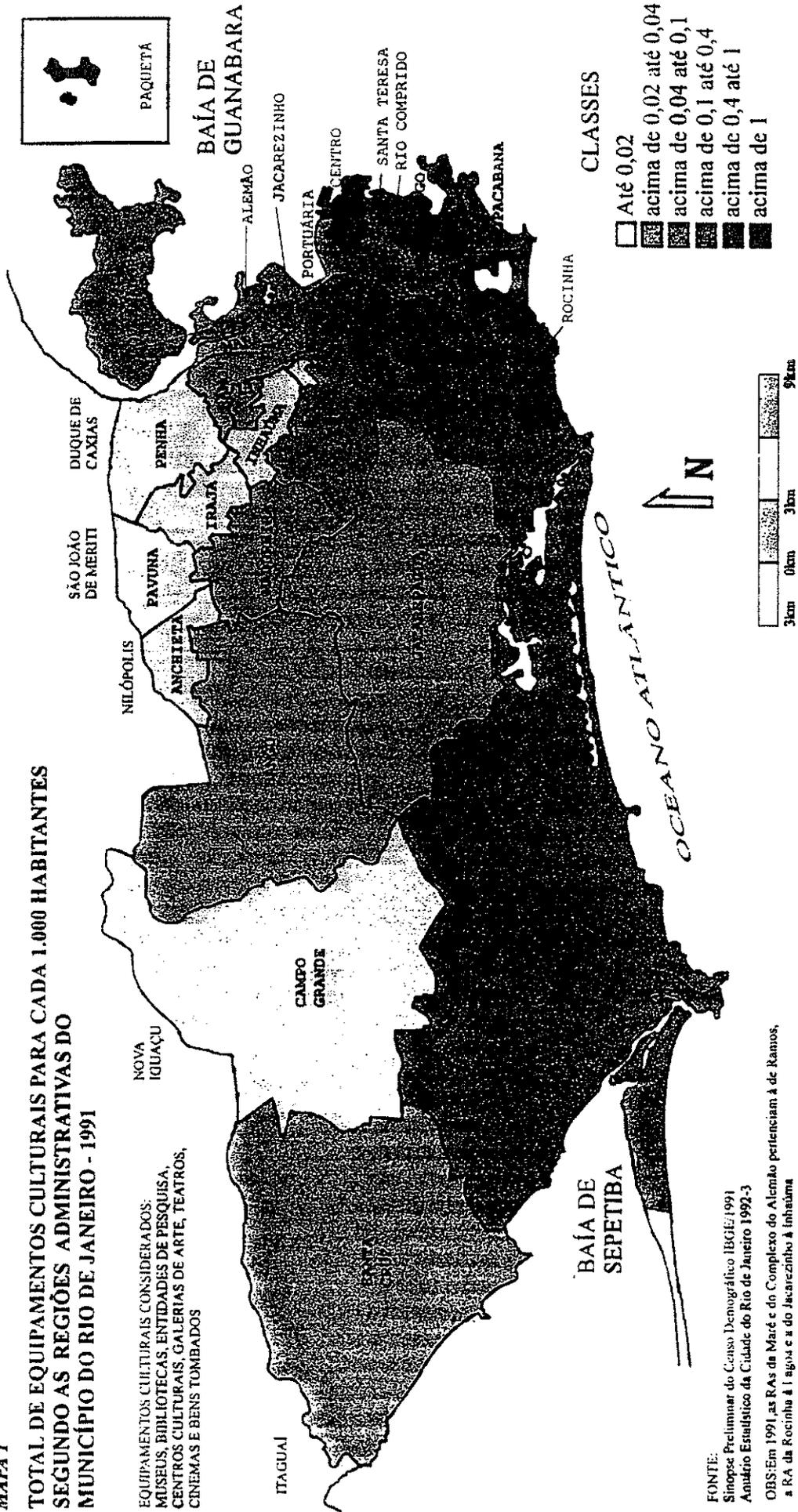
SONEIRO, J.C. - 1991 - Aproximación a la geografia del turismo. Madri, Editorial Síntesis. Coleção Espacios Y Sociedades, Série Geral, n.º 21.

WTO - Yearbook of Tourism Statistics 1992

MAPA 1

**TOTAL DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS PARA CADA 1.000 HABITANTES
SEGUNDO AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1991**

EQUIPAMENTOS CULTURAIS CONSIDERADOS:
MUSEUS, BIBLIOTECAS, ENTIDADES DE PESQUISA,
CENTROS CULTURAIS, GALERIAS DE ARTE, TEATROS,
CINEMAS E BENS TOMBADOS

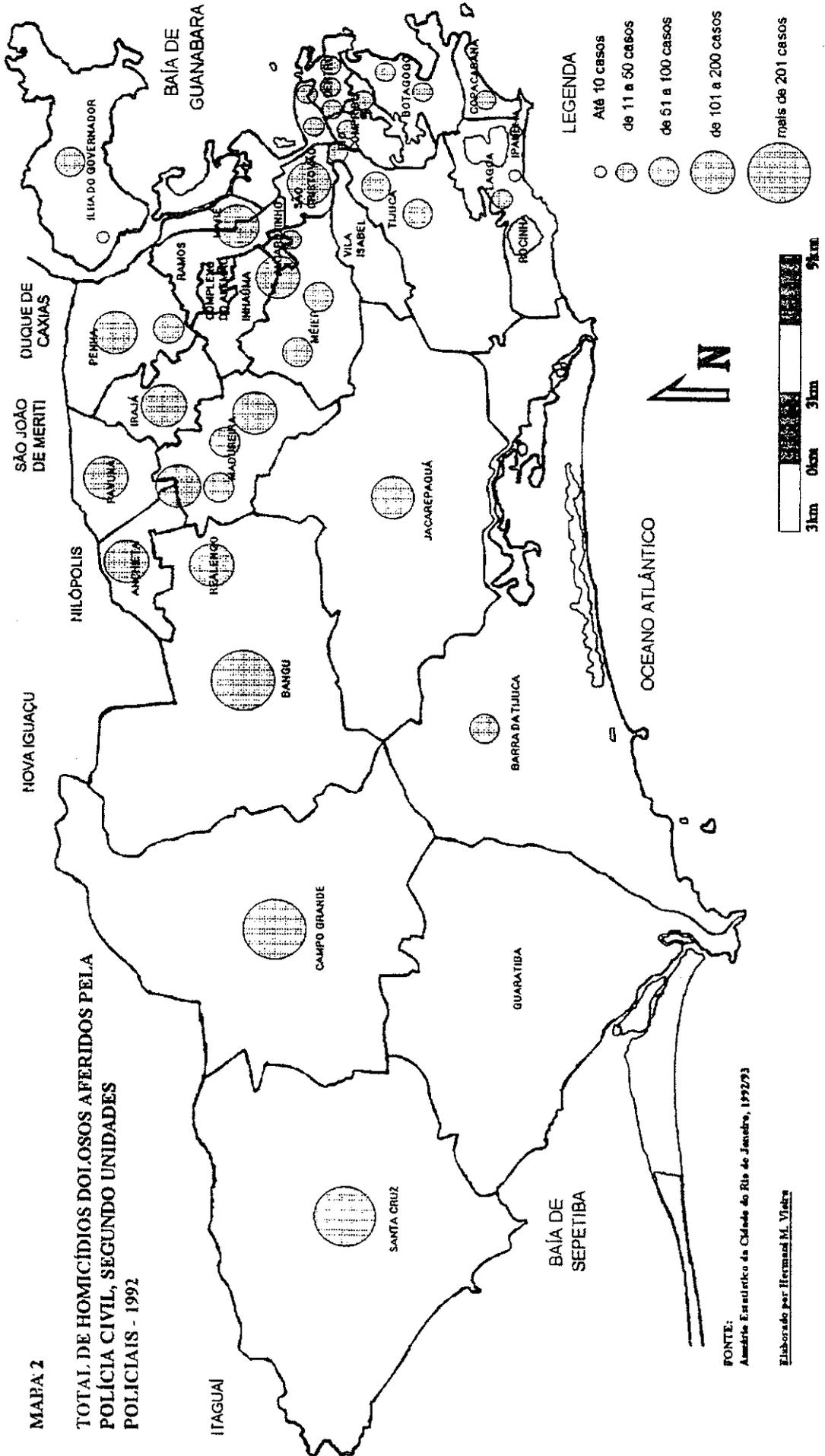


FONTE:
Sinopse Preliminar do Censo Demográfico IBGE/1991
Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 1992-3
OBS: Em 1991, as RAs da Maré e do Complexo do Alemão pertenciam à de Ramos,
a RA da Rocinha à Iguoa e a do Jacarezinho à Inhabuma

Elaborado por Hermeni M. Vieira

MAPA 2

TOTAL DE HOMICÍDIOS DOLOSOS AFERIDOS PELA
POLÍCIA CIVIL, SEGUNDO UNIDADES
POLICIAIS - 1992



FONTE:
Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1992/93

Elaborado por: *Fernand M. Vieira*

"CITY MARKETING" : A NOVA FACE DA GESTÃO DA CIDADE NO FINAL DE SÉCULO

ANA CLARA TORRES RIBEIRO
FERNANDA SÁNCHEZ GARCÍA

GT ESTUDOS URBANOS

Trabalho apresentado ao XIX Encontro Anual da ANPOCS
Caxambú-MG, 17 a 21 de outubro de 1995.

19º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
Caxambú, 17 a 21 de outubro de 1995
GT: Estudos Urbanos

CITY MARKETING : A NOVA FACE DA GESTÃO DA CIDADE NO FINAL DE SÉCULO

Ana Clara Torres Ribeiro*
Fernanda Sánchez García**

"Nada com a tua Curitiba oficial enjoadinha narcisista
toda de acrílico azul para turista ver
da outra que eu sei
a melhor de todas as cidades possíveis
Curitiba européia do primeiro mundo
Curitiba alegre do povo feliz
essa é a cidade irreal da propaganda
ninguém não viu não sabe onde fica
falso produto de marketing político
ópera bufa de nuvem fraude arame
cidade alegríssima de mentirinha
povo felicíssimo sem rosto sem direito sem pão
dessa Curitiba não me ufano
não Curitiba não é uma festa
os dias da ira nas ruas vêm aí".

DALTON TREVISAN

Introdução: a cidade como produto de marketing

O presente trabalho pretende realizar uma reflexão acerca dos recentes processos de reorganização e refuncionalização do espaço urbano de Curitiba, processos estes orientados para uma nova inscrição da cidade no território nacional e internacional.

Considerada a amplitude do tema optou-se por um recorte que aborda, particularmente a política institucional de *city marketing*. Neste sentido, observa-se que cada nova intervenção urbana constitui-se também em ação e comunicação simbólicas pois Curitiba hoje fixou-se ao nível nacional como espaço condensado, por excelência, dos anseios das classes dominantes relacionados a modo de vida e usufruto da cidade. A absorção acrítica dos novos "produtos" urbanísticos e os rápidos processos de adesão social a idéias, valores e mitos associados à "cidade moderna", "cidade de Primeiro Mundo" são indicadores da cristalização da imagem urbana construída. A obtenção e manutenção deste padrão dominante expressa, por sua vez, a agilização dos elos entre meios técnicos de comunicação, esfera cultural e aparelhos de poder.

Pode-se postular que esta luta pela conquista do consenso torna-se fundamental não apenas para o fortalecimento do poder mas também para o redirecionamento dos fluxos modernos de consumo e de circulação de bens e serviços na metrópole. Com efeito, observa-se que Curitiba reúne hoje condições ágeis para a aceleração destes fluxos, fenômeno que pode ser constatado pela pluralidade de grupos empresariais, corporações e firmas que

* Professora Adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR / UFRJ e Pesquisadora do CNPq.

** Arquiteta. Mestre em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR / UFRJ.

Este artigo é parte de um projeto de pesquisa e reflexão conjunta em desenvolvimento junto ao IPPUR-UFRJ na área de sociologia da cultura e processos espaciais sob coordenação da Profª Ana Clara Torres Ribeiro.

promovem, em escala crescente, seus produtos, manipulando elementos-chaves da imagem-síntese da cidade.

Neste contexto, assiste-se à instalação de um campo articulado de práticas e interesses - econômicos e políticos - que, mediante a apropriação e difusão da positividade da imagem construída, reordena os circuitos de investimento e consumo objetivando atingir, sobretudo, as faixas de renda correspondentes ao topo do mercado e camadas médias.

Os projetos urbanísticos dos anos 90 promovidos pelo *city marketing* reorganizam o espaço metropolitano para adequá-lo às demandas de qualidade de vida urbana e dar-lhe condições de concorrer com outras metrópoles na atração de investimentos e na localização de atividades, sobretudo terciárias. O reconhecimento destas tendências de aguda atualidade - que contribuem à renovação da imagem/mito da "cidade que deu certo" - permite pensar que o projeto de modernização urbana de Curitiba internaliza e antecipa tendências dominantes de reorganização do espaço e da sociedade.

Algumas opções analíticas

A face positiva da cidade de Curitiba apoia-se, sobretudo, em estratégias de convencimento e *marketing* desenvolvidas pelo poder público junto a grandes empresas. Verificamos, entretanto, que nos anos 90, a positividade mantida pela metrópole precisa ser defendida e re-alimentada em virtude da aguda competição entre as cidades, na manutenção e expansão de investimentos privados.

Neste sentido, atribuímos alta relevância à reflexão sobre o imaginário urbano e as imagens produzidas - tornadas dominantes - pois parecem ser, neste caso, "territórios de investimentos simbólicos que necessitam ser permanentemente disputados" (Ribeiro, 1994) na conquista do consenso e na atração de novos investimentos.

O imaginário já construído constitui-se em matéria-prima das práticas institucionais e discursos que elaboram a idealização da vida urbana. Diversas iniciativas e estratégias articuladas são desenvolvidas na esfera da política urbana local com uma forte intervenção em processos voltados à administração da cultura. A intervenção incisiva de novas redes técnicas de comunicação em bagagens culturais da população urbana indica, também, a existência de vínculos ativos entre cultura e economia, como demonstram o *marketing* e a promoção cultural de cidades e lugares (Ribeiro, 1995; Ashworth, 1990; Kearn, 1993).

Segundo Barthes (1982), estas práticas específicas alimentam a construção dos mitos modernos, produtos de uma linguagem que reelabora e dá novo significado ao senso comum. Porém, esta reelaboração seleciona parcelas da realidade urbana e recodifica a experiência coletiva mediante estereótipos e simplificações pragmáticas.

Neste sentido, verdade e mitificação participariam, concretamente, de sínteses culturais (imagens-síntese) da vida coletiva (Ribeiro, 1988). Estas imagens-síntese conformam valores e crenças, fornecendo elementos àqueles que, envolvidos com o *marketing* e a mídia, procuram articular as atividades econômicas e sociais, determinando elementos consensuais do

discurso sobre a cidade. Reconhecemos na elaboração destas sínteses discursivas um campo de disputas ampliadas visando, ao mesmo tempo, a conquista do poder econômico e político.

Na aguda concorrência entre cidades e territórios que as novas tecnologias propiciam, o *city marketing* torna-se um meio excepcional na busca de uma posição relativa de liderança da cidade perante outros territórios, para ser imitada. (Sánchez, 1994). Daí se lhe chamar *city marketing* como mecanismo institucional de promoção e venda da cidade como lugar onde se concretiza o espírito de inovação e de onde as "novidades" são irradiadas.

A inovação, eminentemente competitiva entre sociedades urbanas integradas, assume, entretanto, as condições ideais de difusão e imitação não por suas qualidades intrínsecas, mas por sua procedência - enquanto engendradora num lugar que consegue manter sua liderança com relação a outros lugares. Sabemos que nem sempre as melhores idéias são as que se impõem, porém aquelas que alcançam e mantêm a liderança. Nesses termos, como indica Sánchez (p.294) "a modernidade vai sendo alcançada à medida que se vai conseguindo incorporar aquele "novo" dotado de capacidade e potência para ser imitado".

Notamos que a fixação das imagens-síntese é obtida por seu uso recorrente, que direciona a população a determinadas formas de apropriação dos espaços e à reprodução de esperados traços culturais do "espírito do lugar", codificando o que seriam, por exemplo, comportamentos típicos de um "autêntico curitibano". Parece-nos, entretanto, que quanto mais as sínteses discursivas cristalizam-se nos mitos modernos maior se torna o risco de que seu uso opere com classificações excludentes ou controladoras de comportamentos sociais, acirrando uma valorização desigual de segmentos da vida coletiva.

A imagem urbana em permanente reconstrução

O trabalho parte de um patamar já construído em algumas reflexões anteriormente realizadas acerca do processo de construção social da imagem, tornada hegemônica, da cidade de Curitiba entre as décadas de 70 e 90 (García, 1993a,b,1994).

Aqueles estudos identificam no projeto de modernização urbana um inigualável investimento em imagem cuja veiculação tornou-se um dos elementos centrais do projeto que permitiu, ao longo dos últimos vinte anos, a condensação de valores e a construção de uma parte extremamente significativa do senso comum.

Os estudos anteriores também chamam a atenção para a crescente mediação- entre os cidadãos e a cidade - construída pelos processos modernos de comunicação. Por outro lado, estes estudos procuram reconstruir os processos sociais mais concretos para o surgimento e a fixação social das imagens-síntese "cidade modelo", "cidade planejada" nos anos 70 e discutir a sua posterior reciclagem e cristalização nos anos 90 mediante a construção de novas sínteses: "capital da qualidade de vida", "capital de Primeiro Mundo", "capital ecológica". Pode ser assim desvendado o ritmo permanente de reconstrução da imagem urbana, na luta pela sua imposição face a outras imagens.

O pano de fundo da reflexão indica a relação contemporânea entre cultura, política e economia. Nesta relação, a produção e permanente renovação de imagens-sínteses parecem ocupar um lugar cada vez mais marcante na organização e controle da vida social na cidade.

Como nos ensina Barthes (1982) reconhecemos nas sucessivas representações e imagens que recobrem a vida urbana em Curitiba, decorrentes dos recursos oferecidos pelos processos modernos de comunicação, as condições propícias à construção de mitos. Por sua vez esses mitos atuam como "mecanismos estabilizadores de crenças e comportamentos, reafirmando elementos do senso comum e também condensando-os na conquista de adesão a determinadas interpretações da sociedade e do seu futuro"(Ribeiro 1994).

Mediante releitura crítica da imagem tornada dominante, parece possível contribuir para questionar o aparente consenso relativo ao sucesso da experiência curitibana de planejamento urbano. Manifesta-se a intenção de comprometer a credibilidade dos estereótipos invejáveis de qualidade de vida que são o fundo do patrimônio cultural contemporâneo da "cidade modelo". Sem dúvida, o mito da cidade modelo torna-se um cimento social indispensável. Entretanto, o desconforto de uma sociedade reunida ao redor de estereótipos imaginários comuns é que esses, em certos casos, se tornam persecutórios. Nunca conseguimos ser cidadãos tão ideais quanto os clichês de felicidade que a cultura urbana nos propõe. Ora, as representações e imagens que são propostas vêm junto com a obrigação de imitá-las enquanto ideais. Portanto, elas nos perseguem como modelos impossíveis de serem alcançados.

Vende-se a cidade: imagens e atributos acionados para a atração de novos investimentos.

A cristalização da imagem da "cidade que deu certo" no Brasil urbano tornou-se um eficaz instrumento utilizado para o redirecionamento das redes modernas de consumo de bens e serviços metropolitanos. Curitiba, nos últimos anos, emerge como novo contexto de referência alimentador do imaginário urbano do país, construído mediante permanente contraponto com os ângulos negativos da experiência metropolitana brasileiras destacados pelo trabalho diário da mídia.

O alcance da positividade da imagem de Curitiba nos anos 90 explica, ao nosso ver, a construção do consenso que impulsiona o desenvolvimento de novas atividades econômicas. Estas atividades **se apropriam, privatizando-a**, da positividade socialmente construída.

O reordenamento de atividades econômicas na metrópole não pode ser, no entanto, simplesmente atribuído ao alcance da positividade da imagem de Curitiba ao nível nacional. Com efeito, estamos face a um ritmo agudo de renovação de práticas sociais e culturais (Ribeiro, 1988; Harvey, 1994). Este ritmo encontra-se, porém, instaurado sobre um tecido social violentamente atingido pela modernização técnica e financeira da economia. Os novos processos reposicionaram, de fato, as funções exercidas pela metrópole no cenário nacional, portanto, a base de sustentação técnico-política da influência e do domínio que permitem a manutenção desta imagem hegemônica.

Também o espaço da cidade se adapta aos novos tempos. Atualiza-se; adota novos componentes que o tornam *locus* de atividades de produção e consumo de alto padrão e, por isso, o mesmo ganha uma inserção renovada na escala nacional e internacional.

Neste sentido, os elementos que emergem da pesquisa que ora realizamos parecem ser indicadores da cidade que está tomando forma aos nossos olhos: Curitiba tornada pólo de serviços de topo de mercado.

A partir desta identificação acreditamos ser indispensável incorporar à análise aqueles processos mais recentes que vêm se dando no marco da metrópole: o marketing visando a atração de novos segmentos empresariais e profissionais e o correlato acionamento de novos processos e equipamentos privatizados de consumo como meio de sustentação material e ideológica do contingente migratório desejado.

Estes equipamentos e processos - por exemplo, redes de televisão a cabo, telefones móveis celulares aliados a tecnologia avançada de telecomunicações, redes de serviços por telefone "disque...", redes escolares e de saúde especializados para esses novos segmentos de mercado, comércio e serviço do setor alimentar - "delicatessen", comércio de veículos importados, redes de vídeo e "compact-disk" locadoras, assim como novos espaços e circuitos culturais: shopping-centers, serviços 24 horas, teatros e centros culturais - nos marcos do espaço segregado da cidade, definem **acessibilidades restringidas** que correspondem a fluxos urbanos definidos de socialização e espacialização dos novos segmentos de classe. Estes fluxos, estabelecem e reforçam novos afastamentos sociais. A lógica destes fluxos baseia-se na elevação do padrão de consumo das faixas sociais correspondentes ao topo do mercado (p.e.indicador: proporção de veículos importados por habitantes quatro vezes superior a São Paulo)

Por outro lado, frente a este conjunto articulado e complexo de processos de instauração de novos equipamentos e fluxos, é preciso ressaltar que a cidade de Curitiba vem sendo centro de experimentação destes processos como também centro difusor de novos valores associados aos desejados padrões contemporâneos de vida urbana. Novos serviços - como rede de tv a cabo ou telefonia celular - são lançados ao mercado e oferecidos através de *slogans* como: "Curitiba sempre na frente; mais um serviço de Primeiro Mundo para a capital de Primeiro Mundo".

Conhecida nacionalmente como a capital onde se realizam os testes de mercado previamente aos lançamentos a nível nacional, Curitiba também tornou-se referência no campo do consumo da cultura, sobretudo através das estréias nacionais de produções teatrais e shows musicais.

O poder de atração da cidade, no plano interno do país, encontra-se claramente identificado no marketing recente que potencializa a imagem - mito criada. Esta imagem aciona a temática da "qualidade de vida" de Curitiba, a "superioridade dos serviços urbanos" e seu "alto padrão de opções culturais e de lazer que a colocam ao lado de cidades de Primeiro Mundo". Curitiba surge, a partir da imagem criada, como espaço condensado, por excelência, dos anseios de segmentos profissionais e empresariais pertencentes a camadas médias relacionados a modo de vida e usufruto da cidade.

Mais uma vez verifica-se como, tendências contemporâneas de ampliação de circuitos de produção e consumo, tem despertado o poder local para os ganhos das facilidades locacionais associadas a um conjunto articulado de atrações e atributos. Influenciar a escolha locacional de um determinado empreendimento implica na veiculação de amenidades e facilidades para saúde, educação, moradia, cultura, etc. Nestes setores de mercado, por outro lado, assiste-se à emergência de novos mediadores, grupos e redes empresariais que também são expressões da gestão moderna da cidade.

A promoção da migração de famílias de executivos ligados a frações empresariais do Rio de Janeiro e São Paulo, acionada pelo próprio discurso dominante da cidade modelo, é destacada pela mídia como mais um signo de prosperidade da metrópole em ascensão:

"Curitiba, confirmada como a Capital Ecológica do País, ganha hoje novos habitantes - a maioria executivos - que chegam em busca da qualidade de vida. E aqui a encontram". (Veja, 10-07-91)

"Houve um tempo em que a migração de pessoas para Curitiba era um problema social. Hoje é sinônimo de prosperidade. Em lugar das legiões de bóias frias e trabalhadores sem terra de 15 anos atrás, a capital paranaense tem atraído nos últimos tempos forasteiros de perfil diferente: os elegantes, bem-informados e decididos executivos de grandes empresas". (Veja, 13-02-91)

O ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, lançou a partir do ano de 1989, logo após as eleições presidenciais, uma ampla campanha dirigida aos empresários paulistas, para que se mudassem para Curitiba e instalassem as sedes de suas empresas na capital do Paraná. Para tanto prometeu implantar um pólo de serviços, favorecendo a instalação de escritórios, utilizando-se da infra-estrutura de serviços que Curitiba oferece. A agilidade com que o discurso dominante incorporou a face contemporânea dos circuitos econômico-espaciais revela, entre outras coisas, a assimilação da possibilidade de redistribuição das classes médias no território nacional (Santos, 1988).

Interessante observar que a argumentação principal da campanha parte da evolução das tecnologias da informática e telemática que já permite aos executivos trabalhar longe da estrutura física de suas empresas. Segundo o prefeito, por essa razão os executivos podem desfrutar "de uma considerável melhoria da qualidade de vida oferecida por Curitiba" (Folha de São Paulo, 05-11-89)

A recente opção de grandes corporações empresariais de instalar em Curitiba suas sedes, fábricas ou mesmo departamentos importantes, é resultado da descentralização territorial, fenômeno capitalista contemporâneo analisado por diversos autores (Castells, 1984; Santos, 1988; Virilio, 1993).

Esta descentralização espacial é viabilizada pela revolução tecnológica contemporânea possibilitando, por exemplo, a um executivo administrar sua rede de negócios a partir de Curitiba. Basta, para isto, um eficiente serviço de comunicação: aparelhos de fax, micro computadores que conversam entre si, lap-tops, telefones celulares, hot-lines, etc. A campanha é acionada na perspectiva de "instalação do meio técnico-científico" (Santos, 1988) No meio técnico- científico o novo sistema de técnicas torna-se suporte de um novo sistema de relações sociais e territoriais. Os circuitos e fluxos espaciais passam a ser mais amplos, com a necessária complementaridade entre frações de diferentes territórios.

Na era da globalização configuram-se novos recortes territoriais, com uma crescente liberdade das atividades para localizar-se sem os constrangimentos impostos pela distância física. A escala passa também a ser o tempo: Assim, os comportamentos num lugar podem se dever aos interesses sediados em um outro. Impera a "teleação" (Virilio, 1993), que diferencia a proximidade espacial da organizacional, mediante a qual a "solidariedade entre os lugares independe da contigüidade" (Santos, 1994).

O *marketing* territorial é acionado pela própria Prefeitura de Curitiba e órgãos afins, como a CIC - Cidade Industrial de Curitiba, empresa que trata do programa de atração de novos investimentos e indústrias.

Aliada à política de *city marketing*, a política tecnológica da CIC aproxima-se do planejamento urbano e regional ao mesmo tempo que procura se inserir na economia globalizada. O desenvolvimento de novas tecnologias visa transformá-las rapidamente em produtos e serviços competitivos e de qualidade. A necessidade de adequar o setor produtivo aos avanços nos processos de desenvolvimento tecnológico tem desencadeado empreendimentos multiinstitucionais, com a integração acentuada do setor produtivo, instituições de ensino e centros de pesquisa.

Atualmente, diversos são os projetos associados à CIC, como a formação de uma "tecnópolis", com parque tecnológico, parque de *softwares*, "incubadoras tecnológicas" para empresas recém-nascidas, *spin-off* de empresas instaladas em outros centros e consórcios de empresas (Fonte: Cic / Tecpar, 1995). Os fatores elencados para a emergência de uma tecnópolis em Curitiba são, dentre outros, a preeminência científica em determinadas áreas, o desenvolvimento de tecnologias para empresas emergentes, a atração de grandes empresas de base tecnológica e a presença local de empresas de alta tecnologia.

A ação da CIC articula-se hoje a empresas privadas cujos serviços especializados fazem parte dos pacotes promocionais, articulação essencial para que seja concretizado o projeto. Selecionamos alguns trechos da campanha publicitária:

"Vamos oferecer nosso melhor produto, que é a qualidade de vida, uma capital com toda a infra-estrutura, 1,6 milhão de habitantes e com a maior quantidade de área verde por habitante, cerca de 51 m², enquanto a ONU recomenda 16 m² por habitante" (Lerner, Folha de São Paulo, 05-11-89).

"A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba vai vender a idéia de que é de grande vantagem para qualquer tipo de empreendimento, instalar-se na Capital Ecológica. Estamos na verdade atrás das cabeças pensantes deste País, das cúpulas das empresas que já não aguentam mais o Rio e São Paulo, com seus sequestros e congestionamentos, e queremos atraí-las para cá" (Veja, 13-02-91).

"Esse peculiar fenômeno capitalista é resultado da superioridade de alguns serviços que a cidade oferece como a boa rede de transportes, a excelente infra-estrutura de comunicações, cujo nível de eficiência está muito próximo do padrão internacional, além da imbatível qualidade de vida, considerada a melhor de todo o país" (Veja, 13-02-91).

Observamos mais uma vez aqui a promoção da imagem de Curitiba pela oposição à imagem negativa de outras metrópoles. Aliás, esta identidade por oposição é um dos registros mais marcantes da imagem de Curitiba no exterior: "Curitiba singular em meio ao caos urbano brasileiro". Se nos anos 70 vendia-se o projeto - o planejamento, hoje procura-se vender a cidade, ou seja, o planejamento realizado.

Neste projeto, utiliza-se como recurso de publicidade a **matemática**. Da mesma forma como isto se evidencia em outros recortes do discurso dominante, aqui também a qualidade de vida na cidade parece ser medida, quantificada com precisão em minutos, horas, dias e anos de vida. Jaime Lerner, em sua campanha, apresenta alguns números como isca publicitária. Ele estima que os executivos paulistanos perdem hoje, em média, 3 horas diárias no trânsito de São Paulo para se deslocarem de suas casas até o trabalho e vice versa. Em um mês de 20 dias úteis, a perda, conforme seus cálculos, pode chegar até a 3 dias completos "entre veículos e fumaça".

Se for estendido esse período para um ano serão 36 dias de trânsito improdutivo; "ou seja", fala o planejador, "os empresários paulistanos gastam em seus deslocamentos cotidianos um ano completo a cada 10 anos, o que representa 7 anos perdidos em uma vida de 72 anos - a expectativa de vida desse pessoal".

O então prefeito brincava com os números: "o slogan da campanha até poderia ser esse mesmo, ganhe 7 anos em sua vida morando em Curitiba" (Folha de São Paulo, 05-11-89) e, desde já, completa seu convite oferecendo uma agitada vida cultural para os novos moradores.

A linguagem matemática constitui-se em recorrente recurso para a legitimação dos novos projetos. Acionada como suporte para a "comprovação" da qualidade de vida, registra-se sua presença em vários planos:

- ao nível do discurso ecológico - a medição da qualidade ambiental mediante permanente articulação aos metros quadrados de área verde por habitante da cidade, quilômetros lineares de ciclovias ou toneladas de papel recolhidas por dia correspondentes a centenas de árvores preservadas;

- ao nível do discurso na área de transporte urbano - a "matemática de uma cidade" apresenta os novos projetos e as "contas que mostram a viabilidade de Curitiba" (Isto é 08-04-92), por exemplo as vantagens do novo ônibus biarticulado ou a economia de tempo no ligeirinho;

- ao nível do novo *marketing* territorial de atração de contingentes empresariais, com o detalhamento matemático transformado em motivação - "ganhe 7 anos em sua vida morando em Curitiba".

Pelos exemplos anteriores identificamos a apropriação da linguagem matemática como um dos principais recursos para a construção da linguagem mítica. Esta apropriação está associada ao discurso da racionalidade técnica e procura tornar-se instrumento, comprovação indubitável, que, por sua vez, viabiliza novos projetos.

Novamente aqui recorremos a Barthes (1989) que identifica o acionamento desta linguagem como recurso legitimador de mitos. Segundo ele, a matemática é uma linguagem aparentemente indeformável, que tomou todas as precauções possíveis contra a **interpretação**. Ao contrário de outras linguagens, seu sentido está repleto e o mito não pode invadi-lo. Paradoxalmente, ali está a razão precisa pela qual o mito se apodera dessa linguagem em bloco. Ao ser inquestionável é roubada totalmente em seu sentido e transformada em poderoso instrumento. Como aponta Barthes (1989:153), "neste caso o mito

rouba uma resistência, uma pureza (...) quanto mais a linguagem objeto resiste no início, tanto maior é a sua substituição final: quem resiste totalmente, cede totalmente".

O mito, que é um sistema semiológico, uma linguagem construída, pretende superar-se e confirmar-se, mediante este instrumento, para se tornar um sistema de fatos inquestionáveis.

A contraface do mito: modernização excludente

Identificamos a importância de práticas renovadas de atração de atividades econômicas ao reconhecer nelas uma nova face da construção da imagem do lugar. Esta face articula técnicas de marketing, veículos de comunicação e consumo. Ao identificar esta tendência, torna-se necessário sublinhar, mais uma vez, uma das grandes preocupações que move esta pesquisa: acreditamos que em Curitiba venha se dando, de forma cada vez mais intensa, um processo de **modernização excludente**, quando confrontamos o descompasso existente: de um lado, os processos de padronização cultural - tendo-se em conta a imagem consensual e as articulações identificadas entre discurso dominante e senso comum - de outro lado, os contextos altamente seletivos de inovação real e de apropriação e acesso aos novos serviços e equipamentos urbanos da cidade modernizada.

A instauração destes novos padrões de atividades contribui para a cristalização, a imutabilidade e o caráter pouco transformador da imagem construída. Pensamos que estes novos padrões de apropriação da cidade intensifiquem o afastamento da análise crítica das novas esferas econômicas em seu impacto material e cultural.

Parece-nos que a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas na organização da economia urbana conduz-nos, no caso de Curitiba, à identificação de impasses e barreiras na extensão social da cidadania.

Por outro lado, o *city marketing* mediante veiculação de sistemas articulados de estilos de vida e imagens, tem uma contra-face que se constrói na exclusão e segregação. Assim, consideramos de relevância analítica identificar, no dinamismo e expansão dos processos contemporâneos na metrópole, os seus limites e fronteiras.

Pensamos que a face perversa da modernização é que enquanto se instauram e agilizam condições extremamente favoráveis para os grupos mais fortes também se instauram as condições para a maior alienação possível dos cidadãos.

Nada melhor do que a apreensão da cidade real, mediante dados documentais associados a observações diretas, para checar os mitos erigidos sobre Curitiba ao longo do tempo e também essa intolerável servidão que marca a postura dos meios de comunicação diante do oficialismo.

Comparar Curitiba a cidades do Primeiro Mundo facilita a acomodação. A imagem-mito da cidade esconde bolsões de miséria na periferia e áreas metropolitanas que a aproximam mais ao Quarto Mundo. Estimativas de organizações não-governamentais revelam que mais de 300 mil pessoas vivem em favelas na "Capital Ecológica". Dados do Instituto de

Pesquisa e Planejamento de Curitiba - IPPUC - identificam 244 áreas de sub-habitações onde residem mais de 200 mil pessoas. Há falta de saneamento básico em 71% destas áreas e a coleta de lixo cobre apenas 57% delas. Também dados do mesmo Instituto revelam que, do total da área urbanizada de Curitiba, apenas 46% é atendida por rede de esgoto.

Planejamento e marketing: a associação bem sucedida

Enquanto a competitividade de mercado aumenta, a cidade de Curitiba tem sido tornada "produto" de um *city marketing* no sentido de atração de atividades comerciais, de serviços e investimentos, além da promoção crescente de um turismo nitidamente urbanístico.

Este bem sucedido fenômeno de marketing tem demonstrado também o valor financeiro da criação de imagens positivas da cidade. A percepção dos benefícios de estratégias bem articuladas levou a uma singular associação entre a política de planejamento e o marketing moderno.

Fenômeno particularmente novo no Brasil, o mesmo não encontra ainda um patamar construído de reflexão crítica a seu respeito. Entretanto, as obras de autores como Ashworth e Voogd (1990); Kearns e Philo (1993), são as primeiras a examinar a aplicação das idéias de marketing ao planejamento urbano. Estes autores mostram a articulação de campos, com a incorporação do marketing ao leque de técnicas e métodos de planejamento.

Na reflexão ora realizada, verificamos que o *city marketing* de Curitiba envolve essencialmente procedimentos e estratégias mediante as quais o espaço urbano é adaptado tanto quanto possível às necessidades de determinados grupos com o objetivo de criar condições favoráveis à operação eficiente de suas atividades.

Diferenciando-se do planejamento urbano tradicional - que investiga constrangimentos e possibilidades do ambiente construído - o *city marketing* é mais orientado à demanda. A cidade e suas possíveis intervenções são consideradas da perspectiva dos potenciais "cidadãos consumidores". Ela mesma é um produto a ser vendido, com seus atributos e qualidades, serviços públicos e redes de serviços privados. O marketing urbanístico opera mediante a informação, a comunicação, o convite a fazer uso da cidade.

Pensamos que os processos aqui analisados indicam que Curitiba internaliza e antecipa tendências contemporâneas de reorganização do espaço e da sociedade. A internacionalização de mercados tem contribuído para tão ágeis mudanças, permitido a emergência de novos atributos locais e novas definições de acessibilidade que se tornam determinantes na qualificação do lugar.

Assistimos, neste final de século, à ação soberana do mercado. Neste contexto, as "cidades internacionais" (Santos, 1993) começam a ser alinhadas segundo critérios criados para medir sua capacidade de competir com as demais, pela atração de atividades segundo interesses mais agressivos. Esta competitividade, entretanto, não seria viável sem os progressos técnicos recentes e a correspondente fluidez do espaço.

Interpretada como lugar que se incorpora ao processo de globalização, a cidade é definida tanto por sua existência material - seus atributos físicos - quanto por sua existência relacional - densidade informacional e comunicacional. Pautados sobretudo nesta última definição, identificamos a marcante inserção de Curitiba em redes territoriais sempre ampliadas. A cristalização e o alcance nacional e internacional da imagem construída nos informa sobre o acentuado grau de exterioridade do lugar, sua propensão a entrar em relação com outros lugares e a efetivação desta propensão, com a incorporação de novos setores e atores.

A aceleração das mudanças a que assistimos é produto da evolução concomitante da ciência, da técnica e da informação. Muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares. Neste sentido, debruçar-nos sobre os processos de reorganização da cidade pode nos levar ao re-conhecimento do mundo. Nas palavras de Santos(1994) "o lugar se define como funcionalização do mundo e é por ele - lugar - que o mundo é percebido empiricamente". A perplexidade diante da velocidade das transformações urbanas neste final de século mobiliza-nos, sobretudo, pelas inéditas possibilidades que nos são apresentadas de, assim também, desvendar o inquietante mundo contemporâneo. Hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar: "o lugar, nosso próximo, nos restitui o mundo".

BIBLIOGRAFIA

- ASHWORTH, Gregory & VOOGD, Henk. Selling the City: Marketing Approaches in Public Sector Urban Planning. London: Belhaven Press, 1990.
- BARTHES, Roland. Lo verosímil. Buenos Aires: Tiempo Contemporaneo, 1972.
- _____. Mitologias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CASTELLS, Manuel. La crisis, la planificación y la calidad de la vida: el manejo de las nuevas relaciones históricas entre espacio y sociedad. In: Revista Mexicana de Sociología, UNAM, año XLVI, vol.XLVI, n. 4, oct-dic, 1984, pp.35-65.
- GARCÍA, Fernanda E. Sánchez. Curitiba Imagem e Mito: Reflexão Acerca da Construção Social de uma Imagem Hegemônica. Dissertação de mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR- UFRJ, 1993a.
- _____. Curitiba Revisitada : comunicação, cultura e planejamento. In: Cadernos IPPUR / UFRJ, vol.VII, n. 01, setembro, 1993b.
- _____. Curitiba anos 90: cultura e política na produção da imagem da cidade. Trabalho apresentado ao XVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, 1994.
- HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1994.
- KEARNS, Gerry & PHILO, Chris. Selling Places: The City as Cultural Capital. Policy, Planning and Critical Theory. London: Pergamon Press, 1993.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Rio-metrópole: a produção social da imagem urbana. São Paulo: Departamento de Sociologia, USP. Tese de doutoramento, 1988.
- _____. Contextos, imagens e futuro: a gestão das necessidades. Encontro Internacional "Lugar, Formação Sócio-Espacial, Mundo. ANPEGE, USP, setembro, 1994a.
- _____. Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Trabalho apresentado no Seminário Cidade e Imaginação. PROURB / UFRJ, 1994b.
- _____. Turismo: uma prática entre a crise e a inovação na metrópole do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo, USP, 1995.
- SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. A globalização dos lugares: metropolização e modernidade. In: Fim de Século e Globalização. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.
- SANTOS, Milton.. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. O Lugar: Encontrando o Futuro. São Paulo: USP, 1994 (mimeo)
- _____. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU, n.25. 1988. pp. 58-62.
- _____. A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. In: SANTOS, Milton et alii (org). O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1993.
- TREVISAN, Dalton. "Curitiba Revisitada". In: Dinorá: novos mistérios. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- VIRILIO, Paul. O Espaço Crítico. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

Curitiba, 31 de julho de 1995.

Querida Ana Clara:

Aqui está um primeiro produto de nosso "projeto a quatro mãos" que partiu do artigo apresentado no Encontro da ANPUR somado agora à tentativa de incorporar algumas das muitas contribuições que você me mandou através de seus trabalhos como também as indicações bibliográficas sugeridas. Outras, embora registradas, ainda estão por ser resgatadas (fico devendo).

Mais uma vez, obrigado por me ajudar a resolver o impasse. Não sabia muito como proceder com relação a este artigo pois de alguma forma já se tratava de uma produção em parceria, fruto da troca dos últimos meses, ainda que não tenha havido tempo para mandá-lo a você com antecedência relativa aos prazos da ANPOCS. Certamente, ao passar pelo seu crivo, o artigo pode melhorar muito. Na sequência, poderíamos retomar a idéia de encaminhá-lo à revista Comunicação e Política. Estou muito contente por estar concretizando nosso plano de trabalhos conjuntos embora me pareça, como te disse outras vezes, uma troca desigual. Espero que, com o tempo, eu possa contribuir mais!

Ana Clara, espero que o panorama vá melhorando em sua família. Sei como é delicado enfrentar problemas de saúde de pessoas queridas. A gente redimensiona todas as outras coisas. Estou torcendo para que melhorem! Um grande abraço,

fernanda

I CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURITBA, 7 A 10 DE NOVEMBRO DE 1995

***MODERNIDADE E RISCO NAS METRÓPOLES
BRASILEIRAS***

Ana Clara Torres Ribeiro
IIPPUR/UFRJ

MODERNIDADE E RISCO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

"A noção de cidade varia conforme o período técnico e os modelos de consumo adotados. Tal variação é tanto maior quanto as transformações são mais rápidas"
(Milton Santos, *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*).

Ana Clara Torres Ribeiro

Optamos por uma linha de reflexão do urbano brasileiro que privilegia o processo de metropolização, ou seja, aquele processo de concentração de população e recursos associado ao desempenho de funções de comando sobre vastas regiões. No país, este processo ganha centralidade em atos de planejamento durante o período autoritário, quando a denominada modernização conservadora alavanca o mercado de bens e serviços à escala nacional. Valorizar papéis metropolitanos significaria, neste período, expandir o processo de acumulação, reconhecendo as plataformas, historicamente constituídas, de difusão de impulsos produtivos e de novas formas de consumo

Trata-se de um conjunto articulado de processos de planejamento tanto público quanto privado, que atingem, com intensidade, o âmago da sociedade brasileira. Mídia e padronização de comportamentos e hábitos, consumo e agilização dos circuitos produtivos e financeiros (Pereira, 1995), estas são faces da modernização econômica e, também, para o que nos interessa mais diretamente, da modernização social. Neste período, são modificadas hierarquias e expectativas sociais num movimento extenso de desenraizamento e atualização de relações sociais e societárias, cuja expressão política tem sido ensaiada nas décadas subsequentes.

É este nível de mudança que a pauta democrática precisaria expressar através de formatos institucionalizados de participação social, trazendo para a esfera pública os novos "pátios interiores da democracia" decorrentes dos elos entre subjetividade e política, para recorrermos às belas palavras de Norbert Lechner(1990). Aliás, a atual atenção atribuída à subjetividade parece indicar exatamente esta necessidade de ampliação da concepção de democracia, já que as mudanças subjetivas ainda encontram-se carentes de discursos capazes de permitir a sua mutação em códigos comportamentais socialmente compartilhados e em novas orientações éticas profundas.

A denominada crise ética contemporânea, assim, não admitiria um exame, como tantas vezes realizado, que se restrinja a comparar comportamentos individuais face a um código imutável de valores, organizador de leituras extendidas de direitos e deveres. Código este que nos encaminharia, segundo esta leitura, para a construção, com segurança, de um frutuoso pacto social, desde que dispuséssemos de um número significativo de pessoas de "boa vontade". Ao contrário, esta crise também pode ser lida ao nível de uma sociedade cuja transformação não foi acompanhado por mediações institucionais convincentes e suficientes (Santos, 1993) ou cuja direção de mudança aprofundou a distância entre esfera pública e esfera privada da vida social, o que implica na radicalização do histórico afastamento de grandes parcelas da população brasileira da vida política e dos esforços de aprimoramento da democracia.

Assim, os desafios atuais da urbanização do país, para serem compreendidos, necessitariam do apôio oferecido por análises que procurem articular as condições materiais imediatas da vida coletiva aos anseios sociais com origem em mudanças mais abrangentes. Por outro lado, estes desafios permanecem obscuros sem o respaldo oferecido por estudos que associem as condições objetivas de vida às leituras contemporâneas da pobreza e da exclusão social. Afinal, os espaços urbanos, e especialmente as metrópoles, constituem epicentros da alteração de valores e espaços difusores de inovações culturais. Não admitiriam, portanto, interpretações analíticas que não considerem a influência que exercem para além de suas fronteiras e a sua natureza de espaços sociais altamente sensíveis a influências externas.

Ocorrem hoje, de fato, mutações morais que tendem a transformar a própria qualidade das relações sociais nos espaços urbano-metropolitanos e, portanto, as questões sociais no urbano. Estas mutações são encobertas, em vastos campos da vida coletiva, pela crescente aceitação da impossibilidade da comunicação entre grupos e camadas sociais. Este diagnóstico decorre do processo de fragmentação social; mas, talvez possa ser dito que também colabora para que a própria fragmentação ocorra já que é responsável, a longo prazo, pelo lastreamento da indiferença como comportamento socialmente aceito e valorizado e, ainda, pela crescente presença de "tradutores" na vida urbana diária, exemplificados pelos diversificados papéis assumidos pela mídia. Tradutores estes que não possuem, de imediato, responsabilidades institucionais maiores pela construção do discurso ético-político.

Nas palavras de Eduardo Galeano, em entrevista à revista *Imprensa* (1995), quando indagado acerca das desigualdades sociais na América Latina e após afirmar o seu atual agravamento: "É a ideologia do mercado, uma ideologia segundo a qual o que não tem valor não tem preço, e ocorre que nosso preço está cotizando-se bastante baixo nos vários lados do mundo". Na atual conjuntura internacional e nacional, algumas mediações institucionais, posicionadas entre as relações sociais e a política, são evidentemente atingidas por alterações, em curso, na própria noção de valor, inclusive quando é refletido, diretamente, o valor atribuído à vida humana.

Assim, o reconhecimento efetivo de "questões sociais" exigiria, de fato, uma análise de processos históricos articulados, como os expostos a seguir:

- a) as questões sociais guardam relação direta com a cultura e a ideologia dominantes, ou seja, com os comportamentos e atitudes considerados problemáticos para uma determinada ordem social. Neste nível de análise, as questões sociais seriam reconhecidas na medida em que perturbassem ou colocassem em cheque determinados valores e garantias sociais. Exemplificaria este tipo de leitura a compreensão unilateral da violência, ou seja, apenas aquela que constitui ameaça potencial exclusivamente às classes média e alta;
- b) as questões sociais são expressão direta do nível de politização das relações sociais, ou seja, demonstram a agudização dos conflitos e o reconhecimento (forçado) de necessidades pela ordem dominante, apesar de resistências culturais e ideológicas. Exemplifica este nível analítico, o conjunto de questões vividas pela sociedade que atingiram visibilidade e reconhecimento na esfera pública durante o processo de redemocratização do país. Os denominados novos movimentos sociais seriam portadores privilegiados deste processo de renovação de questões, procurando modificar idéias e valores cristalizados da sociedade brasileira (Ribeiro, 1991).
- c) as questões sociais podem sintetizar interesses dominantes, na medida em o seu enfrentamento adquire formato que satisfaz estes interesses; envolvendo, por exemplo, gastos públicos e encomendas a determinadas firmas ou o controle exercido por forças políticas que aí encontram a sua base social de legitimação. Exemplifica esta possibilidade, o tratamento conservador das necessidades sociais que propicia a afirmação de forças sociais e políticas que controlam a "solução" dos problemas sociais, independentemente das prioridades percebidas pelos grupos sociais envolvidos (Cordeiro, 1995).

Desta maneira, as questões sociais não admitiriam uma compreensão a- histórica ou a- cultural de sua emergência numa determinada sociedade. Ao contrário, constituem planos de intervenção institucional mutáveis na realidade social - de intervenção redistributivista e/ou moralizadora - e, ainda, campo discursivo especializado de extrema relevância. A forma de constituição deste campo discursivo, isto é, os seus atores e interesses, modifica os limites das necessidades socialmente reconhecidas, isto é, consideradas legítimas num determinado período da vida social.

Desta maneira, interferem na transformação moral e política de necessidade a carências (Nunes, 1989), implicando na existência de determinantes sócio-culturais da construção subjetiva de condições objetivas de vida. Frequentam este campo não apenas os órgãos públicos mais diretamente envolvidos com a satisfação das necessidades sociais; mas, ainda, novas e tradicionais instituições ordenadoras da vida social (Ribeiro e Ribeiro, 1994), como as igrejas e a mídia.

Poderíamos afirmar, nesta direção, que este campo implica em garantias ou riscos para os direta ou potencialmente atingidos por sua dinâmica. Se, por exemplo, à pobreza são atribuídos comportamentos violentos aumenta, naturalmente, o risco envolvido pela existência nesta situação social. Tais riscos ficam evidentes quando atentamos para o cuidado com que os setores populares procuram relativizar (estabelecer fronteiras culturalmente significativas) a leitura social de seus lugares de moradia e estabelecer diferenças claras entre comportamentos sociais; valorizando neste processo, com frequência, códigos morais rígidos, principalmente quando comparados aos aceitos por outros segmentos da sociedade urbana.

Neste sentido, a expansão das seitas evangélicas e da igreja católica carismática, nas áreas urbanas pobres, também poderia ser lida, ao nosso ver, no seu sentido de garantia de aceitação externa de seus praticantes, aliás portadores de signos auto-evidentes de sua crença. O próprio rigor comportamental, aparentemente em desconexão com a modernidade das grandes cidades brasileiras, poderia surgir, nesta hipótese, como estratégia de defesa face a uma sociedade marcada pelo afastamento entre grupos e camadas sociais. Um comportamento aparentemente sem riscos disruptivos, pode adquirir, neste contexto, um valor inesperado. Assim, a cena urbana comportaria a existência de múltiplas e desiguais representações da realidade social, articuláveis a uma noção ampla de estratégia de sobrevivência.

Muito poderia ser dito com relação aos seguidos deslocamentos dos "estigmas" na cena urbana brasileira, envolvendo camadas sociais, aparências, comportamentos, hábitos, gestos, lugares. Deslocamentos que alteram os riscos aceitos para determinados grupos sociais e, conseqüentemente, os inaceitáveis para outros. Tais riscos são produto, mais uma vez, das condições objetivas da vida urbana, em crescente deterioração no Brasil; mas, também, de deslocamentos, em curso, no campo político-cultural onde são realizadas e difundidas as leituras dominantes das questões sociais.

Estes são âmbitos significativos da vida social que tecem vínculos entre comportamentos sociais imediatos na cena urbana - plena de incertezas, acasos e dúvidas - e processos históricos amplos da sociedade brasileira. Nas palavras de Norbert Lechner (1990: 57): " (...) a vida cotidiana não é um campo "autônomo" com limites claros e precisos, um objeto de análise já constituído (...). Não podemos analisar a vida cotidiana sem analisar sua delimitação com relação ao não-cotidiano. E analisar o traçado e o deslocamento de tais limites obriga a situar o cotidiano dentro do conjunto das estruturas sociais. A vida cotidiana é um âmbito limitado mas não isolado. Somente em relação à totalidade social e, especificamente, à estrutura de dominação, pode ser apreendido o significado da vida diária enquanto "cara oculta" da vida social".

Às marcas do preconceito, característico da superficialidade da vida cotidiana (Heller, 1972), somam-se a heterogeneidade dos contatos sociais nos grandes marcos urbanos e a tendência à conformação de modos de vida distanciados e sem compartilhamentos práticos diários. Distância entre modos e formas de vida que, cada vez mais, é objeto de análises cuidadosas dos comportamentos sociais, realizadas em sustento a estratégias de firmas e, assim, em apóio da forma moderna de organização dos negócios (shoppings, condomínios fechados, marketing). Trata-se, em suma, da venda generalizada da segurança e da confiabilidade (Giddens, 1989), acrescida, muitas vezes, da comercialização da denominada exclusividade ou do serviço personalizado.

Neste sentido, talvez pudéssemos fazer referência, aqui, a um movimento dialético extremamente abrangente entre concepções de segurança e risco que envolveria, atualmente, a sociedade brasileira. Compreendemos este movimento como correlato aos movimentos de ordem e desordem propostos por Marcelo José Lopes de Souza (1995), quando

analisa a violência no Rio de Janeiro. Seguindo a abrangência analítica indicada por este autor, sugerimos que o movimento dialético segurança x risco encontra-se inscrito, na sociedade brasileira contemporânea, bem além do universo de fatos que sustenta as leituras imediatas da violência urbana e o trabalho diário da mídia.

Estaríamos, concretamente, face a um processo de retro-alimentação de práticas vinculado tanto a uma concepção crescentemente estendida de risco quanto de segurança, ambos transformados em loci da reflexividade que caracterizaria, segundo Anthony Giddens (op cit), o nosso período de modernidade radicalizada. Tal reflexividade transformaria o par dialético risco-segurança em parâmetros utilizados na avaliação imediata da vida social e na elaboração de projetos vitais. Novas carências encontram-se articuladas, hoje, a uma concepção em ampliação de segurança, impulsionando um mercado que usufrui do medo produzido por uma sociedade desestabilizada e, plena incertezas com relação às condições imediatas de vida e ao futuro das novas gerações.

Desta maneira, a análise da vida social através do par dialético risco-segurança poderia colaborar na compreensão da múltipla e heterodoxa busca da espiritualidade e do esoterismo na sociedade urbana brasileira e, também, do alcance da literatura voltada para o sucesso individual e para o auto-monitoramento da saúde e da aparência. Risco e segurança não constituiriam, assim, parâmetros absolutos da qualidade de vida urbana; capturável apenas através de indicadores do acesso social a equipamentos e serviços. Mas, ao contrário, risco e segurança constituem efetivos âmbitos da vida social e das expectativas coletivas, altamente expressivos de qualidades culturais da sociedade urbana atual. Poderíamos afirmar que ao realizarmos a reflexão, da realidade social, a partir de um dos elementos do par dialético, percebemos que este tende a ter as suas fronteiras ampliadas na mesma medida em que são ampliadas as fronteiras do seu polo oposto.

Varios e novos agentes sociais e econômicos colaboraram para alargar, na última década, a percepção social da segurança imediatamente necessária e/ou desejável, o que significa a correlata modificação da percepção do risco existente na vida social. No bojo deste último movimento de ampliação, podem ser reconhecidas novas inclusões de comportamentos e situações considerados "de risco", o que, na verdade, aumenta a insegurança vivida por grupos sociais lidos como ameaçadores à vida social.

Nesta extensão da percepção do risco imediato, poderíamos incluir os efeitos sobre os indivíduos, e os grupos sociais, de uma sociedade que cada vez mais valoriza o "cuidar de si mesmo", ou seja, as orientações de cunho individualista. Tal valorização tenderia a encontrar o seu nicho de aplicação no historicamente conhecido processo de culpabilização da vítima ou, ao contrário, na legitimação da agressão a camadas sociais socialmente consideradas "perigosas".

Como exemplos destes processos, bastaria citar a denominada indústria da segurança que envolve, hoje, desde serviços especializados e treinamentos individuais até uma produção bem vasta de equipamentos e objetos urbanos (Oliveira e Barcellos, 1990). Poderia ser referido, ainda, um amplo processo de "securitização" da vida social sustentado pela expansão econômica e territorial do capital financeiro e da informação (Santos, 1988; Pereira, op cit) e expresso pela crescente oferta de serviços realizada pela saúde privada, pelo seguro de bens patrimoniais e, mesmo, com relação à cerimônia da morte (seguro funeral). À industrialização da violência corresponderia, assim, ao amadurecimento capitalista dos procedimentos de segurança que se traduzem em investimentos, em venda de informação e na farta comercialização de bens e serviços.

Desta forma, risco e segurança passaram a constituir, em anos recentes, novos âmbitos expressivos da racionalização das relações sociais, permitindo a emergência de funções e espaços de desempenho profissional especializado e, ainda, estimulando a sua fluente tradução na forma mercadoria. Conformam, assim, áreas feitichizadas da vida social (Heller, 1991) e elementos centrais da nossa própria modernidade, numa espiral de processos que admite o seu exame, mais ágil, a partir de alguns pontos privilegiados de observação.

Estes pontos podem ser exemplificados, como nos indicaria ainda uma vez Marcelo José Lopes de Souza através dos efeitos sócio-culturais do narcotráfico no Rio de Janeiro (1995: 4): "(...)o tráfico de drogas, fruto mediato de uma certa ordem e imediato de uma determinada desordem, e encarnando êle mesmo uma indiscutível ordem, contribui, pela via do terror e da violência urbana que direta ou indiretamente ele alimenta, a "desordem" (insegurança, medo, desorientação) a nível social mais amplo".

Trata-se de uma ampla substituição de valores, que recodifica projetos individuais e de grupo e que ainda expressa a presença de novos atores econômicos e políticos na elaboração e tratamento das questões sociais.

Neste processo de substituição, pode ser reconhecida a força de novos interesses econômicos e de novas inserções culturais e ideológicas, em detrimento de papéis tradicionais desempenhados pelo Estado ou por instituições tradicionais da sociedade brasileira. Assim, a dialética risco-segurança, vivenciada no cotidiano, guardaria correspondência com fenômenos associados à crise do Estado, ao recuo nos investimentos públicos no urbano, à generalização da lógica de mercado e, portanto, aos obstáculos enfrentados na redemocratização da sociedade brasileira..

Neste amadurecimento de processos intervenientes na vida social imediata - em expectativas e projetos sociais - pode ser reconhecida a significativa presença mediadora de firmas e de discursos políticos conservadores que apontam para a ingenuidade dos defensores dos direitos humanos e, até mesmo, para a impossibilidade da integração democrática da sociedade brasileira. Estas não são, naturalmente, tendências exclusivas à nossa sociedade, como nos indica a citação anterior de Eduardo Galeano e a produção internacional sobre a exclusão social e em defesa do reconhecimento de uma sociedade multicultural e multiétnica como destino da sociedade mundial.

Estes são termos, aliás, do debate contemporâneo em torno do esgotamento (ou não) da modernidade, em cujo cerne Sylvia Gemignani Garcia (1993) reconheceria os desafios representados pela necessidade de preservar a igualdade, a identidade do gênero humano como conquista da modernidade, ao mesmo tempo em que se realiza a crítica rigorosa dos projetos de modernização, das práticas de colonização e domínio cultural. Em suas palavras: "Parece-me que não se trata de negar, mas de preservar o projeto de uma sociedade livre, secular e igualitária" (p.142).

Porém, as tendências à retomada do pensamento conservador - contra a qual resistem aqueles preocupados com a ampliação da democracia e com os mecanismos institucionais de integração social - adquirem aqui especificidade, em decorrência do vórtice autoritário de nossa cultura (Krischke, 1989) e da rápida transformação ocorrida em contextos da vida social, com origem na modernização conservadora do país dos anos 70. Estes contextos, sobretudo as metrópoles históricas do país, tenderam à estabilização do número de seus habitantes nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que emergiram novos espaços com feições tipicamente metropolitanas, inclusive em anteriores áreas de fronteira dos processos da modernização capitalista (Jardim, 1990; 1994).

Neste sentido, poderia ser dito que a espacialidade da sociedade brasileira teve o seu perfil amadurecido pelos processos de modernização mais recentes: extensão do mercado capitalista de bens e serviços e consolidação da rede urbana. Agora, portanto, as desigualdades sócio-econômicas, que tipificam os espaços metropolitanos, tomam-se ainda mais expressivas da sedimentação de relações sociais construídas, historicamente, sob o signo da marginalidade e da exclusão. As metrópoles tradicionais podem ser lidas atualmente, ainda de forma mais nítida pela redução de sua atratividade, como espelhos da sociedade brasileira e dos limites e não, exclusivamente, como lugares de comando da mudança social e da modernidade.

Esta maior percepção da realidade social imediata, das condições materiais e sociais da vida coletiva, guarda relação com a atual ausência de projetos, socialmente significativos, de modernização do país, já que o em curso é incapaz de oferecer uma perspectiva clara de futuro. Por outro lado, esta maior adesão social ao reconhecimento das condições imediatas de vida relaciona-se a deslocamentos de funções e atividades dos espaços metropolitanos para contextos urbanos menores; deslocamentos cujas consequências foram conceituadas, por Milton Santos (1990), através da noção de involução metropolitana.

Neste sentido, a sociedade urbana brasileira enfrentaria hoje, de forma mais direta, não os sonhos que antes a orientaram, calcados no binômio urbanização - modernização, alimentadores de expectativas de ruptura definitiva do arcaísmo e do atraso, mas os dilemas de um amplo processo de urbanização que, como procuramos demonstrar em texto anterior (Ribeiro, 1995), não foi acompanhado de ganhos relevantes em urbanidade. Cabendo esclarecer que compreendemos por urbanidade o amadurecimento necessário de relações políticas e sócio-culturais no urbano, capaz de facilitar e orientar o contato diário com o desconhecido, o diferente e o inesperado que caracteriza a vida social em contextos metropolitanos.

Na verdade, indicamos por urbanidade as adequações sociais regidas por códigos comportamentais que garantam o indispensável compartilhamento das condições objetivas de vida. A falta deste código, que deveria advir da ação pedagógica de órgãos públicos e de múltiplas instituições sociais manifesta-se na violência da competição diária, no uso discriminatório dos espaços coletivos, nas formas privatizantes de uso dos recursos públicos e em formas comportamentais pautadas no oportunismo e no individualismo.

Fazem falta, portanto, as mediações institucionais que codifiquem o comportamento coletivo - como indicam as campanhas realizadas em nome da solidariedade e da fraternidade - e que impeçam que a ação do Estado se realize, em primeiro lugar, através de sua face coercitiva e repressiva.

A dialética risco x segurança, reposta a partir da compreensão do deficit de urbanidade que caracterizaria a urbanização brasileira, corresponderia, com base na orientação analítica de Henri Léfèbvre (1969), ao não compartilhamento da urbe, à sua não aceitação cultural e política como obra coletiva. Este deficit seria responsável, assim, pelo afastamento histórico entre cidadania e vida urbana e pela fisionomia das cidades brasileiras, marcadas por obstáculos sociais à cooperação urbana e pela incompletude e precariedade da sua infra-estrutura e, em consequência, do acesso social a serviços indispensáveis ao bem-estar coletivo.

É a ausência da cooperação entre desiguais e diferentes que poderia explicar, ainda, a dimensão alcançada pela segregação social e espacial no urbano; expressa, por exemplo, na política habitacional do período autoritário, responsável pela abertura desmesurada dos marcos construídos. Portanto, a sociedade urbana brasileira constituiu-se através da aceitação de privilégios sociais exarcebados e através da privatização, em grande parte sem controle, dos investimentos públicos e das amenidades naturais e construídas. Seria, desta forma, este urbano segregado e segregador, onde a presença popular ocorre de forma preponderante pela luta diária pela permanência nos interstícios do denominado "espaço formal" que absorveria, atualmente, os efeitos da crise social e da crise ética.

Crises que expressariam a existência de novos elos, sem tratamento institucional, entre condições objetivas de vida (necessidades) e subjetividade (carências). Num urbano segregado, hoje submetido a processos de fragmentação material e cultural, as concepções de risco e segurança absorveriam, crescentemente, como visto antes, a sua tradução mercantil, a oferta estendida de bens e serviços. Nesta tradução mercantil, o risco culturalmente aceito tende a obedecer de forma mais rígida - e esta é outra de nossas hipóteses - as hierarquias sociais.

De fato, o afastamento radicalizado entre modos de vida institui a possibilidade da indiferença social e, também, a possibilidade do que poderia ser denominado de cultura do "nada a perder", síntese construída para o "outro" desconhecido e, desta forma, não considerado na construção identitária do próprio veiculador desta síntese. Ou seja, quem nada tem, não

tem (naturalmente) muito a perder; podendo ser este um caminho, de fácil uso, na racionalização do patamar de desigualdades econômicas - e, portanto, da distribuição socialmente desigual do risco - atingido pela sociedade urbana brasileira. Uma versão mais suave do mesmo constructo seria indicável pela síntese: "melhor assim... seria mesmo uma vida sofrimentos, etc".

Desta forma, poderíamos dizer que o retômo do pensamento conservador na atual conjuntura encontraria abrigo seguro em múltiplas formas de conformismo social que reteriam a emergência de questões sociais, firmemente portadas em direção à integração social e à cooperação urbana. Seria a simbiose entre estes dois pensamentos que colaboraria, ao nosso ver, para naturalizar a violência que pauta, com frequência, as relações sociais cotidianas nos contextos urbano-metropolitanos do país; naturalização esta que se sustenta em leituras que atribuem às grandes concentrações humanas um teor naturalmente agressivo.. Este processo de naturalização alimenta-se do ocultamento da face social e cultural da violência. Aliás, é este mesmo processo de ocultamento que busca, hoje, a despolização do urbano, a redução da centralidade da questão urbana através da reficção do corpo ou da natureza.

Trata-se, em grandes termos, da afirmação de tendências culturais e ideológicas que acentuam a despersonalização, ou melhor, o anonimato da violência; sendo criados novos âmbitos sociais ocultos - novos desconhecidos - que amplificam medos sociais, mais uma vez retro-alimentadores do conservadorismo e do conformismo. Estas tendências podem ser reconhecidas na denominação genérica "violência urbana", que não permite distinguir práticas e atos sociais específicos e nem diferenças conjunturais e entre contextos da vida urbana. Podem ser percebidas, também, em indicações generalizantes do tipo: violência do tráfico de drogas, do trânsito ou da polícia, cujo uso recorrente e corriqueiro colabora para obscurecer responsabilidades individuais e coletivas e para desorientar reivindicações claras de mudanças comportamentais, o que só seria possível mediante a condenação moral da perda contemporânea de ideais e projetos societários abrangentes..

Procuramos, neste texto, articular alguns traços do processo de urbanização do país à elaboração cultural e política de questões sociais. Neste sentido, exploramos o par dialético risco-segurança como âmbitos reflexivos tipificadores da nossa modernidade radicalizada e excludente.

Tivemos, de fato, a intenção de trazer a forma transdisciplinar usual de problematização do urbano - em grande parte calcada na análise crítica das condições materiais de vida - para um âmbito analítico que valorizasse a contribuição específica das ciências sociais. Acreditamos que este âmbito ganhe centralidade quando ocorre a articulação entre necessidade e carência, entre condições objetivas de vida e subjetividade - como nos indica Edson Nunes com apôio em Agnes Heller - e quando o estudo do cotidiano, como também nos orienta Norbert Lechner, permite a associação entre as relações sociais imediatas e apreensões abrangentes da vida social.

Referências Bibliográficas

- CORDEIRO, Berenice de Souza - 1995 - Gestão democrática da cidade e saneamento: o foco no processo decisório do setor. Tese de Mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ.
- GALEANO, Eduardo - 1995 - entrevista à revista Imprensa, Ano VIII, N.88
- GARCIA, Sylvia Gemignani - 1993 - "Antropologia, modernidade e identidade". Tempo Social, São Paulo, V.5, N 1/2.
- GIDDENS, Anthony - 1989 - A constituição da sociedade, São Paulo, Martins Fontes.
- HELLER, Agnes - 1972 - O cotidiano e a história, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____ - 1991 - "A sociologia como desfetichização da modernidade". Novos Estudos CEBRAP, N.30, julho.
- JARDIM, Antonio - 1990 - "Migração e metropolização no centro - oeste" In Ana Clara Torres Ribeiro e Denise Pinheiro Machado (org.) Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.
- JARDIM, A.P., LOPES, M.B.A., GARCEZ, A.R.P. e MONTEIRO, V.S. - 1994 - "Aspectos da metropolização brasileira: comentários sobre os resultados preliminares Censo Demográfico de 1991". Cadernos de Geociências, IBGE DGC, N.11.
- KRISCHKE, Paulo - 1989 - "Necesidades y sujetos sociales". Revista Mexicana de Sociologia, n.3.
- LECHNER, Norbert - 1990 - Los patios interiores da democracia: subjetividade e política, Santiago, FLACSO.
- LÉFÈBVRE, Henri - 1969 - O direito à cidade, São Paulo, Ed. Documentos.

NUNES, Edson - 1989 - "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos". Lua Nova, São Paulo, N.17.

OLIVEIRA, Naia - e BARCELLOS, Tanya - 1990 - "Violência urbana: dominação e exclusão social" In Naia Oliveira e Tanya Barcellos (org.)- O Rio Grande do Sul Urbano, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística.

PEREIRA, Regina Celi - 1995 - Automação bancária e informatização do território. Tese de Mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ.

RIBEIRO, Ana Clara Torres - 1991 - "Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90". Ciências Sociais Hoje, 1991, São Paulo, Vértice / Editora Revista dos Tribunais.

_____ - 1995 - " Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas". Texto apresentado ao Seminário O Processo Brasileiro de Urbanização: diagnóstico global, preparatório da Habitat II, Belo Horizonte, março.

RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara Torres - 1994 - Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise, Rio de Janeiro / Centro João XXIII; São Paulo / Ed.Loyola.

SANTOS, Milton - 1978 - O trabalho do geógrafo no terceiro mundo, São Paulo, Editora HUCITEC.

_____ - 1988 - "O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil". Espaço e Debates, Ano VIII, N.25.

_____ - 1990 - "Involução metropolitana e economia segmentada" In Ana Clara Torres Ribeiro e Denise Pinheiro Machado (org.)- Metropolização e rede urbana: perspectivas do a anos 90, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ

SANTOS, Wanderley Guilherme - 1993 - Razões da desordem, Rio de Janeiro, Rocco.

SOUZA, Marcelo José Lopes de - 1995 - "O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre "ordem" e "desordem"", mimeo.

UFF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Seminário: Pedagogia da imagem, imagem na pedagogia
Comunicação a ser apresentada na abordagem "Imagem como
objeto"

Resumo

TÉCNICAS NA MODERNIZAÇÃO DA CULTURA E DA PEDAGOGIA: O FILME EM VÍDEO E O DESENHO EM QUADRINHOS

CATIA ANTONIA DA SILVA
PROF.a do Colégio Pedro II
Mestra em Planejamento Urbano
e Regional - IPPUR/UFRJ

RITA DE CÁSSIA DA SILVA
prof.a de História
Pesquisadora do IPPUR/UFRJ

A modernização da base tecnológica, criando a reprodução de imagens, e na sua conseqüente massificação, impoe novas necessidades sociais e novas formas de comunicação, tal modernização atinge também a educação, na sua dimensão pedagógica, criando descompasso entre as metodologias convencionais e os novos objetos difusos na sociedade e que contribuem na constituições de novos formatos de linguagens.

A presente comunicação trata de apresentar as relações entre a implementação da indústria cultural, o consumo da imagem e a dinâmica da vida social, no que se refere aos seus aspectos educacionais e de sociabilidade. Neste sentido, o trabalho analisa o significado do desenho em quadrinhos e dos filmes em videocassete para o processo sócio-educativo, no contexto da cultura moderna.

TÉCNICAS NA MODERNIZAÇÃO DA CULTURA E DA PEDAGOGIA: O FILME EM VÍDEO E O DESENHO EM QUADRINHOS

CATIA ANTONIA DA SILVA
PROF.a do Colégio Pedro II
Mestra em Planejamento Urbano
e Regional - IPPUR/UFRJ

RITA DE CÁSSIA DA SILVA
prof.a de História
Pesquisadora do IPPUR/UFRJ

A modernização tem chegado a todos os níveis da vida cotidiana. Essa modernização, reestruturando o território e a sociedade, cria uma trama complexa que liga o lugar e as comunidades territorialmente circunscritas aos processos permanentes de globalização. Técnicas, formas de produção e de trabalho e novas necessidades sociais impostas pelo consumo são engendradas pela globalização da economia. Tal globalização tende a se manifestar na cultura, nas formas de comunicação humana, nas maneiras pelas quais ocorre a sociabilidade e na organização do espaço construído (de suas redes e de seus objetos)¹.

No que se refere à produção de bens culturais, a modernização, manifesta-se na indústria cultural cujas mercadorias tornam-se suportes modernos de comunicação social e educacional. Trata-se, portanto, de objetos e processos que suportam atividades produtivas, tornam-se correlatos de

¹ SILVA, Catia Antonia da - *Novas Relações entre Espaço e Cultura: filmes em videocassete e vida urbana* - Tese de Mestrado - Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1994.

vínculos sociais institucionais e fazem parte do consumo urbano, interferindo na vida cultural da cidade.

O efeito imediato da expansão da indústria cultural é sentido, então, tanto no que se refere à manifestação de novas esferas de trabalho consolidadas com a mercantilização dos bens culturais, quanto na generalização do consumo de produtos cujo valor de uso não é material: são idéias, informações e imagens.

A produção e o consumo de filmes em videocassete e a produção de histórias em quadrinhos fazem parte deste processo de modernização e de globalização da economia e da cultura, logo também do processo pedagógico.

OS QUADRINHOS E A ESCOLA

O desenho em quadrinho é imagem estática, faz parte da tecnologia de produção de massa (revista em quadrinho). Ele expressa a leveza, a estética do humor e a criatividade para o público infanto-juvenil.

A importância do uso do desenho em quadrinho para comunicação social e pedagógica fica clara a partir do momento que uma nova infraestrutura educacional rompe com a estrutura rígida do ensino convencional. A leveza do desenho pela criatividade e bom humor torna menos rígida a metodologia convencional.

Neste sentido o desenho em quadrinho não apenas comumente tratado como bem de cultura de massa, mas sim como uma nova possibilidade que deve ser valorizada na escola, trabalhando os conteúdos programáticos de cada disciplina. Eles são imagens estáticas que exprimem sensações, emoções e movimentos e podem ser considerados uma das possibilidades de

renovação da linguagem pedagógica e podem constituir um acervo imaginético para educação futura.

VIDEOCASSETE E INSTITUIÇÃO SOCIAL-EDUCACIONAL: CONDIÇÕES MATERIAIS E COMUNICAÇÃO

O filme em videocassete é outro recurso possível na constituição de um novo formato para o saber e para a comunicação social.

A tecnologia do videocassete enquanto um conjunto sistêmico de diversos equipamentos e redes técnicas que vão desde a câmera até o aparelho de reprodução da imagem e, por ser flexível e versátil - baseada, em geral, no avanço da digitalização (sistema digital) e na automação - articula-se com a vida cultural de diversas formas. Diferente da rede técnica de televisão e rádio, porque é mais flexível e barato, o vídeo admite apropriações sociais fragmentadas. Há produtores que se apropriam da tecnologia do vídeo como meio de auferir lucro e há aqueles que tem como objetivo criar novos vínculos institucionais e pedagógicos. O consumo de imagens, pelo recurso dessa tecnologia, também é fragmentado, desde o consumo individualizado circunscrito ao lazer na residência até o consumo coletivo, vinculado ao debate de questões sociais, políticas e educacionais. Em outras palavras, a apropriação plural da tecnologia contribui para manter e, ao mesmo tempo, renovar formas de sociabilidade na vida educacional e cultural.

A apropriação social dos novos meios de formação e difusão do conhecimento faz, da tecnologia do vídeo, um instrumento de renovação de vínculos institucionais e educativos.

Atualmente, a consciência do poder da comunicação na formação de vínculos sociais, e a possibilidade concreta de apropriação de novas

tecnologias - das imagens estáticas e das imagens em movimento - adquire maior dimensão e intensidade, por parte de diferentes segmentos da sociedade. Tal ampliação foi possível com a difusão e barateamento do sistema de equipamentos de videocassete em território brasileiro.

A facilidade de acesso aos recursos destas tecnologias contribuiu para ampliação do consumo e para que entidades sociais, sem fim imediatos de mercantilização, passem a desenvolver novos formatos de sociabilidade.

Os limites da produção alternativa e do uso dessas tecnologias na educação, isto é, aquela que não inscreve o recurso ao vídeo em práticas imediatamente econômicas, em geral, referem-se à qualidade do produto: uso de equipamentos antigos e dificuldades na formatação de som (originalidade da música) e de imagens. Esses limites são causados, geralmente, pela escassez de recursos e pela dificuldade de elaboração compartilhada do padrão estético de referência dos vídeos alternativos. Afinal, os vídeos também sofrem a pressão da televisão - a sua referência externa de padrão estético.

A relação entre busca de legitimidade social (consenso e funcionalidade) e mudanças na base material, encontra sua inscrição na cultura, através das em necessidades de renovação da base comunicacional das instituições. Estas instituições estão cada vez mais orientadas pelos elementos da comunicação racional, pela importância reconhecida à comunicação e à informação. Na sociedade moderna, as relações sociais estão cada vez mais articuladas pela linguagem instaurada pela indústria cultural e pela tecnologias de comunicação.

A este respeito afirma Lyotard (1990)² :

"(...) numa sociedade onde a componente comunicacional se torna cada dia mais evidente, como realidade e como problema é certo que o aspecto da linguagem assume uma nova importância, que seria superficial reduzir à alternativa tradicional, por um lado, da mola manipuladora ou da

² LYOTARD, Jean-François - - Condição Pós-Moderna, Rio de Janeiro, J. O. Editora, 1988

***transmissão unilateral da mensagem, e por outro lado, da livre expressão ou do diálogo.*"(p.42) ⁷**

A nova base cultural instalada com o avanço do capitalismo, a renovação de suas formas de acumulação e globalização do consumo - estimulado pela invenção de equipamentos e ampliação da indústria cultural - fizeram, da linguagem e comunicação, elementos fundamentais de mediação nas relações sociais, inscritos na construção do consenso possível ao mundo contemporâneo. São novos fatores intervenientes na relação entre sociedade e condições materiais.

Aliás, já diz Habermas:

***"ainda não se descobriu que a linguagem é a teia cujas malhas os sujeitos estão presos e das quais eles necessitam para se formar como sujeitos"*(Habermas, 1967, p. 10, citado por Fabio Breno³).**

E mais:

***"O consenso e o entendimento residem no interior da linguagem, constituindo os seus telos."*(Habermas, 1981, op. cit.)**

Sabendo-se que a construção da interação simbólica das relações sociais passa também pela apropriação dos objetos materiais, sendo os mesmos portadores de símbolos instaurados pela cultura moderna, as instituições sociais, aqui apresentadas, identificaram na imagem videografada um elemento estimulador possível dessa interação. Deleuze nos chama atenção sobre as ambiguidades e perigos desse processo:

(...)"E é possível que o maquinismo atinja tão bem o coração do homem, que desperte as potências mais antigas, e que a máquina motora concida com um puro e simples autômato psicológico, a serviço de uma

³ SIBENEICHLER, BRENO FÁBIO - Jürgen Habermas .
Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989.

nova e terrível ordem: é o cortejo do sonâmbulos, abucinados, magnetizadores-magnetizados no impressionismo.(...)"(p. 313)

Em geral, a imagem pode ter impacto sobre quem a vê, quando mais próxima do real (dos problemas e fatos) ela estiver e quanto maiores forem a insegurança e as incertezas pessoais e coletivas.

Como, Jean-Luc Godard nos ensina:

"Todas as vezes que um cinema revolucionou a imagem que tinha, a nação onde aquele cinema era produzido tinha perdido completamente sua identidade, como foi o caso da Itália, e só lhe restava se agarrar a essa imagem, mas uma imagem por se fazer. Olhem aqui, nos italianos não somos Mussolini, somos Roma, Cidade Aberta."⁴

Trata-se, portanto, da relação entre o sentido político do uso da tecnologia e a sua especificidade técnica e artística. A tecnologia, especialmente o filme, ao mesmo tempo que é um recurso de comunicação interfere com seu processo de montagem (signos, movimentos e cores) na percepção de quem vê. Este recurso consiste em movimentos e processos que intervém na construção do pensamento. Assim, não apenas difunde idéias pré-constituídas, já que também altera conteúdos e processos de reflexão.

Por conseguinte, podemos concluir que a transformação histórica da dinâmica da sociedade é orientada por agentes econômicos gestores dos grandes meios de comunicação. Mas, nesta transformação também interferem grupos sociais diversos

³ DELEUZE, GILLES - A imagem- tempo. Editora brasileira, São Paulo, 1990.

⁴ Entrevista de Godard aos Cahiers du Cinéma. In: Luiz Rosenberg Filho, organizador - Godard, Jean-Luc - Rio Taurus, 1985.

A mudança também está relacionada à percepção, aos acervos culturais, daquele que recebe a mensagem. Por isso, percebendo a mutação contemporânea na percepção e nas formas de comunicação anuncia Benjamin:

"No decorrer dos grandes períodos históricos, com relação ao meio de vida das comunidades humanas, via-se igualmente, modificar-se o seu modo de sentir e de perceber. A forma orgânica que é adotada pela sensibilidade humana - o meio na qual ela se realiza - não depende apenas da natureza, mas também da História."⁵

Assim, a maneira na qual sentimos e percebemos o mundo, as coisas, as idéias depende da História, isto é, das ideologias, das condições e das situações sociais e econômicas e das condições materiais (técnicas e tecnologias).

Trata-se de um novo momento histórico, onde a natureza humana, profundamente modificada, não se orienta, apenas, por processos de socialização face a face. São novas mediações em expansão, de contatos indiretos que utilizam símbolos, sinais visuais, cor e som, num processo de construção de imagens veiculadoras de informações e ideários. Trata-se, portanto, de um novo e complexo contexto de comunicação e de socialização - as imagens em movimento e as imagens estáticas - que se concentra nas áreas metropolitanas, espaços privilegiados de interações sociais e políticas num cenário de inovações técnicas, econômicas e culturais.

O uso da técnica de comunicação por grupos educacionais (fora da "indústria cultural" (mas somente existem por causa da instalação desta indústria no território nacional), fez engendrar a consolidação da cultura de

5- BENJAMIN, WALTER - *Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução*. Os Pensadores, Abril Cultural, Rio de Janeiro, 1975. p.16.

massa. Essa consolidação percebida na globalização da economia e da cultura tende a atingir as mais diversas esferas da socialização da vida.

Neste sentido, a exclusão social de que Ribeiro - 1988⁶ torna-se mais aguda e perversa, visto que, não ter acesso a esses meios técnicos significa estar excluído dos elos de sociabilização e do mundo (cultura) moderno; em termo sócio-espaciais, significa estar excluído do meio técnico-científico⁷

⁶ RIBEIRO, Ana Clara torres - Rio- Metrópole: a produção social da imagem urbana. São Paulo: FFLCH/USP, 1988 (Tese de Doutorado).

⁷ - SANTOS, Milton - Técnica, espaço, tempo : globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: HUCITEC. 1994.

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, WALTER - *Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução. Os Pensadores*, Abril Cultural, Rio de Janeiro, 1983. p.16.
- CAVA, R. D. & MONTEIRO, PAULA - *...E o Verbo de Faz Imagem - Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil: 1962-1989. E. Vozes*, Rio de Janeiro, 1991.
- ELIADE, MIRCEA- *Tratado da História das Religiões*, São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- DELEUZE, GILLES - *A Imagem-Tempo. edit. brasileira*, São Paulo, 1990.
- IANNI, OTÁVIO. - *A Sociedade Global, ed. Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1992.
- ORTIZ, RENATO. - *A Moderna Tradição Brasileira, ed. Brasiliense*, Sao paulo, 1988.
- MARCONDES FILHO, C. - *Televisao: A Vida pelo Vídeo, ed. Moderna*, S. Paulo, 1992.
- RIBEIRO, A.NA CLARA T.- *Rio-Metrópole: A produção social da Imagem urbana. Tese de Doutorado, FFLCH/USP*, 1988.
- RIBEIRO, A.NA CLARA. T.- *Mutações na Sociedade brasileira: seletividade em atualizações técnicas da cultura, in O Novo Mapa do Mundo - Fim de Século e Globalização, Hucitec-ANPUR*, 1993.
- SANTOS, MILTON. - *Por Uma Geografia Nova, Hucitec; S.Paulo, terceira edição: 1986.*
- _____ - *A Urbanização Brasileira; Hucitec, S.Paulo, 1993.*
- _____ - *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional; Hucitec, S.Paulo, 1993.*
- SILVA, CATIA A. - *Cidade, Informação e cultura: a inserção do mercado de filmes em videocassete no espaço urbano brasileiro, in O Novo Mapa do Mundo - Fim de Século e Globalização, Hucitec-ANPUR*, 1993.
- SIBENEICHLER, BRENO FÁBIO - *Jürgen Habermas . Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1989.
- SUBSÍDIOS BRASILEIROS PARA A CONFERÊNCIA DE PUEBLA. 25/04/1978.

SEMINÁRIO: MEIO AMBIENTE, POBREZA E URBANIZAÇÃO
PROMOÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL (IPPUR) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E DO
DEPARTMENT OF CITY AND REGIONAL PLANNING DA UNIVERSIDADE DE
CORNELL ITAMONTE (MG) - 30/5 A 2/6/95

**Comunicação, Saúde e Ambiente: notícia de uma pesquisa no
Médio Vale do Paraíba (RJ)**

Ana Clara Torres Ribeiro
socióloga, Professora do
IPPUR/UFRJ e Pesquisadora CNPq

Regina Celi Pereira
geógrafa, Mestranda do IPPUR/UFRJ

Este texto decorre da pesquisa Comunicação e Saúde no Médio Vale do Paraíba, realizada no âmbito do projeto, apoiado pelo PADCT, Utilização de sistemas de Informação Geográfica na Avaliação Tecnológico-ambiental de Processos Produtivos. Este projeto, coordenado pela Profa Bertha Becker no Laboratório de Gestão do Território (LAGET) do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, inclui a participação de equipes do IPPUR/UFRJ e da Fundação Instituto Oswaldo Cruz. Agradecemos à citada Professora e ao Professor Cláudio Egler, também membro da coordenação do projeto, as oportunidades de pesquisa oferecidas. Nesta direção, não podemos deixar de fazer referência, neste momento, à Profa Tamara Egler que, como membro do corpo docente do IPPUR/UFRJ, estimulou efetivamente a participação do Instituto na pesquisa do Médio Vale do Paraíba do Sul.

Índice

Comunicação, Saúde e Ambiente: notícia de uma pesquisa no Médio Vale do Paraíba (RJ) 1

Índice 2

Registro breve de alguns processos 3

Reflexão sobre mediações sociais e técnicas da questão ambiental 6

A centralidade do urbano 11

Notas 12

Bibliografia 13

Fontes 13

Registro breve de alguns processos

O médio vale do Paraíba do Sul constitui uma referência nacional forte, sedimentando parte da memória do mais reconhecido eixo econômico da histórica republicana do país. As marcas físicas e sociais desta história relativamente recente misturam-se às velhas lembranças de períodos anteriores. Inscritas, tais lembranças, na fisionomia desgastada dos morros e serras e, em elementos arquitetônicos que testemunham um passado de escravidão, café e pecuária extensiva. Relatos e contos (de velhas assombrações) mantêm, ainda hoje, uma memória difusa que espraia-se por assentamentos dispersos pelas bordas - nem sempre belas - do grande rio.

Terras produzidas pelo rio, terras retiradas ou negadas ao rio, acidentes e mortes. História e estórias do médio vale, constituído da interação entre o Paraíba do Sul e as ofertas de trabalho (e, hoje, as promessas de lazer) das serras da Mantiqueira e do Mar. O período das inundações marcando a memória, até a construção da represa do Funil no final dos anos 60 e início dos 70. Terras, agora, conquistadas ao rio, contribuindo para que as diferentes trajetórias, de cada localidade urbana do vale, tornem-se ainda mais distintas - o Município de Resende usufruindo do alargamento de seu espaço produtivo, a cidade de Barra Mansa congestionada e disforme em seus limites físicos.

No território do primeiro Município citado, fábricas novas e relativamente novas - Kodak, Matarazzo, Rheem, Seagram, Carbox, Uni Stein - mesclam-se a anteriores plantas industriais, Wander (Ovomaltine), Cyanamida, Indústria Química de Resende (IQR) e Sandoz, já envolvidas pela malha antiga da cidade (nota 1). Esta história industrial integra-se à presença militar no vale (Cf a Academia Militar das Agulhas Negras, fundada em 1942). A face mais recente, e em expansão, da industrialização de Resende articula-se a outras paisagens industriais do vale, com suas histórias operárias específicas, como as de Volta Redonda e Barra Mansa (nota 2)

O passado também construído por tentativas de vida alternativa, como ilustra a origem histórica da localidade de Penedo (pertencente ao atual Município de Itatiaia) em sonhos de uma comunidade religiosa filandêsa. Tentativas que ainda emergem em novos projetos, sintetizados na estória recente de Mauá (distrito de Resende), tão rica em referências a experimentos culturais. Sonhos e esperanças de vilas e povoados que preservam relações familiares multigeracionais com a região. Caminhos íngrimes e lentos das Minas Geraes e, também, caminhos árduos e perigosos em direção ao mar, utilizados no transporte de mercadorias, nos antigos circuitos do ouro e do café..

Velhos portos, velhas atividades, velhas pontes. Impossível não reconhecer no médio vale elementos da história do país: casarões de fazenda, currais, estações ferroviárias, sucessivos momentos da industrialização. Contingentes humanos trazidos a cada ciclo de incorporação econômica dos recursos físicos regionais e a cada nova frente de intervenções planejadas. O médio vale do Paraíba do Sul contém os desafios de ocupações econômicas e sociais sucessivas e heterogêneas.

Múltiplas temporalidades e múltiplos tempos, correlatos a um nível de complexidade - diferenças internas - de impossível percepção para aquele passageiro rápido do trem de ontem e, do carro de hoje. O vale afirmou-se historicamente como expressão de diversos poderes, isto é, de velhas e novas atividades, classes e frações de classe; constituindo, com relação à metrópole do Rio de Janeiro, uma região rica em complementariedades. Este movimento de funções complementares, também expressivo do poder da

metrópole, distingue, por exemplo, a realidade econômica e social do médio vale de outros espaços do Estado do Rio, como o Norte fluminense. Nesta última região, a manutenção de um produto hegemônico - o açúcar - permitiu a longa preservação da estrutura social (Bernardes, 1993), resistente à emergência de uma configuração espacial, como a primeira, marcada por ritmos econômicos contrastantes e desiguais.

Além disto, o médio vale constitui a região avançada, do Estado do Rio, em direção a São Paulo. Encontra-se sujeito, portanto, a um ritmo de mudança que não se define, exclusivamente, pela situação econômica imediata da metrópole ou do Estado do Rio. Trata-se, de fato, de um espaço virtualmente conurbado com segmentos da rede urbana do Estado de São Paulo. Processo que se manifestaria através de vínculos ativos entre lugares historicamente constituídos de maneira diferenciada: fluxos de mercadorias, de pessoas, projetos e ordens. Trata-se, ainda, de um espaço que tem sido permanentemente lido como espaço para o planejamento, cumprindo funções - inclusive para a economia nacional - que tendem a romper, violentamente, a integração entre esferas locais da vida social e cultural.

O exemplo regional mais forte dessa tendência é Volta Redonda, cidade planejada cuja história, como analisa Cláudia Virgínia Cabral de Souza (1992), traz as marcas de longas lutas sociais e de projetos de âmbito nacional. Usinas, indústrias, barragens demonstram, na paisagem, o destino construído para a região. Destino este também fortemente visível no crescimento recente da industrialização de Resende. economia. espaço transformado (e da transformação) convive e pressiona uma área rural desgastada por antigos e estendidos usos. Usos que ainda permitem uma paisagem, no eixo econômico central do país, de terras praticamente improdutivas, onde o gado refaz percursos lentamente sedimentados nos morrotes que tipificam parte do território da região.

De fato, os hotéis-fazenda que se multiplicaram nos últimos anos não conseguem esconder a decadência do universo rural (nota 3); mas, ilustram a abertura regional a inovações portadas e dirigidas a elites locais, a novos segmentos médios impulsionados pela industrialização, pela modernização dos serviços e o planejamento (estamentos burocráticos). Ilustram, ainda, junto com a extensão alcançada pela rede hoteleira em geral e pelo comércio detalhadamente sofisticado, a atração que a área exerce sobre iniciativas claramente de origem metropolitana.

Essas rápidas referências à diversidade de processos históricos visaram defender a necessidade de um olhar analítico atento à multiplicidade de tempos e segmentos sociais - com origens diversas - que caracteriza a região: proprietários rurais tradicionais; novo empresariado rural articulado aos serviços modernos; pequenos empresários inovadores; classe operária com inscrições institucionais diferenciadas; trabalhadores rurais; classes médias tradicionais e novas; segmentos do aparelho burocrático de poder; setores populares em crescimento. Esta multiplicidade muitas vezes tem sido anulada em representações lineares da crise econômica e social do Estado do Rio ou naquelas imagens que atribuem, à região, um papel, sempre mantido, de lugar privilegiado para a salvação da economia estadual.

O espaço regional expressa a competição, por vezes extremamente dura, entre usos e funções: o espaço da agricultura e o da indústria, o da habitação e aquele da produção (Piquet, 1985), o do lazer e o da vida de antigas comunidades, o dos interesses privados e o da gestão pública (Souza, 1992). Esta competição seria a manifestação econômica, social e política, mais imediata, de tensões oriundas da modernização brasileira e

regional e, também, de suas possibilidades e limites. Estagnação e mudança convivem no médio vale, traduzidas em ritmos que não expressariam, exclusivamente, o dinamismo interno da região.

Implantes da política de industrialização desenvolvida pelo Estado brasileiro, a partir de década de 40, articularam-se - com diversas fases de auge e descenso - a iniciativas estrangeiras e do capital nacional, sendo criado um contexto que talvez possa ser sintetizado, para a região, através das noções de incoerência e incompletude. Estas noções explicitariam obstáculos enfrentados por concepções de mudança social que não incluam o nível de dependência regional de decisões com origem em determinantes externos.

São essas noções, acionadas na descrição do contexto regional, que indicariam os limites apresentados por uma orientação analítica que considere o vale do Paraíba do Sul como uma unidade fechada de análise, ou seja, sem a necessária leitura de sua subordinação histórica a projetos mais amplos. Neste sentido, pode ser reconhecido o comprometimento do Estado brasileiro com tais projetos - causa da incongruência e da incoerência observadas ao nível regional e local da vida coletiva - nos exemplos oferecidos pela história da urbanização de Volta Redonda, submetida por longos anos aos ditames da Companhia Siderúrgica Nacional (Souza, 1992 e Piquet, 1985), e no percurso, pelo vale, da ferrovia do Aço, projeto inacabado dos anos 70 (nota 4).

Reflexão sobre mediações sociais e técnicas da questão ambiental

Cada vez com maior frequência a análise contemporânea da sociedade e do espaço reconhece a existência de mediações - mais ou menos institucionalizadas - entre grupos e frações sociais; entre sociedade e política e entre espaços, níveis e esferas da realidade social. Assim, a complexidade da vida contemporânea tem sido compreendida, de forma crescente, através da percepção da insuficiência do recurso a uma única escala analítica: a "região", a "cidade", o "bairro". Nesta percepção, a pequena referência a mediações sociais e institucionais, entre espaços e tempos que organizam a vida coletiva, representaria risco concreto de reificação de realidades (unidades de análise) já em grande parte historicamente rompidas.

Essa tendência analítica contemporânea convive, entretanto, com outras - igualmente atuais - que, ao revalorizaram o lugar e a região, procurariam compreender processos de desapropriação econômica e cultural e, ainda, processos de destruição de identidades culturais, memórias e formas de sociabilidade. Trata-se, nestas outras óticas, da defesa da inteligibilidade, mais plena, da vida social, da experiência cotidiana, do acúmulo cultural e da conformação, socialmente produzida, do espaço.

Assim, enquanto na primeira frente analítica teríamos a consideração privilegiada de mediações técnicas e econômico-políticas, na segunda, estaríamos diante do imediato (Léfèbvre, 1984), de relações diariamente vividas, e ainda quantas vezes face-a-face, no trecho estudado do vale do Paraíba do Sul. A história da região, mais do que a de outros espaços do Estado do Rio de Janeiro, tem sido marcada por impulsos, advindos da modernização, que construíram grandes processos mediadores entre os recursos econômicos da região, ou nela alocados, e demandas abrangentes do Estado e da economia.

Neste sentido, o item anterior do texto procurou, de forma breve, defender a concepção de que o ambiente da vida coletiva - nesta região articuladora de lugares - precisaria ser apreendido nas faces, historicamente combinadas, da vida cotidiana e do planejamento de governos, instituições e empresas. Assim, ao considerarmos, como orientação da pesquisa do ambiente, as mediações construídas pelas questões da saúde e da comunicação, propomos, simultaneamente, que tais mediações sejam apreendidas em seus elos com a história única da região.

Procuramos evitar, portanto, a adoção de uma linha interpretativa que, em nome do reconhecimento das mediações, acabe por reduzir a percepção das diferenças entre lugares e segmentos sociais ou, ainda, entre aqueles processos expressivos da estrutura da vida social e os com origem no fato da região conformar um amplo território de passagem, isto é, base material de fluxos abrangentes. Este cuidado analítico explica, aliás, a própria escolha das mediações constituídas pela saúde e pela comunicação.

Através da seleção do ângulo da saúde, procuramos valorizar a natureza intrinsecamente social da questão do ambiente no médio vale e, através da comunicação, não apenas mudanças produzidas, pela influência de novos processos de comunicação, na percepção da própria saúde; mas, também, o ambiente como produto da técnica, da apropriação - mediada por linguagens e informação - de recursos e oportunidades regionais (Santos, 1988).

A interpretação da presença histórica do planejamento na região também não admitiria leituras lineares em que, aos atos planejados, fosse sempre atribuída a responsabilidade pela desapropriação ou desarticulação de realidades regionais e locais. Afinal, alguns destes locais são fruto do próprio planejamento. Além disto, o profundo significado político da história regional - permitindo, inclusive, sucessivas reelaborações culturais de fases históricas do planejamento - fortaleceu a possibilidade de uma vida local politicamente rica, viabilizadora de tendências à reinscrição do planejamento na realidade específica dos lugares que conformam o médio vale do Paraíba do Sul.

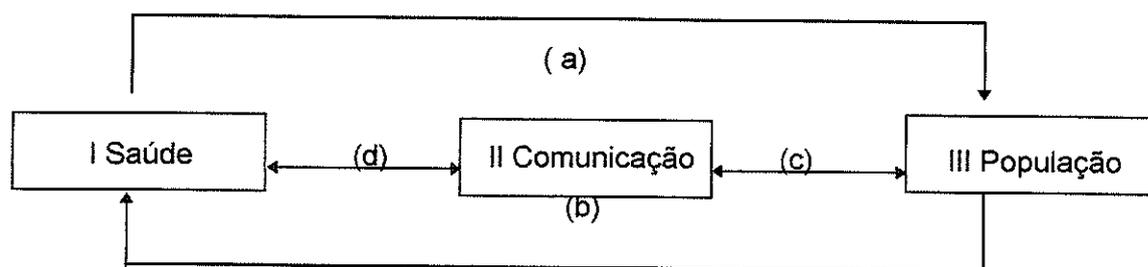
Seriam exemplos dessas tendências, experimentos, em realização, na área de saúde nos Municípios de Volta Redonda e Resende. Estes experimentos encontram apóio na orientação descentralizada do denominado Sistema Unificado de Saúde (SUS) cujo perfil de atuação expressa conquistas ocorridas por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte (1987/1988) (nota 5). A densidade econômica e política do médio vale, assim como, as características de sua urbanização (nota 6) e de seu correlato acúmulo histórico de implantes técnicos transformam, de fato, a saúde em áreas urbanas num tema privilegiado para a construção social da questão ambiental e, também, a comunicação em campo estratégico para o reconhecimento de alterações culturais e técnicas em curso

Mediações, Sistemas e Sub-sistemas

A complexidade da região - antes referida através das múltiplas temporalidades que a constituíram historicamente e dos impactos do planejamento - poderia ser apreendida, também, através da descrição analítica de determinados sistemas: urbano, econômico, de saúde e comunicação. Nesta direção de análise, caberia, de início, uma indagação de cunho metodológico sobre a natureza de fato sistêmica destes níveis da realidade do médio vale. Além disto, uma vez constatada a possibilidade concreta de adoção da idéia de sistema, seria indispensável o estudo dos vínculos que permitem a sua articulação. A natureza e a intensidade destes vínculos poderia apoiar uma avaliação consequente da região, como unidade (histórica) de análise, para a reflexão da problemática escolhida para a pesquisa: saúde e comunicação como mediações da questão ambiental.

Procuramos representar alguns desses vínculos (mediações) nos Quadros - Síntese apresentados a seguir. Na leitura interpretativa dos quadros caberia considerar, em primeiro lugar, o seu nível de abstração. Trata-se, apenas, de um desenho indicativo dos sistemas, ou melhor, sub-sistemas orientadores do levantamento empírico realizado pela investigação. Os resultados alcançados neste levantamento, abaixo exemplificados, serão interpretados a partir de informações da história social, econômica e política da região (nota 7). Em segundo lugar, salientamos o fato de que a elaboração dos quadros não implica em compromissos de equalização, das variáveis empíricas, nos diversos Municípios que compõem a região. Ao contrário, admitimos variações locais seja em termos das técnicas de pesquisa empregadas seja no que se refere a níveis de aprofundamento da análise (nota 8).

Quadro Síntese I - Acumulação de Condições Materiais



Mediações

- (a)- estado de saúde da população (I / III)- estudo dos vínculos entre disponibilidade de recursos no sub-sistema saúde e sua difusão / distribuição espacial em áreas residenciais.
- (b)- condição do domicílio (III / I) - estudo dos vínculos entre o estado do domicílio e a demanda social ao setor saúde.
- (c)- condição do domicílio (II / III)- estudo dos vínculos entre a expansão das redes de comunicação e o acesso social a equipamentos e processos de comunicação.
- (d)- modernização do sub-sistema saúde (I / II) - estudo dos vínculos entre a expansão das redes de comunicação e os recursos técnicos utilizados no sub-sistema saúde.

O Quadro resume a intenção analítica de reconhecer mediações sociais e técnicas entre três âmbitos específicos da realidade material e sócio-política do médio vale. No sub-sistema I - saúde - encontram-se recolhidos indicadores, deste setor, que permitem uma leitura abrangente da realidade regional. Assim, por exemplo, dados de 1986 da rede hospitalar e para-hospitalar demonstravam a concentração do atendimento público à saúde, de responsabilidade federal, no Município de Resende e o peso do atendimento privado em Volta Redonda.

Decisões administrativas do governo estadual também estabeleceram, historicamente, especializações locais em termos de atendimento à saúde na região, como ilustraria a clínica psiquiátrica em Barra do Piraí. Esta localização contrasta com o atendimento privado nesta especialidade que ocorria, até meados da última década, sobretudo em Barra Mansa e Volta Redonda. Aliás, os dados disponíveis - por diversos tipos de clínica médica (pediátrica, gineco - obstétrica) - demonstrariam a generalizada dependência, dos Municípios da região, da capacidade de internação oferecida pela rede particular de saúde.

O médio vale dependia, em termos quase absolutos, da rede particular de atenção à saúde para o suprimento de necessidades de internação; sendo as exceções constituídas por três unidades de responsabilidade federal localizadas em Resende; a já citada unidade, do governo estadual, situada em Barra do Piraí e um hospital, em Volta Redonda, de responsabilidade municipal. Já na face dos centros de saúde, constata-se a variedade de situações locais, em dados publicados em 1989, através da concentrada

intervenção estadual no Município de Resende e da significativa intervenção, de responsabilidade municipal, ocorrida em Barra Mansa e Volta Redonda.

Os dados referidos ao sub-sistema saúde articulam-se, de imediato, aos do sub-sistema III - população - através das informações relativas às causas da mortalidade e da morbidade (nota 9). Neste sentido, informações relativas ao Município de Barra do Piraí indicariam a centralidade das doenças do aparelho circulatório (44.8 % dos óbitos, de causa reconhecida, ocorridos em 1984), das doenças do aparelho respiratório (11.0%) e por causas externas (homicídios e acidentes - 9.0%). As condições urbanas e da industrialização de Barra Mansa poderiam ser reconhecidas, provavelmente, nos seguintes percentuais para a mesma estrutura de causas da mortalidade: 38.9%; 11.8% e 12.8%.

O tratamento do sub-sistema população inclui um conhecimento, mais amplo e detido, das condições do domicílio (abastecimento de água e instalação sanitária). Foram escolhidas estas variáveis tendo em vista seu alto nível de correlação com a saúde e a possibilidade de indicarem, com segurança, a desigualdade social que marca a vida coletiva no médio vale do Paraíba do Sul.

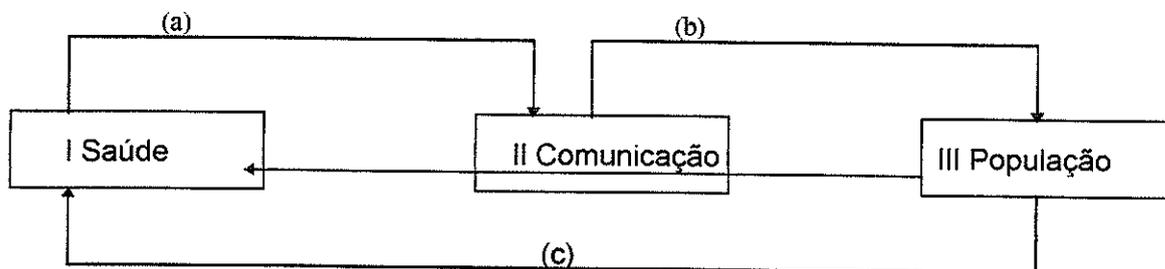
Assim, no início da década de 80, as diversas origens históricas dos Municípios que compõem a região poderiam ser relidas nos dados relativos ao saneamento. O mesmo poderia ser afirmado com relação aos vínculos, desigualmente intensos, entre urbanização e industrialização. Exemplificam as diferenças assinaladas, os percentuais de domicílios ligados à rede geral de esgoto: Volta Redonda - 88.64%; Barra Mansa - 71.74%; Resende - 58.16%; Rio Claro - 50.62% e Rio das Flores - 38.24%.

Entretanto, este desigual nível de atendimento, além de diferenças na distribuição rural - urbana da população, ainda oculta o fechamento do acesso à terra urbana (sobretudo a dotada de infra-estrutura) aos segmentos empobrecidos da população da região. É esta a história que aparece, na paisagem de Resende, naqueles processos de favelização - velhos e novos - ao longo da estrada de ferro ou, ainda, na longa luta dos bairros populares de Volta Redonda (Souza, 1993).

Na face da comunicação, o aprofundamento do sub-sistema II ocorre através da sistematização de informações relativas à localização de postos de atendimento (telefonia e correios) e de sedes de empresas do setor de radiotelevisão. O estudo deste sub-sistema inclui, também, a análise da distribuição domiciliar de redes técnicas e equipamentos (aparelhos de televisão, rádio, telefones etc.). Assim, por exemplo, a região emergeria, já nos dados do final dos anos 70, com uma significativa base local de comunicação constituída por estações de rádio (Barra do Piraí, Barra Mansa, Resende e Volta Redonda). Esta base interagirá, cada vez com mais intensidade a partir deste período, com a extensão atualmente atingida pelas redes de televisão e telefonia.

O Quadro Síntese I, aqui rapidamente apresentado, completa-se com um segundo movimento de abstração estimulado pela investigação (Quadro Síntese II), também dirigido à organização do levantamento empírico em curso. Desta vez, conforme poderá ser observado a seguir, privilegiamos a vida social, isto é, aqueles processos que expressariam, por um lado, usos sociais da base física e técnica instalada no médio vale e, por outro, os diversos ritmos assumidos pela difusão do processo de modernização e pela organização sócio-política de segmentos sociais.

Quadro Síntese II - Ação Social, Técnica e Política



Processos

- (a)- Processos de difusão da informação pelo sub-sistema saúde (campanhas do setor público e marketing do setor privado)
- (b)- Programação dos veículos de comunicação (reportagens e programas voltados para a difusão de informações relativas à saúde)
- (c)- Processos de organização de segmentos da população em torno da questão da saúde: denúncias, reivindicações e demandas.

Encontra-se ainda no início a pesquisa dos processos contemplados no Quadro Síntese II. Algumas indicações iniciais permitiriam afirmar que disputas político-partidárias bloqueiam, por vezes, o acesso da administração pública às rádios locais, o que levaria ao acionamento de canais alternativos de informação (imprensa, boletins próprios). No desenvolvimento da pesquisa também tem sido realizado um esforço de gravação de programas de rádio e televisão.

A centralidade do urbano

Para a compreensão da questão ambiental no espaço urbano dos países do Terceiro Mundo é necessário que se leve em consideração a intensidade e a velocidade com que se deu o processo de urbanização analisando-o a partir da sua dimensão social e material.

Assim, os problemas sócio-ambientais na cidade significam carências urbanas e degradação das condições de vida. Paralelamente à acelerada produção de infra-estrutura e edificações, temos a disseminação da pobreza; o déficit habitacional; a crise da saúde; o tratamento ineficiente de esgotos e a violência.

O médio vale, tratado no presente texto, é um exemplo de amplos processos: No Brasil, segundo dados do IBGE de 1991, são 112 milhões de pessoas vivendo nas cidades, o que representa uma taxa de urbanização de 75%. Nove áreas metropolitanas - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, Fortaleza, Belém e Brasília - abrigam 60% da população brasileira.

A coleta de lixo atinge menos de 50%. Deste lixo, só 3% têm destino adequado (34% são jogados a céu aberto e 63% são jogados nos rios). Cerca de 70% (75 milhões de brasileiros) dos moradores da cidade não têm serviços de coleta de esgoto e apenas 10% têm tratamento de esgoto. Cerca de 20% não têm acesso a água potável.

Aproximadamente 44% da população total do país vive em sub-habitações (favelas, casas precárias, cortiços). Em São Paulo, de cada 3 habitantes, 1 vive em favelas, enquanto que em Belo Horizonte são 400 mil favelados (25% da população)

Mede-se também o desenvolvimento pelo número de leitos hospitalares (pela doença e não pela saúde). Mas contraditoriamente 70% das internações hospitalares são decorrentes da falta de saneamento básico. (Tempo e Presença, nº. 261 e Rodrigues, A.M.; 1993)

Amenizar/resolver estes problemas é o grande desafio das administrações municipais. Desafio que será vencido na medida em que se criem e fortaleçam os canais de representação social, permitindo a consolidação do processo de gestão democrática da cidade. E que se reconheça, ainda, desigualdades históricas, entre regiões e lugares.

Podemos situar o início desse processo de democratização em fins da década de 80, por ocasião da Reforma Constitucional, que deu origem a Carta de 1988. "O direito a qualidade de vida nas cidades apareceu expresso em vários direitos urbanos que procuravam assegurar a função social da cidade e da propriedade, e que haviam sido objeto de Emenda Popular encaminhada pelos movimentos e entidades articulados no Movimento Nacional de Luta pela Reforma Urbana." (Silva, A.A.da e Melão, C.M.G.; 1991)

Um outro importante espaço aberto para o exercício da cidadania na Constituição de 1988, foi a determinação para que as Câmaras Municipais elaborassem Planos Diretores Urbanos e votassem as Leis Orgânicas. Naqueles Municípios onde as forças progressistas se articularam em intensos debates, foram garantidos direitos e canais inéditos de participação da população no que diz respeito a gestão da cidade. Entretanto, apenas uma leitura informada por processos históricos específicos permitiria conhecer as possibilidades reais de alteração política no tratamento das questões relativas ao ambiente da vida coletiva.

Notas

- (1) É reconhecível a disputa política dos frutos econômicos da industrialização de Resende na criação, ao final dos anos 80, do Município de Itatiaia, em cujo território encontram-se instaladas as plantas fabris da Xerox e da Pneumáticos Michelin.
- (2) A história operária de Volta Redonda tem profundas ressonâncias nacionais. Símbolo de toda uma fase da história do país, a cidade, ainda na última década, expressava o acirramento das lutas sociais em confronto, no qual ocorre a morte de trabalhadores, com o Exército. Por outro lado, o Município de Barra Mansa também possui um significativo nível de industrialização, como exemplifica a sua já tradicional indústria química (Britanite, White Martins e Du Pont) e metalúrgica (Barbará, Cilbrás, Barra Mansa).
- (3) informações de 1980 possibilitariam a seguinte descrição da economia do vale: "(...) o PIB da região concentrava-se na área da indústria (55 %), apresentando, ainda, 43% para comércio e serviços e 2% para a agricultura e a pecuária. A participação da região no PIB estadual, no mesmo ano, era de 6.6%, sendo Volta Redonda responsável por pouco mais de metade desse total. A região apresenta grande industrialização, pouco comum para os municípios do interior fluminense" (Fundação CIDE - Guia Sócio-Econômico dos Municípios do Rio de Janeiro, vol. 2, p.156).
- (4) O projeto da denominada Ferrovia do Aço, dos anos 70, envolvia o escoamento de minério do vale do rio Paraopeba (Minas Geraes) - grupo United Steel / Antunes - para o porto de Sepetiba, no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Este projeto permanece inconcluso; sendo extremamente precário o transporte viabilizado por sua construção, sobretudo face aos extraordinários investimentos realizados naquele período.
- (5) Desenvolve-se em Resende, por exemplo, a denominada Gestão Semi Plena da saúde através da qual o SUSMUR (Sistema Unificado de Saúde do Município de Resende) administra, nas suas atividades, a totalidade dos recursos físicos e humanos disponíveis, em seu território, nas seguintes áreas de atividade: ambulatorial, preventiva e de vigilância sanitária; tendo incorporado, ao processo, um hospital em setembro de 94. A área de saúde do Município ainda encontra-se conformada pela Santa Casa da Misericórdia e a APEMIR (Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Resende) - ambas entidades filantrópicas - e pela rede privada, com três clínicas e um hospital (SOMER). Em convênio com a UERJ desenvolve-se, um programa de interiorização da medicina que realiza uma prática didática e de atendimento através de internato rural alocado nos Distritos do município de Resende; implicando na permanência, por tres meses, de alunos em fase de conclusão do curso de medicina, com acompanhamento docente sistemático..
- (6) Talvez possa ser afirmado que a urbanização do médio vale do Paraíba do Sul expressaria, atualmente, as tendências históricas ao arcaísmo das relações campo - cidade, em articulação com uma rede urbana conformada por processos incisivos de industrialização, intensamente concentradores de recursos. Estas duas tendências refletem-se na realidade regional, hierarquizando Municípios (por exemplo; significativas parcelas do PIB dos Municípios de Rio Claro e Rio das Flores ainda advinham, em 1980, da atividade agrícola) e explicando o contingente relativamente baixo da população urbana, da região, face à totalidade do Estado do Rio de Janeiro. Esta configuração específica do médio vale chama a atenção do analista principalmente pelo extraordinário grau de concentração, da população do Estado, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em 1991, a região do médio vale apresentava população total de 688.889 habitantes, assim distribuída: Barra do Pirai: 78.437; Barra Mansa: 167.124; Pirai: 33.466; Resende: 91.574; Rio Claro: 13.633; Rio das Flores: 6.460; Valença: 62.035; Volta Redonda: 220.086; Itatiaia: (emancipado de Resende em 1988)16.000; Quatis (emancipado de Barra Mansa em 1990): aproximadamente 9.000.
- (7) A diversa história política dos Municípios, considerados pela pesquisa, poderia ser ilustrada através da composição partidária dos seus executivos : Barra do Pirai - PTB; Barra Mansa - PSDB; Pirai (frente composta por PTB, PDT, PTR, PFL); Resende (frente composta por PDT, PSDB, PFL, PC do B); Rio das Flores (frente composta por PSDB, PFL, PMDB); Valença - PDT; Volta Redonda (frente composta por PSB, PT, PV, PC do B, PC) (Fonte: BANERJ / Jornal do Brasil / Consultora Quatro Mãos Ltda). Esta diversidade político-partidária traduz de fato, no plano político, diferentes histórias locais, marcadas por experiências desiguais de reivindicação social e enfrentamento administrativo das questões da saúde e do ambiente.
- (8) As estratégias acionadas, no processo de pesquisa, dependem de complementariedades estabelecidas, com outras equipes, no âmbito do projeto apoiado pelo PADCT e coordenado pelo Laboratório de Gestão do Território (LAGET) do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além disto, os Municípios não apresentam o mesmo nível de planejamento e registro da sua experiência administrativa. Por outro lado, a problemática tratada sugere a prioridade que deve ser atribuída, no levantamento empírico, aos Municípios mais urbanizados da região.(Barra Mansa, Volta Redonda e Resende)

- (9) O aprofundamento da análise dos sub-sistemas depende das trocas institucionais no âmbito do projeto PADCT. No caso da saúde, o conhecimento do quadro nosológico da região encontra-se atribuído, prioritariamente, à Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOcruz).

Bibliografia

- BERNARDES, Júlia Adão - 1993 - Cambios técnicos y reorganización del espacio en la región azucareira Norte Fluminense, Brasil (1970 - 1990). Tese de Doutorado, Universidade de Barcelona.
- LÉFÈBVRE, Henri - 1984 - La vida cotidiana en el mundo moderno, Madrid, Alianza Editorial.
- PIQUET, Rosélia - 1985 - "Moradia operária em Volta Redonda: de símbolo do populismo à lógica capitalista". Espaço e Debates, Ano V, N.16.
- RODRIGUES, Arlete Moisés - 1993 - "Desenvolvimento Sustentável: A nova "roupagem" para a velha questão do desenvolvimento". GRAZIA, G. (Org) - Direito a Cidade e Meio Ambiente - Fórum Brasileiro de Reforma Urbana
- SANTOS, Milton - 1988 - "O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil". Espaço e Debates, Ano VIII, N.25.
- SILVA, A. A. e MELÃO, C. M. G. - 1991 - O direito a qualidade de vida na cidade. Pólis, nº 03.
- SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de - 1992 - Pelo espaço do lugar - lutas urbanas numa cidade operária (o caso de Volta Redonda). Tese de Mestrado, IPPUR / UFRJ.
- TEMPO E PRESENÇA - 1992 - ano 14, nº 261, CEDI.

Fontes

- Entrevistas realizadas com quadros administrativos dos Municípios de Resende e Volta Redonda.
- FAPERJ - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 1980
- Fundação CIDE - Anuário do Estado do Rio de Janeiro - 1989.
- BANERJ / Jornal do Brasil / Consultora Quatro Mãos Ltda - Guia Sócio-Econômico dos Municípios do Rio de Janeiro, vol.2 - Interior - Gráfica JB - 1994.
- FIBGE- Censo Demográfico - 1980 e 1991.
- Ministério da Saúde - fornecimento de indicadores da atenção à saúde na região

PARTE III - REORGANIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

Saúde e comunicação: faces contemporâneas da gestão da sociedade

Ana Clara Torres Ribeiro- socióloga, Prof. Adj. do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) / UFRJ. Pesquisadora CNPq.

Henrique Silveira de Souza - sociólogo. Mestrando do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) / UFRJ.

Este texto tem, por base, aulas ministradas no Curso de Especialização Comunicação e Saúde da FIOCRUZ (1993 e 1995) e resultados alcançados na pesquisa Novas tecnologias no espaço metropolitano: questões da saúde e do trabalho. Esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento no IPPUR / UFRJ com apoio CNPq, Finep e da SR2/UFRJ.

Introdução: refletindo um campo atual de desafios

Privilegiamos, neste texto, os espaços metropolitanos. Reais sínteses sócio-políticas e históricas, as metrópoles encontram-se inscritas no cerne da problemática social do país. Frutos evidentes de processos preteritos de modernização e, sobretudo, de seus limites e desigualdades, estes espaços obrigam ao desvendamento de propostas que colaborem no resgate da dívida social e que permitam a redução da violência cotidiana. Estas propostas podem surgir, sem dúvida, a partir de experiências bem sucedidas de gestão em curso no mundo. Porém, acreditamos que as especificidades da história do país precisam ser consideradas, principalmente pelo caráter excepcional do ritmo da urbanização brasileira frente ao verificado noutros países capitalistas periféricos (Martine, 1995) e por seus dolorosos resultados materiais e culturais (Ribeiro, 1994 e 1995).

As ações modernizadoras na escala do país trouxeram (e trazem), para as grandes cidades, as consequências sociais da repetição, mais ou menos intensa, de uma espécie de dialética perversa que articula investimentos, inclusive públicos, na economia à marginalização e a exclusão social. Nas palavras de Milton Santos (1993:104), ao analisar a face contemporânea da modernização: "Legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização cria, no território como um todo, em particular nas cidades, os equipamentos, mas também as normas indispensáveis à operação racional vitoriosa das grandes firmas, em detrimento das empresas menores e da população como um todo. Daí, em pouco tempo, resultados concomitantes: a extraordinária geração de riquezas, cada vez mais concentradas, não é contraditória com a enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, enquanto surgem novas classes médias".

É essa compreensão ampla do atual processo de modernização que esclarece a necessidade de um acompanhamento seguro da natureza das novas frentes de atividades modernas: seus equipamentos, normas e linguagens e, sobretudo, o seu poder de alteração de esferas de organização da vida urbana: o trabalho, o consumo, o lazer. Tal acompanhamento torna-se indispensável à concepção e a defesa de projetos que garantam a mais ampla incorporação social possível nos resultados de investimentos públicos que, hoje, socializam

os custos da acumulação de riqueza. Entre estes caminhos interessam-nos, sobretudo, aqueles que correspondem a alterações nas relações sociais cotidianas em contextos metropolitanos. É neste âmbito que se inscrevem os fenómenos da comunicação moderna e, em decorrência, o debate atual sobre os usos sociais das denominadas novas tecnologias de informação e comunicação.

Examinemos, com atenção, o campo de processos aberto pelos parágrafos anteriores. Citamos, rapidamente, urbanização, modernização e exclusão social e, ainda, acumulação e cotidiano. Reconhecemos a complexidade destas referências, talvez até exageradas para um texto curto. Porém, acreditamos que o leitor interessado em processos que ajudem a contextualizar a reflexão de vínculos entre saúde e comunicação poderá estabelecer, através destas referências, um conjunto articulado de temas e/ou questões. Façamos um exercício nesta direção. Aliás, esta será uma oportunidade para que apresentemos análises críticas da situação social no país; mas, também, alguns poucos exemplos e sugestões de propostas que, ao nosso ver, precisariam estar mais presentes no enfrentamento da crise social.

Acumulação, modernização e reprodução social

A análise da reprodução social inclui, cada vez com maior frequência, a consideração das práticas sociais e não, apenas, das grandes instituições com seus mecanismos de poder, convencimento e coerção. Procura incluir, ainda, a percepção que os próprios agentes possuem do sentido de sua ação, tantas vezes omitido em pesquisas de orientação estruturalista ou positivista. Na formulação de Anthony Giddens (1989 : 164): "Organizações e movimentos sociais são coletividades em que a regulação reflexiva das condições de reprodução do sistema prepondera na continuidade das práticas cotidianas". Assim, nestas configurações, não poderiam ser reconhecidos somente os impulsos à vida associativa pautados seja por automáticas necessidades econômicas seja por vocações comunitárias irreversíveis. Aliás, é fácil reconhecer como estas leituras, ainda que limitadas, costumaram (e costumam) estar presentes em análises da economia e dos movimentos sociais no Brasil.

As novas tendências analíticas corresponderiam a alterações na compreensão dos desafios da vida social contemporânea, a crítica aos projetos autoritários de modernização e ao ocultamento analítico dos agentes em estudos de processos sociais e políticos¹. Indiretamente, estas tendências apontariam para a centralidade crescente da cultura e da informação nas formas contemporâneas de organização e de mudança social. Neste sentido, poderíamos dizer, de maneira singela, que os processos mais ágeis de acumulação dependeriam da extensão territorial do denominado, por Milton Santos (1994), meio técnico - científico - informacional. Esta noção sintetizaria a incorporação de crescentes conteúdos de ciência ao território e às relações sociais e, a relevância da informação no aproveitamento das oportunidades econômicas. Nesta mesma direção, acrescentaríamos, ainda com base neste autor, que a própria ideia de globalização cairia no vazio sem o reconhecimento analítico dos vínculos entre as alterações, em curso, na materialidade e as estratégias mundiais das grandes corporações.

As alterações, assinaladas pela noção de meio técnico - científico - informacional, correspondem a novas formas de organização dos interesses na esfera da economia. Nestas, se incluiriam a hegemonia do capital financeiro e a presença, cada vez mais ativa, das empresas especializadas na gestão de serviços, isto é, no campo da administração das necessidades sociais. Constituem exemplos claros, deste nível de mudança, o envolvimento das grandes redes bancárias brasileiras na área da saúde (Cf os "produtos" Hospital e Bradesco - Saúde) e o setor, em forte expansão, dos planos de saúde / convênios. Trata-se, é claro, de uma frente articulada de interesses que se apoia nas condições gerais da acumulação concentradas nos espaços urbano-metropolitanos do país (Lojkine, 1981) e, nas formas atuais de uso empresarial da comunicação e da informação.

De fato, certas formas modernas de organização dos serviços seriam impensáveis sem o recurso às novas tecnologias. É a capacidade de gerir grandes massas de pequenos investimentos e recursos técnicos dispersos (saberes e equipamentos) que tornaria altamente lucrativos, a partir da última década, os novos formatos de prestação de serviços na área da saúde. Entretanto, estas mudanças não ficam restritas às empresas. Ao contrário, atingem diretamente as formas históricas de manifestação dos interesses sociais, isto é, a

¹ - Na pesquisa *Novas tecnologias do espaço metropolitano: questões da saúde e do trabalho*, em desenvolvimento no IPPUR/UFRJ, a percepção desta mudança analítica correspondeu à organização sistemática de um banco de personas que busca reunir informações relativas a personagens centrais dos processos selecionados para estudo.

face eminentemente social da reprodução. A nova organização dos serviços corresponderia, assim, ao redesenho espacial e social de seus usuários. Neste ponto, talvez seja legítima uma nova citação de Anthony Giddens (1989:166): "Os meios eletrônicos separam a presença no tempo da presença no espaço, um fenômeno de importância decisiva para as formas contemporâneas de coletividade"

Essas palavras nos alertam para a emergência de virtuais e instáveis novos coletivos na área da saúde, aqueles conformados por usuários de uma mesma rede de serviços e cujo nível de organização é, geralmente, mínimo ou nulo. É provável que as reivindicações originadas desta situação tendam a ser realizadas, de forma individualizada, junto as instâncias jurídicas de defesa do consumidor ou nos Conselhos Regionais de Medicina⁷. Esta situação aqui rapidamente descrita contrasta, de maneira clara, daquela conformada por coletivos ativos de base popular que, visíveis a partir do final dos anos 70, assumiram a forma de movimentos sociais, confrontando o Estado e exigindo o atendimento de suas carências (Sader, 1988 e Jacobi, 1989). É a valorização destes processos que encontra-se em grande parte contemplada em projetos de gestão democrática da saúde. Face as redes privadas, entretanto, a resistência mais ativa parece surgir, apenas, no âmbito dos acordos coletivos realizados por entidades públicas e firmas. Nesta situação, existiriam mecanismos subjacentes de organização coletiva advindos da ação de sindicatos ou associações de funcionários públicos. O grande número de interessados pode permitir a negociação de vantagens relativas, facilitadas pela concorrência entre redes administradoras de serviços.

Esses processos novos correspondem, ao nosso ver, a mudanças, mais profundas, no próprio cerne das relações capital - trabalho (Ribeiro e Ribeiro, 1992). Afinal, trata-se do conteúdo de uma nova frente de interesses empresariais na qual o coletivo de trabalhadores também pode ser lido como constituindo um acervo dos empresários; acervo este a ser negociado junto a várias redes de serviços, inclusive médicos. Este formato, aliás, é bastante simétrico aquele utilizado pelas redes de comunicação quando vendem a sua audiência aos seus potenciais anunciantes. Nesta nova negociação, transforma-se a composição dos salários, assim como, a dependência do trabalhador a firma, agora envolvendo o seu próprio acesso e o de sua família a um tipo individualizado, ainda que precário, de padrão moderno

⁷ Indicações, nesta direção, foram obtidas pela geógrafa Cátia Antonia da Silva junto ao CREMERJ em entrevista realizada no âmbito da pesquisa *Novas tecnologias no espaço metropolitano: questões da saúde e do trabalho*.

de atendimento. A presença do marketing e da mídia, na constituição deste padrão, será o tema tratado no item seguinte deste texto.

Convém lembrar, neste momento, como essa última forma de gestão é distante daquela, tão referida na literatura crítica do capitalismo, onde a medicina de fábrica surgia como o braço do empresário na recuperação do trabalhador em seu retorno a linha de produção. Talvez possa ser afirmado que esta última face dos serviços médicos está sendo crescentemente reservada aos serviços públicos de saúde (Hirano, 1990), em decorrência da própria precarização dos vínculos de emprego nas áreas metropolitanas (Saboia, 1994). Soma-se a este contingente aquele conformado pelos excluídos do mercado de trabalho e as vítimas diárias da violência. Assim, o Estado tenderia a se afastar de intervenções significativas no âmago das relações sociais de produção hegemônicas, de onde poderiam advir recursos para o enfrentamento abrangente da crise social.

As maiores parcelas de recursos pertencentes a segmentos da classe trabalhadora tendem, na atual conjuntura, a ser geridos pela iniciativa privada, como exemplificam os acordos realizados na área da saúde e a face capitalista da gestão dos fundos de previdência. Por outro lado, estas alterações trazem claras consequências para a extensão social da democracia já que fragmentam, cada vez com maior intensidade, as condições socialmente compartilhadas de vida, onde se incluem, por sua relevância, os serviços públicos de saúde. Estas alterações possivelmente espelham mudanças na atuação das próprias categorias profissionais do setor saúde, em consonância com os acordos feitos com a área conveniada do Estado, retro-alimentadora da privatização (Médici, 1991).

Neste sentido, a participação política de categorias profissionais, envolvidas desde o início na luta pela universalização do acesso aos serviços, possivelmente espelha a ação de um nítido segmento, ou seja, aquele mais diretamente incorporado à esfera pública. Às novas gerações caberia, crescentemente, a sedução da pseudo - autonomia prometida pelas empresas médicas. Sedução forte, se considerarmos a queda dos salários no serviço público, acompanhada da perda do status profissional e, ainda, os efeitos, generalizados na sociedade, de uma cultura pautada crescentemente pelo consumo e pelo individualismo.

A vida metropolitana encontra-se, sem dúvida, vinculada à difusão desta mudança de valores. Trata-se de processo de segmentação interna de categorias profissionais correlata a hegemonia do mercado sobre outras formas de organização da vida coletiva. Trata-se, também, de segmentações entre a esfera pública e a esfera privada da vida coletiva como

expressariam os coletivos virtuais e instáveis originados das novas formas de gestão da saúde. Seria interessante acrescentar que, do lado dos movimentos sociais, observa-se, também, um conjunto de alterações expressivo da nossa parcial modernidade. Estas alterações têm dado origem à crescente associação da noção de movimento à noção de rede social (Randolph, 1993); sistematicamente pensada, tal associação, em seus elos com a expansão das novas tecnologias (Scherer - Warren, 1994).

Urbanização, marketing e saúde

Inicialmente, gostaríamos de recordar alguns elementos da reflexão anterior: a noção de meio técnico - científico - informacional, as novas formas de gestão dos serviços e as mudanças, em curso, nas formas de organização social. Estes são fios condutores para a apreensão do atual processo de modernização da sociedade brasileira, muito diverso, em suas consequências sociais e espaciais, de anteriores projetos que organizaram a história recente do país, aí incluído o período autoritário. O próprio reconhecimento analítico da noção de gestão nos informaria sobre dimensões marcantes da mudança. Nesta direção, Milton Santos (1988) alerta-nos para o fato de que as alterações técnicas no ambiente construído corresponderiam a novas projeções da vida coletiva.

Por outro lado, o entendimento, dessas projeções, seria indispensável aqueles que, por ventura, pretendem interferir no sentido social da mudança em curso. Mais uma vez em suas palavras (Santos, 1988 : 59): “ Estou me referindo exatamente a um novo sub-sistema hegemônico determinante que se instala sobre subsistemas preexistentes para definir, de modo direto ou indireto, a dinâmica global. Esse novo sub-sistema hegemônico determinante tem relações com o que no mundo é moderno (...). Até quarenta anos atrás, o moderno podia ser tomado ou não, aceito ou não. A modernidade dos nossos tempos (...) é uma modernidade que não se pode recusar”.

Acreditamos não estar contrariando o pensamento desse autor quando associamos, ao conteúdo da citação, as suas contribuições relativas a mudanças, em expansão, naquela esfera da vida social que denomina de psicoesfera, ou seja, naqueles âmbitos da vida cultural e psíquica que sinalizariam a adesão crescente da sociedade à técnica e, inclusive, às suas

promessas de conforto (satisfação de necessidades) e auto-realização. Estas são alterações extremamente abrangentes que ajudam a legitimar, atualmente, a expansão da medicina privada, a incluída aquela que depende do aporte de recursos públicos (via convênios). É nossa hipótese que tal legitimidade seria hoje alcançada, pelo menos em parte, através de alterações no tipo de atendimento médico de fato desejado e ansiado por segmentos da população e, especialmente, da população urbano - metropolitana. Afinal, a sociedade não é imune a propaganda e nem tampouco a reais dificuldades de atendimento na rede pública de saúde.

De fato, a saúde tornou-se um tema central da mídia. Esta centralidade pode ser constatada na sua múltipla presença em vários setores da denominada indústria cultural: periódicos temáticos, suplementos especializados da grande imprensa e programas permanentemente difundidos pelas grandes redes de televisão. Aliás, poderíamos afirmar, de uma maneira geral, que o corpo ganhou crescente atenção nesta indústria. Esta direção de mudança exigiria, para sua plena compreensão, uma reflexão aprofundada, que aqui não podemos realizar, dos vínculos que supomos existir entre a valorização contemporânea do corpo e a gestão moderna do consumo; gestão esta que se realizaria, sobretudo, através de mecanismos de individualização das necessidades sociais (Santos, 1987).

A centralidade do corpo articula-se, nas imagens difundidas pela indústria cultural, ao seu monitoramento técnico, reconhecível não apenas na área especializada da saúde mas, também, nas práticas de embelezamento e no mundo espetacular dos esportes. Técnica, modernidade, eficácia, desempenho passaram a ser noções de fácil associação imagética. A ligação da saúde com a técnica surge ao nível de tratamentos que garantiriam a sobrevivência e, também, em procedimentos considerados preservadores da juventude e do bem-estar. Não é raro, ainda, a referência a extraordinárias descobertas técnicas no exterior correlacionadas, em geral, ao alcance de níveis ascendentes de felicidade (e segurança) sistematicamente projetados para o futuro.

Para análise dessas últimas tendências, poderíamos, mais uma vez, obter apoio na obra de Anthony Giddens (1990). Este sociólogo sugere a inclusão, no estudo de realidades sociais contemporâneas, da denominada reflexividade, ou seja, do nível de conhecimento e informação que orientaria as opções, inclusive cotidianas, de agentes sociais. O patamar de informações referidas à saúde, em forte expansão no país a partir dos anos 80, poderia ser assim compreendido em suas consequências ao nível das escolhas estratégicas realizadas por

individuos e grupos sociais. Seriam estas escolhas que alimentariam, por sua vez, as estratégias empresariais, construindo parte do sistema hegemônico, antes referido com base em análise desenvolvida por Milton Santos. É ainda Anthony Giddens quem nos lembra a confiança, depositada nos sistemas técnicos, como sendo uma das características sociais nucleares da atual fase histórica, por ele mesmo considerada de modernidade radicalizada.

A frente moderna de atividades econômicas emerge, crescentemente, em elos renovados entre saúde e comunicação. São estes elos que poderiam ser identificados num rápido exame das estratégias de marketing utilizadas por administradoras da área da saúde. Em 1994, por exemplo, a Golden Cross utilizou fartamente a sua associação com a seleção brasileira de futebol. Tal associação surgiu desde os momentos iniciais da seleção: "Poucas convocações para a seleção brasileira foram tão merecidas como a da Golden Cross. Ela foi escolhida para oferecer assistência médica aos jogadores, aos membros da CBF e aos seus familiares (...)" (O Dia, 20 de junho de 1994) Estes dizeres acompanhavam uma fotografia a cores da seleção. Após a vitória da seleção brasileira, foram divulgados retratos de Parreira, junto com os seguintes dizeres: "Ele insistiu, insistiu, insistiu e insistiu: o plano de saúde da seleção tinha que ser Golden Cross. Deu certo. Como você deve ter reparado, nenhuma seleção chegou ao final da Copa com tanta saúde".

Talvez possamos considerar este exemplo como uma articulação de mídia quase perfeita, uma vez que permitiria a vinculação da associação imagética entre esporte e saúde, já amplamente construída, com as conotações subjacentes de eficiência, desempenho, sucesso e segurança, convincentemente apoiadas na vitória da seleção. Por outro lado, a adesão moderna aos sistemas técnicos, salientada por Anthony Giddens, também poderia ser reconhecida, com facilidade, no marketing do denominado Amil Resgate Saúde, com a vinculação entre eficiência no atendimento médico e a velocidade e a segurança inscritas em meios de transporte. A velocidade e a segurança seriam, aliás, algumas das mais relevantes qualidades associadas às inovações tecnológicas. Por fim, a possível frieza dos sistemas técnicos - especialmente incômoda na área da saúde - tem sido retida, pelo marketing, através da reprodução de depoimentos que atestariam as qualidades humanas do atendimento médico recebido (ver, por exemplo, Jornal do Brasil de 8 / 5 / 94).

Muitas outras referências poderiam ser feitas na mesma direção. Acreditamos que estas referências possibilitariam o reconhecimento de um conjunto de representações sociais (imagens) que associam as novas formas de gestão da saúde a idéias- síntese da

modernidade e, portanto, a qualidades julgadas positivas do atual projeto de modernização em curso na sociedade brasileira. Constituem exemplos anúncios, difundidos pela grande imprensa, com as seguintes mensagens: serviços de saúde personalizados e otimizados; a influência da saúde na produtividade da empresa; a tecnologia da medicina moderna; a qualidade total dos serviços; os sistemas de auto-gestão e administração dos serviços.

Essas referências procuram apenas apontar para o fato de que o novo sistema privado de saúde busca a hegemonia através de sua articulação estratégica aos processos e temas centrais da frente moderna de inovações econômicas, administrativas e conceituais. O percurso de afirmação deste sistema, ao acionar incisivamente os recursos de mídia, institui um novo imaginário em torno da questão da saúde: imaginário este que inclui a difusão de parâmetros culturalmente renovados para as práticas e projetos sociais. A saúde - como "produto" de empresas privadas e do marketing - provavelmente reconstrói, de forma simultânea, a percepção social da doença e da carência.

Afinal, um dos ângulos mais cruéis da comunicação moderna seria o de difundir anseios de consumo - estimuladores de novas necessidades - segundo velocidade e alcance que não guardam correspondência com o efetivo poder de compra da maior parte da população (Janus, 1986). No caso específico da saúde, estes anseios são, com frequência, associados a fortes emoções e a valores profundos, inclusive aqueles relacionados a responsabilidade e ao amor no exercício de papéis familiares. Em busca de maior esclarecimento, gostaríamos de apresentar, a seguir, um quadro singelo dos dois processos mais relevantes, na área da saúde, em curso na sociedade brasileira: o primeiro, relativo aos esforços de democratização do acesso a equipamentos e serviços e, o segundo, expressivo das características contemporâneas do sistema privado de atenção médica.

sistema público (em disputa por concepções político-administrativas)	sistema privado (em disputa por diversos formatos de articulação empresarial)
equipamento fixo e quadro estável de funcionários	rede de serviços: articulação entre equipamentos próprios e de associados (flexibilidade)
busca da dedicação exclusiva do quadro técnico	multiplicidade de vínculos empregatícios (terceirização)

busca de garantia do atendimento básico	crescimento via especialização e da incorporação de inovações técnicas
ênfase nos direitos sociais	ênfase na expansão do mercado
discurso político	marketing
acesso coletivo aos serviços	acesso individualizado ou com mediação de empresas e/ou processos de organização coletiva
participação social/coletivos ativos	consumo / coletivos virtuais

Estes sistemas não constituem esferas completamente autônomas da vida sócio-política do país, como exemplificaria o atendimento da clientela do serviço público, realizado mediante convênio. Um estudo atualizado das articulações entre sistemas exigiria, com certeza, a inclusão das arenas - como a constituída pelo Legislativo ao nível federal - onde diferentes projetos e interesses encontram-se em confronto e em processo de negociação (Melo, 1993). Nestes contextos, poderia ser reconhecido, de forma mais clara, o sentido social e político das atuais práticas de gestão das necessidades e carências coletivas.

Informação e cotidiano

Naturalmente, a linguagem do marketing não é a única envolvida na construção de leituras sociais do novo sistema. Ocorrem, também, denúncias em matérias da grande imprensa. Estas denúncias foram veiculadas, inclusive, aproximadamente no mesmo período em que eram publicados os anúncios antes citados. São exemplos: a polêmica, aberta pela Receita Federal, em torno do caráter filantrópico da Golden Cross e a reivindicação, por médicos credenciados, de alteração na tabela de honorários estipulada pela Associação Médica Brasileira (AMB). Outra forma de resistência às empresas de gestão dos serviços de saúde deve ser aqui recordada: as campanhas de esclarecimento do consumidor na forma de rápidas intervenções nas redes de televisão e out-doors.

Tais campanhas procuravam alertar a população para a real cobertura oferecida pelos planos de saúde, com especial ênfase no tempo de carência, no efetivo tratamento de doenças crônicas e no acompanhamento da AIDS. Este é, sem dúvida, um campo de confrontos entre desiguais, no qual torna-se extremamente estratégico o efetivo alcance do acesso

democrático aos meios de comunicação de massas. Este acesso surge, como sendo de essencial importância, não apenas para o esclarecimento de consumidores dos serviços oferecidos pelas empresas gestoras de planos de saúde; mas, também, para que ocorra um debate aberto (e por muitas vezes) da problemática enfrentada, atualmente, pela saúde pública.

De fato, como indicaria Ângelo Duarte (1995), parece existir uma prática, acionada pela mídia, de articulação temporal entre a denúncia do atendimento oferecido pela saúde pública, realizada através do tele-jornalismo, e os anúncios das empresas de saúde, elaborados com alta incorporação de recursos técnicos. Seria pertinente acrescentar, nesta direção, a relevância que deveria ser atribuída ao estudo dos efeitos socio-culturais desta possível estratégia de transmissão da informação. Realmente, a recepção socialmente desigual de mensagens divulgadas pelos meios de comunicação de massas ainda constitui, no país, um campo pouco explorado pela pesquisa científica.

Nesta mesma linha, poderíamos acrescentar que seria especialmente interessante a análise dos impactos sociais das séries importadas ("enlatados") que adotam o atendimento médico como tema. Qual será o seu efeito no imaginário social, principalmente quando associado ao decorrente das imagens dos serviços privados transmitidas pela mídia? Como comparar a adesão alcançada por estes produtos culturais face aquela atingida pelos programas que tem por objetivo explícito o esclarecimento de questões relativas a saúde? De fato, estes são temas emergentes que exigem, ao nosso ver, rápido enfrentamento numa sociedade cada vez mais envolvida por imagens e mensagens transmitidas pelas formas dominantes de comunicação.

Nestas formas de comunicação, os interesses em afirmação na sociedade brasileira encontram um instrumento privilegiado para a sua defesa. O encantamento pelas imagens colaboraria na produção de uma mescla difusa entre informação e propaganda num tempo em que a aparência predomina unilateralmente sobre o compromisso com a essência, ou com relação ao tema deste texto, com a clássica associação entre informação e verdade. Estas são marcas da conjuntura da redemocratização que apontariam, simultaneamente, para os seus limites. Além disto, gostaríamos de acrescentar que a informação, mesmo a intencionalmente correta, nem sempre resulta em saber. Principalmente, se por saber - de cuja compreensão não deveria absolutamente estar afastado o senso comum inscrito na vida

cotidiana - entendermos a aquisição de instrumentos úteis à defesa, e a projeção no futuro, da vida humana.

As oportunidades abertas pelas novas tecnologias de informação e comunicação são inúmeras; mas, talvez exijam, para alcance do seu pleno uso social, o desvendamento de projetos simples que não desconhecam o saber popular - envolvido, concretamente, no enfrentamento da doença e em concepções de saúde (Oliveira, 1994) - e nem as carências de informação que atormentam a vida cotidiana, principalmente nas grandes cidades. Dificuldades que poderiam ser minoradas através de políticas que confrontem a aura mítica que envolve, hoje, a difusão das inovações tecnológicas na sociedade brasileira. Ofereceríamos como exemplo de políticas alternativas de execução relativamente fácil: a instalação de telefones comunitários conectados, permanentemente, aos serviços públicos de saúde ou a concepção de postos de informação onde estivessem acessíveis, à população, dados e mapas singelos dos equipamentos e serviços médicos e, mesmo, das farmácias de plantão nos bairros e nas áreas centrais mais próximas.

De fato, a sociedade brasileira apresenta, plenamente, o seu vórtice autoritário (Krischke, 1989) quando é observada a parcial incorporação social em seus sucessivos projetos de modernização. Face as novas tecnologias e as tendências de mudança na área da saúde, seria provavelmente relevante um caminho de reflexão que inclua o acesso à informação, culturalmente significativa e útil, entre as questões mais relevantes da democracia. É surpreendente, de fato, a ausência de políticas que visem, ao menos, socializar conhecimentos sobre os denominados primeiros socorros, principalmente num período de crescimento da violência nas relações sociais cotidianas e no qual é observado, com frequência, o enfraquecimento do valor e das práticas de solidariedade.

Bibliografia:

Duarte, Angelo A. M. - 1995 - Relatório (em elaboração) para a pesquisa Novas tecnologias no espaço metropolitano: questões da saúde e do trabalho. IPPUR/UFRJ - CNPq.

- Giddens, Anthony - 1989 - A constituição da sociedade. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo, Martins Fontes.
- Hirano, S. et al - 1990 - "A cidadania do trabalhador acidentado: reconhecimento do direito nos direitos sociais". Tempo Social, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1 (2), 2o semestre.
- Jacobi, Pedro - 1989 - Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento e saúde, São Paulo, Cortez.
- Janus, Norren - 1986 - "Transnational advertising: some considerations on the impact on peripheral societies" In Rita Atwood e Emile G. Mc Anany (ed) - Communication in Latin American Society (Trends in critical research, 1960 - 1985), The University of Wisconsin Press.
- Krischke, Paulo - 1989 - "Necesidades y sujetos sociales". Revista Mexicana de Sociologia, N.3.
- Martine, George - 1995 - A trajetória da urbanização brasileira: especificidades e implicações. Seminário Processo Brasileiro de Urbanização: diagnóstico global, Belo Horizonte, 30 - 31 de março. Reunião preparatória da Conferência Habitat II.
- Médici, A.C. - 1991 - A medicina de grupo no Brasil. Brasília, OPAS.
- Melo, Marcus André B.C.de - 1993 - "Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e reforma das políticas sociais na Nova República". Dados, Vol.36,N.1.
- Oliveira, Joana d'Ara D. de - 1994 - Mães e profissionais de saúde: em busca de um encontro. Tese de Mestrado, Instituto Fernandes Figueira/ FIOCRUZ.
- Randolph, R. - 1993 - Redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial. V Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte, agosto.
- Ribeiro, Ana Clara T. -1994 - Metrôpoles brasileiras: limites a integração social no Rio de Janeiro e em São Paulo. Programa Volunteer Contributions to Social Integration at the Grassroots (United Nations Volunteers - United Nations Research Institute for Social Development). Programa preparatório da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social.
- 1995 - Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas. Seminario Processo Brasileiro de Urbanização: diagnóstico global, Belo Horizonte, 30 - 31 de março. Reunião preparatória da Conferência Habitat II.
- Ribeiro, Ana Clara T. e Ribeiro, Cláudia T. - 1992 - "Metrópole e saúde: elementos para a pesquisa da intervenção pública". Oficina de trabalho Saúde e Grandes Cidades (construção de uma agenda de pesquisa), promovida pelo Instituto de Medicina Social / UERJ.

Saboia, João - 1994 - "Tendências do mercado de trabalho metropolitano: (des)assalariamento da mão - de - obra e precarização das relações de trabalho" In Luiz César de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior (org.)- Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Sader, Eder - 1988 - Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 - 1980, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Santos, Milton - 1987 - O espaço do cidadão, São Paulo, Nobel.

- 1988 - "O meio técnico - científico e a urbanização no Brasil". Espaço & Debates, Ano VIII, N.25.

- 1993 - A urbanização brasileira, São Paulo, Ed. HUCITEC.

- 1994 - Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico - científico - informacional, São Paulo, Ed. HUCITEC.

Scherer-Warren, I. - 1994 - "Organizações não governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil". São Paulo em Perspectiva, Vol.8, N.3.

**NOVAS ARTICULAÇÕES ENTRE O
PÚBLICO E O PRIVADO NO SETOR
SAÚDE**

Luís Otávio Pires Farias

(Bolsista de Iniciação Científica - CNPq - IPPUR/UFRJ)

**Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de
Ciências Sociais em Saúde**

7 a 10 de novembro de 1995 - Curitiba - PR

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho, constitui um estudo preliminar que visa sondar a hipótese de que, no setor saúde, os interesses do subsistema público são, em última instância, subordinados aos interesses do subsistema privado. Valendo-se da contraposição entre o desenvolvimento da política estatal e a dinâmica de cada um dos referidos subsistemas, objetivamos desvendar os mecanismos através dos quais as relações de subordinação se instauram e se reproduzem nos planos político e ideológico.

A gama de estudos produzidos, sobre este tema, nos induz a crer que o modelo de assistência médico-previdenciária vigente no período compreendido entre o final da década de 60 e início dos anos 80 retrata de forma exemplar a demonstração empírica da hipótese levantada. Todavia, a ocorrência de expressivas transformações, na esfera nacional tanto quanto na global, alteraram a conjuntura e a estrutura sob as quais o setor, atualmente, se organiza. **Nosso objeto é, então, precisamente, a identificação da construção de um novo padrão de articulações entre os interesses públicos e privados, no qual se mantém, em novos moldes, a dominação dos primeiros pelos segundos, e as consequências que disto resultam.**

O processo de formulação e implementação da Reforma Sanitária, por um lado, e o crescimento das empresas de medicina de grupo e cooperativas médicas, por outro, constituem, em nossa formulação, a síntese da nova realidade. Representam, de forma paradoxal, mas não contraditória com nossa hipótese, uma orientação no sentido da autonomização dos dois subsistemas. O problema posto, é então, o seguinte: a importância econômica alcançada pelo setor saúde impõe que a este seja dado tratamento condizente às aspirações e necessidades do processo de acumulação capitalista, mas como o Estado, responsável por garantir as condições de reprodução do capital, continua a ocupar o papel de legítimo provedor da saúde, a suposta autonomia encontra obstáculos em uma estrutura que se organiza em subsistemas de princípios antagônicos, onde o fortalecimento de um significa, necessariamente, o enfraquecimento, subordinação ou extinção do outro. A política estatal global e, mais especificamente, a política social de saúde, ante a inconciliabilidade da contradição descrita, expressão da contradição maior entre capital e trabalho, reage de forma a referendar, em maior ou menor escala, os desequilíbrios de poder existentes nas relações de força societárias canalizadas através das instituições políticas (OFFE, 1984).

Feita a apresentação básica que permite aos leitores a identificação do tema e objeto proposto, em seguida, discorreremos, brevemente, sobre o mesmo, buscando consubstancia-lo através da bibliografia consultada.

2- DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

É difícil, e mesmo, na maior parte das vezes, pouco recomendável, falarmos do "novo" ou do recente sem recorrermos ao "velho" ou ao passado, disto nos dá provas, não apenas a dialética marxista, mas, de diferentes maneiras, as mais variadas matizes teóricas das Ciências Sociais, por isso, iniciaremos esta discussão retrocedendo no tempo além das transformações que nos propomos estudar e, talvez, ainda assim, um pouco aquém do exigido pelo rigor metodológico da produção científica.

Nosso ponto de partida é o modelo de assistência médico-previdenciária que passou a vigorar após a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966. O entendimento de suas principais características e a

compreensão da sua lógica de funcionamento, não apenas, definem um importante referencial comparativo em relação as mudanças as quais nos referimos, mas também, constituem elementos explicativos da realidade ulterior.

Sob a ordem política autoritária, a sociedade brasileira já profundamente transformada pela transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, foi alvo de um processo de expansão e massificação dos serviços de atenção médica sem precedentes até então. A incorporação de novas categorias pelo sistema previdenciário e novas ações, como, por exemplo, o Plano de Pronta Ação (PPA), criado em 1974, ampliam significativamente o universo da população coberta por mecanismos de proteção social referentes a saúde (CORDEIRO, 1985). Não obstante, estas tendências, aparentemente democratizantes, contrastam com a centralização, burocratização e mercantilização presentes na política de saúde. *"No período de 1968 a 1975, generalizou-se a demanda social por consultas médicas como resposta às graves condições de saúde; o elogio da medicina como sinônimo de cura e de restabelecimento da saúde individual e coletiva; a construção ou reforma de inúmeras clínicas e hospitais privados, com financiamento da Previdência*

Social; a multiplicação de faculdades particulares de medicina por todo o país; a organização e a complementação da política de convênios entre o INPS e os hospitais, clínicas e empresas de prestação de serviços médicos¹ (grifo nosso), em detrimento dos recursos - já poucos - tradicionalmente destinados aos serviços públicos. Tais foram as orientações principais da política sanitária da conjuntura do 'milagre brasileiro' " (LUZ, 1991). A assistência a saúde, ainda que oferecida por um sistema de acesso estatal, era mercantilizada, desde sua origem, pelo próprio governo.

O modelo baseado no financiamento público para a instalação da rede hospitalar privada, que através do sistema de prestação de serviços, era responsável pela maior parte do atendimento médico-previdenciário, e logo, tinha no Estado seu principal cliente, é responsável pela consolidação de uma nova área de acumulação capitalista (OLIVEIRA & TEIXEIRA, 1989). É a partir da crise que no início da década de 80, por uma constelação de motivos (financeiros, administrativos, políticos e ideológicos) coloca em xeque este modelo, que reencontramos, então, nosso interesse específico.

¹ Este tipo de prestação de serviços será alvo específico de análise posterior, pois constitui a gênese do subsetor do subsistema privado que irá, nos anos 80 e 90 apresentar forte expansão.

A orientação no sentido da autonomização dos dois subsistemas, a qual nos referimos anteriormente, supomos ser parte de uma estratégia, mais ou menos consciênte, que visava, para ambos, garantir-lhes a auto reprodução no enfrentamento da crise, que desde o final do "milagre" já se esboçava. O sistema de relações baseado na mútua dependência, predominante até então, mostrava seu total esgotamento, pois trazia intrinsecamente os elementos geradores de sua desagregação. Como poderia o setor privado, dar continuidade ao processo de acumulação se a capacidade de absorção de sua produção declinava, por parte seu principal cliente? A escases dos recursos estatais, aliada as pressões políticas emergentes no processo de *abertura*, ao desenvolvimento de um pensamento crítico no seio do que podemos chamar **movimento sanitário**, formado por profissionais e intelectuais da área, principalmente aqueles externos ao aparelho burocrático do Ministério da Previdência e Assistência Social e, por fim, a inoperância dos serviços prestados a população, tornava impossível o ocultamento dos males resultantes da promiscuidade entre o público e o privado. A manutenção da interdependência era, em sí mesma, um impecilio a qualquer tentativa de resolução do problema.

Na órbita do setor público, naquele momento, o único segmento capaz de oferecer uma alternativa concreta à reformulação do sistema de saúde era o movimento sanitário, resultando daí, inclusive, a ascensão de alguns de seus membros a importantes cargos na burocracia da Seguridade Social (TELXEIRA, 1989). As Ações Integradas de Saúde (AIS) e o Sistema Unificado Descentralizado de Saúde (SUDS), são exemplos de políticas implementadas nesta nova conjuntura, contudo, os principais marcos do que se convencionou chamar Reforma Sanitária são a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986 e, a institucionalização jurídica de suas proposições na Constituição Federal promulgada em 1988.

O Sistema Nacional de Saúde, pós 88, organiza-se, basicamente, a partir das seguintes diretrizes constitucionais: a) universalidade do acesso; b) controle social, através da participação comunitária; c) descentralização hierarquizada; d) unificação da direção das ações estatais relativas à saúde, de acordo com o nível de governo, no Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde; e) a participação das instituições privadas assume caráter complementar, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos e, às com fins lucrativos fica vedada a destinação de recursos

públicos para auxílios ou subvenções. As Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90 tratam de promover a regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), cristalizando, no plano jurídico, sua estrutura organizacional.

A nova legislação significou, sem dúvida alguma, uma vitória do movimento sanitário sobre uma parcela da burocracia estatal e do setor privado. É claro, existiram derrotas pontuais, sendo a principal delas a indefinição quanto aos mecanismos de financiamento do sistema, fato que, como veremos, coloca em risco o sucesso de sua implementação. Oliveira (1987) observa no processo da Reforma Sanitária a possibilidade de formulação de um projeto contra-hegemônico, no sentido gramsciano do termo. Hoje, sob a luz da legislação vigente, tendemos a crer que, de fato, a Reforma, no plano teórico, caminhou neste sentido, porém, no momento de sua implementação, parecem-nos, há uma franca reação das forças liberais-conservadoras e um recuo das forças progressistas, ocasionando a estas considerável perda de espaço, tanto na *sociedade política*, quanto na *sociedade civil*, arena por excelência da disputa por hegemonia.

Se os parágrafos acima descrevem, sinteticamente, a reestruturação da esfera pública no setor saúde na tentativa de superação da crise do modelo anterior, resta-nos, agora, saber como reagiu, ao mesmo problema, o subsistema privado.

Devemos lembrar que uma das modalidades adotadas pelo INPS na cobertura médico-assistencial da população segurada eram os *convênios*. "Estes convênios eram estabelecidos em três instituições: uma empresa ou indústria X, a Seguridade Social e a empresa médica. A empresa médica receberia da Seguridade um valor global pelo convênio (calculado com base no número de funcionários da empresa X) passando inicialmente a ser responsável integral pelo atendimento médico desse grupo de segurados" (TEIXEIRA, 1989). Outra forma de organização destes convênios era baseada na devolução, por parte da Previdência, de uma quantia ao empregador baseada, também, no número de funcionários, e este ficava responsável, através da contratação de uma empresa médica, pela cobertura de seus trabalhadores. Em 1977, dos 59,3 milhões de beneficiários da Previdência, 4,3 milhões eram cobertos por estes convênios (OLIVEIRA E TEIXEIRA, 1989).

A queda da qualidade na prestação dos serviços públicos durante a década de 80, possibilitará o crescimento do potencial de expansão das empresas de medicina de grupo (EMG's), que passarão a estabelecer relações diretas de venda de seus produtos ao capital dos setores produtivos mais dinâmicos da economia. Do ponto de vista das empresas contratantes, o retorno das despesas com a "saúde" de seus funcionários será dado pela queda do absenteísmo, do maior controle sobre a força de trabalho e do fortalecimento das relações de "solidariedade" dos trabalhadores para com a empresa. O crescimento que este setor experimenta é tão grande que em 1987 ele alcança o número de 15,3 milhões de beneficiários, dominando 61,5% da clientela do setor privado (MEDICI, 1991). Embora não tenhamos dados atuais, há fortes indícios de que no período que se estende até 1995, seu ritmo acelerado de crescimento tenha se mantido e sua hegemonia se consolidado.

Segundo Cordeiro (1984), quatro empresas médicas no Rio de Janeiro detinham, em 1977, 51,2% do universo de clientes das EMG's naquele município. Fica patente uma forte tendência à concentração de capital no interior deste segmento. É possível que tal tendência tenha se mantido nas

décadas seguintes, ou até mesmo, se exacerbado a partir da entrada do capital financeiro no setor. É importante resaltar que a estrutura organizacional das EMG's no Brasil, via de regra, articula mão-de-obra, equipamentos e instalações próprios e contratados, permitindo, paralelamente à concentração do capital, a subsistência de capitais de pequeno porte.

O segmento de mercado composto pelas camadas médias e pelos trabalhadores das empresas de médio e grande porte, inclusive estatais, é hoje hegemônico pelo setor privado, ficando excluído de sua clientela apenas os estratos sociais de mais baixa renda, que por sua posição desprivilegiada no mercado de trabalho e pela total incapacidade de desembolsar recursos próprios, tem nos serviços públicos seu único amparo (MEDICI, 1991). A estratégia de autonomização adotada pelo subsistema privado demonstra ter alcançado êxito, ao contrário do que acontece no subsistema público, mas é o próprio fracasso deste que determina o sucesso de sua antítese. Resta-nos saber como e, em que medida, a política estatal contribui para esta aparente realidade, e identificar suas consequências nos planos político e ideológico.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades enfrentadas pelo subsistema público na efetivação de sua estratégia de autonomização, expressa na Reforma Sanitária, e sua consolidação enquanto projeto contra-hegemônico possuem variadas origens. Destacaremos duas ordens de questões que consideramos estar diretamente ligadas a estas dificuldades. A primeira delas diz respeito aos inevitáveis obstáculos que um projeto de democratização das relações Estado/Sociedade encontra frente ao que Simon Shuartzman define como características neo-patrimoniais do Estado brasileiro. A segunda, é representada pela real limitação financeira do Estado, aliada ao avanço do neoliberalismo no Brasil, especialmente após 1989. Esta política, vale lembrar, tem consequências não apenas para a economia, mas, também, na própria organização da sociedade civil, uma vez que tende, ideologicamente, a reduzir as questões políticas e econômicas a questões meramente técnicas.

Os esforços da política governamental, a julgar pela evolução dos recursos aplicados na saúde (ver tabelas 01 e 02 do anexo), revelam a não priorização

do problema e a conformidade perante a "universalização excludente"(FAVARET FILHO, 1990); o gasto público per capita em saúde, declina de US\$ 99,26 em 1989 para US\$ 67,90 em 1993. A deliberada omissão estatal aparece também na ausência de regulamentação das práticas da medicina privada, que não sofrem nenhum controle ou fiscalização por parte do Estado.

O enfraquecimento do referencial de direito social em relação a saúde é uma tendência em marcha, e paralelamente assistimos à *"emergência de virtuais e instáveis novos coletivos na área de saúde, aqueles conformados por uma mesma rede de serviços e cujo nível de organização é, geralmente, mínimo ou nulo. É provável que as reivindicações originadas desta situação tendam a ser realizadas, de forma individualizada, junto as instâncias jurídicas de defesa do consumidor ou nos Conselhos Regionais de Medicina. Esta situação aqui rapidamente descrita contrasta, de maneira clara, daquela conformada por coletivos ativos de base popular que visíveis a partir do final dos anos 70, assumiram a forma de movimentos sociais, confrontando o Estado e exigindo o atendimento de suas carências"* (RIBEIRO, 1995). Na disputa pela definição da saúde como um campo de interesse público e acesso

coletivo, faz-se urgente a rearticulação da sociedade civil e a reinclusão do tema da universalização na agenda política. Partidos políticos, associações de classe, movimentos populares etc, se almejam a reversão da atual tendência, devem lutar no sentido de aumentar sua influência, através de mecanismos de pressão, sobre a condução da política estatal, e circunscrever a luta pela saúde no contexto da expansão da cidadania.

ANEXO

Tab. 01

GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO, 1980-1993 (EM US\$ MILHÕES MÉDIOS DE 1992)

Anos	Gastos Federais	Gastos Estaduais	Gastos Municipais	Gastos Totais	Gastos Federais p/capita (US\$)	Gastos Totais p/capita (US\$)
1980	7.356,3	1.666,3	687,5	9.710,1	61,82	81,59
1981	6.846,3	1.560,1	641,7	9.048,1	56,46	74,62
1982	7.148,3	1.379,0	755,1	9.282,4	57,86	75,13
1983	5.715,6	1.291,0	632,1	7.638,7	45,41	60,68
1984	5.956,6	1.470,0	728,5	8.155,1	46,44	63,58
1985	6.857,3	1.553,6	827,5	9.238,4	52,47	70,69
1986	7.340,9	1.962,9	1.061,7	10.365,6	55,13	80,03
1987	10.624,4	906,4	982,2	12.513,0	78,31	92,23
1988	10.030,2	-59,0	1.535,0	11.506,2	72,56	83,24
1989	11.320,3	1.159,2	1.260,4	13.979,8	80,37	99,26
1990	9.451,6	1.621,1	1.424,0	12.496,7	65,86	87,13
1991	7.847,0	1.383,5	1.089,9	10.320,4	53,67	75,38
1992	6.571,2	1.342,7	1.165,9	9.079,8	44,11	65,11
1993	8.307,6	1.255,6	1.090,2	10.653,4	54,73	67,90

FONTE: MEDICI, Andre Cezar. Economia e Financiamento do Setor Saúde no Brasil, SP, 1994.

Tab. 02

GASTO PÚBLICO TOTAL EM SAÚDE COMO % DO PIB - BRASIL: 1980-1992 -

Anos	Total	União	Estados	Municípios
1980	2,65	2,01	0,45	0,19
1981	2,59	1,96	0,45	0,18
1982	2,63	2,03	0,39	0,21
1983	2,25	1,68	0,38	0,19
1984	2,27	1,66	0,41	0,20
1985	2,49	1,77	0,40	0,21
1986	2,49	1,76	0,47	0,26
1987	2,99	2,45	0,21	0,23
1988	2,69	2,33	0,00	0,36
1989	3,09	2,55	0,26	0,28
1990	2,81	2,09	0,38	0,34
1991	2,39	1,82	0,32	0,25
1992	2,11	1,54	0,32	0,25

FONTE: MEDICI, Andre Cezar. Economia e Financiamento do Setor Saúde no Brasil. SP, 1994.

4- BIBLIOGRAFIA

BODSTEIN, Regina. **Assistência Médica na Agenda Pública**. In: Serviços Locais de Saúde: Construção de Atores e Políticas. RJ, Relume-Dumará, 1993.

CORDEIRO, Hésio. **As empresas médicas** (Cap.3). RJ, Graal, 1984.

_____. **A indústria da saúde no Brasil** (Cap.3, 5 e 7). RJ, Graal, 2ª ed., 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci um estudo sobre seu pensamento político**. RJ, Campus, 2ªed., 1992.

FAVARETE Fº, Paulo & OLIVEIRA, Pedro J. de. **A Universalização Excludente: Reflexões sobre as Tendências do Sistema de Saúde**. In: Dados. RJ, vol.33, nº2.

LUZ, Madel T. . **Notas sobre as Políticas de Saúde no Brasil de "Transição Democrática"** - Anos 80. In: Revista Physis. RJ, vol.1, nº1, 1991.

MEDICI, André Cezar. **A Medicina de Grupo no Brasil**. RJ, OPAS, 1991. (Série desenvolvimento de Políticas de Saúde, nº1).

_____. **A Dimensão do Setor Saúde no Brasil**. RJ, IPEA, 1992.

_____. **Economia e Financiamento do Setor Saúde no Brasil** (Cap1, 6 e 9). SP, Edusp, 1994.

NUNES, Edson. **Política Social e Reforma Fiscal: As Áreas de Educação e Saúde**. RJ, IPEA, 1993.

OLIVEIRA, Jaime A. de A. & TEIXEIRA, Sonia M. Fleury. **(Im)Previdência Social: 60 anos de história da previdência no Brasil**. Petrópolis, Vozes/ABRASCO, 2ª ed., 1989.

OLIVEIRA, Jaime A. de A. . **Reformas e Reformismos: "Democracia Progressiva" e Políticas Sociais (ou "Para uma teoria política da Reforma Sanitária)**. In: Cadernos de Saúde Pública. RJ, 4(3): 360-387, out/dez, 1987.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista** (Parte I). RJ, Tempo Brasileiro, 1984.

RIBEIRO, Ana Clara Torres & SOUZA, Henrique S. de. **Saúde e Comunicação: faces contemporâneas da gestão da sociedade**. RJ, IPPUR, 1995. mimeo.

TEIXEIRA, Sonia M. Fleury. **Política de Saúde na Transição Conservadora**. In: Saúde em Debate. Londrina, CEBES, nº26, setembro 1989.

*PARTE IV - REFLEXÃO SOBRE CULTURA, HISTÓRIA E
CONJUNTURA POLÍTICA.*

O significado conjuntural do planejamento: ações e interesses

Ana Clara Torres Ribeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pesquisadora CNPq - 1995

Observações iniciais

Este texto é claramente devedor de três autores: Milton Santos (1985;1988;1994), Henri Léfèbvre (1968; 1979; 1983) e Wanderley Guilherme dos Santos (1993). Portanto, é devedor, também, de tradições distintas de reflexão da realidade social. Do primeiro autor, obtem ângulos analíticos indispensáveis à compreensão das interações, historicamente construídas, entre sociedade e espaço; do segundo, a defesa de um campo, para a sociologia, no pensamento crítico de orientação marxista, ou seja, para a análise crítica das relações sociais em sociedades capitalistas e, finalmente, do terceiro, apóio teórico - empírico para a problematização da negociação dos interesses, ou melhor, a problematização da institucionalidade democrática..

Realizamos essa referência a autores não por pretendermos que o presente trabalho incorpore, de maneira adequada, qualquer um dos amplos campos citados. Apenas reconhecemos influências. Porém, ao reconhecê-las, procuramos encontrar um caminho apropriado ao resgate da dupla face do planejamento: a sua face prática, constituída como âmbito técnico-científico de orientação interdisciplinar, no qual inscreve-se, especificamente, o planejamento do território, do espaço dos homens e de suas atividades. E, a sua face social e política, cuja reflexão seria indispensável ao entendimento dos segmentos sociais e interesses contemplados (ou excluídos) das ações de planejamento e, também, à compreensão do nível de dependência , de uma determinada sociedade, de ações racionalizadoras - almejadas de longo curso - dos contextos da vida coletiva.

Seria extremamente árduo tratar, simultaneamente, dessas duas faces do planejamento. Porém, apenas tal tratamento permitiria, ao nosso ver, posicionar o planejamento como forma de intervenção tecnicamente orientada e expressiva do teor social e político da modernização brasileira; teor este a ser elucidado, inclusive, pela periodização e

Texto elaborado a partir de apresentações realizadas no Seminário

Planejamento Urbano e Regional: novos horizontes, ANPORA/UNB,

1997

geografia do próprio processo de modernização. Com base neste posicionamento poderíamos apreender a tensão de fato existente entre âmbitos planejados, não planejados e, ainda, não passíveis de planejamento da vida coletiva e, também, entre o planejamento na esfera privada - indivíduos, famílias, grupos, firmas - e aquele realizado por órgãos públicos.

Nesse possível caminho para a reflexão do planejamento encontra-se em pauta a sua extensão social concreta e, portanto, o nível de envolvimento - apresentado por segmentos sociais, espaços e períodos - nas ações planejadas; além dos pressupostos culturais, técnicos e políticos deste envolvimento. Na sequência deste caminho, surgiria a possibilidade de que existam limites históricos à ação planejada, vinculados aos rumos da economia e à própria natureza das relações sociais e conflitos políticos na sociedade brasileira. Limites que também estariam postos, portanto, ao papel atribuído ao Estado no controle e negociação da natureza conflituosa destas relações.

Planejamento e conjuntura

A compreensão das possibilidades históricas de planejamento do território, na sociedade brasileira, inclui o reconhecimento de vínculos concretos entre: necessidades sociais, pressupostos materiais da economia e a manifestação, destas necessidades e pressupostos, ao nível das prioridades políticas. Convivem, nesta proposta de análise do planejamento, elementos estruturais e fenômenos conjunturais expressivos de mudanças em regimes políticos e da emergência de disputas e conflitos sociais. Desta maneira, a prática do planejamento instala-se, como mecanismo de gestão cuja natureza política é indubitável, entre as desigualdades da estrutura da sociedade e as condições imediatas da vida coletiva, fortemente influenciadas pelo uso de procedimentos culturais na busca de legitimidade para determinados interesses e necessidades..

Trata-se da ação da sociedade em seu dinamismo interno. Realizada, portanto, em contextos política e historicamente definidos. Tais contextos, por exemplo aquele da Nação ou da região, sofrem permanentemente mudanças correlatas a alterações na cultura política e

em formas de realização da economia (VASCONCELLOS, 1991). Neste olhar analítico, a noção de território do planejamento - ou de planejamento do território - surgiria associada à reflexão do espaço socialmente significativo, isto é, aquele indispensável a determinadas formas de organização da vida coletiva. Segundo esta orientação, a dinâmica econômica preserva a sua relevância específica na compreensão dos objetivos e da abrangência do planejamento; porém, inscrita em segmentos sociais, frações de classe, crenças e interesses politicamente defendidos através de recursos de convencimento que variam historicamente.

O recuo, hoje observado, na prática de planejamento desenvolvida pelo Estado brasileiro não seria, assim, apenas uma manifestação de mudanças na conjuntura econômica internacional. Ao contrário, teriam tido influência, neste recuo, fatores estruturais que particularizam o país e a configuração de sua esfera política. São estes fatores - tradutores internos da conjuntura internacional - que resistem às pressões exercidas por atores (e carências) que ganharam visibilidade no processo de redemocratização do país (NUNES, 1989). Entretanto, uma interpretação exclusivamente atenta a mudanças em curso na esfera política contribuiria, na época, para ocultar a natureza sócio - estrutural de obstáculos que se impuseram à conquista de reformas institucionais almejadas pelas forças sociais progressistas, organizadas a partir da resistência ao autoritarismo (MELO, 1993).

Por outro lado, corre-se hoje o risco de que uma análise exclusivamente calcada na economia - sucedendo à centralidade antes atribuída à política - também contribua para relegar, a segundo plano, a observação de determinantes sociais da história do planejamento, isto é, a sua natureza de prática expressiva das relações e contradições sociais, aonde também podem ser procuradas explicações para o seu atual refluxo. Neste cenário, os impulsos reformistas tendem a adquirir uma lógica racionalizadora que subordina a história da sociedade brasileira a uma abstrata modelagem modernizante da realidade social. Nesta modelagem - que afastaria do debate aqueles "apenas" informados pelas particularidades do país - os exemplos externos podem ganhar autonomia explicativa face aos dilemas da sociedade brasileira.

Pensamos, de fato, que esta tendência também marcou, em grande parte, o debate sobre o regime político e a defesa do parlamentarismo nos anos 80 e, hoje, caracterizaria a veiculação dos projetos de mudança na economia, impossibilitando uma análise concreta dos

interesses envolvidos na mudança do Estado e, portanto, em recuos observados no planejamento do território que claramente se aceleraram a partir da última década. E, ainda, que esta leitura reduziria a possibilidade de pleno entendimento do processo de perda da centralidade do Estado enquanto orquestrador das desigualdades que marcaram historicamente o acesso a recursos, técnicos e culturais, expressivos da natureza intrinsecamente social do espaço.

Neste sentido, acreditamos que as mudanças na configuração do Estado brasileiro guardariam correspondência com processos mundiais de desregulamentação da economia; mas, que dificilmente tais processos poderiam explicar - sem as indispensáveis mediações - a intensidade e a direção de alterações verificadas na base institucional do planejamento do território e, do planejamento em geral.

Afinal, a intensidade e a direção da mudança, assim como a relativa passividade ou indiferença (LÉFÈBVRE, 1983) com que vem sendo acompanhadas as alterações da esfera pública, inclusive por setores organizados da sociedade brasileira , corresponderiam a limites históricos do planejamento no país, assim como, a longos processos de privatização da intervenção realizada pelo Estado. Portanto, as reformas políticas procuradas por setores progressistas nos anos 80 teriam precisado enfrentar - além dos desafios representados pela crise da economia - as interpretações, realizadas pela sociedade brasileira, da dupla face do Estado, ou seja, os limites de sua presença na negociação política das necessidades sociais e os frequentes vínculos, das práticas de planejamento, com os interesses dos segmentos dominantes.

Com isto queremos dizer que, na conjuntura política dos anos 80, os projetos reformistas enfrentaram, simultaneamente, obstáculos advindos do nível já alcançado pela privatização do Estado brasileiro e, ainda, com origem na perda de legitimidade, do aparelho público, como gestor da vida coletiva. Teria sido necessário, assim, o encontro de uma sintonia discursiva com o sentimento social que permitisse, ao mesmo tempo, pleitear a mudança na ação do Estado e defender a extensão de sua presença na realidade brasileira; cabendo acrescentar que esta sintonia enfrentaria, a partir da última década, a crescente influência exercida por novas linguagens articuladas a também novos processos de comunicação (RIBEIRO, 1991).

Nesta direção, talvez possa ser afirmado que os obstáculos às reformas de ontem surgem hoje, anos 90, como propiciadores de reformas inspiradas no ideário neo-liberal, defensoras de um idealizado “Estado mínimo” expressivo da racionalidade (seletiva) do mercado (ANDERSON, 1992). É claro, ainda, que os defensores destas últimas reformas também usufruiriam da percepção social do relativo fracasso (ou da não generalização) das primeiras, isto é, daquelas reformas que foram concebidas para o aperfeiçoamento do Estado no atendimento às necessidades coletivas, como exemplificariam a defesa: da universalidade do acesso aos serviços de saúde, da democratização das comunicações ou do controle social de recursos públicos reservados à habitação.

Estas observações correspondem às dificuldades que caracterizam as análises de conjuntura, aonde mesclam-se fatores históricos de duração prolongada com processos passíveis de rápida acumulação; sendo constituídas, desta maneira, as condições que propiciam a decisão de “impasses” sócio-políticos ou, utilizando os termos de Henri Lébèvre, a seleção do percurso, de fato trilhado, entre aqueles virtualmente abertos pela mudança, em desdobramento, no âmago das relações sociais.

Ação planejada e planejamento

As reflexões anteriores permitiriam afirmar que a experiência do país das últimas décadas contém elementos do ajuste econômico, de sociedades periféricas, à denominada nova ordem mundial, no qual conviveram crenças, interesses e pressões políticas e, diretamente, econômico - financeiras. Porém, possibilitariam também a constatação de processos cuja apreensão depende da valorização das particularidades históricas da formação social brasileira. Noutro contexto reflexivo, Ciro Flammarion (1988) nos alerta para a necessidade de que o pensamento crítico considere, simultaneamente, a invariância e a transformação, a reversibilidade e a irreversibilidade. Uma postura atenta aos termos desta proposta pode contribuir para que ocorra uma apreensão mais nítida, por exemplo, dos elementos de continuidade que estiveram presentes durante a totalidade do processo de transição política a partir dos primeiros anos da década de 80.

Entre tais elementos citariamos a histórica incapacidade de incorporação econômica e, portanto de normatização das relações sociais, do mercado de trabalho no Brasil (FERNANDES, 1977). Por outro lado, também poderia ser referida, neste contexto, a relativa fragilidade do Estado brasileiro frente aos interesses internacionais - seguidamente denunciada nos anos 70 nas análises que buscaram caracterizar o chamado capitalismo associado (SINGER, 1976) - e aqueles processos históricos que limitaram, no país, a implementação dos instrumentos do Welfare no controle e consolidação da economia e na correlata administração política das relações sociais. Ainda poderia ser incluída, na reflexão da articulação de tempos que marca a mudança conjuntural, a pressão exercida, pelas plataformas da descentralização administrativa, sobre Estados e Municípios que teriam perdido, com maior ou menor intensidade, o seu poder de convocação - de cenário de identidades sociais e políticas - ao longo da modernização conservadora dos anos 60 e 70.

Essas últimas afirmações apoiariam a percepção de que o tratamento exclusivamente financeiro, proposto com insistência pelos termos do debate da atual plataforma reformista, desconheceria os desafios sociais que se originam na configuração histórica do Estado brasileiro, de seus próprios limites na gestão política das necessidades coletivas. E, ainda, que estes termos colaborariam para ocultar, de fato, os vínculos ativos entre organização da economia e da sociedade, inscritos historicamente para além da referência exclusiva ao emprego e ao salário. Tais vínculos poderiam ser exemplificados mediante referência à tradicional atuação normatizadora das relações sociais desenvolvida por instituições como a família, a escola e as Igrejas (RIBEIRO e RIBEIRO, 1994).

O afastamento do Estado no planejamento do território, no tratamento das questões urbanas e regionais, espelharia a articulação, ao longo dos anos da transição, entre processos de longo curso - que apoiariam a denúncia ora do caráter autoritário do planejamento ora da manipulação de identidades regionais pelos interesses dominantes - com a rápida extensão social de crenças que afirmaram a ineficácia, endógena ao aparelho público, no comando da modernização da sociedade brasileira. Nesta articulação entre processos não podemos deixar de fazer referência à extensão alcançada, a partir do período autoritário, dos pressupostos da gestão privada e moderna do território: sistema de comunicações e bancário- financeiro (DIAS, 1993 e CORREA, 1993). Provavelmente, a partir desta ampla extensão de

pressupostos modernos da dinâmica da economia, certas complementariedades entre gestão pública e privada do território deixaram de ser lidas como necessárias.

Além disto, as mudanças nos instrumentos e linguagens da gestão no (e do) território não se realizariam sem fortes consequências para a própria administração privada, isto é, para as formas de organização do trabalho, o perfil das relações econômicas mantidas pela firma e o seu espraiamento no território. Nesta nova configuração dos interesses privados, a própria administração - a sua realização direta ou os ensinamentos da denominada "administração moderna" - tem se transformado no "produto" de múltiplas iniciativas empresariais e de veículos especializados de informação, como exemplificaria o número crescente de revistas e de programas de televisão que têm por tema a orientação adequada dos negócios (RIBEIRO, 1994). Com estas rápidas observações, gostaríamos de acentuar o fato de que o planejamento tem sido objeto crescentemente incluído em novos olhares e interesses, o que teria permitido a ampliação, a partir da última década, de uma capacidade reflexiva (GIDDENS, 1990) com relação à administração, anteriormente desconhecida na história do país.

Portanto, não se trataria mais, exclusivamente, da privatização dos recursos públicos que teria marcado a história da intervenção do Estado no Brasil; mas, de uma disputa de papéis na qual encontra-se no centro dos conflitos de interesse a própria gestão de recursos e necessidades coletivas. Seria esta mudança qualitativa, com fortes consequências para a configuração das relações sociais no Brasil, que se expressaria através da ação cultural, antes referida, de múltiplos agentes e veículos de comunicação. Tal ação encontraria seu lugar de rebatimento efetivo nos novos foruns em que convivem, hoje, os interesses privados e os representantes da gestão pública e, onde o "como fazer" encontra-se, com extrema frequência, na pauta das discussões. Além disto, exemplificaria esta tendência de forma mais próxima, a afirmação, nos últimos anos, de novos gestores no âmago das relações capital - trabalho, como ilustram os convênios nas áreas da saúde e da alimentação.

Talvez possamos dizer que esses novos foruns, com capacidade crescente de atração dos gestores da "coisa pública", tenderam a competir com aqueles outros foruns conquistados ao longo do processo de redemocratização do país e através dos quais esperava-se que ocorresse o debate democrático de necessidades e interesses; debate este que contribuiria para o aperfeiçoamento dos serviços públicos e, assim, para o atendimento de

carências coletivas. Este seria o caso dos Conselhos vinculados às políticas de saúde e habitacional (SCHVASBERG, 1993).

Nesta direção, sugerimos que torna-se indispensável à compreensão da denominada crise do planejamento a adoção de uma orientação analítica que articule processos que redesenharam o espectro da institucionalidade no país; evitando-se, assim, a análise isolada de formatos institucionais ou, mesmo, da participação popular.. Afinal, a adesão social à ação planejada também é um produto histórico que permite, nos países centrais, a observação de uma ampla sintonia entre múltiplos atos cotidianos expressivos da acomodação cultural ao planejamento, expectativas sociais inscritas em vastas redes institucionais e pressões políticas exercidas sobre o aparelho público. Esta orientação de leitura da denominada "cultura de cidadania" - segundo a qual interagiriam, de forma desejada permanente, direitos sociais e direitos políticos - informaria- nos sobre a natureza social e cultural dos obstáculos que se avolumam na manutenção da presença popular, culturalmente inovadora, em espaços de reivindicação conquistados durante a mudança da conjuntura política no Brasil.

Esses obstáculos precisariam, ao nosso ver, ser interpretados com base na experiência cotidiana da "viração" popular. Muito distante, em sua vivência concreta, da análise do Estado realizada , com frequência, pelo pensamento crítico, através da qual se pleiteia, tantas vezes, o afastamento do aparelho de governo da gestão das necessidades coletivas. Precisariam ainda ser compreendidos mediante avaliação da distância cultural de fato existente entre o planejamento da própria vida que tem sido possível para amplas camadas da população brasileira e o discurso administrativo moderno, em rápida difusão nos anos recentes.

É esta experiência historicamente acumulada, inclusive em instituições com histórica presença junto aos setores populares, que se vê confrontada com exigências diferenciadas no período da transição política: por um lado, o rápido aprendizado de uma racionalidade político-administrativa expressiva da ação de governo e, portanto, em grande parte estranha à cotidianidade. Estranhamento este, convém insistir, que decorreria dos próprios limites que pautaram, na sociedade brasileira, a presença do Estado na administração das necessidades coletivas. E, por outro, o reconhecimento ágil de valores, saberes técnicos e orientações normativas que constroem um novo olhar, também altamente racionalizador,

lançado sobre as qualidades e os objetivos da administração pública e sobre a atuação institucionalizada em geral (assessorias populares, igrejas, partidos etc).

Assim, as instituições mediadoras da presença popular na cena pública também sofreram, no período, essas pressões e, com especial peso, aquelas entidades que refletiram, em sua própria constituição interna, a necessidade de complementar, no atendimento à população, as ações de governo ou aquelas cuja cultura política opõe resistência aos princípios orientadores de novas racionalidades na ação social. Também para estas instituições surgiram, em anos recentes, novas "maneiras de fazer", novas imputações de qualidade e, portanto, a obrigação de conviver - usualmente tenso - com a agilidade apresentada por aqueles processos de organização que expressariam o alcance já conquistado, no Brasil, por formas de agir baseadas em recursos administrativos mais contemporâneos e cujas linguagens e práticas advêm, significativamente, da experiência privada.

Elos entre ação coletiva e planejamento

As diversas racionalidades que, em suas contradições e complementariedades, interferem, hoje, na construção da questão do planejamento, trazem à tona os desafios da democracia na sociedade brasileira. A identificação destas racionalidades em disputa poderia colaborar no esclarecimento da urgência com que deveria ser refletida - face às particularidades históricas do país - a noção de bem público ou bem coletivo, indispensável à delimitação dos confrontos de interesse (ou necessidades) na esfera pública e, portanto, ao resgate das qualidades únicas desta esfera da vida coletiva. Uma reflexão deste tipo evitaria que a questão do planejamento fôsse restringida ao enfoque econômico - financeiro ou a metodologias e procedimentos da gestão.

Na verdade, ao propormos esta linha de reflexão, estaríamos afirmando que a noção de bem público ou bem coletivo - capaz de mobilizar a adesão social em sua defesa ou na luta pela participação - exigiria que fossem ultrapassados alguns dos termos que procuram circunscrever, atualmente, o debate do planejamento. Este seria o caso, por exemplo, daquelas colocações que, com uma lógica aparentemente intransponível, procuram fazer com

que permaneçam isoladas as estratégias para a economia e para o enfrentamento das questões sociais. A noção de bem compartilhado efetivamente inovadora, em contraste com estas colocações, provavelmente precisaria considerar os pressupostos materiais e culturais da vida contemporânea, ou seja, ultrapassar aquelas abstrações do bem comum que ou correspondem a sobrevivências jurídicas com pequena penetração no tecido da sociedade ou a leituras estáticas (positivistas ou funcionalistas) da realidade social.

Nessa concepção, desejada inovadora, mudanças qualitativas na organização - e, inclusive, na composição do espaço - seriam necessariamente contempladas, já que tais mudanças corresponderiam a novas condições de vida cujo compartilhamento social precisaria ser alcançado. A socialização de condições de vida, assim concebida, guardaria correspondência com o fato de que os atuais condicionamentos do espaço tiveram seus custos grandemente financiados com recursos públicos, como é o caso da própria rede moderna de comunicação do país.

É essa concepção contemporânea de meio social que o tratamento isolado das políticas voltadas para a questão social colabora para ocultar, na medida em que secciona os pressupostos da reprodução da economia e da sociedade, possibilitando a redução do sentido intrinsecamente político do planejamento do território. Tal seccionamento ocorreria seja através da atribuição de racionalidades diferenciais a universos complementares das práticas sociais - por exemplo: o trabalho e a adaptação à vida urbana - seja através da subordinação do social, ou melhor, da atuação de instituições mediadoras entre as esferas social e política, a um padrão produtivista idealizado, sem correspondência com a experiência coletiva.

Esse nível de dissociação entre dinâmica da economia, da sociedade e da intervenção pública esconderia interesses envolvidos na apropriação dos novos elementos do espaço, como ilustra a atual disputa pelo fornecimento de equipamentos e serviços na área das comunicações ou pelo uso, de recursos desta área, em atividades privadas de gestão das necessidades coletivas . Esconderia ainda, e de forma mais grave, possibilidades de atuação política inovadora. Entre tais possibilidades estariam aquelas que, estrategicamente, propusessem a ruptura de barreiras burocráticas reificadoras da ação setorial do Estado : como articular, por exemplo, a política de saúde e a política de comunicações e, estas, com a questão da habitação e do trabalho em regiões metropolitanas?.

Aliás, é esse nível de articulação entre problemáticas, ou âmbitos da vida social, que a criatividade retida da iniciativa privada tem procurado construir e difundir, estabelecendo contextos controlados de inovação. Assim, as consideradas lições de eficiência do universo empresarial poderiam ser lidas bem além daquelas regras e metodologias do “bem administrar” insistentemente transmitidas, ao longo dos últimos anos, à administração pública e francamente acionadas em sua crítica.

Ação coletiva, conjuntura e planejamento

A compreensão do ágil processo de secundarização do planejamento do território na conjuntura da transição - acompanhado de intensas alterações institucionais - implicaria, também, na análise do nosso espectro de práticas e discursos políticos no período. Neste espectro, também parece ter existido falta de sintonia entre aqueles que procuravam democratizar o acesso aos componentes modernos do território (SILVA, 1994) e aqueles que lutavam pelo resgate da dívida social acumulada durante os anos 60 e 70.

Aos últimos foram sendo gradualmente associadas qualidades culturais e ideológicas que viabilizariam, pelo menos na aparência, seu envelhecimento precoce, de tipo similar, aliás, àquele que atingiria os projetos de reforma, socialmente orientados, do Estado. Este processo teria sido, ainda, amplamente simplificado e estimulado pela crise que atingiria, também no período, os países do denominado socialismo real (CALLINICOS, 1992). Afinal, esta crise apoiaria, na ocasião, singelas associações, amplamente difundidas por personagens com fácil presença na mídia, entre planejamento e socialismo; sendo confundidas, neste processo, questões de natureza histórica distinta.

Aos primeiros, isto é, aqueles preocupados com o acesso social aos recursos técnicos da modernização ocorrida durante o período autoritário (por exemplo: à mídia, à infomática, às linguagens contemporâneas), também foram sendo lentamente atribuídas tarefas políticas especializadas que dificultariam as interações e intersecções necessárias à elaboração de projetos, para o país, motivadores de forte e estável nível de adesão social. Talvez tais projetos, sensíveis à rápida mudança cultural em curso no país, pudessem ter colaborado

para a retenção da desqualificação, hoje tão generalizada, da vivência popular e das formações técnicas construídas em órgãos de governo.

Por fim, convém acrescentar que o não enfrentamento direto do tema do planejamento do território, durante os debates ocorridos no período da transição, pode ter sido a consequência (indesejada) de processos de mobilização que se dirigiram, de forma preponderante, para a conquista da nova institucionalidade democrática. Nestes processos, o nível jurídico - político tendeu a ganhar, conforme referência realizada no início deste texto, acentuada prioridade nas práticas de organização e mobilização; sendo reduzida, assim, a articulação entre os processos políticos e os desafios representados seja por desigualdades historicamente inscritas na materialidade seja por diferenças culturais que marcam a formação social brasileira.

Em substituição ao enfrentamento da natureza e dos atributos daqueles contextos a serem conquistados para a vida coletiva tendeu a acontecer, na conjuntura, a afirmação da descentralização e da participação como orientações políticas generalizadas. Entretanto, os méritos intrínsecos destas orientações esconderiam, por vezes, impossibilidades técnicas e financeiras reais ou, pior, o apoio indireto a projetos portados por interesses econômicos e políticos que pouco refletiriam preocupações com o bem estar coletivo.

O retorno estratégico ao tema do planejamento do território - ao núcleo das questões urbanas e regionais - poderia ter, hoje, o valor inesperado de colaborar no esclarecimento de ambiguidades que cercaram (e ainda cercam) o tratamento das desigualdades sociais e culturais no Brasil. Vislumbramos esta possibilidade, sobretudo, se este retorno for acompanhado por elementos da análise de conjuntura e pela inclusão dos desafios estruturais responsáveis pela exclusão que caracteriza a sociedade brasileira contemporânea.

Esse retorno, assim esboçado, poderia propiciar o entendimento, mais rápido, dos interesses que conseguem o apoio da opinião pública através da manipulação da informação. E, por outro lado, o desvendamento amplo do fato de que o recuo constatado, nas últimas décadas, em determinadas formas e configurações institucionais do planejamento tem sido fartamente compensado pela emergência de novas tendências e cenários da ação planejada, ou seja, por novas racionalidades intensamente difundidas na sociedade brasileira.

Bibliografia:

- ANDERSON, Perry - 1992 - O fim da história: de Hegel a Fukuyama, trad. de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- CALLINICOS, Alex - 1992 - A vingança da história: o marxismo e as revoluções do Leste Europeu, trad. Ruy Jungmann, rev. técnica Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- CARDOSO, Ciro Flamarion - 1988 - Ensaaios racionalistas, Rio de Janeiro, Campus.
- CORREA, Roberto Lobato - 1993 - "Dinâmica do espaço financeiro brasileiro" In Francisco Capuano Scarlato, Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza e Monica Arroyo (org.)- Globalização e espaço latino-americano, São Paulo, Ed. HUCITEC - ANPUR.
- DIAS, Leila Christina Duarte - 1993 - "Desenvolvimento tecnológico e urbanização: o ritmo das redes técnicas". Texto apresentado ao Seminário Metropolização e sociedade: novas tendências nas relações espaço - tempo, IPPUR / UFRJ, Rio de Janeiro.
- FERNANDES, Florestan - 1977 - "Problemas de conceituação das classes sociais" In Raúl Benitez Zenteno (org.)- As classes sociais na América Latina, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- GIDDENS, Anthony - 1990 - The consequences of modernity, Stanford, Stanford University Press
- LÉBÈVRE, Henri - 1969 - O direito à cidade, trad. de T.C.Netto, São Paulo, Editora Documentos
- 1979 - Sociologia de Marx, trad. de Carlos Roberto Alves Dias, Rio de Janeiro, Ed. Forense - Universitária.
- 1983 - La revolucion urbana, Madri, Alianza Editorial, 4a ed.
- MELO, Marcus André B.C. de - 1993 - "Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na Nova República". Dados, vol.36, N.1.
- NUNES, Edison - 1989 - "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos". Lua Nova, São Paulo, n.17.

RIBEIRO, Ana Clara Torres - 1991 - "Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação" In Rosélia Piquet e Ana Clara Torres Ribeiro (org.)- Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor / Fundação Universitária José Bonifácio.

- 1994 - "Crise urbana e novas imagens do trabalho: recortes analíticos do pequeno empresário". Texto apresentado ao XVIII Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambú (MG)

RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara Torres - 1994 - Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise, São Paulo, Rio de Janeiro / Centro João XXIII - São Paulo / Edições Loyola.

SANTOS, Milton - 1985 - Espaço e método, São Paulo, Livraria Nobel.

- 1988 - Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia, São Paulo, Ed. HUCITEC.

- 1994 - Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico - científico informacional, São Paulo, Ed. HUCITEC.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos - 1993 - Razões da desordem, Rio de Janeiro, Rocco.

SCHVASBERG, Benny - 1993 - O "ocidente inacabado" da política urbana brasileira: a experiência do FGTS. Tese de Doutorado em Sociologia / UNB.

SILVA, Cátia Antônia da - 1994 - Novas relações entre espaço e cultura: filmes em videocassete e vida urbana. Tese de Mestrado, IPPUR / UFRJ.

SINGER, Paul - 1976 - A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2 ed.

VASCONCELLOS, Sonia - 1991 - Espaço no poder - poder no espaço: uma análise do planejamento durante o governo Figueiredo. Dissertação de Mestrado, IPPUR - UFRJ.

**SEMINÁRIO REFLEXÕES SOBRE AS ARTES E AS CIÊNCIAS NO PERÍODO
DA MONARQUIA NO BRASIL.**

**Título do trabalho: INSTITUIÇÕES CULTURAIS DO SÉCULO XIX : IMAGEM
URBANA DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DA MONARQUIA.**

Rita de Cassia da Silva

INTRODUÇÃO:

A paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro foi intensamente modificada a partir do século XIX, com a chegada da Corte Portuguesa.

D. João, tendo o Brasil como sede da monarquia portuguesa, promove a constituição de uma ampla estrutura administrativa, que entre nos determinou uma rápida multiplicações de edifícios públicos, o Arquivo Militar, Academia de Marinha, a Junta do Comércio, a Fábrica de Polvora, o Banco do Brasil e outros.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a formação e a importância de algumas instituições culturais como a Biblioteca Real, a Imprensa Regia e o Jardim Botânico, construídas, no Rio de Janeiro, no decorrer do século XIX, procurando refletir dentro do contexto das transformações da imagem da cidade.

II-IMAGEM URBANA DO RIO DE JANEIRO ANTE ANTE DA CHEGADA DA FAMÍLIA REAL.

A cidade do Rio de Janeiro desde sua fundação, no século XVI, até a chegada da Família Real, era uma cidade limitada pelos morros do Catelo, de São Bento, de Santo Antonio e da Conceição, com crescimento restringido por fatores geográficos desenvolveu-se, basicamente, em torno da Praça XV. O espaço ocupado foi duramente conquistado, segundo Abreu, através de um processo de dissecação de brejos e mangues que já durava mais de três séculos. Além dos morros havia apenas alguns tentáculos, que se dirigiam aos "sertões" do sul, do oeste e do norte.

Na cidade do Rio de Janeiro, neste período, a maioria da população era composta por escravos, poucos eram os trabalhadores livres. A elite administrativa, militar e mercantil, que dirigia o Rio de Janeiro era bem reduzida. A carência de transporte coletivo e a necessidade de defesa faziam com que todos morassem relativamente próximos uns aos outros. Segundo Abreu, a elite local diferenciava-se do restante da população mais pela forma e aparência de suas residências do que pela localização das mesmas.

III- A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO RIO DE JANEIRO COM A CHEGADA DA CORTE .

Com a chegada da corte, inicia-se a busca de espaços alternativos de moradias, busca esta que terá seu maior obstáculo na enorme distância entre as áreas disponíveis à ocupação (regiões planas e secas) Desta forma, o crescimento da cidade tendia esbarrar nas montanhas, no mar, e nos extensos brejos e alagadiços que se espalhavam por toda a planície.

A intalação da corte provocou o desequilíbrio demográfico na cidade. Em menos de duas décadas, a população do Rio de Janeiro praticamente duplicou, passando a 100.000 habitantes aproximadamente, em 1822 e , atingindo 135.000, em 1840. (BENCHIMOL,1982)

Para a acomodação desta população, apenas de 1808 a 1818, foram construídas 600 casa e abertas 100 chácaras, fora as reformas dos prédios velhos. Estendeu-se a muitas ruas a iluminação a azeite de peixe, ampliou-se a área aterrada, abriram-se novas estradas, vários logradouros tiveram seus calçamentos melhorados, fizeram-se chafarizes na zonas asfaltadas do centro. Vastas áreas contidas em poucas unidades, enormes chácaras,

começam a ser subdivididas, desmembradas, originando um ritmo mais intenso de ocupação da Saúde, da Gamboa e ainda do Saco do Alferes (CAVALHO, 1984)

Com D. João VI, a primeira tentativa concreta de expansão ocorre com a criação da cidade Nova, localizada entre os morros do atual Catumbi e o canal do Mangue. Em outras áreas como São Cristóvão e algumas partes do atual Centro também verifica um crescente desenvolvimento.

A residência real em São Cristóvão atrai para si algumas atividades de áreas centrais da cidade, consolidando um novo núcleo de poder. Assim o campo de Santana, lugar pobre no século XVIII, surge, no século XIX, como local das construções públicas, dos grandes prédios administrativos do período imperial. Porém, a ocupação mais intensa da região na primeira metade do século XIX, será ainda impedida pelas condições da salubridade do local. Só tomará impulso, de fato, depois que são realizados os melhoramentos urbanos necessários ao dissecação dos mangues e drenagem das águas.

IV- INSTITUIÇÕES CULTURAIS DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO MONÁRQUICO.

Durante treze anos que o Rio de Janeiro foi a sede da monarquia. A centralização dos serviços administrativos entre nós determinou uma rápida multiplicação de edifícios públicos, Arquivo Militar, Academia de Marinha, Imprensa Régia, a Biblioteca Real, Real Horto, Museu, Escola Médica, Banco do Brasil, Casa de Suplicação, Junta do Comércio, Fábrica de Pólvora. O presente trabalho tem como objetivo analisar dentro do contexto urbano algumas Instituições culturais: Biblioteca Real, Imprensa Régia e Jardim Botânico.

A BIBLIOTECA REAL

As origens da Biblioteca Nacional (passou a ter este nome a partir do Decreto de nº 6141, de 4/3/1876) remontam à Livraria que D. José, Rei de Portugal, mandou organizar em substituição à Real Biblioteca destruída por um incêndio, em 1^a de novembro de 1755, durante o terremoto de Lisboa.

Entre os anos de 1770 e 1773, o acervo da Livraria do Rei foi enriquecido com preciosas peças reunidas numa coleção de 5.764 volumes. Posteriormente, com a proscrição da Companhia de Jesus, foi incorporada à Biblioteca Real parte do Acervo do Colégio Jesuíta de Todos os Santos, da Ilha de São Miguel dos Açores..

A Real Biblioteca no Brasil

Em novembro de 1807, quando o Príncipe Regente D. João, a Rainha D. Maria e toda a família real diante da invasão de Portugal pelas tropas francesas, deixam Lisboa com destino ao Brasil, trazem Consigo a Real Biblioteca com cerca de 60.000 peças, entre livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas. Com a Corte vem também a Livraria chamada do Infantado, cujos impressos foram incorporados à Real Biblioteca; a maior parte destes manuscritos, porém, retornou a Portugal, quando a Corte regressou. Ficaram, ainda assim, mais de mil códiés dos seis mil e tantos que nela existiam.

O decreto lei de 27 de junho de 1810, foi a primeira lei a mencionar a instituição então denominado, Biblioteca Real, com acervo recém-chegado de Lisboa, foi instalada inicialmente nas salas do Hospital da Ordem Terceiro do Carmo, na Rua Direita, hoje Primeiro de Março, nas proximidades do Paço.

A 29 de outubro do mesmo ano, novo Decreto determina que no lugar que havia servido de "catacumbas" aos religiosos do Carmo se erija e acomode a Biblioteca real. Assim a data de 29 de outubro de 1810 é considerada, oficialmente como a data da fundação da Real Biblioteca que, no entanto, só foi franqueada ao público em 1814, até este momento, então a consulta à Biblioteca era facultativa a estudioso, mediante consentimento régio.

Desde que definitivamente estabelecida no Rio de Janeiro, a Biblioteca Real foi agregando, por dádivas e por aquisição, grandes e importantes coleções de livros. Ainda em 1811 Biblioteca recebeu todos os impressos e manuscritos que constituíam a espólio de Frei José Mariano de Conceição Veloso, doados ao Príncipe Regente pelo provincial do convento de Santo Antônio, onde falecera o botânico

Retomando a família real à Europa, em 1821, aqui ficou a Real Biblioteca, que passou a ser propriedade do Império do Brasil pela convenção adicional ao tratado de Paz e Amizade, celebrado entre o Brasil e Portugal, a 29 de agosto de 1825; passando a ser chamada de Biblioteca Imperial e Pública da Corte.

A partir de 12 de novembro de 1822, determinava o governo imperial que fosse entregue à Biblioteca Imperial um exemplar de todas as obras, folha, periodicos e volantes que se imprimisse na Tipografia Nacional; Esta legislação foi se aperfeiçoando por atos dos anos 1847, 1853, 1865, até que o Decreto número 1.825 de 20 de dezembro de 1907, ainda hoje em vigor, dá instruções precisas para sua execução. Trata-se do denominado Decreto da Contribuição Legal.

Em 1858, a Biblioteca foi transferida para Rua do Passeio e instalada no prédio que hoje, com algumas modificações, abriga a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como o acervo continuasse a crescer, a administração obteve, em 1894, um prédio anexo onde pode acomodar melhor a sua coleção.

O edifício atual teve o início de sua construção no governo de Rodrigues Alves em 1905, tendo sido inaugurado à 29 de outubro de 1910 durante o governo do Dr. Nilo Peçanha. Por longo tempo seu prédio abrigou o primeiro curso de Biblioteconomia, enquadrado pelo do regulamento da Biblioteca Nacional. Atualmente, o curso de biblioteconomia funciona na Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO).

A partir das informações acima a respeito da Biblioteca Nacional, pode ser percebida a grande contribuição dessa instituição para o desenvolvimento cultural e científico não só do Rio de Janeiro, mas também para todo o País. a história desta instituição articula-se a mudanças da imagem da cidade na medida em que oferece referências concretas ao desenvolvimento de funções culturais, sem dúvida, relevantes. Pode-se reconhecer, assim, na fundação da Biblioteca, um momento de reconhecimento da centralidade cultural que viria a ser atribuída à cidade.

A IMPRENSA RÉGIA

O decreto de 13 de maio de 1808 criou a Imprensa Régia. D. João VI, por este decreto, regulava a impressão no Brasil. O material oficial passou então a ser veiculado pela Gazeta do Rio de Janeiro (1808 - 1822), substituído pelo Diário do governo (1825 - 1838), depois pelo Correio oficial (1834- 1840), pela Gazeta oficial (1846-1848) e pelo Diário Oficial a partir de 1862. (DECRETO / Arquivo Nacional)

A imprensa que até então era proibida no Brasil , surgiu através do regimento de maio de 1808. A maquinaria necessária tinha vindo com a corte. A imprensa surgiu, desta forma, por iniciativa oficial; funcionando no pavimento térreo da própria residência do Conde da Barca (Antônio de Araújo e Azevedo) que fizera transportar o prelo e o material para o Rio de Janeiro. Situava-se na rua do Passeio e, no mesmo prédio, instalaram-se, sucessivamente o Ministério da Justiça, o Supremo Tribunal Federal (na República) e o Pedagogium, criado em 1890 por Bejamin constant, "como órgão central de coordenação das atividades pedagógicas do país". (RENAULT)

A administração da Imprensa Régia coube a uma junta que tinha a função de examinar, previamente todos os papéis e livros que seriam publicados. Conforme o regimento, esta prática era necessária para que nada se imprimesse contra a religião, o Governo e os bons costumes.

A partir dessa observação , é natural que o primeiro jornal -A Gazeta do Rio de Janeiro- tenha se especializado em dar notícias sobre o estado de saúde de soberanos europeus e as festividades da corte. Os textos eram copiados de jornais de Lisboa e de Londres. A Revista com "O Patriota e a Idade de Ouro do Brasil" seguiam a mesma linha de não criticar os aspectos negativos. Mas havia a imprensa de oposição ...em Londres. Ali, Hipólito José da Costa criticava duramente a imoralidade e corrupção vigentes na Corte, através de seu Correio Brasiliense (ou Armazém literário). A divulgação deste periódico no Brasil foi dificultada ao máximo pelas autoridades e seus efeitos junto aos leitores, não podem ser supervalorizados. Com a separação política, em 1822, o Correio Brasiliense deixou de circular.

Apesar da rigidez do controle, exercido sobre todos os materias publicados pela imprensa real, pode se perceber que os velhos jornais também guardam curiosidades que mostram os costumes e hábitos do fluminense. retratando também a paisagem urbana daqueles tempos. Como comenta Gilberto Freyre na sua obra O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX " mais do que livro de História e nos romances, a História do Brasil do século XIX está nos anúncios de jornais".

As iniciativas assumidas com relação à imprensa, mesmo que limitadas, significaram a agilização do fluxo de idéias e a constituição de uma base cultural compartilhada entre alguns segmentos da população cultural. Neste sentido, articulam-se ao amálgama de processos que alteram a imagem da cidade.

O JARDIM BOTÂNICO

A origem do Jardim Botânico remonta à compra do antigo Engenho de cana de açúcar de Rodrigo de Freitas, para a construção de uma fábrica de pólvora a mando do príncipe D. João VI.

Encantado com a beleza da paisagem natural, o príncipe mandou preparar ali um jardim botânico com a finalidade de introduzir e selecionar novas espécies vegetais. O desenvolvimento da cultura do chá, do café e da cana, trazida da Guiana Francesa, atestava o êxito do empreendimento. Também foram introduzidas especiarias orientais vinda da Índia. Tinha início assim 13 de junho de 1808, a aclimação de espécies - semente do hoje Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Esta instituição teve o nome de Real Horto pelo decreto 11/10/1808 e Real Jardim Botânico, quando D. João VI foi coroado Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve e quando Jardim foi anexado ao Museu real, em 11 de maio de 1817.

Com a partida da corte de D. João VI, para Portugal, em 1821 teve início a regência de D. Pedro I, que tomou, o Real Jardim sob sua proteção, separando-o do Museu Real e colocando-o sob a alçada do Ministério do Interior mais tarde Ministério do Império.

O Real Jardim Botânico era inteiramente privativo. Com D Pedro I, foi franqueado ao público, mas era necessária autorização do seu diretor para qualquer visita, e assim mesmo os visitantes o percorriam acompanhados por praças do corpo de veteranos. Mais tarde, em 1863, foi contratado em Viena o Professor Karl Glasl que veio a ser diretor do Jardim Botânico. Na sua administração foram embelezados os canteiros, colocados bancos, mesas e construída uma gruta. Com isto, aos poucos, o Jardim foi sendo cada vez mais procurado pelo público, por ter se transformado em lugar tranqüilo e acolhedor. (LAVÓR,1983)

Entre 1808 a 1824, os vice-diretores da Fábrica de Pólvora eram também diretores do Jardim Botânico; de 1808 a 1819- Brigadeiro João Silveira Mendonsa (Marques de Sabará) e, de 1819 a 1824, João Severino Marciel (Marques de Queluz). (JOBIM,1991)

Durante todos estes anos, o jardim Botânico recebeu as visitas de reis, rainhas, príncipes, presidentes deste e outros países, ministros de estado, representantes do clero, autoridades civis e militares, cientistas, pesquisadores, visitantes ilustres e amantes da natureza.

Órgão de pesquisa e centro de atração turístico, o jardim Botânico, concorreu para fazer do Rio de Janeiro, uma Cidade, que nivela ciência e bens naturais. Tais elementos foram fortemente articulados, historicamente, à imagem da cidade.

V- CONCLUSÃO

Podemos perceber que a paisagem urbana do Rio de Janeiro foi intensamente modificada, a partir do século XIX com a chegada da Corte Portuguesa. Abriram-se novas estradas, estendeu-se as muitas ampliou-se o número de ruas iluminadas, foram construídas casas, abertas chácaras e muitos logradouros tiveram seus calçamentos melhorados. Foram construídas várias instituições públicas entre elas a Biblioteca Nacional, a Imprensa Régia e o Jardim Botânico. Pode perceber neste breve texto, preservados por estas instituições, uma vida cultural da cidade; mas, sobretudo, a sua relevância para a imagem natural da cidade, ainda impregnada de elementos destas primeiras iniciativas.

VI-BIBLIOGRAFIA:

- * ABREU, Maurício - Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar editora, 1988.
- * BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL) - A Biblioteca ,1984.
- * BENCHIMOL, Jayme L. - Pereira Passos - Um Haussmann Tropical (As Transformações Urbanas na cidade do Rio de Janeiro no Início do século XX.) Tese de Mestrado -COPPE/UFRJ.1978.
- * CARVALHO, Nina Maria de - Cristalização e Residência no Centro Rio de Janeiro. Tese de mestrado- IG/UFRJ. Rio de Janeiro, 1984.
- * DELGADO DE CARVALHO, Carlos - História da Cidade do Rio de Janeiro - Coleção Biblioteca Carioca vol. 6 . Série Publicação Científica. 2a edição, 1994.
- * FUNDO/COLEÇÃO: Série Interior - Imprensa Nacional (I J J /2/) - código de fundo A7 - (Decreto retirado do Arquivo Nacional).
- * IPANEMA, Marcelo de - Imprensa Fluminense- Ensaios e trajetos.
- * JOBIM, Tom - Jardim Botânico do Rio de Janeiro - Expressão Cultural, 1991.
- * LAVÓR, João Conrado Niemeyer de - História do Jardim Botânico do Rio de Janeiro,1983.
- * RENAULT, Delson - Rio antigo nos anúncios de jornais 1808-1850. 3ª Edição. Rio de Janeiro, 1983.
- * ROCHA, Oswaldo Porto - A era das demolições : Cidade do Rio de Janeiro - 1870 - 1920 - Rio de Janeiro/ Contribuição aos Estudos das habitações populares Rio de Janeiro 1886 -1909 - Lia de Aquino de Carvalho. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura Departamento Geral de Documentos e Inf. cultural . Biblioteca Carioca. 1986.

VI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA
"RIO DE JANEIRO: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO"

ANPURH - RJ (12 A 16 de setembro de 1994)

O IMIGRANTE E A URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO
XIX

Rita de Cassia da Silva (historiadora)

O IMIGRANTE E A URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Rita de Cássia da Silva

I- INTRODUÇÃO:

A urbanização é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos. A cidade não somente é o local de trabalho, moradia, como também centro iniciador e controlador da vida económica, política e cultural, atraindo contingente das áreas rurais e também de outros países. O Rio de Janeiro atraiu imigrantes de nacionalidades diversas.

A partir do século XIX a cidade do Rio de Janeiro começa a ter sua forma intensamente modificada e apresentar, verdadeiramente, uma estrutura espacial estratificada, em termos de classes sociais. No decorrer deste século, ocorrem modificações substanciais tanto na aparência como no conteúdo da vida urbana. A vinda da família real impõe ao Rio de Janeiro uma classe social até então praticamente inexistente. São impostas novas necessidades materiais correlatos aos anseios dessa classe e associada ao desempenho de novas atividades económicas, políticas e culturais.

A independência política e o início do ciclo do café geram por sua vez uma nova fase de expansão económica resultando daí a atração crescente de grande numero de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros.

As mudanças que passaram as cidades brasileiras no decorrer do século XIX e início do século XX, na passagem do Império para República, trata-se também de fatores sócio-económico e demográfico. O Rio de Janeiro nos mostra bem essa passagem, porque foi a primeira cidade brasileira a possuir grande crescimento populacional (com mais de 500 mil habitante) e apresentar desenvolvimento urbano industrial.

Tal explicação para esse crescimento esta ligado ao seu papel administrativo, comercial, político- financeiro e artístico. O Rio era polo de atração de populações migrantes (escravos libertos e imigrantes europeu e asiático).

Neste sentido ,esse trabalho tem como objetivo analisar as contribuições do imigrante estrangeiro (espanhol, potugues, italiano e árabes) na urbanização do Rio de Janeiro percebendo as suas atuações nos setores secundário e terciário da economia.

II- A IMIGRAÇÃO E SUA REPERCUSSÃO NA PAISAGEM E NA VIDA URBANA DO RIO DE JANEIRO

Primeiro local de residência dos imigrantes na cidade do Rio de Janeiro, foi cortiço próximo a Central, havendo posterior mudança para periferia urbana.

Analisando o contingente imigrante pode-se detectar várias categorias que justamente pelas suas diferenças, iria desempenhar funções específicas no quadro social. Assim encontra-se o imigrante de origem urbana, portador de técnicas comerciais e financeiras e de algum pecúlio, que se instalou nos centros urbanos e cuja atividade foi inicialmente a importação, transformando-se mais tarde, em industrial, temos também indivíduo de vida urbana, pobre, que emigrara para trabalhar na lavoura, onde não se adaptou. Parte muito pequena deste grupo ligou-se ao artesanato ou ao comércio, a maioria constituía-se em contingente de trabalhadores de baixo nível ou desqualificado para o trabalho industrial, que juntamente com os trabalhadores brasileiros, nas mesmas condições iriam compor uma grande massa de subempregados.

Outra categoria de imigrantes seria justamente aquela dos operários qualificados "importados" pelos industriais, e para finalizar temos a categoria que compor-se-ia de refugiados e deportados devido a problemas políticos, exatamente aqueles que iriam contribuir para o processo de politização dos trabalhadores.

Observando a paisagem urbana do Rio de Janeiro, vinculada ao processo imigratório, podemos perceber que boa parte dos imigrantes são jovens e solteiros, sem especialização profissional encontrando melhores oportunidades de emprego nas proximidades do centro comercial da grande cidade onde residem em quarto mobilhados, próximo ao local de trabalho, sendo absorvido em grande parte pelo setor terciário. A medida que esses imigrantes ascendem socialmente deslocam-se para a periferia urbana onde constroem suas casas próprias. Temos também imigrantes que devido dificuldades financeiras, tentam escapar dos altos preços dos aluguéis, deslocando-se da área central para as favelas da periferia urbana.

A cidade do Rio de Janeiro recebeu grande número de estrangeiro nos anos imediatamente anterior e seguinte a abolição. Mas da metade dos 89 mil estrangeiros economicamente ativos trabalhavam no comércio, indústria manufatureira e atividades artísticas ou seja, os imigrantes ocupavam os setores de emprego mais dinâmico, enquanto isto, 48% dos não imigrantes, economicamente ativos empregavam-se nos serviços

domésticos, 17% na indústria, 16% não tinham profissão declarada e o restante encontrava-se em atividades extrativas, de criação e agricultura.

III- O OPERÁRIO IMIGRANTE E SUA ATUAÇÃO NA VIDA URBANA DO RIO DE JANEIRO.

A primeira etapa da formação da classe operária brasileira ocorreu a partir dos últimos anos do século XIX, ligado a um processo de transformação cujo o eixo foi a expansão da economia cafeeira.

O avanço da economia capitalista de exportação gerou assim diretamente as condições para que se constituísse um núcleo de trabalhadores no setor de serviço, indiretamente, preencheu os requisitos para o surgimento do proletariado fabril.

Por muitos anos, o Rio de Janeiro reuniria a maior concentração operária do país sendo superada pela capital de São Paulo em alguns momentos de 1920 e 1938. Na capital do país muitos operários de fábrica, concentrava-se na Gamboa e em São Cristóvão, nos subúrbios, ou ao fundo dos vales na antiga periferia da cidade - Gávea, Tijuca e Laranjeira.

As três últimas décadas do século XIX foram profundamente marcadas no mundo todo pela presença de movimentos extremistas, resultando da situação de penúria da classe trabalhadora que o crescimento do capitalismo só fazia piorar.

Esta foi uma das razões pelas quais se encontrava um grande número de refugiado e operário imigrante de tendência anarquista no Rio de Janeiro e também em outras capitais.

a presença de elementos estrangeiros (espanhol, português, italiano e outros) imbuído de idéias igualitárias já se fizera nota principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Os primeiros imigrantes da luta operária, que seriam seus líderes naturais, organizavam centros de cultura onde desenvolveram todo um trabalho de proselitismo, alfabetização, informação sobre os acontecimentos nacionais e mundiais, estes centros de cultura foram verdadeiros núcleos de comunicação, numa época que não existia o rádio.

O trabalho de politização desenvolvido pelos líderes deste período foi intenso. Os programas das "ligas" e "unions" elaborados na época dão provas do alto nível de politização que já atingira a liderança do proletariado com classe, um exemplo dessa afirmação está no programa apresentado pelo Centro Operário Radical do Rio de Janeiro no ano de 1910 : Modificação do regime de propriedade; extinção de privilégios e monopólio; impostos sobre a renda; regulamentação do trabalho; assistência do trabalhador doente ou acidentado; reforma do ensino com instrução primária obrigatória; revisão da Constituição e dos

códigos, liberdade religiosa, reconsideração da situação da mulher: repressão ao vícios e extinção da pena de morte. No mesmo ano o programa de outra associação denunciava a situação em que se encontrava a classe trabalhadora mostrando todos os problemas sociais, políticos e econômico do momento.

Foi tão grande a participação do operário imigrante (espanhol, português, italiano e outros), que levou os poderes públicos a tomar uma atitude em defesa dos industriais representado pela lei "Adolfo Gordo" que permitia expulsar trabalhadores estrangeiros e deportar os nacionais.

A tarefa de alfabetização dos trabalhadores continuou como uma das principais metas culturais das associações, apesar de todas as repressões sofridas os operário imigrante, continuou demonstrando a sua força através, da palavra falada, poesia, peças teatrais, livros, folhetos, jornais, livros, escritos por eles. Todo esse desempenho "abriu os olhos" do operário brasileiro, levando-os a ter consciência de suas condições de vida (trabalho, moradia e lazer)

IV- O IMIGRANTE E SUAS ATUAÇÕES NO SETOR TERCIÁRIO NA VIDA URBANA DO RIO DE JANEIRO.

Como já foi escrito anteriormente, grande parte dos imigrantes (espanhol, português, italiano, árabe e outros) que vieram para o Rio de Janeiro, no decorrer do século XIX e início do século XX dedicaram-se também ao setor terciário da economia, atuando no comércio, aqueles imigrantes que possuíam uma certa renda, como proprietário de lojas de tecidos, padarias, botequins, hospedarias, pastelarias, restaurantes e outras, ou trabalhando como empregado em lojas nacionais e estrangeiras quando não possuíam renda.

A medida que a cidade do Rio de Janeiro cresce com o desenvolvimento da indústria, do comércio, bancos, novos indivíduos vão compor a paisagem urbana da cidade: advogados, médicos, engenheiros, professores, funcionários públicos, comerciantes, militares e sobretudo o imigrante; que mais tarde vão formar a classe média carioca.

* * * *

Este trabalho foi uma breve análise do imigrante estrangeiro, atuando nos setores secundário e terciário da economia dentro da paisagem urbana do Rio de Janeiro durante o século XIX e início do século XX.

V- BIBLIOGRAFIA

- *ABREU, Mauricio A. de - A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar editora, 1988.
- *CHAEIHOW, Sidney - O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro, editora brasiliense.
- *CORREIA, Roberto Lobato - Localização inicial dos imigrantes, revista brasileira de geografia -ANO38.
- *COSTA, Emilia V. - Da Monarquia a república: P Momentos decisivos, ed. Brasiliense, 1987.
- *FAUSTO, Boris - Trabalho Urbano e Conflito Social, Difel, 1976.
- *FERREIRA, Maria N. - A imprensa operária no Brasil 1880-1920. Vozes, Rio de Janeiro, 1978.
- *MARAM, Sheldon L. - Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.